

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ  
CENTRO DE EDUCAÇÃO, LETRAS E SAÚDE  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM  
SOCIEDADE, CULTURA E FRONTEIRAS – NÍVEL DE MESTRADO  
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: SOCIEDADE, CULTURA E  
FRONTEIRAS

ILÍDIO ENOQUE ALFREDO MACARINGUE

POLÍTICAS LINGUÍSTICAS E NACIONALIZAÇÃO DO  
PORTUGUÊS DE MOÇAMBIQUE

FOZ DO IGUAÇU- PR

2014

ILÍDIO ENOQUE ALFREDO MACARINGUE

POLÍTICAS LINGUÍSTICAS E NACIONALIZAÇÃO DO  
PORTUGUÊS DE MOÇAMBIQUE

Dissertação apresentada à Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE – para a obtenção do título de Mestre em Sociedade, Cultura e Fronteiras, junto ao Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Sociedade, Cultura e Fronteiras, área de concentração: Sociedade, Cultura e Fronteira. Linha de Pesquisa: Linguagem, Cultura e Identidade.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria Elena Pires-Santos

FOZ DO IGUAÇU- PR

2014

FICHA CATALOGRÁFICA

ILÍDIO ENOQUE ALFREDO MACARINGUE

## POLÍTICAS LINGUÍSTICAS E NACIONALIZAÇÃO DO PORTUGUÊS DE MOÇAMBIQUE

Dissertação apresentada à Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE – para a obtenção do título de Mestre em Sociedade, Cultura e Fronteiras, junto ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Sociedade, Cultura e Fronteiras, área de concentração: Sociedade, Cultura e Fronteira. Linha de Pesquisa: Linguagem, Cultura e Identidade.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria Elena Pires-Santos

### COMISSÃO EXAMINADORA

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Neiva Maria Jung  
Universidade Estadual de Maringá – UEM  
Membro efectivo (convidada)

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Regina Coeli Machado e Silva  
Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE  
Membro efectivo (da Instituição)

---

Prof. Dr. Samuel Klauck  
Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE  
Membro efectivo (da Instituição)

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria Elena Pires-Santos  
Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE  
Membro efectivo (da Instituição)

Foz do Iguaçu, 3 de Julho de 2014

Ao meu pai, Alfredo Macaringue Uangachene (em sua memória) e À minha mãe, Rute Mula, maiores incentivadores dos meus estudos e meus alicerces nos momentos mais difíceis da vida.

Aos meus amores, Macas e Detinha, por todo o apoio incondicional e pelos sacrifícios consentidos durante a minha ausência do país.

## AGRADECIMENTO

A Deus, pelo dom da vida e pela sabedoria que me dá para encarar as vicissitudes da vida.

Ao meu pai, Alfredo Macaringue Uangachene, o meu maior mestre de todos os mestres da vida que não foi a tempo de testemunhar todos os saberes que me ensinou. Descanse em paz, meu eterno herói!

À minha mãe, Rute Mula, por me ter incentivado bastante para encarar o desafio de dar continuidade aos meus estudos no exterior e por todo o apoio incondicional prestado nos momentos difíceis.

Ao maior tesouro da minha vida, o meu filho Alfredo Ilídio Macaringue (Macas), pelo sacrifício de crescer longe do pai.

À minha esposa, Judite Joaquim Raul (Detinha), pelos inúmeros sacrifícios consentidos durante a minha ausência e pelos múltiplos papéis desempenhados em prol da nossa linda família.

Aos meus irmãos, Milagre, Pedro, Ema e José, por todo o apoio incondicional que me prestaram durante a minha ausência do país.

À minha professora e supervisora, Maria Elena Pires-Santos, pela capacidade multi-visionária que me permitiu chegar a resultados muito encorajadores nesta pesquisa. Mais do que ser uma grande professora e orientadora que me ajudou a reformatar o meu quadro teórico-analítico nos estudos da linguagem, foi uma grande mãe para a vida e para a ciência.

Ao professor Fernando José Martins e à professora Maridelma Laperuta, pela amizade incondicional e pelos múltiplos apoios sem os quais a minha presença no Brasil teria sido uma miragem.

À UNISAF/ UP Maxixe, nas pessoas do professor Padre Ezio e da professora Crisalita, pelos inestimáveis apoios e pela oportunidade que me deram de estudar no exterior.

A todos os professores que tive no mestrado. Cada pedaço deste trabalho reflecte o que me ensinaram.

À UNIOESTE, de modo particular para a secretária do mestrado, Vânia Valle, pelos inúmeros apoios que me prestou.

Ao senhor Carlos e à sua esposa, dona Iracilda, por tudo o que fizeram por mim no Brasil.

À CAPES e ao CNPQ, pela bolsa de estudos concedida.

“Ainda preferimos palavras como: variante, variedade, dialeto, norma, para falar da diversidade de uma língua, sem nos dar conta de que, ao fazer isso, estamos relegando a pluralidade linguística a uma questão secundária” (CAVALCANTI, 2006, p. 240).

MACARINGUE, Ilídio Enoque Alfredo. **Políticas Linguísticas e Nacionalização do Português de Moçambique**. 2014. 207 p. Dissertação (Mestrado em Sociedade, Cultura e Fronteiras) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Foz do Iguaçu.

## **Resumo**

Neste trabalho, o nosso foco radica na análise das políticas linguísticas e da situação sociolinguística e sociocultural em Moçambique decorrente da confluência de várias línguas e culturas para compreender os processos de nativização/ nacionalização da língua portuguesa no país. Ao longo do trabalho usámos, com regularidade, o termo nacionalização tendo em vista evidenciar os processos subjacentes à apropriação do Português em Moçambique, perspectivando o pressuposto político-ideológico de ser uma língua oficial e de unidade nacional, língua de Estado e da nacionalidade moçambicana. O interesse em pesquisar a temática prende-se com as ambivalências das bases epistemológicas da política linguística do país que preconizou a oficialização do Português sem o nacionalizar e nacionalizou as línguas bantu, também designadas línguas autóctones, e que o discurso oficial as tipifica como línguas nacionais, não obstante estarem fragmentadas geograficamente, ou seja, sem extensão territorial nacional, sem as oficializar. Mais ainda, pelo facto de profissionalmente trabalharmos na área da língua portuguesa e o dia-a-dia demonstrar evidências de que o Português em Moçambique caminha à margem do desiderato oficial, isto é, a pretensa replicação dos traços característicos da norma europeia adoptada como norma-padrão, língua oficial e de unidade nacional em 1975, ano da independência do país, razão pela qual está sendo modificado pelo uso e direito costumeiro dos falantes como resultado do cruzamento de diferentes línguas e culturas tendo em conta alguns dos estudos, dos quais destacamos os de Gonçalves (1996a, 1996b, 1998, 2010), Firmino (2006) e Mendes (2010). Os dados analisados, decorrentes dos excertos de textos literários, de jornais e de uma revista permitem-nos asseverar que o Português Europeu está sendo nacionalizado em decorrência da sua apropriação linguístico-cultural e simbólico-ideológica pelos moçambicanos, daí o surgimento de outra língua portuguesa no país. Esta perspectiva é de César e Cavalcanti (2007), na medida em que se referem aos diferentes falares do Português não como variedades ou dialectos, mas outras línguas legitimadas pelos usos socioculturais e contextuais da língua. Por isso, o Português de Moçambique deve ser normatizado. Igualmente, os resultados da pesquisa mostraram, por exemplo, que as políticas linguísticas estão desarticuladas com o actual contexto sociolinguístico do país, por conseguinte urge a necessidade de serem revistas para darem cobertura à diversidade linguístico-cultural e enquadrar no sistema político-administrativo do Estado muitas pessoas que se sentem à margem da sociedade homogeneizada, tendo em conta que a cultura que une é também a cultura que separa. E para compreendermos os contornos sociolinguísticos que estão a ocorrer no país recorreremos a diversos procedimentos metodológicos, tais como a pesquisa qualitativa, auxiliada pelos paradigmas interpretativista de Bortoni-Ricardo (2008) e indiciário de Ginzburg (1989).

**Palavras-chave:** Políticas linguísticas, Português de Moçambique, Nacionalização, Língua(gem).

MACARINGUE, Ilídio Enoque Alfredo. **Linguistic policies and nationalization of Mozambican Portuguese**. 2014. 207 p. Dissertation (Masters in Society, Culture and Borders) - State University of West Parana. Foz do Iguassu.

## ABSTRACT

In this paper, our focus lies on the analysis of linguistics politics and the sociolinguistics situation in Mozambique, due to the confluence of several languages and cultures, to understand the processes of nativization and nationalization of Portuguese language in that country. Throughout the work, we have used, on a regular basis, the term “nationalization” in order to highlight the underlying processes to the ownership of Portuguese in Mozambique, viewing the ideological and political basis of being an official language and a national unity, State and Mozambican language. The interest in studying the topic is related to the ambivalence in the epistemological foundations of the country’s linguistics politics, which called for formalizing the Portuguese language without nationalizing it, and nationalized Bantu languages, also known as indigenous languages. The official discourse typifies them as national languages, despite being geographically fragmented, i.e. without national territorial extension, without officializing them. Moreover, for the fact that we work professionally with Portuguese language, and that day by day there is evidence that the Portuguese in Mozambique walks on the sidelines of the official goal, i.e., the alleged replication of the European standard characteristics, adopted as standard and official language and as a national unity in 1975, the nation’s independence day, reason for which it is being modified by customary law and the speakers’ usage as a result of crossing different languages and cultures, taking into account some of the studies, which include Goncalves (1996a, 1996b, 1998, 2010), Firmino (2006) and Mendes (2010). The analyzed data, arising from literary excerpts, newspapers and magazines, allowed us to assert that the European Portuguese is being nationalized as a result of its cultural-linguistics and ideological-symbolic appropriation by Mozambicans, hence the rising of a different Portuguese in that country, under the perspective of Caesar and Cavalcanti (2007), who refer to different dialects of Portuguese not as variation or dialects, but as other languages, legitimated by socio-cultural and contextual use of language. Therefore, Mozambique’s Portuguese should be regulated similarly to different treatments that the also called *Camoes’s language* is assumed around the world. Also, the results showed, for example, that language politics are disjointed with the current sociolinguistic context of that country. Therefore, there is an urgent need of revising it in order to cover linguistic and cultural diversity and frame many people, who are on the margins of a homogenized society, in the State’s political and administrative system, taking into account that the culture that unites is also the culture that segregates. In order to understand the sociolinguistic contours that are taking place in that country, we resorted to various methodological procedures, such as a qualitative research, aided by Bortoni-Ricardo’s interpretivist (2008) and Ginzburg’s (1989) evidentiary paradigms.

**Keywords:** Mozambican Portuguese, linguistics politics, nationalization, language.

## LISTA DE FIGURAS E TABELAS

Figura 1 - Mapa de Moçambique.....	71
Tabela 1 - Línguas maternas.....	94
Tabela 2 - Falantes da língua.....	94
Tabela 3 - : Sistematização das línguas autóctones e zonas de influência .....	99

## LISTA DE ABREVIATURAS E ACRÓNIMOS

AIM – Agência de Informação de Moçambique  
atual. – Actualizada  
CPLP – Comunidade dos Países de Língua Portuguesa  
Cf. – Conferir  
CENSO – Recenseamento Geral da População e da Habitação  
COMMONWEALTH – Comunidade dos Países de Expressão Inglesa  
DAL – Dispositivo de Aquisição da Linguagem  
ed. – Edição  
cap. – Capítulo  
FRELIMO – Frente de Libertação de Moçambique  
FRANCOFONIA – Comunidade dos Países de Expressão Francesa  
[+ HUM] – Humanos  
INE – Instituto Nacional de Estatística  
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
imp. – impressão  
km<sup>2</sup> – Quilómetro quadrado  
LIBRAS – Língua Brasileira de Sinais  
LA – Linguística Aplicada  
LWC – Língua da Antiga Potência Colonial  
MANU – União Nacional Africana de Moçambique  
NELIMO – Núcleo de Estudo de Línguas Moçambicanas  
n.º – Número  
ONU – Organização das Nações Unidas  
Org. – Organizador  
Orgs. – Organizadores  
OD – Objecto directo  
OI – Objecto indirecto  
PALOP's – Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa  
PE – Português Europeu  
PM – Português de Moçambique  
PB – Português do Brasil

p. – Página

RENAMO – Resistência Nacional de Moçambique

RM – Rádio Moçambique

RDA – República Democrática Alemã

reimp. – reimpressão

rev. – Revista

SN – Sintagma nominal

SP – Sintagma Preposicional

SADC – Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral

TVM – Televisão de Moçambique

UNAMI – União Nacional Africana para a Independência de Moçambique

UDENAMO – União Democrática Nacional de Moçambique

UNIOESTE – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

UEM – Universidade Eduardo Mondlane

UP – Universidade Pedagógica de Moçambique

UNISAF – Universidade Pedagógica Sagrada Família

UA – União Africana

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

V – Verbo

v. – Volume

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	15
CAPÍTULO I.....	26
FUNDAMENTAÇÃO METODOLÓGICA E PERSPECTIVAS TEÓRICO-ANALÍTICAS ...	26
1.1 – Fundamentação metodológica .....	27
1.1.1 – Métodos de geração de dados .....	27
1.1.2 – Metodologia de análise e interpretação de dados.....	28
1.1.3 – A interdisciplinaridade como um desafio no processo de pesquisa: Estabelecendo <i>links</i> com vários domínios do conhecimento.....	31
1.2- Estabelecendo as perspectivas teórico-analíticas.....	34
1.2.1- Língua(gem) e sociedade: Faces e interfaces.....	34
1.2.2 - Cultura, língua(gem) e identidade: Uma sinopse da sua conexão em contextos de interacção e prática social .....	44
1.2.3 - A formação de uma nação: Rediscutindo políticas e práticas .....	56
CAPÍTULO II.....	70
AS POLÍTICAS LINGUÍSTICAS DE MOÇAMBIQUE: CONEXÕES E DESCONEXÕES .....	70
2.1 – Moçambique: Sociedade, política e breve percurso histórico-linguístico.....	71
2.2 – Situação linguística de Moçambique .....	78
2.2.1 – Período colonial (1918 a 1975).....	79
2.2.2. Período pós-independência (1975 até à actualidade).....	91
2.3. Breve panorama sociolinguístico de Moçambique .....	97
2.4. As Políticas Linguísticas de Moçambique: Problemas e perspectivas.....	100
CAPÍTULO III.....	120
A NACIONALIZAÇÃO DO PORTUGUÊS EUROPEU EM MOÇAMBIQUE: REFLECTINDO CRITICAMENTE SOBRE ALGUMAS PRÁTICAS.....	120
3.1 - O Português Europeu como norma-padrão em Moçambique: Reflexão e implicações .....	121
3.2 - Enfoque epistemológico multilinguismo e plurilinguismo: Estabelecendo algumas diferenças .....	129
3.3 - O Português de Moçambique .....	131
3.3.1. Especificidades do Português de Moçambique.....	134
CAPÍTULO IV .....	139
OS CONTORNOS DA LÍNGUA PORTUGUESA EM MOÇAMBIQUE.....	139
4.1 - Geração dos dados da pesquisa e sua caracterização.....	140
4.2 - Texto literário e “texto jornalístico”: Estabelecendo pontes sobre as múltiplas língua(gens) como mecanismo de construção dos significados .....	144

4.3 - Descrição, análise e interpretação dos dados.....	149
4.3.1. Excertos de textos literários.....	149
4.3.2. Excertos de textos de jornais .....	161
CONCLUSÃO.....	183
MINI - GLOSSÁRIO.....	187
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	189
OUTRAS FONTES BIBLIOGRÁFICAS.....	203
FONTES ELECTRÓNICAS.....	206

## INTRODUÇÃO

Moçambique, à semelhança dos demais países africanos, herdou uma política linguística e cultural europeias significativas em decorrência do processo de colonização que formalmente foi chancelado na conferência de Berlim (1884-1885), Alemanha, com a adopção do *princípio de ocupação efectiva* do continente africano que tinha em vista regular a forma como as potências deviam ocupar os territórios com a salvaguarda da necessidade de respeitar as áreas ocupadas anteriormente por outras potências, facto que mais tarde não se verificou em alguns casos. A conferência de Berlim pode ser enquadrada nas consequências da expansão europeia que se iniciou no século XV com destaque para Portugal e Espanha, considerados percussores, países que foram posteriormente seguidos por Inglaterra, França, Bélgica, Holanda, Itália e Alemanha.

A partilha do continente africano, que mais tarde veio a ser decisiva no desencadeamento das duas guerras mundiais (1914-1918; 1939-1945) em função dos desentendimentos na política de ocupação colonialista, foi efectuada de forma arbitrária, isto é, desordenada. Com isso, não foram respeitadas as características peculiares de alguns dos grupos nativos como, por exemplo, etnia, cultura e crenças, e houve casos em que povos aliados foram separados e os inimigos juntados, facto que até hoje constitui foco de tensão em algumas regiões.

Com vista à concretização do *princípio de ocupação efectiva*, as potências coloniais lançaram-se numa grande investida militar, política, económica e ideológica que tinha em vista a dominação dos povos subjugados para assegurar os mercados fornecedores e consumidores com o propósito de oxigenar a economia europeia. No caso de Moçambique, nosso foco de pesquisa, colonizado formalmente por Portugal a partir de 1930, ano em que a administração colonial foi efectivamente instalada em todo o território nacional, depois de debelar inúmeras resistências armadas, e a língua portuguesa foi um dos mecanismos ideológicos usados para a submissão e neutralização das línguas e culturas locais com o objectivo de consolidar o seu domínio assente no princípio axiológico *dividir para reinar*.

Neste trabalho temos como objectivos:

– Analisar as políticas linguísticas e a situação sociolinguística e sociocultural em Moçambique decorrente da confluência de várias línguas e culturas para compreender os processos de nativização/ nacionalização da língua portuguesa.

Com vista à materialização dos objectivos elencados, fundamentamos a nossa pesquisa em torno das seguintes questões:

1. Como foram construídas as políticas linguísticas tendo em conta as demandas sociolinguísticas e socioculturais em Moçambique?
2. De que forma o cruzamento de várias línguas e culturas contribui para a hibridação da língua portuguesa no contexto moçambicano?
3. Como se processa a nativização/ nacionalização da língua portuguesa em Moçambique?

Para o efeito, pretendemos fazer uma abordagem do tema que se funde nos domínios sócio-histórico e cultural, pois acreditamos que as *performances* linguísticas e as representações socio simbólicas dos falantes estão intimamente ligadas ao contexto sociocultural, sociocognitivo e socio-interactivo da sua socialização, embora reconheçamos que a língua não se transmite de forma hereditária como se de um gene se tratasse, daí os traços da língua portuguesa em Moçambique que demonstram a sua nativização. Neste trabalho iremos usar com regularidade a designação nacionalização no lugar de nativização de modo a evidenciarmos os aspectos político-ideológicos que estão imbricados na apropriação do Português em Moçambique, perspectivando o pressuposto político-ideológico de ser uma língua oficial e de unidade nacional, língua de Estado e da nacionalidade moçambicana – cuja apropriação remonta a 1498, ano da chegada oficial dos portugueses à região que actualmente é denominada Moçambique, em parte, como consequência da sua coabitação com outras línguas de origem bantu<sup>1</sup>, também denominadas línguas autóctones e o Inglês, com uma forte influência devido à localização geográfica do país que é ladeado por países de expressão oficial inglesa.

Para além das línguas de origem bantu, línguas pré-existentes à chegada portuguesa ao país, existem outras línguas de origem asiática, porém com pouco

---

<sup>1</sup> Segundo Guthrie ([1967] 1971), a denominação línguas bantu equivale a línguas de pessoas. Tal designação decorre das constatações do linguista alemão Bleek que estabeleceu que cerca de 300 línguas faladas na região da África a Sul do Equador usavam o mesmo termo para designar pessoa – *muntu*. De acordo com Ngunga (2004), estas línguas caracterizam-se por possuir um sistema de géneros gramaticais, em número não inferior a 5 e se caracterizam também da seguinte maneira: indicadores de género em forma de prefixo; os nomes agrupam-se em classes e as classes associam-se aos pares singular/ plural e têm prefixos independentes e dependentes para efeitos de concordância; a noção de género nestas línguas não tem a relação com a noção sexual. Porém, como qualquer outra língua, não obstante algumas características em comum, as línguas são também faladas de forma diferente, tendo em conta que não existem línguas uniformemente faladas pelos falantes. Cf. mais detalhes em <http://www.mundomitologia.xpg.com.br/AFROBRAS/candonble/bantu/linguistica.html>. Acesso em 2 de Março de 2013.

impacto no panorama sociolinguístico moçambicano em virtude de, tradicionalmente, as comunidades que as falam serem muito fechadas ao seu círculo sociocultural. Mais ainda, devido ao processo migratório convergiram para o país outras línguas bantu trazidas por imigrantes do Burundi, Somália, Nigéria, Rhuanda, entre outros países.

Como consequência, a língua portuguesa no país acaba não estando em conformidade com os desígnios oficiais, ou seja, a manutenção da sua lusitanização, um desiderato político dos sucessivos governos de Moçambique, ainda que não assumido publicamente, uma vez que a norma vigente é a do Português Europeu e, por conseguinte, devido à sua apropriação linguística, simbólica, cultural e ideológica pelos falantes, denuncia marcas de nacionalização, tornando-se numa língua endogeneizada ao contexto sociocultural de Moçambique, o que nos permite conjecturar que a língua portuguesa, também apelidada de *língua de Camões*, está sendo moçambicanizada e, por conta disso, em Moçambique não se fala uma única língua portuguesa. Pelo contrário, falam-se várias línguas portuguesas e o processo de homogeneização hierarquizou dois protótipos: Português Europeu e Português de Moçambique, sendo que oficialmente apenas se reconhece o primeiro que normaliza os usos oficiais da língua portuguesa no país.

Por questões metodológico-processuais, vamo-nos deter às designações Português Europeu e Português de Moçambique para nos referirmos ao Português falado em Portugal e em Moçambique, pela maioria, respectivamente.

Com a independência do país em 1975, depois da luta armada de libertação nacional iniciada em 1964 pela FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique)<sup>2</sup>, que já usava o Português como língua de unidade nacional no seio do movimento guerrilheiro constituído por moçambicanos de diferentes grupos étnicos, sociais, religiosos, profissionais e culturais, o qual foi elevado ao estatuto de língua oficial e de unidade nacional. Assim, com esta funcionalidade, cristalizou-se o marco hierárquico entre as línguas: o Português no cume da pirâmide e as demais línguas autóctones na base de suporte e, com isso, a língua portuguesa reforçou-se e projectou-se como língua de prestígio e de inserção socioprofissional, subalternizando as demais línguas bantu.

---

<sup>2</sup>Movimento armado fundado a 25 de Junho de 1962 em Dar-es-salam (Tanzânia) e que em 25 de Junho de 1964 iniciou a luta que culminou com a derrota do colonialismo português e a independência de Moçambique em 25 de Junho de 1975. Transformou-se em partido político em Fevereiro de 1977 durante a realização do 3º Congresso.

Como se pode perceber, a língua portuguesa adquire um estatuto de relevância e valor acrescentado comparativamente às línguas autóctones moçambicanas pelo facto de se ver nela um elemento agregador do enorme mosaico étnico, linguístico e cultural do país para os propósitos da construção de um Estado nacional imbricado na trilogia *um povo, uma língua e uma cultura*, como se tal fosse possível. Este é um mito que sempre esteve acoplado ao processo de construção dos Estados modernos e das identidades nacionais na Europa e que se estendeu pelos Estados africanos pós-coloniais e por demais Estados pós-coloniais pelo mundo, princípio desqualificado por pesquisas posteriores, pois, por natureza, o ser humano é portador de inúmeras e complexas identidades, o que impossibilita a existência de culturas homogéneas e muito menos línguas uniformes e faladas da mesma maneira por todas as pessoas, a não ser numa crença político-ideológica.

Por isso, julgamos que a ideia de *um povo, uma língua e uma cultura* é utópica e que, para Geertz (1989), constitui uma esperança, não uma descrição<sup>3</sup>, o que nos remete a uma metáfora que visa construir um estereótipo que, segundo Bhabha (1998), é um modo de representação do que é política e ideologicamente desejável, pois para que se pense numa nação é necessário que ela seja forjada na base de uma história, cultura, hábitos e costumes comuns, que as suas gentes tenham um sentimento de pertença a esse passado comum, que se identifiquem com ele e que haja uma única língua que sirva de língua de unidade e um povo que partilhe uma identidade pretensamente comum – são as chamadas tradições inventadas de Hobsbawn (1984). Porém, tal cenário não passa de uma construção simbólica e ideologicamente impositiva, tendo em conta que Hall (2006) assevera que não existe identidade plenamente unificada e que tal presunção não passa de uma fantasia.

Ademais, como defende Possenti (2000), não existem línguas uniformes nem línguas imutáveis. Todas as línguas estão em constante dinamismo em decorrência do dinamismo na sociedade, razão pela qual sempre haverá falares diferentes da mesma língua.

Curiosamente, em Moçambique, do ponto de vista oficial vigora a norma europeia como padrão e as pesquisas que têm sido desenvolvidas, por exemplo, por

---

<sup>3</sup> Segundo Geertz (1989, p. 138, grifo do autor), "a esperança que o *slogan* representa não é, porém, necessariamente insensata. A maioria das grandes nações da Europa surgiu a partir de uma heterogeneidade cultural pouco menos marcante".

Perpétua Gonçalves, ícone nos estudos da situação da língua portuguesa no país, demonstram que a norma europeia está pouco enraizada na sociedade moçambicana e o Português é considerado língua segunda para a maioria dos falantes.

Ao retomarmos esta temática, estamos certos de que já existem vários autores que abordam o processo de transformações que ocorrem no Português em Moçambique. Destes destacamos os seguintes: Gonçalves (1996a, 1996b, 1998, 2010), Firmino (2006) e Mendes (2010), cujos estudos constituem a base de suporte da nossa pesquisa.

Esta pesquisa durou cerca de 2 anos e na sua globalidade foi desenvolvida no Brasil, durante a estadia para os estudos de mestrado. A ideia de enveredarmos por esta temática prende-se com o facto de sermos de um país africano e por reconhecermos que o processo de colonização europeia não só contribuiu para o choque e cruzamento de línguas, culturas e de identidades, como também legitimou as relações sociais intercontinentais e, por conseguinte, a hibridação das sociedades, tornando-as mais polissémicas linguística e culturalmente, tendo em conta que em determinados lugares a colonização veio complexificar ainda mais o mosaico linguístico-cultural, propiciando uma riqueza sem paralelo para os estudos sociolinguísticos; termos feito a graduação na área de Ensino de Português; a pós-graduação (especialização) em Língua Portuguesa e Literaturas de Expressão Portuguesa e sentirmos a necessidade de aprender ainda mais; gostarmos da área da língua(gem) e de todas as interfaces que a partir dela se estabelecem; como docente da Universidade Pedagógica Sagrada Família (UNISAF)/UP – Maxixe (de Moçambique) lidarmos com manifestações sociolinguísticas e culturais que demonstram a hibridação linguística e cultural dos estudantes em decorrência da sociedade em que vivem, o que constitui um desafio profissional a ser compreendido da melhor forma para forjar estratégias procedimentais mais profícuas para o ensino-aprendizagem do Português, por ser língua oficial e de instrução; do crescimento assinalável das novas manifestações linguísticas à margem do Português Europeu, caracterizadas pelo uso recorrente de lexemas de origem bantu e de neologismos, por exemplo, nos órgãos de comunicação social, na literatura e na música, e também por considerarmos estas hibridações linguístico-culturais e a coabitação do Português com diversas línguas autóctones no país como uma riqueza e património dos moçambicanos e, como tal, esperamos que se deixe de hierarquizar as línguas, uma vez que cada uma, com as suas múltiplas funcionalidades na sociedade (tais como formar e informar as pessoas), constitui uma riqueza a ser tomada em consideração no quadro da

valorização da diversidade linguística e cultural que caracteriza o povo moçambicano, cabendo, portanto, ao Estado o desenvolvimento de políticas e práticas para a sua efectividade e salvaguarda.

Mais ainda, por reconhecermos que a situação sociolinguística dos Estados pós-coloniais em África e, de modo particular, de Moçambique constitui uma riqueza para o aprofundamento dos estudos referentes às transformações das línguas e de todos os fenómenos subjacentes a si, como são os casos de língua(gem), cultura, identidade, interculturalidade, transculturalidade, multilinguismo e plurilinguismo, o que nos permite criar um novo quadro epistemológico e conceitual para compreender as demandas sociolinguísticas que decorrem do cruzamento de diferentes línguas e culturas no contexto moçambicano. Além disso, estimula-nos para compreendermos a necessidade do diálogo entre os povos e do respeito do direito à diferença com a salvaguarda do princípio de que não existem culturas nem línguas superiores e muito menos línguas e culturas mumificadas e permanentemente inertes, pois elas são constructos sociais e como tal sujeitos ao dinamismo que caracteriza a vida do Homem, até porque, conforme sustenta Back (1987), a língua é um espelho da cultura e como tal ela deve ser diferente, de uma cultura à outra.

Ao olharmos para a situação sociolinguística do país, percebemos que existem duas tendências: uma que apregoa a manutenção da norma europeia e a outra que defende a sua substituição pelo Português de Moçambique e que, para tal, deveria ser normatizado.

O nosso posicionamento relativamente a estas tendências não poderia ser neutro. Assim, defendemos o reconhecimento formal do Português de Moçambique como património sociocultural enraizado na sociedade moçambicana e, como tal, deve ser normatizado, porém, não apregoamos que ele substitua a norma europeia. Pelo contrário, que coabitem as duas normas, já que officiosamente, em muitos contextos, verifica-se a dualidade das duas línguas portuguesas, fenómeno que designamos bilinguismo em língua portuguesa<sup>4</sup>, o que traz subsídios que permitiriam a elevação da norma culta do Português de Moçambique como modelo para a sua padronização. Sobre a norma culta, Bagno (2003, p. 65) define-a “como o primeiro substrato da norma

---

<sup>4</sup> O conceito de bilinguismo é usado na perspectiva de Romaine (1995) citado por Fritzen (2008, p. 343), como o “uso alternado de duas ou mais línguas”.

padrão que é introduzida no sistema linguístico pelos falantes com alta escolarização e cultura urbana”<sup>5</sup>.

Para casos de pessoas que, de acordo com os contextos, se posicionam linguisticamente de forma diferente, isto é, desenvolvem um repertório linguístico em Português diferenciado para se adequarem ao contexto em presença, Rojo (2009) apelida-os de políglotas em Português, uma constância também no país.

Ainda olhando a situação linguística de Moçambique, outro dado curioso não nos passou despercebido: o facto de se ter oficializado o Português sem se nacionalizar e terem sido nacionalizadas as línguas autóctones sem serem oficializadas, e que apenas em 1990, ou seja, 15 anos depois da independência nacional, o estatuto de língua oficial foi formalizado na Constituição da República do mesmo ano, o que em tese deixa evidente o facto de que o Português foi adoptado tacitamente como língua oficial em 1975 sem que tal estatuto fosse expresso no texto constitucional, um procedimento que foi adoptado por alguns dos estados pós-coloniais em África imediatamente às suas independências.

Como se pode perceber, o foco da nossa pesquisa está entroncado em volta da língua e as interfaces que podem ser estabelecidas a partir dela. Paraphraseando Marcuschi (2012), nesta pesquisa a língua não vai ser vista nem como código, nem sequer como instrumento e muito menos como uma estrutura.

De acordo com o autor<sup>6</sup>, quando a língua é vista como um código ou sistema de signos, a sua análise desenvolve-se na imanência do objecto, o que negligencia o contexto e a situação, bem como os aspectos discursivos sociais e históricos subjacentes. Já quando se perspectiva a língua como instrumento, naturaliza-se a falsa ideia de que a compreensão se torna algo objectivo, o que em tese configura uma transmissão da informação de forma natural e deixa-se a entender que a língua é um instrumento transparente e de manuseio não problemático. Por fim, a língua não é uma estrutura porque os falantes, envolvidos em processos sociodiscursivos, é que têm a capacidade de a estruturar com o recurso a alguns dos seus aspectos, tais como lexicais e sintácticos.

---

<sup>5</sup> Para Bagno (2003, p. 66), a chamada norma culta devia ser designada por “variedades de prestígio ou variedades prestigiadas”.

<sup>6</sup> Cf. Marcuschi (2012, p. 59-60; 228-229).

Marcuschi (2012) chama a atenção para o facto de que não se pode ver a língua apenas na vertente das actividades cognitivas, pois se corre o risco de não se conseguir explicar o seu carácter social, o que nos faz configurá-la como sendo, para além de prática sociocultural e sociointeractiva que demanda de contextos discursivos, uma actividade sociocognitiva na medida em que o social influencia o cognitivo.

Por isso, o conceito de língua que iremos usar neste trabalho está em conformidade com a perspectiva de César e Cavalcanti (2007), os quais o metaforizam como caleidoscópio, pois ela é multifacetada e em constante dinamismo. Já a linguagem é perspectivada nas ópticas de Geraldi (2000), Fairclough (2008) e Travaglia (1997) como forma de interacção e prática social emoldurada na interacção, ou seja, como sintetiza Marcuschi (2012), a linguagem é um conjunto de actividades e uma forma de acção, o que permite, segundo Rajagopalan (2013), reformular constantemente as personalidades das pessoas, facto que nos leva a julgar que seja um mecanismo através do qual as pessoas manifestam as suas identidades em contextos discursivos.

Para além de meio de comunicação e de interacção, veículo de cultura, de ressignificação da realidade e dos comportamentos e práticas sociais, a língua será vista, também, como meio de marcação das fronteiras simbólicas – a fronteira antes de ser política e jurídica ela é humana porque estabelece a separação entre as pessoas –, de acordo com as perspectivas de Mellià (1997) e de Certeau (1994), como espaços não físicos, mas imaginários onde interactuam os sujeitos individuais e colectivos e onde as identidades fluem em constante mutação por meio da ressignificação da realidade, ou seja, a cosmovisão do mundo processa-se na razão da internalização do sistema sociocultural e sociocognitivo que o falante vai construindo ao longo das suas vivências dentro desses espaços simbólicos, cujo repertório lhe permite compreender e inferir os factos sociais perspectivados por Durkheim (1980) como tudo o que ocorre na sociedade e como meio de manifestação da cultura no plural na perspectiva de Certeau (2012).

Mais ainda, a fronteira é vista na óptica de Rushdie (2007, p. 342) “como uma linha fugida, visível e invisível, física e metafísica, amoral e moral”. Parafraseando o mesmo autor (*op. cit*), a fronteira constitui um espaço por excelência de transformação que duplamente molda o carácter das pessoas e testa a sua têmpera, até porque,

conforme sinaliza Geertz (2008, p. 99), “nenhuma sociedade consiste unicamente de excêntricos anônimos que se tocam e ricocheteiam como bolas de bilhar”.

A língua, como um elemento *sine qua non* para a existência humana, já que por meio dela estabelecemos as relações sociais, e como um dos componentes essenciais na vida do ser humano, é, segundo Bagno (1999, p. 133), um poderoso mecanismo de “ocultação da verdade, de manipulação do outro, de controle, de intimidação, de opressão, de emudecimento” e também como meio a partir do qual se exerce o poder sobre os demais, conforme a visão de Bourdieu (2008, p. 34) segundo a qual “a imposição da língua legítima contra os idiomas e os dialetos faz parte das estratégias políticas destinadas a assegurar a eternização das conquistas da Revolução pela produção e reprodução do homem novo”, um dos desígnios da ideologia<sup>7</sup> da luta de libertação nacional em Moçambique protagonizada pela FRELIMO que tinha em vista não apenas libertar a terra e o Homem, como também formar um *Homem novo* recorrendo à sua reformatação ideológica para se adequar à nova ordem social, política, económica, religiosa, ideológica, enfim, construir um *Homem novo* capaz de fazer face aos desafios da construção do Estado nacional.

O pensamento de Bagno (1999) sobre o papel que uma língua pode desempenhar numa sociedade conduziu-nos a uma rebusca na nossa reminiscência, pois durante a colonização portuguesa os sucessivos governos coloniais não mediram esforços para pôr em prática o princípio axiológico *dividir para reinar*. Para o efeito, os portugueses hierarquizaram as relações sociais no seio dos moçambicanos por meio da política de assimilação que tinha em vista aculturar as pessoas linguística e culturalmente a seu modelo, sem as transformar em cidadãos portugueses com plenos direitos, e um dos objectivos centrais de tal política era criar um grupo de moçambicanos para servirem de alicerce ao aparelho administrativo colonial, inculcando neles aquilo que Bourdieu (2007) chama de falsa consciência. Tal processo passou, em parte, por tentativas de aniquilamento das línguas autóctones e de todo o manancial cultural da história milenar das populações.

---

<sup>7</sup> Segundo Eagleton (1997, p. 15), ninguém ainda propôs uma definição única e adequada de ideologia, até porque para o autor “é, por assim dizer, um texto, tecido com uma trama inteira de diferentes fios conceituais” e defende que a ideologia e a política não são a mesma coisa. O autor (*op. cit.*, p. 39) propõe seis definições do termo ideologia com base em diferentes ênfases, das quais destacamos a seguinte: “ideologia significa as idéias e crenças que ajudam a legitimar os interesses de um grupo ou classe dominante”.

Portanto, a política de assimilação preconizava criar estereótipos igualitários no seio dos moçambicanos classificados como “portugueses da segunda” e que deveriam falar a língua portuguesa a modelo europeu e ter a mesma cultura como a dos portugueses, facto que não passa de construção simbólico-ideológica, até porque Bagno (2003, p. 121), que cita o linguista inglês David Crystal (1987), defende que “as línguas estão sempre num estado de fluidez. A mudança afeta o modo como as pessoas falam [pelo que a] língua só ficaria parada se a sociedade parasse”, razão pela qual subscrevemos o pensamento do Prémio Nobel da Literatura, o português José Saramago, de que “não há uma língua portuguesa, há línguas em português”.

Por isso, a língua é um meio de interacção maleável – toda a língua muda, a contragosto dos gramáticos normativistas que vêem a batalha da puridade linguística e, do modo particular em Moçambique da lusitanização do Português cada vez perdida; é também um veículo de cultura, e por conta disso a sua hibridação é inevitável em decorrência da sua apropriação pelos falantes, razão pela qual Back (1987, p. 61) defende que “a língua revela cultura, armazena todos os elementos culturais. Mais ainda, é a condição para que a cultura possa existir dentro de uma comunidade”, aclarando-se uma simbiose funcional arrojada na trilogia língua, linguagem e cultura, o que nos permite configurar a língua como meio de exercício do poder simbólico, na perspectiva de Bourdieu (2007), e como meio através do qual se estabelece o confronto de identidades segundo a visão de Hall (2009, 2006, 2000), Silva (2000), Woodward (2000), Rajagopalan (1998) e Sarup (1996). Para estes autores, a identidade é construída nas práticas discursivas e é complexa, provisória, em constante mutação e ela é circunstancial e contingencial.

Estruturalmente, o nosso trabalho compreende quatro capítulos.

No primeiro capítulo, focalizámos a metodologia que embasa a pesquisa e apresentamos uma breve incursão na interdisciplinaridade, que é a proposta epistemológica do curso que estamos a seguir – o de Mestrado em Sociedade, Cultura e Fronteiras, através do estabelecimento de *links* com vários domínios do conhecimento que são mobilizados neste trabalho. Ainda neste capítulo, para além da contextualização teórica que fundamenta a pesquisa, estabelecemos as perspectivas teórico-analíticas de alguns conceitos e as interfaces que podem ser estabelecidas entre si, como são os casos de língua(gem), identidade, cultura, hibridação, representação, performatividade e

nação, por forma a compreendermos os pressupostos que interferem na produção discursiva dos sujeitos da pesquisa e os contornos da elaboração das políticas linguísticas e dos processos da nacionalização do Português Europeu em Moçambique.

No segundo capítulo apresentámos, de entre outros aspectos, uma breve história de Moçambique e traçámos o quadro sociolinguístico de modo a inferirem-se os pressupostos a partir dos quais foram construídas as políticas linguísticas do país tendo em conta a axiologia da homogeneização linguística e a construção do Estado. Ainda neste capítulo apresentámos os dados estatísticos sobre os censos populacionais realizados, com enfoque para os números de falantes das línguas no país e as respectivas zonas de influência.

No terceiro capítulo, de entre vários assuntos, apresentámos as reflexões sobre o Português Europeu como norma padrão em Moçambique e as implicações daí decorrentes e focalizámos alguns dos traços de nacionalização desse Português em Moçambique como resultado da sua apropriação pelos moçambicanos.

Por fim, no quarto capítulo, apresentámos os dados e a respectiva análise e interpretação. Os dados resultam de excertos de alguns textos literários e de excertos de textos publicados em certos jornais e de uma revista para compreendermos a nacionalização do Português e as representações simbólicas e político-ideológicas daí decorrentes cujo enfoque radica no léxico e na sintaxe, áreas que já permitem formular algumas generalizações sobre o Português de Moçambique.

Em seguida, apresentámos as conclusões que se fundem na necessidade do reconhecimento formal do Português de Moçambique cuja existência não pode ser vista como alternativa ao Português Europeu, ou seja, substituí-lo. Pelo contrário, reconhecer-se o seu valor como produto legitimado pela conjuntura sócio-histórica e cultural que permitiu a sua apropriação linguística, simbólica e ideológica e que representa a identidade de muitos falantes, pelo que deve ser normalizado, processo que acarretaria alguns reajustes nas actuais políticas linguísticas do país.

## CAPÍTULO I

### FUNDAMENTAÇÃO METODOLÓGICA E PERSPECTIVAS TEÓRICO-ANALÍTICAS

“A pesquisa não é a transmissão de dados especializados, mas, em termos de estilo e de conteúdo, um catalisador para a consciência crítica” (CHRISTIANS, 2006, p. 157).

Este capítulo compreende a fundamentação metodológica e o estabelecimento de perspectivas teórico-analíticas.

Desta feita, as metodologias de pesquisa consubstanciam-se numa pesquisa qualitativa que se apoia em dois procedimentos: métodos de geração de dados e métodos de análise e interpretação de dados. Os dados gerados e analisados resultam de excertos de textos literários, de jornais e de uma revista.

Na geração dos dados recorreremos ao uso dos seguintes procedimentos: pesquisa documental e diário retrospectivo. Relativamente à análise e interpretação dos dados, os nossos procedimentos ciscunscrevem-se aos paradigmas interpretativista e indiciário.

Esta é uma pesquisa interdisciplinar, em consonância com o programa do mestrado que seguimos. Em função disso, fizemos uma breve abordagem sobre a interdisciplinaridade, suas faces e mecanismos funcionais, o que nos permitiu mobilizar saberes de outros domínios da ciência tendo em conta que na pesquisa interdisciplinar se perspectiva a maximização dos conhecimentos recorrendo-se ao estabelecimento de pontes de convergência entre as ciências de modo a flexibilizar a pesquisa.

Com efeito, apresentamos três tipos de pesquisa interdisciplinar que podem ser usados, cada um com as suas interfaces funcionais, nomeadamente: a interdisciplinaridade de serviço, a interdisciplinaridade baseada no trabalho em equipa e a interdisciplinaridade conceitual.

Tendo em conta os nossos objectivos e as perguntas de pesquisa que colocámos, pudemos constatar que existe uma relação intrínseca com alguns dos conceitos basilares que serão arrolados nas perspectivas teórico-analíticas, nomeadamente língua(gem), identidade, cultura, hibridação, representação, performatividade e nação, e as faces e interfaces que podem ser estabelecidas com os contextos sociais, culturais e históricos da produção discursiva dos sujeitos da pesquisa.

Assim sendo, ainda neste capítulo, discutimos estes conceitos tendo em conta os princípios da Linguística Aplicada que traça um novo quadro epistemológico assente numa perspectiva pós-moderna que vai colocar o sujeito da pesquisa como o centro das atenções e privilegia novas perspectivas de abordagem pós-estruturalista. Com isso, alguns dos conceitos clássicos como língua(gem) são “reformulados” para dar cobertura a novos questionamentos que são colocados às ciências da linguagem e outros como cultura e identidade ganham uma nova ressignificação e ressalta-se a riqueza assente na diversidade linguístico-cultural e na impossibilidade de todas as pessoas partilharem as mesmas identidades e culturas (a não ser numa visão de imposição ideológica), pois o ser humano, por natureza, é um ser complexo e, por causa disso, portador de inúmeras e complexas identidades e culturas, razão pela qual a tentativa da sua essencialização acaba por silenciar a diversidade que lhe é característica.

## **1.1 – Fundamentação metodológica**

### **1.1.1 – Métodos de geração de dados**

A pesquisa científica é um trabalho laborioso, em virtude de requerer conhecimentos especializados, procedimentos éticos e determinadas práticas por vezes de difícil concretização. Mais ainda, ela requer uma metodologia<sup>8</sup> a seguir que é o primeiro passo para a prossecução de qualquer investigação e a adopção de métodos<sup>9</sup> apropriados. É neste âmbito que a nossa pesquisa observa dois mecanismos procedimentais cuja complementaridade é indispensável: métodos de geração de dados e métodos de análise e interpretação de dados.

---

<sup>8</sup> De acordo com Matias-Perreira (2012, p. 13) é “a lógica do procedimento científico e tem um carácter normativo, que se distancia claramente da teoria (substantiva), [ou seja], a metodologia é o estudo dos métodos. A sua finalidade é ajudar o pesquisador a compreender em termos mais amplos possíveis o processo de investigação científica”.

<sup>9</sup> Segundo Matias-Perreira (2012, p. 31) é “conjunto de procedimentos, regras e técnicas que devem ser adotados na realização de uma pesquisa científica”.

Para a geração dos dados, a nossa pesquisa enquadra-se nos seguintes procedimentos: pesquisa documental e diário retrospectivo.

Segundo Santos (2000), a pesquisa documental é a que se realiza a partir de documentos, contemporâneos ou retrospectivos, considerados cientificamente autênticos, podendo-se recorrer a tabelas estatísticas, pareceres, cartas, fotografias, relatórios, projectos de lei, mapas, depoimentos orais e escritos, documentos informativos, entre outros. Com efeito, a pesquisa documental foi usada como suporte para a consulta da legislação, análise de dados históricos, dados estatísticos, mapas, relatórios e consulta de revistas, jornais e textos literários.

O outro procedimento que nos auxiliou na geração dos dados e posterior sistematização foi o diário retrospectivo, procedimento inspirado em Bortoni-Ricardo (2008), que nos permitiu fazer uma busca na nossa reminiscência sobre as especificidades do outro Português que alguns falam em Moçambique, bem como dos aspectos mais relevantes decorrentes da análise de textos de jornais, revista e textos literários. O diário incorpora sequências narrativas, interpretativas, avaliações, especulações, enfim, elementos que serviram de suporte na análise e interpretação.

### **1.1.2 – Metodologia de análise e interpretação de dados**

Esta pesquisa foi realizada sob a perspectiva qualitativa que, segundo Bortoni-Ricardo (2008, p. 34), “procura entender [e] interpretar fenômenos sociais inseridos em um contexto”.

Na visão de Matias-Pereira (2012, p. 84), no paradigma qualitativo a pesquisa é descritiva, o que implica que “as informações obtidas não podem ser quantificáveis. Por sua vez, os dados obtidos são analisados de forma indutiva. Nesse sentido, a interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicos no processo de pesquisa qualitativa”.

Apostilando Bortoni-Ricardo (2008, p. 32), o “nosso foco é particularmente o mundo partilhado de significados sociais, por meio dos quais a ação social é gerada e partilhada”, o que nos permitiu recorrer ao paradigma interpretativista que segundo a mesma autora (*ibidem*) surge como alternativa ao positivismo e prescreve que “não há como observar o mundo independentemente das práticas sociais e significados vigentes. Ademais, e principalmente, a capacidade de compreensão do observador está enraizada

em seus próprios significados, pois ele (ou ela) não é um relator passivo, mas um agente ativo”.

Segundo Bortoni-Ricardo, o paradigma interpretativista compreende vários métodos dos quais destacámos os seguintes:

pesquisa etnográfica, observação participante, estudo de caso, interacionismo simbólico, pesquisa fenomenológica e pesquisa construtivista, entre outros. Interpretativismo é uma boa denominação geral porque todos esses métodos têm de comum o compromisso com a interpretação das ações sociais e com o significado que as pessoas conferem a essa ação da vida social (BORTONI-RICARDO, 2008, p. 33).

Ainda de acordo com a mesma autora (*op. cit.*, p. 42) “a pesquisa interpretativista não está interessada em descobrir leis universais por meio de generalizações estatísticas, mas sim em estudar com muitos detalhes uma situação específica para compará-la a outras situações”, razão pela qual, não raras vezes, fizemos um trânsito entre as nossas memórias e as teorias de suporte para melhor percebermos os aspectos em presença, ao analisar as metáforas contidas nos excertos e no embasamento teórico das leituras efectuadas. Este facto permitiu-nos, com o recurso à suficiência interpretativa que, segundo Christians (2006, p. 153) que cita Denzin (1989), significa “acompanhar com seriedade vidas repletas de múltiplas interpretações e embasadas na complexidade cultural”, perceber a conjuntura contextual do uso de alguns lexemas e o recurso a algumas estratégias semântico-pragmáticas “inexistentes” no Português Europeu, mas que são uma constância no Português de Moçambique em decorrência das peculiaridades socioculturais e históricas que moldam novas realidades sociolinguísticas no país.

Sousa Santos (1998, p. 52), ao analisar a produção do conhecimento no campo das ciências sociais defende que a captação da informação e interpretação dos dados é sempre um processo subjectivo, em parte devido ao chamado paradoxo do observador, pois “o comportamento humano, ao contrário dos fenômenos naturais, não pode ser descrito e muito menos explicado com base nas suas características exteriores e objetiváveis, uma vez que o mesmo ato externo pode corresponder a sentidos de ação muito diferentes”.

Este pensamento é igualmente partilhado por Bortoni-Ricardo (2008, p. 58) que defende que “o cientista social é membro de uma sociedade e de uma cultura, o que

certamente afeta a forma como ele vê o mundo”, pelo que, a necessidade do distanciamento entre o cognoscente (pesquisador) e o objecto cognoscível assenta no pressuposto da reflexividade, tendo em conta que o pesquisador é parte do mundo que ele pesquisa<sup>10</sup>, o que legitima o trânsito que fizemos, ao longo do trabalho, entre o pesquisador e os participantes da pesquisa (através dos excertos textuais) com o recurso ao embasamento teórico e prático concomitante à nossa reminiscência e ao nosso conhecimento dos factos sociais, pois numa pesquisa em Linguística Aplicada o nosso foco consiste nos significados que as pessoas constroem na sociedade em que estão inseridas os quais impactam na sua forma de ser, de estar, de sentir, de fazer, de pensar, quiçá, o ser humano na sua dimensão holística.

Devido ao facto de o nosso foco ser constituído por textos escritos caracterizados por um alto grau de metáforas que, segundo Bagno (2011, p. 172), é “o processo mental que fazemos ao transferir uma palavra de um domínio semântico para o outro, ao expandir seu significado de um sentido concreto para o outro cada vez mais abstrato” também usámos o paradigma indiciário de Ginzburg (1989, p. 177) que mais do que analisar pegadas, astros, nos finais do século XIX quando surgiu no ramo das ciências humanas, e que veio revolucionar a criminalística ao proporcionar as impressões digitais para desvendar alguns crimes, passou, igualmente, a analisar escritas, pinturas e discursos. O mesmo postula que “se a realidade é opaca, existem zonas privilegiadas – sinais, indícios – que permitem decifrá-la. Essa idéia, que constitui o ponto essencial do paradigma indiciário ou semiótico, penetrou nos variados âmbitos cognoscitivos, modelando profundamente as ciências humanas”.

Este paradigma auxiliou-nos a decifrar e interpretar o campo semiótico subjacente à construção e percepção do quotidiano presente nos excertos objecto de análise, pois cada lexema encerra a racionalização de um pensamento indexado a uma realidade na qual o repertório sociocultural de quem produz e consome a informação desempenha um papel importante.

Portanto, com estes paradigmas metodológicos fizemos uma conexão entre os materiais linguísticos constantes nos excertos dos textos literários, de jornais e de

---

<sup>10</sup> Ademais, como observa Christians (2006, p. 149), “uma filosofia positivista da investigação social insiste na neutralidade quanto às definições do bem, sendo que essa visão do mundo tem sido alvo de descrença”.

revista, aliado ao conhecimento que temos da realidade sociolinguística e sociocultural de Moçambique para sustentarmos as nossas argumentações.

### **1.1.3 – A interdisciplinaridade como um desafio no processo de pesquisa:**

#### **Estabelecendo *links* com vários domínios do conhecimento**

O processo de investigação, em qualquer área do conhecimento, requer a abertura a novos campos do saber para se estabelecer um diálogo com outras ciências afins de forma a capitalizar as mais-valias de cada área, isto porque acreditamos que não se produz conhecimento científico com ciências enclausuradas apenas nos seus campos epistemológicos. Toda a ciência deve estabelecer pontes com as outras ciências tendo em vista estabelecer o diálogo para evitar cair no reducionismo.

Este processo dialógico do saber entre as ciências, por vezes, pouco aceite por parte de alguns círculos de opinião científica, que colocam alguns entraves, alegadamente porque retira a autonomia que deve prevalecer nos campos disciplinares e cuja hermenêutica se baseia no pressuposto de que cada ciência tem as suas teorias para explicar os factos que ocorrem no seu campo de estudo, sendo por isso, menos consistentes os embasamentos que decorrem da inter-ciência assente na interdisciplinaridade, estão a desaparecer aos poucos e a última metade do século XX veio dinamizar o modo de fazer as pesquisas, sobretudo o campo das ciências da linguagem, com o recurso cada vez mais recorrente a pesquisas corporativistas onde interactuam, de forma complementar, várias ciências.

Por isso, a pesquisa interdisciplinar, aos poucos, deixa de ser uma opção para ser um imperativo, uma necessidade imperada pela globalização que provocou os deslocamentos dos campos do saber, tornando-os mais compactos e que só uma pesquisa interdisciplinar<sup>11</sup> permite emoldurar as disciplinas e conectá-las ao objecto de estudo alvo, justificando-se assim a nossa opção por este modelo de pesquisa.

De acordo com Reynaut e Zononi (1991), a prática interdisciplinar pode efectivar-se obedecendo a três tipos, nomeadamente: a interdisciplinaridade de serviço, a interdisciplinaridade baseada no trabalho em equipa e a interdisciplinaridade conceitual.

---

<sup>11</sup> Segundo Pombo (2008) a interdisciplinaridade significa perspectivismo/ convergência, na medida em que prescreve a combinação de vários campos do conhecimento.

Segundo os autores em referência (*op. cit.*, p. 155, grifo dos autores), a interdisciplinaridade de serviço consiste “no quadro de uma disciplina que desempenha o papel de líder, solicita competências e *savoir-faire* de outras especialidades” e o cruzamento de olhares distintos sobre uma mesma realidade empírica. Já a interdisciplinaridade baseada no trabalho em equipa consiste na formação de uma equipa “hierarquizada que reúne várias disciplinas em torno do objetivo comum” e por fim a interdisciplinaridade conceitual que “trata de questões teóricas e epistemológicas surgidas do próprio movimento de reflexão científica e que, partindo do reconhecimento da impossibilidade de se operar uma censura radical entre dimensões materiais e imateriais da realidade”, tem por objectivo “forjar conceitos de carácter transversal e reexamina em profundidade a definição do objeto científico e os processos da produção do saber”.

O nosso trabalho fundamentou-se na interdisciplinaridade de serviço e tem como base a Linguística Aplicada (LA)<sup>12</sup> e mobiliza as seguintes áreas de conhecimento: Sociolinguística, Sociologia, História, Geografia, Antropologia, Análise Crítica do Discurso, Psicolinguística, Literatura e Estudos Culturais com vista a um emparelhamento das teorias e fundamentos epistemológicos destas áreas na construção e suporte argumentativo da pesquisa.

A escolha destas áreas do conhecimento científico permitiu-nos, apostilando Pombo (2008, p. 23), atingir camadas mais profundas da realidade cognoscível, pois “uma aproximação interdisciplinar não é uma aproximação que deva ser pensada unicamente do lado do sujeito, daquele que faz a ciência”. Pelo contrário, a autora (*ibidem*) sustenta que “é algo que tem a ver com o próprio objecto de investigação e com a sua complexidade”.

Ainda de acordo com Pombo (*op. cit.*), a pesquisa interdisciplinar permite capitalizar novos conhecimentos e novas descobertas a partir do conhecimento disciplinar e multidisciplinar do investigador e tocar em zonas do objecto de investigação difíceis de serem detectadas num olhar disciplinar, razão pela qual, para Moita Lopes (2006, p. 100), na interdisciplinaridade “a lógica de uma teoria é posta a operar dentro de uma outra sem que a última seja reduzida à primeira”.

---

<sup>12</sup> A Linguística Aplicada segundo Brumfit (1995, p. 27) citado por Kumaravadivelu (2006, p. 136) “é a investigação teórica e empírica de problemas reais nos quais a linguagem é uma questão real”.

Frigotto (2008, p. 46)<sup>13</sup>, ao analisar o processo de investigação interdisciplinar, defende que “o processo de conhecimento social vem então marcado pelos interesses, concepções e condições de classe do investigador. O conhecimento não tem como ser produzido de forma neutra tendo em vista que as relações que ele tenta apreender não são neutras”, daí a complexidade para compreender as metáforas consignadas aos fenómenos sociolinguísticos e socioculturais resultantes dos excertos objecto de análise porque quem escreve recria a língua(gem) em função dos seus repertórios culturais, ideológicos e com base na sua competência linguística e caberá ao leitor redimensionar o que lê e as inferências daí resultantes, tendo em conta o pensamento de Gnerre (1985, p. 14) segundo o qual “entender não é reconhecer um sentido invariável, mas 'construir' o sentido de uma forma no contexto no qual ela aparece”, o que faz com que uma palavra com um significado *a priori* conhecido pode, em função dos usos linguísticos consignados aos aspectos culturais e simbólico-ideológico de contextos específicos, ser enquadrada em outros contextos semântico-pragmáticos.

Como que a complementar este pensamento, Assis-Peterson (2006, p. 155) defende que “a língua(gem) é emoldurada e moldada pelo contexto, por constructos culturais, conhecimento mútuo dos membros de uma comunidade de fala, situações e práticas sociais, identidades sociais dos falantes/ ouvintes”, enaltecendo, desta forma, o papel que o contexto joga na organização e produção discursiva e nas percepções daí decorrentes.

Portanto, a interdisciplinaridade pode ser entendida como sendo uma procissão que se faz aos diferentes ramos do conhecimento para buscar as mais-valias de cada ciência. Com isso, o paradigma interdisciplinar, aliado ao nosso olhar etnográfico de algumas realidades sociolinguísticas e socioculturais de Moçambique, permitiu-nos forjar as directrizes para costurar os nós orientadores do nosso raciocínio, razão pela qual consideramos a pesquisa interdisciplinar como uma pesquisa que se faz a 3D: Dimensiona, Dinamiza e Democratiza.

Dimensiona, na medida em que permite alargar o âmbito da visão do que se pesquisa com recurso a outros campos do saber; Dinamiza, pois permite impulsionar a pesquisa dotando o pesquisador de conhecimentos adicionais que o possibilitam dar vazão aos empecilhos que surgem durante a pesquisa disciplinar; Democratiza, porque

---

<sup>13</sup> Cf. Revista Ideação (vol. 10, 1º semestre, 2010, da UNIOESTE).

os resultados daí decorrentes podem interessar leitores de diferentes áreas científicas em função das pontes de diálogo multifacetado que são estabelecidas.

## **1.2- Estabelecendo as perspectivas teórico-analíticas**

### **1.2.1- Língua(gem) e sociedade: Faces e interfaces**

Sabe-se que de Saussure, considerado o pai da Linguística Científica e do estruturalismo com a publicação da obra *Curso de Linguística Geral* que ele desenvolveu entre os anos 1911 e 1913 e que postumamente foi publicada pelos seus alunos em 1916 até à actualidade, ou seja, desde o primeiro quartel do século XX até aos princípios deste século XXI, vários estudiosos dedicam-se ao estudo da área da Linguística e as suas interfaces com a sociedade, estabelecendo correntes também divergentes uma das outras.

Destes destacámos Roman Jakobson, da denominada Escola de Praga e que actualmente é inscrito na corrente funcionalista; Michael Halliday<sup>14</sup> que se destacou por retomar e reformular alguns dos fundamentos do funcionalismo como a relação entre o contexto social e a forma linguística; Franz Boas que estabeleceu a união entre os estudos antropológicos e os estudos linguísticos, caminho que foi imortalizado pelo seu seguidor Edward Sapir, que juntamente com o seu discípulo Lee Whorf, inscreveu para a posteridade a famosa *hipótese de Sapir-Whorf* que prescreve o relativismo cultural e linguístico como alternativa de posicionamento para suplantar as diferenças entre culturas e etnias; Leonard Bloomfield<sup>15</sup>, referência obrigatória do estruturalismo norte-americano, cujos estudos tiveram um grande impacto até à chegada de Naom Chomsky<sup>16</sup> considerado a figura científica do século XX e pai da chamada Linguística Gerativista que defende que a linguagem constitui uma faculdade inata aos indivíduos, ou seja, algo biológico internalizado pelo DAL – Dispositivo de Aquisição da Linguagem.

Como se pode perceber, estas pesquisas impactaram bastante nos estudos linguísticos e sociolinguísticos tendo recebido diversas críticas e elogios e criaram as premissas para o surgimento de novas teorias para explicar, por exemplo, a relação entre a língua e o contexto, aspecto que não tinha sido explorado com maior “profundidade”, o que acentuou o fosso na relação língua/ contexto, contribuindo, por exemplo, para a

---

<sup>14</sup> Cf. Halliday (1978).

<sup>15</sup> Cf. Bloomfield (1933).

<sup>16</sup> Cf. Chomsky (1994).

não explicação da relação que se estabelece entre a organização sociodiscursiva dos falantes e os aspectos socioculturais.

E tendo em vista explorar a relação língua/ contexto, iremos adoptar a perspectiva de Bakhtin (1997) que postula que a língua(gem) é emoldurada em contextos discursivos. Bakhtin será retomado mais adiante, de momento achamos oportuno apresentar outros pontos de vista relativos aos inúmeros estudos na área das ciências da linguagem.

Por exemplo, Marcuschi (2012, p. 38), ao analisar os estudos no campo das ciências da linguagem a partir do surgimento da Linguística enquanto ciência, refere que “não obstante a impressão da hegemonia de um projeto formalista na perspectiva do tripé Saussure, Bloomfield, Chomsky, deve-se admitir que a linguística do século XX foi multifacetada e plural”.

Para Marcuschi (*op. cit.*, p. 35-36), na Linguística Gerativista de Chomsky “o que está em jogo em primeira instância não é a análise de línguas nacionais nem as exteriorizações ou vinculações com a cultura e a sociedade e sim a mente humana” que constitui, neste paradigma, o fundamento para a aquisição de qualquer língua.

Ao analisarem a chamada Linguística Estruturalista, também designada Linguística da Língua, César e Cavalcanti (2007) defendem que esta corrente recusou a influência de aspectos socioculturais nos fenómenos linguísticos, o que contribuiu para acentuar o fosso entre a língua e a cultura.

Saussure<sup>17</sup>, que teve o mérito de instituir a Linguística como ciência traçando as primeiras directrizes epistemológicas, inaugurou uma página importante nos estudos da linguagem ao separar a língua da fala. Com isso, enalteceu que a língua tinha um carácter social e a fala um carácter individual, o que explica, por exemplo, a sustentação de Bakhtin de que

Se a língua, como conjunto de formas, é independente de todo o impulso criador e de toda a acção individual, segue-se ser ela um produto de uma criação coletiva, um fenómeno social e, portanto, como toda instituição social, normativa para cada indivíduo (BAKHITIN, 1997, p. 79).

---

<sup>17</sup> Cf. Saussure (1970).

Apesar desta confluência de posicionamentos, os dois autores defendem perspectivas epistemológicas diferentes. Por exemplo, a ideia de *social* em Bakhtin (1997) é diferente da de Saussure (1970), tendo em conta que o último autor não aprofundou nas suas pesquisas a relação e o impacto do social na fala, diferentemente do primeiro autor.

Por isso, Bakhtin (1997), com a sua perspectiva teórica de que a língua(gem) é emoldurada em contextos discursivos (fundamento da nossa pesquisa), e que a língua é transformada historicamente na comunicação verbal concreta e não no sistema linguístico abstrato das formas da língua, muito menos no psiquismo individual dos falantes, traça um paradigma da impossibilidade de um acto individual isolado mudar uma língua, pois ela é um constructo sociocultural, e como tal, pejada da herança colectiva da sociedade.

Desta feita, o estudo da língua(gem), na visão bakhitiana, pressupõe que se deve ter em conta a componente sociocomunicativa tendo como base o princípio de que não existe língua(gem) de forma autónoma e desconectada da sociedade e que o contexto sociocultural determina os alicerces a partir dos quais os falantes reproduzem as suas representações linguísticas.

Assim sendo, a nossa pesquisa assenta numa perspectiva de língua(gem) em constante transformação, em linha de conta com as demandas na sociedade, até porque, como abona Vygostky (1984), o conhecimento emana da sociedade e não de um indivíduo tomado isoladamente, de tal forma que as representações colectivas influem nas representações individuais, isto é, o falante não é o *inventor da roda*, uma metáfora para assinalar que as representações do falante são, *a priori*, o reflexo do contexto social em que está inserido, pois, por meio da língua(gem), enquanto processo social através do qual se estabelecem as interfaces com os hábitos e costumes culturais em presença, constrói-se uma relação multifuncional com implicações mútuas entre o cognoscível e o cognoscente.

É neste quadro de relações que, para Fairclough (2008, p. 230), “a relação das palavras com os significados é de muitos-para-um e não de um-para-um, em ambas as direcções: as palavras têm tipicamente vários significados, e estes são 'lexicalizados' tipicamente de várias maneiras” em razão dos contextos sociocognitivo, sociocultural e sociointeractivo que envolvem os seus falantes, o que permite um emparelhamento da

realidade retratada e percebida de diferentes formas, tendo em conta que a cultura influi na forma de produzir os discursos e na forma de estar e participar dos sujeitos discursivos nos processos comunicativos.

E para uma melhor compreensão deste pensamento apresentamos o excerto<sup>18</sup> retirado da obra do escritor moçambicano Mia Couto em que apresenta uma construção linguística atípica na perspectiva da norma-padrão do Português Europeu, mas que é uma constância no Português de Moçambique.

Bem eu tinha recebido a recomendação de Sua Excelência: aprender a língua local facilita o entendimento com as populações. Mas eu desconsigo, nem tempo tenho para as prioridades.

Neste excerto destacámos a palavra *desconsigo*, típica do Português de Moçambique. Antes tida como um neologismo morfológico (des + consigo), actualmente ela já consta de alguns dicionários da língua portuguesa, segundo Mendes (2010, p. 130). Esta construção linguística tem por base o princípio, no Português Europeu, do recurso ao uso do prefixo *des-* para indicar uma acção contrária, como no caso de *mentir/ desmentir; encorajar/ desencorajar*. Porém, de acordo com a gramática da norma do Português Europeu, para o caso da indicação de uma acção contrária e recorrendo ao uso do verbo *conseguir*, o mais correcto seria usar o advérbio de negação *não*, o que resultaria em *não consigo*, trazendo à superfície algumas das ambiguidades que regulam a norma-padrão da língua.

Esta situação permite-nos também perceber que nem sempre o facto de uma palavra constar do dicionário e por conta disso deixar de ser um neologismo significa a sua aceitação tácita na perspectiva da gramática normativa como léxico do quadro das unidades lexicais da norma-padrão. Porém, no Português de Moçambique esta é uma palavra que procede.

Este facto vem reforçar a ideia de Fairclough (2008, p. 230) de que o processo de lexicalização não ocorre de forma isolada na sociedade, ou seja, ninguém individualmente pode mudar as línguas de forma isolada e fora do contexto social, pois “essas escolhas e decisões não são de natureza puramente individual: os significados das

<sup>18</sup> Conto “Primeiro escrito do administrador” do livro “O último voo do flamingo”, p. 75, publicado em 2005 no Brasil pela Companhia das Letras.

palavras e a lexicalização de significados são questões que são variáveis socialmente contestadas, e facetas de processos sociais e culturais mais amplas”, o que ecoa no pensamento de Marcuschi (2012, p. 40) ao referir que a língua “não é um sistema monolítico e transparente para 'fotografar' a realidade, mas é heterogênea e sempre funciona situadamente na relação dialógica”, pois se trata de um fenômeno sociocultural, histórico e sociocognitivo e varia ao longo do tempo e de acordo com os falantes socialmente constituídos.

Portanto, no excerto de Mia Couto observa-se a criatividade linguística através do recurso a mecanismos de lexicalização presentes na norma europeia e o enfoque sociocultural permite-nos inscrever que esta criatividade retrata as vozes que dão corpo ao Português de Moçambique cujos processos de dinamismo vão para além da componente lexical e subjazem a todo um referencial consuetudinário, ressaltando-se a ambiguidade das palavras decorrente dos usos sócio-histórico e culturais da língua(gem), razão pela qual Fairclough (2008) defende a polissemia lexical como resultado da apropriação e construção dos vários significados presentes no sistema sociolinguístico a partir das correlações que são estabelecidas com os contextos.

Então, por entendermos que o Português de Moçambique deve ser visto como outra língua portuguesa enraizada num contexto sociocultural específico, logo, deve-se olhar para o processo de criatividade sociolinguística como uma consequência natural de uma língua em contacto com outras línguas e culturas e não meramente uma variedade.

A esse respeito, Cavalcanti (2006, p. 240.), que se apoia em Maher (1996), refere que “considerando que as variantes da língua dominante são geralmente ignoradas ou não legitimadas, tem-se um problema de denominação que apresenta implicações para a transcrição de dados”. Segundo Cavalcanti (*ibidem*, grifo da autora) “é necessário ter em mente que essa *variante* pode ser língua falada pela comunidade como primeira língua, sendo esse português sua língua indígena”.

Ainda de acordo com Cavalcanti (2006), citando Cavalcanti e César (2004),

Ainda preferimos palavras como: variante, variedade, dialeto, norma, para falar da diversidade de uma língua, sem nos dar conta de que, ao fazer isso, estamos relegando a pluralidade linguística a uma questão secundária. O que quer dizer que, ao procurarmos legitimar uma 'essência', que precisa ser identificada enquanto construto teórico (a

língua), invisibiliza-se uma realidade sociocultural complexa, empírica que se torna periférica em diversas perspectivas teóricas. E, como periferia, deduz-se que seja superficial (CAVALCANTI, 2006, p. 240).

Assim sendo, marcamos um posicionamento ético; aquilo que Moita Lopes (2006, p. 103) apelida de “constituição de uma coligação anti-hegemônica que colabora na constituição de significados oriundos de outras vozes [...] e reiventando a emancipação em nossos dias”. O autor vai mais longe ao propor que se rompa com os

Valores modernistas, ocidentalizados, liberais e universais, apoiados por uma comunidade epistêmica universalista alimentada pelo mercado livre transnacional em um mundo novo globalizado e liberal. É assim que entendo que a LA contemporânea pode colaborar na construção de 'um novo paradigma social e político' e 'epistemológico' (MOITA LOPES, p. 103).

A corroborar com o exposto anteriormente, Makoni & Meinhof (2006, p. 195) defendem que uma vez que a LA focaliza questões do mundo 'real', tem que se “examinar nossos pressupostos, porque a maioria dos conceitos não foi concebida com base em contextos africanos nem tinha o objetivo de focar problemas de 'línguas' africanas”. Por isso, segundo os autores (*ibidem*) é imperioso “ajustar nossas categorias para adequá-las ao problema é necessário porque problemas práticos requerem o uso de categorias apropriadas para suas soluções”.

A padronização do conhecimento colonizado faz vingar aquilo que em tese Rojo (2009, p. 112) chama de cultura de massa da globalização “que é padronizada, monofônica, homogênea e pasteurizada” e que uma visão marcadamente anti-hegemônica de matriz pós-colonialista assente na “glocalização ou de g-localização”<sup>19</sup> pode contrabalançar a balança homogeneizante da globalização, isto é, segundo Denzin e Lincoln (2006, p. 405), “o que era centro agora está descentralizado; o que era margem e fronteira agora assume destaque central”.

Assim sendo, entendemos que é chegado o momento de se romper com a colonialidade da produção científica que se apoia unicamente no olhar ocidental e eurocêntrico, até porque, como aponta Moita Lopes (2006, p. 89), “a esperança não está na ciência ocidentalista de teorias separadas das práticas sociais” e assegurar-se que as novas vozes, principalmente as vindas do Sul, segundo Sousa Santos (2004, p. 18), sejam também protagonistas da “globalização contra-hegemônica”.

---

<sup>19</sup> Cf. Rojo (2009, p. 113).

A este respeito, Moita Lopes (2006, p. 87) defende que é necessário “pensar o mundo por um olhar não ocidentalista, conforme sugerido por Venn (2000), tendo em vista a compreensão de que a episteme ocidentalista destruiu outras lógicas de vida social e outras formas de produzir conhecimento”<sup>20</sup>, o que em parte justifica constatações perturbadoras como *cultura africana*, *identidade africana*, *tradição africana* como se tal fosse possível se não por via de uma vertente de construção e visão homogeneizante e essencialista de base europeísta ocidental cujas consequências para os africanos são tão devastadoras a ponto de muitas das vezes as pessoas se sentirem constringidas e obrigadas a dizer que *sou de Moçambique, de África*. Sem esta segunda segmentação nominal (África) dificilmente alguns interlocutores saberão da sua proveniência porque, infelizmente, ainda perdura a ideia de que *a África é um só país e que os africanos são todos iguais, têm a mesma cultura, a mesma identidade, as mesmas tradições*.

É diante dos posicionamentos anteriormente expressos que ao reflectirmos sobre o conceito de língua alinhamos com César e Cavalcanti (2007, p. 46) que defendem que no caso da língua e dos seus derivados “é possível pensar uma remodelação teórica mais afinada ao campo aplicado [...] na perspectiva dentre outras, dos estudos pós-colonialistas”<sup>21</sup> porque, mais uma vez, ainda de acordo com as autoras (*op. cit.*, p. 47), “ainda estamos submetidos numa ordem em que a complexidade dos usos lingüísticos é reduzida a formulação neutralizadora das diferenças sob a denominação de 'língua'”.

Por isso, segundo as autoras em referência isto faz com que

À categoria *língua* reserva-se o arcabouço que rotulamos de 'linguístico stricto sensu'. Com isso conserva-se o conceito de língua como uma totalidade reificada e reificadora de fatos da linguagem quer se trate de *língua histórica*, quer seja *língua* (sem adjetivos) como construto teórico, sistema subjacente que responde pela

---

<sup>20</sup> Visão com a qual concordamos parcialmente, pois não somos apologistas do apagamento de todo o conhecimento científico milenar proveniente da casta ocidental, pois constitui, principalmente, a base da civilização da humanidade. Porém, urge a necessidade de serem revistos alguns paradigmas para os adequar às demandas que não raras vezes colocam em causa determinados campos conceituais, tais como língua, linguagem, identidade e cultura, porque alguns dos conceitos universalizados começam a não dar cobertura a algumas especificidades que vão surgindo ou resurgindo em alguns contextos socioculturais, como é o caso do continente africano.

<sup>21</sup> Segundo Cavalcanti (2006, p. 235), o pós-colonialismo refere-se a “um espaço imaginado, o espaço para imaginar o 'pós' da modernidade, um espaço além do ocidentalismo, e, assim, o espaço de emergência da futuridade. Claramente, não é uma referência ao estado da arte depois do término formal do colonialismo”.

'unidade' dos diversos usos linguísticos (CÉSAR e CAVALCANTI, 2007, p. 47, grifos das autoras).

Ainda de acordo com as autoras (*op. cit.*, p. 61) “as teorias que têm tentado definir a língua ainda se encontram apartadas da complexidade dessa ordem e da linguagem nesse contexto”, já que a língua é definida linearmente e defendem o deslocamento dessa “concepção teórica de língua reificadora, que repercute, de maneira tão contraditória”, e ressaltam que a multiplicidade e complexidade linguística e cultural constituem características peculiares em qualquer comunidade ou sujeito falante e defendem que se deve encarar o múltiplo, as misturas e as diferenças. Mais ainda, as autoras (*op. cit.*) defendem que não se deve “buscar as semelhanças estruturais para justificar uma pretensa 'unidade sistemática da língua' ou mesmo um sistema que incorpore a variabilidade”<sup>22</sup>.

Por isso, para César e Cavalcanti, o conceito de língua deve ser entendido como se fosse um caleidoscópio<sup>23</sup>, visto que

O caleidoscópio, sendo feito de diversos pedaços, cores, formas e combinações, é um jogo de (im) possibilidades fortuitas e, ao mesmo tempo, acondicionadas pelo contexto e pelos elementos, um jogo que se explica sempre fugazmente no exato momento em que o objeto é colocado na mira do olho e a mão o movimenta (CÉSAR e CAVALCANTI, 2007, p. 61).

Com a metáfora do caleidoscópio, as autoras apresentam-nos o conceito de língua do singular ao multifacetado e defendem que ela (língua) não é estática, linear. Pelo contrário, é multifacetada e em constante dinamismo e encerra a totalidade de conjuntos híbridos de diversos fragmentos tendo em conta que por meio dela nos posicionamos nos processos discursivos onde convergem diferentes identidades e culturas.

Para César e Cavalcanti (2007, p. 61), a escolha da metáfora do caleidoscópio justifica-se pelo facto de que nele “formam-se desenhos complexos a partir de movimentos, de combinações”, realidade que caracteriza a língua portuguesa no contexto moçambicano que no seu movimento transcontinental (da Europa para África)

<sup>22</sup> Cf. César e Cavalcanti (2007, p. 61-62).

<sup>23</sup> Um caleidoscópio é um aparelho óptico formado por um pequeno tubo de cartão ou de metal, com pequenos fragmentos de vidro colorido, que através do reflexo da luz exterior em pequenos espelhos inclinados, apresentam, a cada movimento, combinações variadas e agradáveis de efeito visual.

e na sua coabitação com um contexto sociolinguístico de manto bantu tornou-se mais híbrida, com tonalidades mais coloridas que ultrapassam o colorido original, configurando-se multicolor e meio multiplicador de realidades antes menos conhecidas.

Por isso, as autoras (*ibidem*) defendem que a metáfora do caleidoscópio “parece uma imagem feliz para descolar as concepções de língua das concepções de nação e território estabilizadas politicamente e de níveis hierárquicos, num caso e num outro, totalidades que se mantêm como 'grande narrativa', justamente por conta de um arcabouço teórico anacrônico” e vão mais longe ao referirem que o quadro teórico-metodológico está naturalizado, daí a necessidade de um novo reposicionamento epistemológico, mudança que, para as autoras (*op. cit.*), teria implicações na hierarquização das línguas e evitaria algumas denominações estigmatizantes<sup>24</sup>, pelo que

Se esquecermos as dicotomias *língua e variedade*, *língua e norma*, *língua e dialeto*, e tratarmos a variação dialetal como multilingüismo, aí a língua materna torna-se a 'nossa língua' e não uma variedade corrompida – como normalmente é vista – da 'língua portuguesa' (CÉSAR e CAVALCANTI, 2007, p. 62, grifo das autoras).

Tomando em consideração que, nas relações sociais, à cultura cabe um papel inexorável de aglutinar as identidades individuais e colectivas para a fluidez do processo interactivo e para a formatação de um quadro contextual que permita a internalização das diversas percepções decorrentes dos usos diferenciados das línguas, então concordámos com Fiorin (2010, p. 57) ao referir que “a mesma realidade, a partir de experiências culturais diversas, é categorizada diferentemente. Nenhum ser do mundo pertence a uma determinada categoria, os homens é que criam as categorias e põem nelas os seres”, até porque, como bem observa Fairclough (2008), a linguagem deve ser vista como uma prática social, pois o conhecimento é construído socialmente. É a partir da linguagem que as pessoas se constituem enquanto sujeitos; forma de construção de identidades e o “malentendido” faz parte das interacções.

Assim sendo, justifica-se o pensamento de Fabrício (2006, p. 57) segundo o qual “a linguagem deve ser entendida como atividade, [...] ações simbólicas realizadas em determinados contextos sociais e comunicativos, que produzem efeitos e conseqüências semânticas convencionais”, o que torna o significado que se atribui a uma palavra como

---

<sup>24</sup> De acordo com Bagno (2003, p. 149) “a estigmatização se torna um problema social mais grave quando o rótulo de 'erro' passa a ser automaticamente aplicado a todas as demais características físicas e psicológicas bem como a todos os outros comportamentos sociais do falante que se serve da forma lingüística desprestigiada”.

uma construção que decorre do uso da linguagem tomada como uma prática social e uma forma de vida, razão pela qual

O sentido, assim, não é algo que acompanha a palavra, pois uma palavra só se torna significativa no seu uso em determinadas circunstâncias e contextos de comunicação. Isso quer dizer que a significação não é algo anterior às práticas discursivas vigentes em uma comunidade das quais aprendemos a participar. Haveria, então, vínculo indissociável entre linguagem, produção de sentidos, contexto, comportamento social e atividades humanas, o que aponta para o entrelaçamento entre cultura, práticas discursivas, conhecimento e visão do mundo (FABRÍCIO, 2006, p. 56).

Este pensamento de Fabrício (2006) de que a palavra não pode ser vista de forma isolada traz implicações muito sérias para a compreensão da produção discursiva, uma vez que, isolada do seu contexto, ela pode remeter a outras interpretações ambíguas. Ademais, ao concatenar a linguagem à produção de sentidos, comportamento social e às próprias actividades humanas, o autor deixa clara a indissociabilidade entre a cultura, as práticas discursivas, o conhecimento e a visão do mundo, pois o ser na sociedade e da sociedade faz conjecturar a *relação dialéctica entre o ser social e o ter a consciência social*, uma premissa dialógica que permite situar as relações sociais e discursivas nas sociedades.

Por isso, para GERALDI

A língua é uma destas formas de compreensão, do modo de dar-se para cada um de nós os sentidos das coisas, das gentes e de suas relações. [...]. É neste sentido que a linguagem é uma atividade constitutiva: é pelo processo de internalização do que nos era exterior que nós constituímos como os sujeitos que somos, e, com as palavras de que dispomos, trabalhamos na construção de novas palavras (GERALDI, 2006, p. 67).

Portanto, em Fiorin (2010), Fairclough (2008), Fabrício (2006) e GERALDI (2006) pode-se perceber que a língua(gem) é configurada como prática social intimamente ligada ao contexto da sua realização, logo, as pessoas, socialmente constituídas, terão essa habilidade sociocultural e sociocognitiva de (re)criar e (re)nomear determinadas realidades circundantes e, por conseguinte, falares diferentes da mesma língua serão inevitáveis.

Ao defendermos que o Português de Moçambique seja normatizado, não pretendemos que todas as pessoas falem esta outra língua portuguesa da mesma

maneira, do mesmo modo que não acontece com o Português Europeu, até porque tal pensamento seria uma pura utopia.

Nesta perspectiva, corroboramos com Faraco (2002) ao referir que é preciso

Criar condições para uma crítica de atitude normativista, de modo a favorecer a criação de um novo patamar conceitual que permita o rompimento, no ensino e no uso do padrão, das amarras que hoje impedem sua apropriação [oficial, uma vez que ele já foi apropriado oficiosamente em Moçambique] como bem cultural pelo conjunto da população (FARACO, 2002, p. 59).

Assim, a normatização visa o reconhecimento desta outra faceta do Português e regularizar uma situação linguística que já é uma realidade corrente no país e que apenas o futuro poderá determinar se o Português de Moçambique pode ou não ser considerado língua oficial porque acreditamos que ele caracteriza e povoa a memória nacional, que para Ortiz (1985, p. 136), não é “propriedade particularizada de nenhum grupo social, ela se define como um universal que se impõe a todos os grupos”.

### **1.2.2 - Cultura, língua(gem) e identidade: Uma sinopse da sua conexão em contextos de interacção e prática social**

O nosso trabalho está imbricado a alguns dos conceitos que têm implicações nas práticas discursivas como a cultura, a língua(gem) e a identidade. Estes elementos servem de mediadores no contexto de diversidade e constituem um tripé de suporte para compreendermos e interpretarmos os discursos que são produzidos em linha de conta com os contextos em presença tendo em vista a construção das representações e das *performances* sociocomunicativas.

Segundo Cuche (2002, p. 136) “as pesquisas sobre o processo de aculturação renovaram profundamente a concepção que os pesquisadores tinham de cultura, [pelo que] não se parte mais da cultura para compreender a aculturação, mas da aculturação para compreender a cultura”, ou seja, a aculturação cria bases para a redefinição da cultura categorizada pelo mesmo autor (*op. cit.*, p. 137) como um “processo permanente de construção, desconstrução e reconstrução”, pois, para Cuche (*op.cit.*, p. 136), “nenhuma cultura existe em 'estado puro', sempre igual a si mesma, sem ter jamais sofrido a mínima influência externa. O processo de aculturação é um fenómeno universal, mesmo que ele tenha formas e graus muito diversos”.

Tomando em consideração o facto de que a cultura estabelece uma relação de contiguidade indelével com a língua, então procede o pensamento de Back (1987, p. 61) de que “a língua revela cultura, armazena todos os elementos culturais. Mais ainda, é a condição para que a cultura possa existir dentro de uma comunidade”.

Devido ao facto de julgarmos que a língua(gem), cultura e identidade formam um sintagma sólido e coeso quando se trata de analisar a produção linguística, e tendo em conta que perspectivamos um conceito de língua como um fenómeno multifacetado, logo, a identidade de que falámos recorrentemente neste trabalho é a não essencialista, em conformidade com Woodward (2000, p. 35-37), respectivamente, que se apoiando em Weeks (1994), refere que “as identidades são fluídas, que elas não são essências fixas, não estão presas a diferenças que seriam permanentes e valeriam para todas as épocas” e que “a política da identidade não é uma luta entre sujeitos naturais; é uma luta em favor da própria expressão da identidade, na qual permanecem abertas as possibilidades para valores políticos que podem validar tanto a diversidade quanto a solidariedade”.

Portanto, a identidade numa perspectiva não essencialista contrapõe-se à perspectiva essencialista que defende a hegemonia e a imutabilidade da identidade das pessoas, ou seja, preconiza que a identidade não muda, é sempre fixa e comungada uniformemente pelas pessoas individual ou colectivamente. Por isso, não é de se estranhar ouvirmos pronunciamentos do tipo *identidade da mulher*, *identidade moçambicana*, *identidade brasileira*. Esta configuração de pensar limita o que há de diferente e caracteriza a peculiaridade do ser humano – a vontade de ser diferente diante do outro, e a visão essencialista da identidade apaga esta polissemia ao homogeneizar as pessoas através da criação de estereótipos, razão pela qual Hall (2000, p. 108) defende que “esta concepção não tem como referência aquele segmento do eu que permanece sempre [e muito menos] se refere, se pensarmos agora na questão da identidade cultural, àquele eu coletivo ou verdadeiro que se esconde dentro de outros eus” e nem sequer a “um povo, com uma história e uma ancestralidade partilhadas, mantém-se comuns”.

Tendo em conta que “as identidades são fabricadas por meio da marcação da diferença”, segundo Woodward (2000, p. 39), logo, a nossa identidade é construída a partir do reconhecimento dos outros, para Taylor (1998), o que significa que compreender uma identidade requer diferença, ou seja, parte-se do pressuposto de que

para que seja *eu* implica, necessariamente, a existência do *outro*, segundo Hall (2006), até porque Sarup (1996, p.47) defende que a “identidade é contraditória e fragmentada [e que ela] está sempre relacionada ao que não se é”.

É esta dicotomia existencial e piramidal *eu/ tu* responsável pela existência das diferenças que obriga todos os sujeitos sociais a encararem as relações humanas como um fenómeno social fluído, intersubjectivo e sempre ancorado por um princípio legível, explícito e por vezes implícito de colaboração, pois não há sociedades humanas culturalmente homogéneas. Existem, sim, estratégias de homogeneização cultural para se estabelecer uma identidade colectiva que se consagre à escala local, regional e nacional com vista a criar uma “simbologia da identidade do grupo, da nação e do Estado” imbricada no princípio taxionómico de que a identidade de uma pessoa flui na língua, tendo em conta que vivemos na língua e para a língua enquanto meio facilitador das relações sociais. Porém, para Hall (2006, p. 13), “a identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia”.

A este propósito, Pires-Santos (2004, p. 70) enfatiza que “da mesma forma, se não há lugar para a noção de identidade centrada, unificada, também não há lugar para a linguagem enquanto sistema homogêneo, mas em desequilíbrio, sempre heterogênea e complexa”.

Segundo Silva (2000, p. 73), “na perspectiva da diversidade, a diferença e a identidade tendem a ser neutralizadas, cristalizadas, essencializadas. São tomadas como dados ou fatos da vida social diante dos quais se deve tomar posição”, Apostilando ainda o mesmo autor (*ibidem*) “em geral, a posição socialmente aceita e pedagogicamente recomendada é a de respeito e tolerância para com a diversidade e diferença”.

Ainda de acordo com Silva,

A identidade e a diferença têm que ser ativamente produzidas. Elas não são criaturas do mundo natural ou de um mundo transcendental, mas do mundo cultural e social. Somos nós que as fabricamos, no contexto de relações culturais e sociais. A identidade e a diferença são criações sociais e culturais (SILVA, 2000, p. 76).

Assim, Silva (2000) ressalta que, quer a identidade, quer a diferença, ou seja, a dicotomia *eu/ tu* emana da própria condição do ser humano como tentativa de ser diferente, facto que inscreve a manifestação da identidade como algo que se

correlaciona, não raras vezes, com as circunstâncias em presença, o que faz com que a manifestação da identidade por vezes seja contingencial em decorrência da racionalidade assente nos objectivos que se pretendem atingir, tendo em conta que, segundo assegura Cavalcanti (2006), a cultura exerce um papel singular na formação da identidade.

Num outro segmento, Silva (*op. cit.*) refere que, em casos de heterogeneidade de identidades, existe uma tendência para a sua essencialização e aponta como opção o respeito à diferença, isto porque, em nosso entender, não há como vingarem estereótipos igualitários numa sociedade, a não ser numa crença meramente político-ideológica, pois todas as sociedades são segmentadas nas suas estruturas macro e micro por inúmeras identidades que estão em constante mutação cujas metamorfoses estão imbricadas nas dinâmicas impostas pelas conjunturas na sociedade e nos processos discursivos nos quais as pessoas participam activa ou passivamente.

A este respeito, Rajagopalan (1998, p. 41) defende que “a construção da identidade de um indivíduo na língua e através dela depende do fato de a própria língua em si ser uma atividade em evolução e vice-versa”. Ademais, o autor (*ibidem*) enfatiza que “as identidades da língua e do indivíduo têm implicações mútuas. Isso, por sua vez, significa que as identidades em questão estão sempre num estado de fluxo”.

Como que a complementar o pensamento de Rajagopalan, Hall (2000, p. 109) refere que “as identidades são construídas dentro e não fora do discurso [...] no interior de formações e práticas discursivas específicas, por estratégias e iniciativas específicas”, razão pela qual o autor (*op. cit.*, p. 108) defende que “as identidades estão sujeitas a uma historicização radical, estando constantemente em processo de mudança e transformação”.

Portanto, partindo-se do princípio de que a identidade é simplesmente aquilo que se é, logo, *o que eu sou* está em contraponto com *o que não sou*, pois a identidade só se consagra na oposição com o outro, razão pela qual Pires-Santos (2004, p. 69) defende que “as identidades são construídas e projetadas na linguagem em uso, ou seja, nas práticas discursivas, tendo por isso uma base sócio-histórica e cultural”. Ainda de acordo com Pires-Santos (*ibidem*, grifos da autora) “a articulação entre o sujeito e as práticas discursivas implica no aparecimento da problemática da *identificação* e dos processos de *subjetivação* que constituem esse sujeito”.

Como três instituições sociais, a língua(gem), cultura e identidade entroncam-se num trinómio de relações de poder, de tensão e de complementaridade. De tensão, porque a partir delas se estabelece a diferença entre as pessoas e de complementaridade, na medida em que co-ocorrem nas relações sociais como um segmento sólido, uno e indivisível.

Se a cultura não tem carácter monolítico, é, iminentemente, um fenómeno social fluído e em dinamismo sistemático, então, é lícito o pensamento de Canclini (2009, p. 41) de que “a cultura abarca o conjunto dos processos sociais de significação ou, de um modo mais complexo, a cultura abarca o conjunto de processos sociais de produção, circulação e consumo da significação na vida social” e essa (res)significação ganha a sua praticidade por meio da *representação* que, segundo Goffman (1975, p. 29), é a “atividade de um indivíduo que se passa num período caracterizado por sua presença contínua diante de um grupo particular de observadores e que tem sobre estes alguma influência”, e defende que o discurso é o uso da linguagem como prática social potenciando-se, desta forma, o facto de a partir dos discursos se exercer a capacidade de influenciar os demais, ou seja, o exercício do poder simbólico, nos termos de Bourdieu (2007), tendo em conta que a cultura, segmentada à língua e à identidade constituem, por excelência, um mecanismo de exercício do poder simbólico.

Ainda sobre a representação, Woodward (2000, p. 17) refere que é um processo cultural que “inclui as práticas e os sistemas simbólicos por meio dos quais os significados são produzidos, posicionando-nos como sujeitos”, o que faz com que em processos discursivos os sujeitos estejam permanentemente tomando posicionamentos e, por conseguinte, fazendo representações cujas dinâmicas assertivas estão em conformidade com os repertórios socioculturais, sociocognitivos, simbólico-ideológicos e as competências linguísticas e as *performances* que cada participante vai activando ao longo das representações.

A propósito de poder simbólico, Bourdieu refere que consiste na

Construção da realidade que tende a estabelecer uma ordem *gnoseológica*: o sentido imediato do mundo (e, em particular, do mundo social) supõe aquilo que Durkheim chama de *conformismo lógico*, quer dizer, 'uma concepção homogênea do tempo, do espaço, do número, da causa, que torna possível a concordância entre as inteligências' (BOURDIEU, 2007, p. 9, grifos do autor).

Desta feita, perspectivando Woodward (2000, p. 41), “cada cultura tem suas próprias e distintas formas de classificar o mundo. É pela construção de sistemas classificatórios que a cultura nos propicia os meios pelos quais podemos dar sentido ao mundo social e construir significados”. Ademais, ainda de acordo com a autora (*ibidem*), “há, entre os membros de uma sociedade, um certo grau de consenso sobre como classificar as coisas a fim de manter alguma ordem social. Esses sistemas partilhados de significação são, na verdade, o que se entende por 'cultura’”, o que nos permite constatar que a cultura é uma prática social e decorre das demandas na sociedade, razão pela qual as culturas de cada povo interferem nas suas representações sobre o mundo em que vivem e no mundo dos outros povos.

Tendo em conta que a cultura pode ressignificar o que se diz, o que se compreende ou não e até o que não se diz, uma vez que serve de base da visão do mundo, até porque Sarup (1996) defende que a cultura é que forma o ser humano e sem a qual não se pode falar de identidade, de tal forma que as representações do falante estão ligadas à língua(gem) e à sua própria cultura, então, julgamos que procede o pensamento de Terra (1997, p. 15) de que “a língua portuguesa, por exemplo, pertence a todos aqueles que dela se utilizam”, o que naturalmente nos permite defender que os significados das palavras serão diferentes em determinados contextos socioculturais e sociolinguísticos, tendo em conta que, na óptica de Back (1987, p. 57), “se a língua é um espelho de toda a cultura, ela tem que ser diferente de uma cultura a outra”.

Por isso, subscrevemos o pensamento de Silva (2000, p. 75) segundo o qual “a identidade depende da diferença, a diferença depende da identidade. Identidade e diferença são, pois, inseparáveis”.

Portanto, a língua constitui, segundo Terra (1997, p. 16), “o lado público e coletivo da linguagem, ao passo que a fala é seu lado privado e individual”, o que explica as diferenças na realização linguística dos falantes, tendo em conta o pensamento de Hall (2009, p. 77) de que “a vida individual significativa está sempre incrustada em contextos culturais e é somente dentro destes que suas 'escolhas livres' fazem sentido”.

Stroud (1998, p. 14), ao reflectir sobre os processos sociais de produção e circulação linguística em contextos de diversidade cultural, defende que, “como uma instituição social, as formas da língua englobam uma vasta gama de variação cultural e

social da comunidade do discurso”. Por isso, para o autor (*ibidem*), deve-se “olhar seriamente para a diversidade gramatical e seus fundamentos sociais numa visão formal das necessidades da língua a serem contextualizadas na realidade social em que aparecem”.

Ao analisarmos o excerto anterior, fica a ideia de que Stroud (1998) vê a língua como um elemento não dissociado da herança cultural dos seus falantes e que o contexto condiciona a produção linguística, podendo torná-la diferente relativamente à gramática estabelecida e traz à ribalta uma questão que julgamos central no que diz respeito ao direito à diferença e à intolerância linguística (estigmatização de falantes de outras línguas portuguesas que diferem da norma-padrão), uma vez que os usos sociais da língua, no caso da língua portuguesa, nunca estarão dissociados do ambiente da sua produção, circulação e consumo, porque é a partir desses usos que se manifesta a cultura na visão cancliniana, o que faz com que os falantes recorram, com alguma sistematicidade, ao léxico que não existe na norma da gramática do Português Europeu para nomear ou renomear determinadas realidades, afinal a língua permite isso, até porque existem realidades que somente podem ser nominalizadas com o recurso a unidades lexicais consignadas ao aparato sociocultural dos contextos em presença (vide o capítulo IV, ao analisarmos as especificidades do Português de Moçambique).

A este respeito, Bagno (2011, p. 170) refere que “a gramática da língua se forma a partir dos usos que os falantes fazem dos recursos verbais que estão à sua disposição no sistema”, o que lhes permite fazer mudanças na ecologia e na arquitectura do sistema da língua e o autor (*op. cit.*, p. 171) defende que “falar é dar sentido ao mundo real, ao mundo virtual e ao mundo do discurso; é simbolizar a experiência vivida ou imaginada; é organizar a interação sociocomunicativa com vista ao compartilhamento dos significados construídos conjuntamente”.

Portanto, a mudança linguística decorre de factores linguísticos e extra-linguísticos e, segundo Bagno (2011, p. 146-147), “é um processo sociocultural e sociocognitivo [...] que tem origem entre a dinâmica social da comunidade e o processamento da língua no cérebro por parte dos indivíduos em interação sociocomunicativa” e ela repercute, significativamente, nos padrões sintácticos, morfossintácticos e, sobretudo, no enriquecimento lexical da língua através de três processos, nomeadamente a economia linguística, processo a partir do qual os falantes

podem gerar novas palavras/ expressões reduzindo a palavra/ expressão inicial; a gramaticalização que, a partir da metáfora, consiste na transposição de uma palavra de um domínio semântico para o outro e na produção de novos recursos gramaticais a partir de (re)processamentos cognitivos impostos aos recursos gramaticais já existentes, como é o caso da transferência de elementos do léxico para a gramática, da coisa para a não coisa, do universo empírico para o universo do discurso, do sensível para o cognoscível e, por fim, a analogia é um processo a partir do qual os falantes tendem a regularizar formas irregulares e menos gerais da língua.

Por isso, julgamos que a língua portuguesa nunca será falada de forma uniforme, pois nenhuma língua é universalizável. Pelo contrário, todas as línguas são híbridas e multifacetadas e encerram o universo linguístico e metalinguístico subjacente ao aparato sociolinguístico, sociocultural, sociocognitivo e sociointerativo, domínios que exercem uma influência significativa na organização discursiva, porque, conforme deixa a entender Christians (2006, p. 154), “a partir de uma perspectiva dialógica, pode-se dizer que o empenho da palavra pela ação e da linguagem cotidiana não é uma busca arrogante, pois nossa maneira de ser não é gerada interiormente, mas, sim, proveniente do plano social”, o que julgamos que contribui para a hibridação linguística e cultural uma vez que a própria sociedade é repositória dessas diversidades.

Segundo Canclini (2011, p. xix), o termo hibridação, que provém do híbrido, termo cunhado nas ciências biológicas e afins, começou a ser usado no século XX para a análise dos processos culturais e do trânsito de línguas e define-a como um conjunto de “processos socioculturais nos quais estruturas ou práticas discretas, que existem de forma separada, se combinam para gerar novas estruturas, objetos e práticas”. Para o autor, as estruturas chamadas discretas foram resultado de hibridação, pelo que não podem ser consideradas fontes puras, até porque, segundo Bakhtin (1997, p. 38, grifos do autor), “nenhum signo cultural, quando compreendido e dotado de um sentido, permanece isolado: torna-se parte da *unidade da consciência verbalmente constituída*”.

Portanto, o processo de hibridação resulta do trânsito de culturas, línguas e identidades, num processo dialógico através do qual as peculiaridades de uns sobrepõem-se às dos outros.

Por isso, Canclini (2011, p. xx), que se apoia na fórmula *ciclo de hibridação* de Brian Stross, defende que “uma forma de descrever esse trânsito do discreto ao híbrido,

e a novas formas discretas, é [passarmos] de formas mais heterogêneas a outras mais homogêneas, e depois a outras relativamente mais heterogêneas, sem que nenhuma seja 'pura' ou plenamente homogênea”.

A cultura, sendo uma categoria que demanda das interações sociais e, por conseguinte, elemento que encerra uma teia de (res)significações, permite regenerar o *modus vivendi e operandi* nas relações sociais pelo que as pessoas não podem ser uniformizadas, pois dentro de cada uma delas fervilham identidades não uniformes e a língua, na sua funcionalidade como articuladora das relações sociais, cadencia o *eu ser* relativamente ao *outro ser*, pelo que as representações simbólicas só podem ser partilhadas e compreendidas facilmente pelos sujeitos colectivos que pretensamente se identificam com tais representações, o que faz com que, segundo sustenta Canclini (2011, p. xxiv), “estudar processos culturais, por isso, mais do que levar-nos a afirmar identidades auto-suficientes, serve para conhecer formas de situar-se em meio à heterogeneidade e entender como se produzem hibridações”.

Estas constatações permitem-nos perceber que as identidades são identificações em curso e providenciais, transitórias e em constante deslocamento, o que faz com que elas não sejam rígidas e nem sequer imutáveis, até porque, segundo Hall (2006), o processo de fragmentação das identidades contribuiu para o deslocamento das fronteiras, tornando-as menos definidas e de difícil enquadramento social e cultural.

Sobre o deslocamento das fronteiras das identidades e das culturas, Dias (2008) defende que

Se, por um lado, o trânsito cultural num mundo transnacional, por meio das novas tecnologias de informação e comunicação (internet, televisão) é muito forte e provoca a 'desterritorialização' de hábitos culturais, por outro lado, tal desterritorialização, contrariamente, ao defendido por vários estudiosos, não vai provocar o desaparecimento das culturas locais, mas provoca uma reafirmação e revalorização das culturas locais. Culturalmente, tanto se assumem valores culturais transnacionais, como também se revalorizam as culturas locais (DIAS, 2008, p. 59).

Ainda na perspectiva da mesma autora (*ibidem*), este cenário faz com que se exaltem os direitos e liberdades individuais, o que permite preservar o particular e o singular, e “defende-se a alteridade, a diferença, a subjectividade e é nesse âmbito que, nos dias de hoje, se defende a diversidade cultural como elemento importante do desenvolvimento nacional”.

Este facto faz vingar a ideia de que a humanidade caminha para uma visão de identidades sem as fronteiras tradicionais e que o cruzamento de línguas e culturas constitui um factor de enriquecimento sociolinguístico e sociocultural e coloca em causa a pretensão dos Estados nacionais de transformar as pessoas numa amálgama de identidade nacional que se confunde com fronteiras jurídicas para a afirmação e afirmação da sua integridade territorial e cultural, algo que nos remete a universalização da identidade e a sua conseqüente essencialização, como se tal fosse possível a não ser no sonho vegetativo dos ideais ideológicos de homogeneização das pessoas, tendo em conta que a ideologia, segundo Boudon (1989, p. 33), na tradição não marxista, a que se vincula o termo em todo o trabalho, e citando Geertz, é “como ação simbólica”, apesar de o autor não concordar com esta definição de Geertz porque, segundo ele (*op. cit.*, p. 42), não se deve “considerar as ações simbólicas, no sentido de Geertz, como estranhas aos critérios de verdade e de erro” e que para nós é a mais adequada tendo em conta que enquanto sistema de crenças inculca nas pessoas valores para serem seguidos e respeitados e porque perspectivamos o estudo da língua numa visão da LA que preconiza a necessidade das particularizações ao serem analisados os fenómenos linguísticos.

De acordo com Hall (2006, p. 20), “a globalização envolve uma interação entre fatores econômicos e culturais, causando mudanças nos padrões de produção e consumo, as quais, por sua vez, produzem identidades novas e globalizadas”.

Portanto, a identidade, vista como uma construção simbólica através do confronto *eu/ tu*, constitui-se nas e para as relações sociais e serve como uma marca de diferenciação, ou seja, marcação de posição entre dois segmentos opostos, mas por vezes complementares, uma vez que nem sempre *o ser outro* significa, por si, *ser taxativamente diferente*, isto porque a marcação/ manifestação da identidade é uma afirmação das relações de força e de poder entre as pessoas, o que fez Hall (2006, p. 14) configurar a identidade como “relacional, [na qual] a diferença é estabelecida por uma marcação simbólica relativamente a outras identidades”.

Ainda de acordo com o autor (*op. cit.*, p. 31), as relações pessoais nos tempos modernos são caracterizadas por deslocamentos que geram tensões de identidade, razão pela qual “podemos viver, em nossas vidas pessoais, tensões entre nossas diferentes identidades quando aquilo que é exigido por uma identidade interfere com as exigências

de uma outra. Esta linha de tensão é verificável porque, como bem sustenta o autor (*op. cit.*, p. 33), “as identidades são diversas e cambiantes, tanto nos contextos sociais nos quais elas são vividas quanto nos sistemas simbólicos por meio dos quais damos sentido a nossas próprias posições”.

Portanto, o autor (*op. cit.*, p. 17) defende que “a representação inclui as práticas de significação e os sistemas simbólicos por meio dos quais os significados são produzidos, posicionando-nos como sujeito”, razão pela qual o autor (*ibidem*) refere que “é por meio dos significados que damos sentido à nossa experiência e àquilo que somos. Podemos inclusive sugerir que esses sistemas simbólicos tornam possível aquilo que somos e aquilo no qual nos podemos tornar”.

As relações de poder entroncadas na identidade estão, também, vinculadas a condições sociais, económicas, políticas e culturais. Por exemplo, como sustenta Hall (*op. cit.*, p. 14), “se um grupo é simbolicamente marcado como inimigo, ou como tabú, isso terá efeitos reais porque será socialmente excluído e terá desvantagens materiais”.

Esta metáfora é, também, válida nas questões da língua onde intervém uma entidade reguladora – a norma –, visto que as pessoas que, por vários motivos e que ignoramos aqui mencionar, não obedecem aos preceitos reguladores, não raras vezes, ficam marginalizadas e instrumentalizadas psicologicamente e, por conta disso, muitas das vezes, as oportunidades de ascensão social, profissional e económica são esbarradas, uma realidade bem evidente em Moçambique e reconhecemos que não é apenas exclusiva a este país, razão pela qual Stroud (1998, p. 17) sustenta que “a priori, uma razão importante para se ensinar a norma padrão é precisamente o facto de ser o padrão, e uma forma valorizada da língua; sem o conhecimento e domínio desta gramática nenhuma criança será capaz de se integrar na sociedade”, o que nos faz crer que a norma-padrão, mais do que aglutinar pode ser, também, um mecanismo de exclusão social, fazendo-se vingar o pensamento de Bourdieu (2007) de que a cultura que une é também a cultura que separa.

Apostilando ainda Stroud (1998, p. 16) que se apoia na noção de dialogismo de Bakhtin (1981), “a palavra numa língua é a metade de outro alguém. Torna-se 'propriedade nossa' apenas quando o falante a povoa com a sua própria intenção, o seu próprio sotaque, quando se apropria da palavra, adaptando-a à sua própria semântica e intenção expressiva”. Ainda segundo o autor (*ibidem*) “antes deste momento de

apropriação, a palavra não existe numa língua neutra e impessoal ... mas apenas existe na boca das outras pessoas: é a partir daí que se deve tomar a palavra, e torná-la sua propriedade”.

Por isso, Stroud (*ibidem*), que se apoia em Pakarama (1996), defende que é necessário o “alargamento activo de padrões para incluir a maior variedade possível’ como uma estratégia credível e deliberada de planificação da língua”, o que nos permite concordar com Pennycook (2006) ao eleger a *performatividade* como uma das estratégias que os falantes adoptam na produção e compreensão discursiva. Para Pennycook (*op. cit.*, p. 80), a “performatividade, então, seguindo Butler (1990), pode ser compreendida como o modo pelo qual desempenhamos atos de identidades como uma série contínua de *performances* sociais e culturais em vez de expressão de uma identidade anterior”, o que em tese, ainda de acordo com o autor (*op. cit.*, p. 82), faz com que “o uso da linguagem [seja] um ato de identidade que possibilita a existência daquela língua”, fundamentação que reforça a nossa posição de que o Português de Moçambique é outra língua portuguesa, pois resulta da manifestação da identidade de uma parte significativa do povo moçambicano.

Portanto, a língua, sendo uma prática social, está ancorada a múltiplas linguagens, cuja compreensão requer um processo de diálogo e de mediação sociointeractiva e sociocultural tendo em conta que a cultura revela a pluralidade de identidades que co-ocorrem nas pessoas, o que lhes permite conjecturarem uma cosmovisão do mundo assente na diversidade dialógica e até ideológica, porém, sempre passível de ser minimizada tendo em conta que nas relações humanas em que existe uma comunicação todos os intervenientes processuais implícita ou explicitamente se vergam ao *princípio de posicionamento* que segundo Cavalcanti (2006, p. 241) é emanado de Davies & Harré (1990) e prescreve que o sujeito centraliza o seu olhar do mundo em razão das “imagens, metáforas, linhas narrativas e conceitos particulares que são tornados relevantes dentro das práticas discursivas nas quais estamos posicionados”.

Com base neste princípio, os sujeitos focalizam o seu olhar para o que está em seu redor de acordo como o seu repertório cognitivo, intelectual, sociocultural e linguístico para provir um ambiente com vista não apenas a compreender, mas, e acima de tudo, a inferir o material percebido e fazer fluir a comunicação/ diálogo.

Assim, o processo integracionista, em parte estimulado pela globalização e pelo avanço das tecnologias de informação e comunicação, está aos poucos a tornar as identidades mais fluídas e permeáveis ao diálogo inter-cultural, inter-identitário e inter-étnico tendo em conta que as mutações sociais provocam a mudança do eixo de contacto, implicando, desta forma, relações mais perpendiculares que horizontais, porque a perpendicularidade, contrária da horizontalidade, determina um ponto de encontro em algum dos eixos, o que de algum modo neutraliza as tensões trazendo um espaço para o relativismo cultural através do reconhecimento da importância das diferenças entre os povos, línguas e culturas e que se deixe de ver as identidades de forma essencializada porque o ser humano não é uniforme, ainda que persistam visões marcadamente homogeneizantes e, por conta disso, não podem existir línguas e culturas uniformes, tendo em conta que o Homem é portador de inúmeras e complexas identidades que se manifesta de acordo com os seus interesses e circunstâncias, o que influencia decisivamente as representações, os posicionamentos e as performances nos processos discursivos de que participa.

### **1.2.3 - A formação de uma nação: Rediscutindo políticas e práticas**

A nação está intimamente ligada ao nacionalismo, compondo duas facetas da mesma moeda quando falamos do processo de formação de um Estado. Tal simbiose indissociável resulta do facto de que ambos são substratos sem os quais o fim último de tal comunhão de esforços, anseios e sentimentos numa só plataforma – o Estado – dificilmente se traduziria em realidade. Portanto, como defende Bauer (1996, p. 81), “a nação apresenta-se como um modelo natural, e o Estado um produto artificial. [...]. O Estado, portanto, deve seguir a nação e uni-la politicamente”.

A discussão sobre o que é uma nação e as perspectivas ideológicas subjacentes à sua formação provoca, desde há muito tempo, um aceso debate entre os estudiosos em virtude de cada povo eleger determinados valores e circunstâncias como premissas para a sua constituição como nação.

Segundo Dumont (1995, p. 138), a nação, numa perspectiva europeísta ocidental do século XIX, é “o grupo sócio-político correspondente à ideologia do indivíduo”. Por seu turno, Renan (1997, p. 173) defende que “uma nação é, portanto, uma grande solidariedade, constituída pelo sentimento dos sacrifícios que se fizeram e que ainda se

fariam. Ela supõe um passado, mas se resume no presente a um fato tangível: o consenso, o desejo claramente expresso de continuar a vida em comum”.

Estas definições não deixam de provocar algumas curiosidades, tomando em consideração que nem todos os povos que compõem as nações participaram activa e livremente do processo colectivo de vinculação a tal nação.

Portanto, uma nação, dado que o seu processo de construção se funda em princípios ideológicos de natureza filosófica, é uma construção simbólica imposta pelas circunstâncias, cuja herança patrimonial, do ponto de vista territorial, cultural e civilizacional, demanda, não raras vezes, dos interesses da classe que detém o poder, que é a mais esclarecida e emancipa as massas para a construção dos desígnios subjectivos com finalidades objectivas nem sempre inteligíveis e muito menos socializadoras para a maioria. É uma imposição de valores para gerar uma alienação e forjar um sentimento de pertença a um passado por vezes desconhecido e contraditório. É uma regimentação e formatação da mente popular ao serviço da classe dominante, o que nos faz crer no pensamento de Sarup (1996, p. 152) de que as “culturas nacionais são sistemas de representações”.

Ao olharmos a metamorfose da construção dialéctica das nações ocidentais, estamos em linha de conta com o pensamento de Kuper (2002) de que as pessoas não apenas constroem um mundo de símbolos, como também vivem nesse mundo.

Sobre a simbologia presente na construção da nação e do sentimento nacionalista, Elias (1997, p. 143) considera que “a coletividade é vivenciada e os símbolos são representados como algo separado dos indivíduos em questão, algo superior e mais sagrado do que eles”, o que nos permite cogitar que o poder se faz nos e pelos símbolos, sejam eles elementos materiais ou pessoas. Não nos esqueçamos de que o culto à personalidade de um líder é também um exercício de poder e de submissão, prática frequente em muitos governos com regimes de ditadura e o nazismo soube explorar isso com a imagem de Adolf Hitler que se orgulhava em dizer que “toda propaganda tem que ser popular e acomodar-se à compreensão do menos inteligente dentre aqueles que pretende atingir”.

Elias (1997), no quadro da formatação nacionalista, chama a atenção para um facto que consideramos muito importante para a compreensão do sentimento de pertença, conforme o trecho que se segue:

Um *ethos* nacionalista subentende um sentido de solidariedade e obrigação, não apenas em relação a determinadas pessoas ou uma única pessoa numa posição de mando, mas também em relação a uma coletividade soberana que o próprio indivíduo forma com milhares de outros indivíduos, coletividade essa que está, *hic et nunc* organizada num Estado (ELIAS, 1997, p. 143, grifos do autor).

Renan (1997, p. 163), ao analisar o mesmo processo – o de formação das nações na Europa ocidental – constatou algumas diferenças epistemológicas. Segundo o autor, o que caracteriza as nações modernas resultara da convergência de vários factores históricos, tais como: “a unidade foi construída por uma dinastia, como no caso da França; ou então pela vontade direta das províncias, como na Holanda, na Suíça e na Bélgica; ou finalmente por um espírito que tardiamente venceu os caprichos feudais, como na Alemanha e na Itália”. Ainda de acordo com Renan, a França resultou da anexação de territórios que nem sequer tinham alguma contiguidade étnica ou a necessidade de se firmarem numa nação francesa, como é o caso de Gália antiga e Provença que já não partilhavam nenhuma herança comum com o território que se constituiu como França.

Com a ideia de que a nação não se funda unicamente por pressupostos raciais, uma vez que a raça não explica, por exemplo, o ser branco ariano significa ser alemão, ou então ser negro é ser eminentemente africano, até porque existem em África Estados cuja população é maioritariamente branca, como são os casos do Egipto, Tunísia, Líbia e Argélia, que fazem parte da denominada África branca, Renan (*op. cit.*, p. 169-170) deixa cair por terra outro mito: o de formação das nações com base na raça e na língua, ao defender que “as línguas são formações históricas que indicam pouco sobre o sangue dos que as falam e que, em todo o caso, não poderiam agrilhoar a liberdade humana de escolher a família com a qual deseja unir-se para a vida e para a morte”, o que pode justificar as estratégias desenvolvidas pelos Estados para homogeneizar linguisticamente as pessoas e incorporá-las no contexto da língua de Estado, aquela que é considerada como língua oficial e a partir da qual se deve imaginar o Estado-Nação, facto que retrata a conjuntura da adopção e oficialização do Português em Moçambique.

Portanto, as nações formam-se dentro de um processo de fusão de culturas e de “guerras de civilização”, como uma forma impositiva de marcar a diferença entre o ser e o pertencer a uma nação. Ser de nacionalidade X, vai implicar uma aculturação para partilhar, de forma activa, os hábitos e costumes que caracterizam o grupo, sob pena de correr o risco de exclusão, uma vez que fazer parte de uma nação significa, irremediavelmente, partilhar o destino com os demais membros através de um processo que podemos adjectivar de *habitus*<sup>25</sup>.

Segundo Weber (1994, p. 172), a constituição ou a necessidade da formação de uma nação decorre de um sentimento de estabelecimento de alianças de poder e tem em vista dar cobertura ao sentimento de prestígio e poder político e as pessoas sentem-se parte “activa” de um processo cultural e ideológico difundido no circuito político a que pertencem. Porém, uma nação “jamais pode ser definida na base das qualidades comuns empíricas daqueles que se consideram seus membros”, o que em parte explica o facto de que diferentes etnias e nacionalidades tenham contribuído para forjar o sentimento nacionalista no quadro da luta de libertação nacional em Moçambique.

Na perspectiva ainda de Weber (1994), a conceitualização de nação é um processo que se reveste de uma grande complexidade devido aos seguintes factores: impossibilidade de determinar os grupos que de facto constituem a nação e muito menos unanimidade nos pressupostos subjacentes à firmação da solidariedade dentro do tal grupo de pessoas. Segundo o autor (*op. cit.*, p. 172), a nação não é simétrica a uma comunidade linguística, deixando cair por terra o princípio de que falar a mesma língua é a base para a constituição de uma nação. Por isso, o autor (*ibidem*) defende que “a nação, no uso linguístico habitual, não é idêntica ao povo de um Estado”.

Hobsbawn (1990), ao analisar as inferências a partir das quais se podiam determinar as bases para a constituição de uma nação, destacou três critérios, nomeadamente: associação histórica com um Estado de passado recente e razoavelmente durável; existência de uma elite cultural longamente estabelecida que possuísse um vernáculo administrativo e literário escrito e uma provada capacidade de conquista.

---

<sup>25</sup> Segundo Bourdieu (2004, p. 98, grifo do autor), “o *habitus*, como sistema de disposições para a prática, é um fundamento objetivo de condutas regulares, logo, da regularidade das condutas, e, se é possível prever as práticas (neste caso a sanção associada a uma determinada transgressão), é porque o *habitus* faz com que os agentes que o possuem comportem-se de uma determinada maneira em determinadas circunstâncias”.

De facto, o povo de um Estado não só está formatado dentro de uma ideologia de unificação sentimental e cultural, embasados numa organização político-administrativa e jurídica específicas e na institucionalização de uma língua veicular que toma o estatuto de língua de cultura e que a elite a transforma em língua de Estado, a partir da qual todos devem partilhar valores, um povo de uma nação tem uma ressignificação de sentimento de pertença e de nacionalismo, pois o sentir-se parte de uma nação decorre do sentimento providencial e espontâneo espreitado por circunstâncias específicas, conforme atesta a fala de Francisco II à guerrilha que vinha dos seus fiéis tirolezes: “hoje eles são patriotas por mim, amanhã podem ser patriotas contra mim”<sup>26</sup>.

Portanto, uma coisa é constituir um Estado e a outra é gerar a nação e o sentimento de pertença nas pessoas, o que perfeitamente se encaixa nesta frase de Massimo d’ Azeglio ao referir que: “nós fizemos a Itália, agora teremos de fazer italianos”<sup>27</sup>.

A propósito da impossibilidade de qualificar sentimentos de pertença tomando a língua como base para a formação de uma nação, Hobsbawn (1990, p. 75) faz a seguinte consideração: “o que sabemos é que lutas nacionalistas foram agravadas algumas vezes, nos tempos modernos, pela recusa de frações de grupos lingüísticos em aceitar a unidade política com outros que falam a mesma língua”. Weber (1994, p. 173), no mesmo diapasão, refere que os “alsacianos de língua alemã que rejeitam a pertinência à 'nação' alemã não se consideram, por isso, simples membros da 'nação' francesa”.

A ideia de homogeneização lingüística como condição basilar para a fecundação de uma nação é incipiente, olhada isoladamente. No entanto, a nosso ver e olhando para a emergência do nacionalismo africano moderno, aquele que vingou durante o período das guerras de libertação nacional, constatámos que a ideia de popularização de uma língua que pudesse ser um meio aglutinador, repulsando sentimentos de etnicidade e tribalismo, factores que contribuíram para o fracasso durante o período proto-nacionalista, foi um axioma indispensável, pois as elites africanas estavam consciencializadas de que não libertariam a terra e as pessoas se cada um continuasse ilhado na sua etnia, comungasse apenas os seus valores e falasse somente a sua língua

---

<sup>26</sup> De acordo com Hobsbawn (1990, p. 90).

<sup>27</sup> Segundo Hobsbawn (*op. cit.*, p. 56).

autóctone, impossibilitando, assim, uma comunicação à “escala nacional” de identificação com os demais grupos, afinal, alguns países europeus, por exemplo, a Alemanha, a França e Portugal, fizeram uma “limpeza linguística e étnica” para salientarem o mito de um *povo, uma língua e uma cultura* tendo em vista a constituição de uma nação e um Estado, imbricados num nacionalismo fervoroso de unicidade, sufocando a diversidade.

A propósito de etnia, Poutignat e Streiff-Fenart (1998, p. 43) referem que ela “combina os aspectos biológicos e culturais. Ela é simultaneamente comunidade de sangue, de cultura e de língua”, e é nesta perspectiva que usamos o conceito ao longo do trabalho.

Segundo Hall (2006, p. 62) a etnia é um termo que se usa para referir as características culturais, tais como língua, religião, costume e tradições, e aponta que “essa crença acaba, no mundo moderno, por ser um mito. A Europa Ocidental não tem qualquer nação que seja composta de apenas um único povo, uma única cultura ou etnia. As nações modernas são, todas, híbridos culturais”.

No caso de Moçambique, constatámos que o sentimento de pertença a uma nação vingou independentemente da etnia – vários grupos de diferentes origens lutaram para libertar as terras conquistadas pelos portugueses; raça<sup>28</sup> – houve casos de brancos europeus que auxiliaram os moçambicanos na luta contra o colonialismo português; religião – católicos, muçulmanos, protestantes e ateus resistiram à ocupação europeia; língua – pessoas de diferentes idiomas agregaram-se na luta de libertação nacional, pensamento que ecoa em Machel (1983, p. 20)<sup>29</sup> ao referir que “a nação identifica-se pelos seus símbolos. Perante a história, perante a cultura, perante a nação não há católicos, não há muçulmanos, não há protestantes, não há ateus – há moçambicanos patriotas ou antipatriotas”.

No contexto da afirmação do nacionalismo africano, a língua passou a ter um capital político- ideológico relevante. Igualmente, não menos verdade, é que um país constrói a sua cultura diversificada com tendência a ser homogeneizada, a sua história, a

---

<sup>28</sup> Segundo Hall (2006, p. 62-63) “é ainda mais difícil unificar a identidade nacional em torno de uma raça. [...] a raça não é uma categoria biológica ou genética que tenha qualquer validade científica. [...] A raça é uma categoria discursiva e não uma categoria biológica”.

<sup>29</sup> Discurso proferido durante a reunião da Direcção do Partido e do Estado com os representantes das confissões religiosas realizada de 14 a 17 de Dezembro de 1982.

sua identidade na diversidade e os seus referenciais simbólicos a partir da acção ideológica de quem detém o poder e uma língua que pretensamente uma as pessoas serve de um veículo disseminador dos desígnios do Estado-Nação<sup>30</sup> para consolidar os pontos que consagram a hegemonia e reduzir, ao mínimo, as heterogeneidades.

Em Moçambique, ao atribuir-se à língua portuguesa um estatuto tão importante – o de língua oficial e de unidade nacional para forjar e consolidar os alicerces basilares do jovem Estado-Nação, o Português transformou-se no símbolo mais importante e quiçá, o mais conhecido no contexto dos símbolos nacionais do país, pois se via nele uma premissa importante de homogeneizar a diversidade linguístico-cultural do país e inculcar os ideais da unicidade na diversidade.

A este propósito, Bourdieu (2008, p. 34-35), ao analisar a necessidade de imposição de uma língua que se legitime no contexto das demais línguas como língua de prestígio, defende que tal se destina a assegurar e eternizar a produção e reprodução do homem novo e ao sistema escolar “cumprir a função determinante de fabricar as semelhanças das quais resulta a comunidade de consciência que é o cimento da nação”, enaltecendo a mais-valia da unificação linguística não apenas para os propósitos do estabelecimento de uma comunicação mais profícua, mas, sobretudo, como mecanismo de poder que tem em vista a inculcação de novos valores cuja blindagem se revigora com a expurgação de todos os valores contrários à unificação da sociedade e que atentem contra a segurança e soberania do Estado.

É neste quadro que, por exemplo, no contexto de Moçambique surgiram categorias denominativas como *xiconhoca* para tipificar as pessoas que se opunham aos desideratos nacionais e à ideologia político-partidária do Estado no quadro do sistema socialista e monopartidário que vigorou no país.

Portanto, cabe ao Estado, que se funda na base do nacionalismo, “perseguir a nação” para se firmar e ocupá-la de modo a mumificar os sentimentos nacionalistas exacerbados que atentem contra a unidade na diversidade, visto que quer o Estado, quer a nação, resultam da união de pessoas na diversidade.

---

<sup>30</sup> Segundo Firmino (2006, p. 19) que cita Navari (1981), Estado-Nação define-se como uma “comunidade homogénea de pessoas que partilham a mesma cultura e a mesma língua, e que são governadas por alguns dos seus membros, que servem os seus interesses”.

Bauer (1996, p. 45), ao desmistificar a conceitualização e constituição da nação a partir de uma língua comum, refere que “os ingleses e irlandeses, os dinamarqueses e noruegueses, os sérvios e os croatas, falam, em cada um dos casos, a mesma língua, e nem por isso são um único povo. Os judeus, por outro lado, não têm uma língua comum mas são uma nação”.

Ainda de acordo com Bauer (*op. cit.*, 1996, p. 76), a nação tem um carácter nacional. Todavia, tal carácter não significa que haja uma comunhão, *a priori*, pré-estabelecida. Pelo contrário, existe um esforço para se estabelecer tal comunhão, mesmo reconhecendo-se as diferenças individuais e grupais, pelo que “nação é comumente entendida como a totalidade dos cidadãos do Estado, ou a totalidade dos habitantes de um espaço económico”.

Ao ver a nação numa perspectiva de totalidade dos cidadãos, regimentados territorialmente e onde existe uma actividade económica, Bauer enfatiza o carácter societário desta instituição político-administrativa. Olhando no mesmo ângulo de abordagem, Gellner (1996) evoca, também, o destino e a comunhão como aspectos basilares para a constituição da nação e defende o seguinte:

Quando me conscientizo de pertencer a uma nação, percebo que uma estreita comunhão de carácter me liga a ela, que seu destino me forma e sua cultura me define. [...]. Com isso, o mais intenso sentimento de prazer liga à ideia de nação. Não é, como se afirmou algumas vezes, a comunhão real ou ostensiva de interesses com os concidadãos, mas sim a consciência do vínculo produzido pela comunhão de carácter (GELLNER, 1996, p. 69).

Para Anderson (2008, p. 32), a conceitualização de nação encaixa-se numa perspectiva antropológica, pelo que a define como “uma comunidade política imaginada – e imaginada como sendo intrinsecamente limitada, e ao mesmo tempo soberana”.

Esta ideia de nação de Anderson encaixa-se na perspectiva defendida por Bauer (1996) e Gellner (1996) segundo a qual a comunhão e a vivência permanente do destino são premissas basilares para que se forje a ideia de uma nação, elencando, igualmente, a componente psicológica como factor determinante desse processo de construção de redes de sentimento. Mais ainda, Anderson (2008) dialoga com Renan (1997) ao concordar que a essência de uma nação consiste, duplamente, na partilha de muitas coisas em comum e no esquecimento de tantas outras, ou seja, na purificação de elementos de um passado comum que é, por vezes, um factor de desentendimentos.

Num outro segmento, Anderson (2008, p. 32) alinha, com algumas reservas, com Gellner (1996) no que toca ao nacionalismo ao referir que “o nacionalismo não é o despertar das nações para a autoconsciência: ele inventa nações onde elas não existem”. Tais reservas decorrem do facto de Gellner vaticinar uma comunidade verdadeira, do ponto de vista existencial, enquanto Anderson apregoa uma comunidade cuja existência está no fórum psicológico, ou seja, algo imaginado – “na verdade, qualquer comunidade maior que a aldeia primordial do contato face a face (e talvez mesmo ela) é imaginada. As comunidades se distinguem não por sua falsidade/ autenticidade, mas pelo estilo em que são imaginadas”<sup>31</sup> e acrescenta que uma nação “é imaginada como uma comunidade porque, independentemente da desigualdade e da exploração efetivas que possam existir dentro dela, a nação sempre é concebida como uma profunda camaradagem horizontal”<sup>32</sup>.

É importante, também, frisarmos que o nacionalismo, sobretudo aquele que forjou os Estados africanos, resultou de um confronto directo com a política imperialista das potências ocidentais que pela sua ideologia de exploração desenfreada semeou uma aversão nos oprimidos, o que nos permite alinhar com o pensamento do pedagogo brasileiro Paulo Freire (2006), na sua obra *A pedagogia do oprimido*, de que o oprimido tem o opressor dentro de si, ou seja, a necessidade do clamor nacionalista fecundou da força exploratória das potências imperialistas, o que desencadeou a necessidade de estruturação dos povos oprimidos para melhor se defenderem.

Ao analisar a noção de nação de Anderson, Lomnitz (2001) defende que a mesma está desarticulada de alguma substantividade se se olhar para o local e a época que serviram de base para tal conceitualização, o que não nos surpreende, pois à semelhança de Renan, Bauer, Gellner, entre outros que apresentaram algumas premissas para a formação ou definição de nação não foram “concludentes” em virtude da sua complexidade e das categorias que encerra, logo, a falta do consenso na comunidade científica.

Sobre a nação, Lomnitz defende que

Em vez de afirmar como Anderson que a nação é uma comunidade porque as pessoas, apesar da desigualdade e da exploração que de fato prevalecem, ela é sempre concebida como uma profunda

---

<sup>31</sup> Cf. Anderson (*op. cit.*, p 33).

<sup>32</sup> Cf. Anderson (*op. cit.*, p. 34).

camaradagem, considero que a nação é uma comunidade concebida como uma camaradagem profunda entre os cidadãos plenos, cada qual um intermediário potencial entre o Estado nacional e os cidadãos parciais ou embrionários, que podem ser seus dependentes (LOMNITZ, 2001, p. 46).

Conforme referimos, o fim último de uma nação, regra geral, é a sua transformação em um Estado. Afinal, um Estado é a estruturação mais avançada de qualquer agrupamento humano desde a história antiga. É a sociedade regimentada dentro de uma organização político-administrativa.

Todavia, a ideia de Lomnitz (2001) de que a nação se forma na base de uma camaradagem profunda entre cidadãos plenos induz, *a priori*, que a nação resulta de um contexto sócio-histórico sempre pacífico e que os cidadãos participam activamente.

Na verdade, julgamos que o aparente engajamento apenas ocorre como consequência dos impulsos impostos pela ideologia dominante que inculca nos demais o sentimento integracionista e o caso da Palestina é um exemplo paradigmático disso, em que o Hamas e a Jihad Islâmica têm um ideal de construção do Estado-Nação palestino diferente do da Fatah, todos movimentos que há anos perseguem o sonho de tornar a Palestina um Estado nacional soberano e reconhecido como tal por toda a comunidade internacional e não de forma fragmentada como ocorre actualmente.

Portanto, um Estado não só se forma numa relação de forças, como também se estabelece numa relação de poder. A este respeito, Gellner (1996) defende que a correlação de forças dentro de uma sociedade é caracterizada por um desequilíbrio e o *status* que cada um ocupa na esfera social determina as posições de hierarquia e reserva um papel muito particular para a componente ideológica. Segundo o autor,

O sistema ideológico de uma sociedade não só contribui para a estabilidade do sistema, convencendo seus membros de que ele é legítimo. Seu papel é muito mais abrangente e complexo. Ele também possibilita a implementação da coerção, fornecendo aos que coagem os princípios de organização e de disputas internas (GELLNER, 1996, p. 110).

É neste quadro que a educação e a cultura são vistas como duas facetas ao serviço da ideologia nacionalista. A educação reifica e ressignifica as simbologias para que vingue o princípio axionímico de “uma cultura, um Estado; um Estado, uma cultura”, segundo Gellner (*op. cit.*, p. 119). Ainda de acordo com o mesmo autor (*ibidem*) “as unidades políticas adquirem fronteiras nitidamente definidas, que são

também as fronteiras das culturas. Cada cultura precisa da sua própria cobertura política, e os Estados legitimam, primordialmente, como protetores da cultura”, o que em parte contribui para estimular o sentimento nacionalista tendo em conta que os padrões culturais que a escola veicula estão intrinsecamente associados aos desígnios do Estado.

Por isso, concordamos com Gellner (1996, p. 133) ao referir que “a raiz do nacionalismo não é a ideologia, mas experiências cotidianas”, pois o dia-a-dia configura experiências únicas e amplia a cosmovisão do mundo e fortalece os sentimentos de unidade na diversidade. Tal preceito encaixa-se perfeitamente no papel da educação, desdobrada na sua vertente funcional escola, na medida em que, sendo um microcosmo social, serve de instrumento para a formação e inculcação de valores nacionalistas que demandam por um lado de uma história criada e, por outro, de um esquecimento induzido de factos históricos, ou seja, o poder instituído cria a sua história, as suas simbologias, os seus heróis, e impõe aos demais. Portanto, verifica-se um processo selectivo em que alguns são deserdados da memória e história colectivas, prática extensiva a praticamente todos os países e que Moçambique não foge à regra.

Num outro prisma, o nacionalismo é alavancado e revigorado por via das tradições inventadas, segundo Hobsbawn (1984) que defende que, ao falar-se de tradições, devem incluir-se as que foram construídas e formalmente institucionalizadas, como as que resultam do processo evolutivo das sociedades. Assim sendo, as tradições constituem uma plataforma para a massificação do nacionalismo e a incorporação dos demais membros no espírito do Estado uno e indivisível. Para o efeito, elas são ressignificadas para dar cobertura a uma ideologia nacionalista, o que torna a nação, segundo Bhabha (1998), como uma narrativa contemporânea onde se imprime o ritmo do progresso e salvagam-se as raízes.

Portanto, a construção do sentimento nacionalista vai fundamentar-se, por exemplo, na homogeneização linguística, social, cultural e desportiva, por meio da legitimação e assimilação do novo com a ruptura com o velho. É a segmentação de uma massa crítica dentro da sociedade que não só vai encarnar a ideologia naturalista e universalista de pertença a um espaço político-administrativo, como também vai ser detentora do poder de sedução dos demais membros da sociedade por meio de práticas que se consideram comuns e relevantes para a construção da identidade colectiva numa

perspectiva político-ideológica, sem a qual a pessoa se transforma sem referências, sem cidadania e muito menos a nacionalidade, porque não tem e nem sequer comunga dos referenciais simbólicos com os demais membros da sociedade.

Por isso, julgamos que seja a partir do tripé política, ideologia e unidade social que se fundam os processos hegemónicos na nação, o que se encaixa no pensamento de Haugen (2001, p. 105) segundo o qual a nação, “como unidade política, ela será presumivelmente mais efetiva se for também uma unidade social. Como qualquer unidade, ela minimiza as diferenças e maximiza as externas”.

Olhando para o papel dos símbolos nacionais como elementos de geração de uma pretensa identidade nacional, Jurt (1997, p. 471) defende que os mesmos são uma plataforma de apoio essencial para a geração do sentimento de pertença, “uma vez que visualizam de modo marcante os valores e os conteúdos da autodefinição política de uma comunidade, através dos quais os cidadãos conhecem e reconhecem sua identidade política”, em consonância com a perspectiva de construção de nação na visão de Hobsbawn (1984) que reserva um papel fundamental para as tradições inventadas.

Assim, as tradições inventadas criam um imaginário patriótico e nacionalista e ressignificam as identidades das pessoas, razão pela qual, e apostilando Haugen (2001, p. 105-106, grifo do autor), “à identidade pessoal e local do indivíduo ela sobrepõe uma nacional ao identificar o *ego* dele com o de todos os outros dentro da nação e ao separá-lo de todos os outros fora da nação”, com vista a vingar o que o autor (*ibidem*) chama de “coesão interna” e a “distinção externa” e é nesse quadro que uma língua tida como de unidade e representativa da nacionalidade acaba jogando um papel relevante no processo hegemónico.

Ao analisarem a questão das línguas e a formação das nações, César e Cavalcanti (2007, p. 49) defendem que existe a “exigência da sua homogeneidade como condição do bom funcionamento da sociedade política”. Para as autoras (*ibidem*), este facto faz com que a língua tome “um contorno basicamente político, em que se sedimenta o nacionalismo. Essa identidade apóia-se na língua escrita e manifesta o carácter totalizante da língua única, do contexto monolíngüe, associando a história da língua à história literária do povo que a fala”.

No mesmo diapasão, Habermas (2004) defende que a cidadania é definida pelos direitos civis e chama a atenção para a necessidade de se reconhecer o facto de que as pessoas desenvolvem a sua identidade pessoal no contexto de certas tradições e em ambientes culturais específicos e assegura que, a partir do momento em que as minorias culturais se consciencializam das suas especificidades, a cultura supostamente homogénea dá lugar a uma sociedade cada vez mais 'multicultural'.

No caso específico de Moçambique, à semelhança dos demais Estados africanos pós-coloniais, o que uniu diferentes grupos étnico-linguísticos e culturais para legitimar a luta de libertação do jugo colonial, mais do que um sentimento de sofrimento comum compartilhado, julgamos que foi a identificação inventada com espaço territorial onde foram confinados, pois o colonialismo europeu adoptou o princípio de *dividir para reinar* e, por via disso, grupos aliados foram separados e os inimigos juntados. Já não se tratava de reivindicar os territórios de origem, mas, e, sobretudo, os territórios de permanência, razão pela qual alguns dos Estados herdaram ou surgiram dentro de fronteiras geográficas estranhas atendendo ao contexto que antecedeu a partilha do continente africano pelas potências europeias, o que pode justificar o facto de muitos dos movimentos de luta armada de libertação nacional terem apostado numa cadeia de comunicação unificada, ou seja, uma única língua como factor de incrementação dos laços e capaz de gerar hegemonia na sociedade com vista a cimentar a unidade na diversidade para formar um Estado-Nação, uma vez que o sentimento de nação há muito fecundava, pois ela (nação) pré-existe sem qualquer sistema de organização legal e o nacionalismo africano do século XX foi uma das provas evidentes.

Por isso, a nação moçambicana, como as demais nações do mundo moderno, julgamos que seja uma construção simbólica inventada, consagrada e vivida como um plebiscito diário e não pode ser confundida com a existência do Estado. O Estado tem uma existência ancorada, por exemplo, no aparato jurídico-legal e com fronteiras geográficas devidamente estabelecidas, contrariamente à nação cujas fronteiras são simbólicas, representacionais, fortuitas e contingenciais. A nação é sempre uma comunidade imaginada constituída, muitas das vezes, por diversos grupos fragmentados linguística, cultural e até ideologicamente, porém, politicamente, estas sensibilidades de sentimento e de características são cunhadas de forma hegemónica e naturalizadas como sinónimo do Estado para uniformizar as fronteiras de sentimento, fazendo-as coincidir com as fronteiras jurídicas do Estado nacional.

No capítulo a seguir apresentámos alguns dos aspectos que caracterizam um Estado, no caso Moçambique, com recurso à sua história, as políticas linguísticas que foram sendo adoptadas ao longo de todo o percurso histórico entre outros aspectos.

## CAPÍTULO II

### AS POLÍTICAS LINGUÍSTICAS DE MOÇAMBIQUE: CONEXÕES E DESCONEXÕES

“Se a língua é um espelho de toda a cultura, ela tem que ser diferente de uma cultura a outra” (BACK, 1987, p. 57).

Neste capítulo apresentámos e descrevemos o contexto sócio-histórico, cultural e sociolinguístico do ambiente da nossa pesquisa, Moçambique, tendo em vista o estabelecimento das interfaces que decorrem das nuances relativas à adopção do Português Europeu como língua oficial e de unidade nacional e os contornos subjacentes à subalternização das línguas bantu, também denominadas pelo discurso oficial de línguas nacionais e apresentadas como veiculadoras da cultura e identidade moçambicanas.

Com efeito, neste capítulo, apontámos o facto de que os primeiros sinais de apropriação linguístico-ideológica e simbólico-cultural do Português Europeu remontam à chegada dos portugueses em 1498, tendo em conta que o cruzamento das línguas e culturas propiciou novas características à língua portuguesa, o que fez com que, ao longo do tempo, determinadas palavras que faziam parte da ecologia sociolinguística da antiga colónia passassem a fazer parte também do quadro linguístico da norma europeia, por meio do processo de importação, por exemplo, de unidades lexicais antes inexistentes no Português Europeu.

Mais ainda, apresentamos a periodização da língua portuguesa no país que está consubstancialmente ligada ao processo de denominação efectiva do território nacional que, curiosamente, apesar de Portugal ter chegado ao país no século XV, e tendo permanecido 500 anos, apenas conseguiu dominar militarmente toda a extensão territorial de Moçambique no século XX, ou seja, por volta de 1930 e as estratégias que colocou em prática para a aculturação sistemática dos povos subjugados por meio da criação de categorias sociossimbólicas diferenciadas nas quais o conhecimento da língua portuguesa era um dos elementos básicos para a “ascensão e prestígio social”.

Igualmente, neste capítulo, discorreremos em volta dos pressupostos sócio-históricos, culturais e ideológicos que levaram a FRELIMO a herdar uma política linguística do período colonial e as adaptações feitas tendo em vista a construção do Estado-Nação o que fez com que o novo poder pós-colonial tivesse o mérito de popularizar mais o Português do que a própria metrópole em 500 anos, conforme os dados estatísticos referentes ao número de falantes do Português antes e depois da independência nacional.

## 2.1 – Moçambique: Sociedade, política e breve percurso histórico-linguístico



Figura 1 - Mapa de Moçambique.

Fonte:<sup>33</sup>

<sup>33</sup>[http://www.portaldogoverno.gov.mz/Mozambique/mapa\\_mocambique.jpg](http://www.portaldogoverno.gov.mz/Mozambique/mapa_mocambique.jpg). Acesso em 13 de Dezembro de 2012. Vale a pena ressaltarmos que as actuais fronteiras de Moçambique resultaram do acordo celebrado em 11 de Junho de 1891 entre Portugal e Inglaterra como solução para fazer face aos desentendimentos gerados pelo “mapa cor-de-rosa”, metáfora que representava os interesses de

O mapa anterior ilustra a localização geográfica de Moçambique, país que se situa na costa Sudeste da África Austral, entre os paralelos 10° 27' e 26° 52' de latitude Sul e entre os meridianos 30° 12' e 40° 51' de longitude Este, limitado a Norte pela Tanzânia, a Noroeste pelo Malawi e a Zâmbia, a Oeste pelo Zimbabwe e África do Sul, a Sul pela Swazilândia e África do Sul e a Leste pelo Canal de Moçambique e pelo Oceano Índico.

No Canal de Moçambique, o país tem fronteiras marítimas com as Comores, Madagáscar, a colectividade departamental francesa de Mayotte e as ilhas Juan de Nova, Bassas da Índia e Ilha Europa, pertencentes às Ilhas Esparsas das Terras Austrais e Antárticas Francesas.

Esta localização geográfica confere ao país uma posição estratégica no contexto da África Austral, pois serve de escoamento de produtos de importação e exportação para os países do *hinterland*, sem acesso ao mar, como é o caso do Malawi, Zâmbia e do Zimbabwe.

Todos os países que fazem fronteiras terrestres com Moçambique têm o Inglês como língua oficial.

A República de Moçambique<sup>34</sup>, com uma população estimada em pouco mais de 20 milhões de habitantes, segundo o Recenseamento Geral da População de 2007 e, de acordo com as previsões para 2014 será de aproximadamente 25 milhões de habitantes, tem um clima predominantemente tropical e húmido, com 799.380 Km<sup>2</sup> de área, dos quais 786.380 são de terra firme e 13.000 de águas interiores, com uma faixa costeira de 2470 quilómetros banhada pelo Oceano Índico partindo da foz do rio Rovuma (Norte) à Ponta de Ouro (Sul) e um relevo de planície, planalto e montanha, o que o torna o país com um dos relevos mais híbridos do continente africano em virtude de integrar três das grandes regiões do continente, nomeadamente África Oriental, África Central e África Austral.

---

Portugal de ligar Angola e Moçambique, pretensão que entrava em choque com o projecto da Inglaterra de ligar a cidade sul-africana de Cabo à cidade egípcia de Cairo por meio de uma linha férrea.

<sup>34</sup> Antes era designada República Popular de Moçambique e depois da entrada em vigor da Constituição da República de 1990 que introduziu o multipartidarismo, ou seja, existência de partidos políticos e realização de eleições multipartidárias, delegando-se ao povo o poder de escolha dos dirigentes do país, passou a ser denominada apenas como República de Moçambique.

A divisão administrativa de Moçambique compreende província, distrito, posto administrativo e localidade. A esta divisão junta-se a autarquia local, também designada município, presente no mapa administrativo do país desde 1998, ano da realização das primeiras eleições autárquicas. Na altura foram criados 33 municípios, número que depois passou para 43 em 2008 e nas últimas eleições realizadas em 2013 foi alargado para 53 municípios.

O país conta com 11 províncias, sendo que a Sul estão Maputo Província, Maputo Cidade, Gaza e Inhambane; no Centro Sofala, Manica, Tete e Zambézia e no Norte Nampula, Cabo Delgado e Niassa. A capital do país é Maputo.

Com a aprovação, pela Assembleia da República, o parlamento moçambicano, da nova divisão administrativa em Março de 2013, o país passou de 128 distritos para 150. Anteriormente, o país tinha 394 postos administrativos e com a nova reforma administrativa passou a ter 405.

Apesar da chegada dos portugueses ao país, de acordo com um largo consenso histórico, ter sido em 1498, a colonização de Moçambique<sup>35</sup> só ganhou ímpeto após a Conferência de Berlim (capital da Alemanha), realizada entre 19 de Novembro de 1884 e 26 de Fevereiro de 1885.

A Conferência de Berlim estipulou o princípio de ocupação efectiva do continente africano, consagrando, assim, as normas para a ocupação, tendo-se comprometido as potências coloniais a não invadirem áreas ocupadas por outras potências. Com este princípio, o continente africano foi despedaçado como se de um bolo se tratasse – Moçambique não fugiu à regra. Prova disso é o Império dos Mwenemutapas<sup>36</sup> que, para além de Moçambique, ocupava outros territórios, como é o caso de Zimbabwe.

Por isso, a partilha do continente pelas potências europeias foi feita de maneira arbitrária, não respeitando as características, por exemplo, históricas, linguísticas,

---

<sup>35</sup> Presume-se que este nome derive do aportuguesamento do nome de um importante sultão árabe de nome Mussa Ben Mbiki que detinha o poder numa parte significativa da região Norte.

<sup>36</sup> A invasão e conquista do Norte do planalto zimbabweano pelas tropas de Mutota, em 1440-1450, deu origem a um novo Estado dominado pela dinastia dos Mwenemutapas. Estes invasores, que também falavam a língua chishona, estabeleceram a sua capital num local próximo do rio Zambeze, no Norte da actual província de Manica. No século XVI, este império estendia a sua influência/ domínio entre o rio Zambeze, a Norte, o Oceano Indico, a Leste, o rio Limpompo, a Sul, chegando ao Sudoeste do deserto de Kalahari.

crenças religiosas e de adoração aos antepassados, étnicas, culturais e familiares de cada povo, o que julgamos que contribui para a existência dos problemas actuais que afectam o continente africano. Com esta divisão arbitrária houve casos de povos aliados que foram separados e de povos inimigos que foram juntados no mesmo espaço geográfico, como são os casos do Burundi e do Rhuanda<sup>37</sup>.

Esta situação foi evidente e consagrada historicamente com a guerra étnica (hutus e tutsis) que resultou no genocídio de cerca de 800 mil pessoas, maioritariamente tutsis, em 1994, no Rhuanda, e teve como rastilho o atentado ao avião em Khigali, capital do Rhuanda, a 6 de Abril de 1994, que vitimou os Presidentes do Rhuanda, Juvenal Habyarimana, e do Burundi, Cyprien Ntaryamira. Ambos, de origem hutu, viajavam no mesmo avião.

O povo moçambicano resistiu a esta ocupação, primeiro pelos líderes que detinham o poder nos diversos reinos implantados no território, a chamada proto-resistência nacionalista. Porém, não suportaram a superioridade militar portuguesa e as traições intra-étnicas e inter-étnicas, tendo sucumbido à dominação que se transformou numa ocupação militar efectiva, com a submissão total dos estados existentes, levando, no início do século XX, a uma verdadeira administração colonial.

Em 1928, com a chegada ao poder em Portugal de Óscar Carmona, que chamou António Salazar para Ministro das Finanças, homem que tinha uma visão mais mercantilista e capitalista da exploração colonial, Portugal introduziu os preceitos do “Acto Colonial”<sup>38</sup> em 1930, um documento orientador da política externa portuguesa na

---

<sup>37</sup> Durante a colonização da Bélgica, que herdou o território outrora denominado Rhuanda-Urundi, sob gestão da Alemanha até perder o seu domínio depois da derrota na 1ª guerra mundial, os tutsis (que se dedicavam à criação do gado) correspondiam a cerca de 15% do total da população e foram escolhidos pelo poder colonial belga para *governar o país* (Ruanda-Urundi). A maioria hutu, cerca de 85% e que se dedicava à agricultura ficou excluída do processo social e económico. Em 1959, os agricultores hutus revoltaram-se contra a monarquia tutsi apoiada pelos belgas e abriram o caminho para separar o Rhuanda e o Burundi. Em 1961, sob a liderança hutu, Rhuanda ganha o estatuto de República e um ano depois a Bélgica reconhece a sua independência. Perseguidos, os tutsis procuraram abrigo nos países vizinhos. Por sua vez, Burundi também se tornou independente nesse ano, porém sob monarquia tutsi.

<sup>38</sup> O Acto Colonial foi uma lei constitucional que definiu as formas de relacionamento entre a metrópole e as colónias portuguesas. Foi aprovado em 1930, durante o período da Ditadura Nacional que antecedeu o Estado Novo, por meio do Decreto n.º 18 570 de 8 de Julho de 1930. Com o “Acto Colonial”, o conjunto dos territórios sob jurisdição portuguesa passaram a denominar-se Império Colonial Português. O mesmo restringiu e alterou a já limitada autonomia financeira e administrativa das colónias, reflectindo por isso o carácter centralizador e altamente colonialista do Estado Novo que durou até 1974.

sua vertente colonização, e, com isso, a intensificação da colonização de Moçambique, acompanhada pela popularização do ensino da língua e da cultura portuguesas nas escolas moçambicanas por meio da Igreja Católica, em conformidade com as directrizes da Concordata assinada em 1940, um documento regulador das relações diplomáticas entre Portugal e Vaticano.

Antiga colónia e província ultramarina de Portugal, Moçambique<sup>39</sup> obteve a sua independência em 25 de Junho de 1975 depois da luta armada de libertação nacional encabeçada pela FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique, fundada em 1962), fruto da união de três movimentos nacionalistas: MANU (União Nacional Africana de Moçambique, fundada em 1959), UDENAMO (União Democrática Nacional de Moçambique, fundada em 1960) e UNAMI (União Nacional Africana para a Independência de Moçambique, fundada em 1961), mercê da visão de Estado e de unidade nacional dos moçambicanos nacionalistas personificados por Eduardo Chivambo Mondlane, considerado o arquitecto da unidade nacional, morto em 3 de Fevereiro de 1969, na explosão de uma bomba, na Tanzânia.

Com a morte de Mondlane, a FRELIMO indicou Samora Moisés Machel, que até à época chefiava o Departamento da Defesa, para estar à frente do movimento nacionalista. A partir daí, Machel reestruturou as frentes de combate e generalizou a luta armada um pouco por todo o país.

A guerra de libertação de Moçambique durou cerca de 10 anos, ou seja, de 25 de Setembro de 1964 a 7 de Setembro de 1974, e terminou com a assinatura do Acordo de Lusaka (capital da Zâmbia), considerado como o dia da vitória pelos moçambicanos por terem consagrado o fim formal das hostilidades militares com os portugueses, e o acordo resultou do Golpe de Estado<sup>40</sup> que ocorreu em Portugal e que ficou conhecido historicamente como “Revolução dos Cravos ou Revolução de Abril”.

Vale a pena ressaltarmos que o Golpe de Estado de 25 de Abril de 1974 em Portugal foi a consequência directa do descalabro das operações militares no ultramar português, ou seja, nas chamadas colónias portuguesas, o que se consagra neste

---

<sup>39</sup> Para mais dados sobre a história de Moçambique, conferir o portal do Governo de Moçambique em <http://www.portaldogoverno.gov.mz/Mozambique/resHistorico>. Acesso em 13 de Dezembro de 2012.

<sup>40</sup> O Golpe de Estado de 25 de Abril de 1974 em Portugal derrubou o governo ditatorial de Marcelo Caetano, personificado pelo regime salazarista, e com ele o fim do Império Colonial Português em África e a introdução do regime democrático em Portugal.

pronunciamento célebre de Samora Machel ao referir que “o 25 de Abril em Portugal é o resultado da derrota do colonialismo em Moçambique”<sup>41</sup>.

Este acontecimento obrigou Portugal a iniciar negociações para a transferência do poder para um governo de transição encabeçado por Joaquim Alberto Chissano como Primeiro-Ministro. O Governo de Transição tomou posse no dia 20 de Setembro de 1974 com o objectivo de preparar o terreno para a proclamação da independência nacional no dia 25 de Junho de 1975, data que coincide com a fundação da FRELIMO, por Samora Moisés Machel que se tornou o Primeiro Presidente do país e considerado o pai da nacionalidade moçambicana. Samora perdeu a vida num acidente aéreo em Mbuzine, África do Sul, em 19 de Outubro de 1986 e foi substituído por Joaquim Alberto Chissano, que até à data da sua morte era Ministro dos Negócios Estrangeiros, na Presidência da República e permaneceu no poder durante 18 anos fazendo a transição do regime monopartidário para o multipartidário.

Com a independência nacional, novos valores culturais e ideológicos foram colocados em prática, e é neste contexto que o país adota a língua portuguesa como língua oficial e de unidade nacional tendo em vista consolidar os propósitos da construção do Estado-Nação assentes na homogeneização linguística e cultural. Com isso, a escolha da norma europeia como padrão em Moçambique, uma escolha política em contingência de uma realidade específica: a diversidade linguística constituía um entrave para os propósitos da consolidação do jovem Estado-Nação, como também para a materialização das políticas públicas para o desenvolvimento, ou seja, o emparelhamento de todas as sensibilidades étnico-linguísticas num sistema nacional para gerar e consolidar o Estado nacional e combater as assimetrias regionais que poderiam atentar contra a unidade nacional e a soberania do Estado.

Infelizmente, logo imediatamente à independência o país ficou envolvido em guerras. Primeiro foi a agressão armada personificada por Ian Smith, do governo minoritário branco, que a todo o custo queria impedir que os zimbabweanos (apoiados pela FRELIMO) seguissem o seu rumo sem a presença colonialista britânica, que se diga de passagem “residual”, uma vez que a Rodésia do Sul, actual Zimbabwe, já não

---

<sup>41</sup> Pronunciamento feito durante a VI reunião do Comité Central da FRELIMO no Tofo, Inhambane, Sul de Moçambique, que decorreu de 19 a 21 de Junho de 1975, segundo a Revista Tempo, n.º. 248 de 6 de Julho de 1975.

era administrado a partir de Londres porque a minoria branca no país decidira declarar independência unilateral.

Posteriormente, seguiu-se à guerra que durou 16 anos movida pela RENAMO<sup>42</sup>. Para alguns tratou-se de uma guerra civil. Para outros foi uma guerra de desestabilização. Outros ainda defendem que foi a guerra pela democracia. Para nós, seja qual for a tipificação, a verdade é que esta constitui uma das páginas lamentáveis da história de Moçambique e que só contribuiu para o atraso no seu desenvolvimento.

Esta guerra culminou com o Acordo Geral de Paz de Roma (capital da Itália), assinado a 4 de Outubro de 1992 entre a FRELIMO, encabeçada por Joaquim Alberto Chissano, e a RENAMO, chefiada por Afonso Macacho Marceta Dhlakama, o que permitiu a realização das primeiras eleições gerais e multipartidárias da história de Moçambique em 1994 vencidas pelo candidato da FRELIMO, Joaquim Alberto Chissano. Actualmente, o país é governado por Armando Emílio Guebuza, cujo segundo mandato termina em Outubro de 2014, momento previsto para a realização de novas eleições.

Moçambique tem Eleições Presidenciais (escolha do Presidente da República), Legislativas (escolha dos deputados da Assembleia da República), das Assembleias Provinciais (escolha dos Membros das Assembleias Provinciais, o equivalente a “deputados provinciais”) e Municipais (para a escolha dos Presidentes dos Municípios e dos Membros das Assembleias Municipais) de cinco em cinco anos. É um país de regime presidencialista, e o Presidente da República eleito nomeia o Primeiro-Ministro e preside as reuniões do Conselho de Ministros.

O Estado moçambicano é membro de vários organismos internacionais, dos quais destacamos: Organização das Nações Unidas (ONU); União Africana (UA); Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP); Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP’s); Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC); Comunidade dos Países de Expressão Inglesa (Commonwealth); Comunidade dos Países de Expressão Francesa (Francofonia) e Comunidade Islâmica.

---

<sup>42</sup>Resistência Nacional de Moçambique, movimento guerrilheiro que desestabilizou o país e destruiu infra-estruturas económicas e sociais, o que provocou o bloqueio do desenvolvimento económico do país durante muito tempo. A sua luta contribuiu para a introdução da democracia multipartidária em Moçambique.

## 2.2 – Situação linguística de Moçambique

Ao analisar-se a situação linguística de Moçambique, julgamos que não se deve ignorar uma das principais categorias quando se faz uma pesquisa com fundamento sócio-histórico – a categoria tempo – em virtude de ser um elemento sinalizador que permite circunscrever os acontecimentos históricos e os fenómenos sociopolíticos mais importantes para a compreensão do contexto da pesquisa e da desenvoltura de todo o processo argumentativo.

Assim sendo, o nosso horizonte temporal comporta três períodos distintos e complementares. Distintos porque ocorreram em momentos diferentes, complementares porque a compreensão de todo o processo histórico exige esse olhar aglutinador.

Para o efeito, elencamos, a seguir, os períodos historiográficos da história de Moçambique concomitantes à história da língua portuguesa no país tendo por base Gonçalves (1996):

- O primeiro, que designamos de período pré-colonial, que vai de 1498, ano da chegada dos portugueses a Moçambique até 1918, ano do fim das confrontações militares sistemáticas no quadro da ocupação colonial;
- O segundo, que designamos de período colonial, que vai de 1918 até 1975, ano da independência de Moçambique;
- O terceiro, que denominamos de período pós-independência, que vai de 1975 até à actualidade.

Tendo em conta que o período pré-colonial não apresenta muitos subsídios para a compreensão dos pressupostos que nortearam as políticas linguísticas de Portugal em Moçambique, uma vez que antes de 1930 Portugal ainda não detinha o domínio efectivo do território, logo, a nossa periodização vai radicar, fundamentalmente, nos dois últimos períodos.

Como se pode perceber, a periodização da história da língua portuguesa no país confunde-se com a própria história de Moçambique, tendo em conta o papel determinante que o Português desempenhou nos esforços da implantação do aparelho colonial.

Na perspectiva de Hall

O movimento que vai da colonização aos tempos pós-coloniais não implica que os problemas do colonialismo foram resolvidos ou

sucedidos por uma época livre de conflitos. Ao contrário, o 'pós-colonial' marca a passagem de uma configuração ou conjuntura histórica de poder para outra [...]. Problemas de dependência, subdesenvolvimento e marginalização, típicos do 'alto' período colonial, persistem no pós-colonial (HALL, 2009, p. 54).

A propósito de pós-colonial, Hall (2009, p. 101) defende que “o termo se refere ao processo geral de descolonização que, tal como a própria colonização, marcou com igual intensidade as sociedades colonizadoras e as colonizadas” e enaltece que o pós-colonial não se configura numa demanda temporal em que tudo é revertido ao mesmo tempo, ou seja, as relações antigas desaparecem definitivamente e surgem novas para substituí-las, pois o colonial e o pós-colonial ocorrem dentro de um processo histórico específico e caracterizado por especificidades próprias e, como tal, obedecem a determinadas demandas sociopolíticas, culturais e ideológicas consagradas aos contextos em presença.

O retrato que o autor nos apresenta sobre o processo colonial e o pós-colonial e as interfaces a partir das quais se pode estabelecer algum paralelismo ecoa perfeitamente no que sucedeu no contexto moçambicano, uma vez que

O rompimento com o colonialismo foi um processo longo, prolongado e diferenciado, em que os movimentos recentes do pós-guerra pela descolonização figuram como um, e apenas um, 'momento' distinto. Neste caso, a 'colonização' sinaliza a ocupação e o controle colonial direto. Já a transição para o 'pós-colonial' é caracterizada pela independência do controle colonial direto, pela formação de novos Estados-nação, por formas de desenvolvimento económico dominadas pelo crescimento do capital local e suas relações de dependência neocolonial (HALL, 2009, p. 103).

Assim, o nosso objectivo não é apresentar todos os factos que caracterizaram estes períodos históricos, mas trazer alguns subsídios que permitam aclarar o quadro contextual da situação sociolinguística do país para termos uma compreensão conjuntural e estrutural da adopção da norma europeia como língua oficial e de unidade nacional em Moçambique.

### **2.2.1 – Período colonial (1918 a 1975)**

Conforme avançámos ao longo do trabalho, os primeiros sinais da presença portuguesa e conseqüentemente da língua portuguesa em Moçambique remontam a 1498 com a chegada de Vasco da Gama no quadro da expansão europeia iniciada no século XV. Todavia, a sua disseminação em larga escala ocorreu a partir de 1930, ano da instalação efectiva da Administração Colonial Portuguesa depois da derrota dos

últimos focos de resistência à ocupação, através do “Acto Colonial”, um documento orientador da política externa portuguesa na sua vertente colonização.

De entre outros aspectos, o “Acto Colonial” preconizou a introdução do ensino indígena (o ensino para moçambicanos) em língua portuguesa e teve o suporte da Igreja Católica, por meio da Concordata assinada em 1940 entre Portugal e a Santa Sé, acordo orientador das relações diplomáticas entre Lisboa e Vaticano.

Com a Concordata, a Igreja Católica em Moçambique foi autorizada a usar as línguas autóctones nos cultos e, posteriormente, por volta de 1963, segundo Mazula (1995, p. 88), foi “autorizado o emprego do idioma local como instrumento de ensino da língua portuguesa”, situação que, a nosso ver, veio impulsionar o processo de apropriação linguística da língua portuguesa pelos moçambicanos, ou seja, a nativização, em virtude da “facilidade” que tal processo permitiu para a tradução das palavras, fomentando-se, assim, a transferência e a interferência linguísticas, embora o objectivo de Portugal não fosse esse, pois os moçambicanos deviam ser lusitanizados linguística e culturalmente.

A propósito da diversidade e do cruzamento de línguas, Lévi-Strauss (2000, p. 2) refere que “as línguas da mesma origem têm tendência para se diferenciarem das outras línguas de origens diversas, mas faladas em territórios contíguos, desenvolvem características comuns”, o que, a nosso ver, pode justificar, em parte, as características socioculturais e simbólico-ideológicas que foram incorporadas na língua portuguesa em Moçambique.

Em conformidade com a necessidade de uma presença mais efectiva, Portugal, para além de consolidar os esforços militares para garantir a ocupação e domínio territorial de Moçambique, investiu fortemente na presença da sua máquina administrativa, tendo em vista garantir a sustentabilidade da ocupação. Com isso, estabeleceu fronteiras jurídicas destruindo as fronteiras étnicas e socioculturais pré-existentes à ocupação e implementou políticas separatistas que hierarquizaram as pessoas de acordo com a cor da sua pele e utilidade para a sua máquina administrativa, por meio de uma política educacional segregacionista que tinha como objectivo apenas formar moçambicanos como aprendizes e auxiliares para os esforços da governação do território.

É neste quadro que o Estatuto Missionário publicado em 5 de Abril de 1941 conferiu mais poderes à Igreja Católica em Moçambique, tornando-a num aliado privilegiado do governo colonial português na condução de todo o ensino indígena com o fim, segundo Castiano et al. (2006, p. 27), de “civilizar e nacionalizar o indígena por meio da língua portuguesa e gradual compreensão da doutrina e moral cristã”.

Deste modo, a Igreja Católica tornou-se um aliado do primeiro escalão da administração colonial portuguesa com o duplo papel de evangelizar e disseminar a doutrina cristã católica e fomentar o ensino rudimentar que visava apenas formar aprendizes para profissões mais subalternas. Com isso, também se fomentou o ensino-aprendizagem da língua portuguesa em Moçambique.

É neste contexto que o ensino da língua portuguesa ganhou uma importância particular, na medida em que serviu de mecanismo aglutinador das diferenças linguísticas e culturais entre os moçambicanos e os portugueses, o que permitiu a Portugal cadastrar dois grupos sociais entre os moçambicanos: os civilizados, também denominados assimilados, que serviriam de suporte ao Aparelho Administrativo Colonial e os não civilizados, tipificados como indígenas. Segundo Mazula (1995, p. 100), são considerados indígenas nas respectivas províncias “os indivíduos de raça negra que, nelas tendo nascido ou vivido habitualmente, ainda não possuem a cultura e os hábitos individuais e sociais exigidos pela integral aplicação do direito público e privado dos cidadãos portugueses”.

Estes factos permitem-nos perceber que o ensino da língua portuguesa constituía, também, um meio ideológico de dividir para reinar, sucedendo-se ao que Bourdieu (2007, p. 10) chama de produções simbólicas como instrumento de dominação para a legitimação dessas distinções cujo objectivo é a “integração fictícia da sociedade no seu conjunto, portanto, à desmobilização (falsa consciência) das classes dominadas; para a legitimação da ordem estabelecida por meio do estabelecimento das distinções”, razão pela qual, para o autor (*op. cit.*, p. 11), “a cultura que une (intermediário de comunicação) é também a cultura que separa (instrumento de distinção)”, tendo em conta que, ao se legitimarem as distinções, se consagra o marco hierárquico entre a cultura dominante e a cultura dominada.

É por isso mesmo que julgamos que os moçambicanos com capacidade de aprender e falar “correctamente” o Português tornaram-se auxiliares do aparelho

colonial, porém, sem ocuparem cargos de relevância administrativa. Com esta estratégia, Portugal foi, aos poucos, alargando o número de falantes, até porque estava consciente da importância da existência de pessoas “aportuguesadas” em Moçambique, como forma de garantir o seu domínio aos olhos da comunidade internacional, justificando, assim, a sua missão civilizadora, quando no fundo estavam em causa interesses económicos.

Em paralelo, Portugal investiu em larga escala para a expurgação da “identidade cultural dos moçambicanos” com vista a torná-los novos “cidadãos portugueses”, contudo, sem gozarem das benesses que tal nacionalidade atribuía, fomentando, deste modo, a falsa consciência no seio da população e que mais tarde veio a rebelar-se contra a exploração imperialista e contra todas as formas de aculturação sistemática levadas a cabo pela metrópole.

A propósito da aculturação, Cuche (2002, p. 115, grifos do autor), que cita o *Memorando para o Estudo da Aculturação de 1936*<sup>43</sup>, define-a como “conjunto de fenómenos que resultam de um contato contínuo e direto entre grupos de indivíduos de culturas diferentes e que provocam mudanças nos modelos (*patterns*) culturais iniciais de um ou dos dois grupos”.

Ainda de acordo com Cuche (*op. cit.*, p. 116), a aculturação é diferente da assimilação. Portanto, “a assimilação deve ser compreendida como a última fase da aculturação, fase, aliás, raramente atingida. Ela implica o desaparecimento total da cultura de origem de um grupo e na interiorização completa da cultura do grupo dominante”.

Assim, a língua portuguesa foi expandida por meio das escolas com o alicerce da Igreja Católica e posteriormente com o apoio das Igrejas Protestantes que também ensinavam a língua inglesa. Se à Igreja Católica cabe o mérito, em parte, da popularização da língua portuguesa, às Igrejas Protestantes cabe a popularização da língua inglesa. É caso para dizer que os católicos idolatraram o Português e os protestantes o Inglês, o que contribuiu para a criação e o aprofundamento das culturas luso-inglesas num contexto civilizacional de origem bantu.

---

<sup>43</sup> Segundo o autor em referência (*op. cit.*, p. 115) o comité que elaborou o memorando foi escrito por Robert Redfield, Ralph Linton e Melville Herskovits, cuja “definição que ele enuncia será a partir de então a regra”.

A este propósito, Firmino (2006, p. 137), citando um historiador que se dedicou ao estudo do assunto (sem mencionar o respectivo nome), refere que “a elite de falantes do Português de formação católica, por exemplo, olhava para o Estado como patrono, enquanto os seguidores da missão protestante frequentemente falavam Inglês como uma língua segunda estrangeira”. Ainda de acordo com o autor (*ibidem*), os protestantes “procuravam emprego no sector privado falante de Inglês [...]. Os católicos sentiam que o Estado lhes devia dar preferência como bons católicos e bons portugueses”.

Portanto, a Igreja Católica foi a mais beneficiada durante o regime colonial português, razão pela qual, depois da independência, surgiram novas correntes de opinião dentro do clero católico em Moçambique com propósitos claros de marcar um posicionamento de distinção relativamente ao período colonial. Com isso, fragmentou-se, oficiosamente, a própria igreja entre o passado e o presente que se afirmava, o que norteou denominações ambivalentes de uma Igreja Católica e duas correntes dissonantes: a “antiga Igreja Católica” comprometida com o colonialismo – não obstante a existência de algumas vozes que se opunham a um alinhamento descarado da igreja com a política colonial – e a “nova Igreja Católica” comprometida *apenas com a evangelização*, ou seja, não se dispunha a misturar de forma explícita a sua relação com a política.

Ao olhar-se para o parágrafo anterior verifica-se uma expressão em itálico porque, na verdade, a Igreja Católica não ficou refém apenas da evangelização neste novo período. Pelo contrário, participou activamente e até num confronto ideológico aberto com a FRELIMO para denunciar a matriz sob a qual se devia formar um *Homem Novo*, desígnio propagandístico pós-independência que visava retirar o Homem das trevas, do obscurantismo, da ociosidade e até de adoração a Deus, o que fez a igreja insurgir-se contra este novo paradigma ideológico abrindo-se fissuras que fragilizaram as relações de força entre os dois poderes, pois sem a adoração a Deus a igreja temia o surgimento de uma sociedade ateísta e, com isso, comprometer-se-ia todo um trabalho bem sucedido de evangelização no período colonial.

Desta feita, não deixa de ser curioso que no período colonial, a igreja tenha participado activamente na estruturação sociocultural e linguística de Moçambique, enquanto acessora do poder colonial, e que, no período pós-colonial, tenha resistido abertamente a uma tentativa de purificação político-ideológica e religiosa, o que

seguramente veio a explicar a tensão trazida pela política de nacionalizações que afectou vários segmentos sócio-económicos do país, incluindo a própria Igreja Católica.

Como se pode constatar, entre as igrejas, de modo particular entre a Igreja Católica e o Estado Português, estabeleceu-se uma estratégia de colaboração mais sistematizada, sem a qual dificilmente Portugal teria conseguido administrar Moçambique por muito tempo, razão pela qual depois da independência nacional muitas igrejas foram encerradas e reabertas posteriormente, facto que contribuiu para a sua fragilização do ponto de vista da sua actuação com a perda de inúmeros imóveis multifuncionais como escolas e hospitais para o Estado moçambicano no quadro da Lei das Nacionalizações de 24 de Julho de 1975 e regulamentada pelo Decreto-Lei 5/76 de 5 de Fevereiro de 1976<sup>44</sup>. A mesma lei preconizou também a nacionalização, por exemplo, de casas e prédios de rendimento, fábricas, empresas e escolas, porque a FRELIMO tinha libertado a terra e o Homem do jugo colonial, porém, não tinha nenhum poder económico para fazer face aos desafios da construção do Estado.

Contudo, depois da abertura do país à economia do mercado a partir de 1987 e com o advento do colapso do sistema socialista, que era o paradigma económico que Moçambique seguia até então, cujo epicentro foi a queda simbólica do muro de Berlim a 9 de Novembro de 1989, símbolo da bipolarização capitalismo *versus* socialismo, que separava a República Federal da Alemanha (RFA) da República Democrática Alemã (RDA), algumas casas e prédios de rendimento, empresas e fábricas foram colocados à venda, isto é, procedeu-se à privatização para as pessoas interessadas e outros imóveis, ainda que, em número insignificante, restituídos às igrejas que até hoje continuam a reclamar pela devolução dos demais.

Portanto, o ensino e aprendizagem do Português em larga escala para Portugal constituía um mecanismo de domínio ideológico, económico, político, cultural e simbólico dos moçambicanos e tinha outro propósito que era estancar o avanço vertiginoso da aprendizagem do Inglês por parte de moçambicanos que almejavam trabalhar nas minas sul-africanas, mal necessário, já que entre Portugal e a África do Sul

---

<sup>44</sup> Cf. Boletim da República, I Série– Número 14. Numa das notas do preâmbulo pode-se vislumbrar o alcance deste decreto-lei: “o povo moçambicano continua assim, apesar da conquista da sua independência política a ser discriminado, humilhado e explorado no seu próprio País, por aqueles mesmos que durante o período colonial foram agentes, cúmplices ou beneficiários passivos da situação colonial. Esta situação de discriminação e de exploração é incompatível com os objectivos da República Popular de Moçambique e com a dignidade e liberdade do povo moçambicano”.

existia um acordo de fornecimento de mão-de-obra, negócio muito rentável para a metrópole.

Apesar de todos os esforços, a dominação portuguesa sofreu revés por conta do grupo dos assimilados que com o contacto de línguas e culturas ampliou o seu ângulo de cosmovisão do mundo e, com isso, uma nova forma de estar na sociedade, o que implicou a rejeição do que era considerado nocivo e a cristalização de um campo onde vegetasse um cidadão com plenos direitos civis e políticos e percursor do seu destino. Foi uma etapa de uma nova reorientação que permitiu a “limpeza psicológica” dos vestígios do colonialismo, sobretudo aqueles que foram considerados maléficos e que grosso modo dos povos e “países” sofreram durante as expedições europeias, porque o objectivo do discurso colonial, segundo Bhabha (1998, p. 111), era de “apresentar o colonizado como uma população de tipos degenerados com base na origem racial de modo a justificar a conquista e estabelecer sistema de administração e instrução”.

A tomada de uma nova consciência por uma parte dos moçambicanos, por exemplo, com o recurso à denúncia dos males do colonialismo nos jornais e a formação de movimentos cívicos e políticos contra a presença colonial, fez vingar aquilo que Cuche (2002) chama de desculturação, processo que ocorre quando os povos se manifestam contrários aos valores impostos, pensamento que se conecta ao de Hall (2009) ao referir que a relação colonização *versus* pós-colonização está sujeita, irrevogavelmente, num campo de poder-saber e a partir do momento em que se verifica o deslocamento do foco das relações que caracterizam o colonializador e o colonizado, este último torna-se dono do seu próprio destino e desenvolve a capacidade de criticar e desconstruir as representações ideológicas até então vigentes com vista a traçar novos rumos orientadores.

Este pensamento foi uma verdadeira apologia daquilo que veio a acontecer posteriormente em Moçambique, na medida em que Cuche (*op. cit.*, p. 139) sustenta que há casos nos quais “a desestruturação é somente a primeira fase de uma recomposição cultural que será mais ou menos importante” e no caso em alusão teve uma grande relevância, pois foi uma etapa que permitiu uma nova (re)orientação das bases axiológicas da dominação portuguesa e mais tarde da construção do Estado moçambicano como, por exemplo, a adopção de novas políticas ideológicas, sociais, linguísticas, religiosas e económicas para fazer face aos novos desafios.

Tendo em conta o pensamento de Cavalcanti e Bortoni-Ricardo (2007, p. 89) segundo o qual “a cultura não é só pensada, mas também vivida, as significações são

continuamente avaliadas e transformadas pela ação humana”, depreende-se claramente que as mutações sociais trazem desafios ao Homem para os quais deve estar preparado continuamente, porque a relação social, segundo Weber (2004, p. 16), “*consiste, portanto, completa e exclusivamente na probabilidade de que se aja socialmente numa forma indicável (pelo sentido), não importando, por enquanto, em que se baseie essa probabilidade*”.

Como podemos constatar, aos olhos de Portugal era importante não só massificar o ensino da língua portuguesa, como também impedir que as línguas autóctones e as diversas culturas moçambicanas continuassem com relevância para as comunidades locais, o que nos permite fazer uma conexão com Fanon (2005) ao defender que o colonialismo não se satisfaz em prender o povo nas suas redes, em esvaziar o cérebro do colonizado com o recurso à opressão de toda forma e de todo o conteúdo.

O autor acrescenta ainda que

Quando refletimos nos esforços que foram feitos para realizar a alienação cultural tão característica da época colonial, compreendemos que nada foi feito ao acaso e o resultado global procurado pela dominação colonial era realmente convencer os indígenas de que o colonialismo devia arrancá-los à noite em que viviam. [...]. A cultura, que é arrancada do passado para ser desdobrada em todo o seu esplendor, não é a do seu país. O colonialismo, que não matizou os seus esforços, que não deixou de firmar que o negro é um selvagem e o negro, para ele, não era nem angolano nem nigeriano. Ele falava a língua negra (FANON, 2005, p. 244-245).

Apesar de todos os esforços, o Português continuou a ser língua segunda para a maioria dos moçambicanos e era potencialmente falado nos centros urbanos. A prova disso é que de acordo com os dados do Recenseamento Geral da População de 1980<sup>45</sup>, com a particularidade de ser o primeiro e realizado cinco anos após a proclamação da independência nacional, 98,8% da população recenseada, estimada em 12.130.000 habitantes, assegurou que tinha uma das línguas autóctones como língua materna e apenas 1,2%, a língua portuguesa como a sua língua materna.

Votadas a um raio de expressão suburbana e rural, dado que a língua portuguesa era falada potencialmente nas zonas urbanas e por um número incipiente de moçambicanos, as línguas autóctones não só resistiram às investidas de “aportuguesamento geral da população” que em última análise colocaria em causa a sua

---

<sup>45</sup> Segundo a publicação do Instituto Nacional de Estatística publicada em 1983.

vitalidade no contexto social e cultural, mas também se firmaram num quadro mais consistente como meios de resistência à dominação colonial por intermédio de jornais como *O Africano* e *O Brado Africano*, símbolos da emancipação intelectual e jornalística, e também por meio da literatura de poetas como José Craveirinha e Noémia de Sousa, considerados pela crítica literária nacional e internacional como o maior poeta e a maior poetisa da história da literatura moçambicana, respectivamente.

*O Africano* e *O Brado Africano* foram jornais fundados pelos irmãos José e João Albasine, sendo que o primeiro foi lançado em 1909 e mais tarde, em 1918, deu lugar ao segundo que foi extinto em 1974 com o advento do colapso do colonialismo português. Estes jornais tiveram uma importância particular na história da negação ao apagamento dos alicerces da moçambicanidade, daí o título de serem os percursores do uso da língua portuguesa, a par das línguas autóctones, nas suas edições.

Os jornais e os textos literários, boa parte publicados nesses jornais, não estavam ao alcance da maioria da população por motivos como baixa escolaridade e o não conhecimento da língua portuguesa, o que dificultava a leitura dos mesmos e também as dificuldades financeiras para a sua compra. Porém, o que se publicava neles, sobretudo os ideais revolucionários, era passado de boca em boca para as pessoas estarem a par da informação, facto que contribuiu para a inflamação ainda maior do sentimento nacionalista e de aversão ao colonialismo português.

A partir dos anos 30, do século XX, *O Brado Africano* passou a ter um suplemento literário designado *Brado Literário*, uma janela de esperança para a pulverização dos ideais da defesa da negritude, do direito à diferença e do fim da colonização.

Portanto, estes jornais serviram de porta-estandarte da afirmação da moçambicanidade, numa clara rejeição do culto à cultura portuguesa, porque o nacionalismo africano surge em contraposição ao colonialismo, o que se encaixa perfeitamente no seguinte pensamento de Fanon:

O homem de cultura colonizado não deve se preocupar em escolher o nível do seu combate, o setor em que decide travar o combate nacional. Combater pela cultura nacional, é primeiro combater pela libertação da nação, matriz material a partir da qual a cultura se torna possível. Não há um combate cultural que se desenvolveria lateralmente ao combate popular (FANON, 2005, p. 267-268).

José Craveirinha – mais adiante, no capítulo IV, voltaremos a falar dele – destaca-se como um dos moçambicanos que se serviram da literatura para exprimir as suas múltiplas identidades entranhadas na moçambicanidade e a denúncia dos abusos do poder colonial, conforme o excerto do poema “Hino à minha terra”, publicado em 1964<sup>46</sup>:

O sangue dos nomes  
 é o sangue dos homens.  
 Suga-o tu também se és capaz  
 tu que não nos amas.  
 Amanhece  
 sobre as cidades do futuro.  
 E uma saudade cresce no nome das coisas  
 e digo *Metengobalame* e *Macomia*<sup>47</sup>  
 e é *Metengobalame* a cálida palavra  
 que os negros inventaram  
 e não outra coisa *Macomia*.  
 [...]  
 E o balir pungente do *chango* e da *impala*<sup>48</sup>  
 o rugir do leão na *Zambézia*  
 o salto do leopardo em *Manjacaze*  
 a *xidana-kata*<sup>49</sup> nas redes dos pescadores da *Inhaca*  
 a maresia no remanso idílico de *Bilene Macia*  
 o veneno da *mamba*<sup>50</sup> no capim das terras do régulo Santaca  
 a música da *timbila* e do *xipendana*<sup>51</sup>  
 o ácido sabor da *nhantsuma* doce  
 o sumo da *mampsincha* madura  
 o amarelo quente da *mavúngua*<sup>52</sup>  
 o gosto da *cuácia* na boca  
 o feitiço misterioso de *Nengué-wa-Suna*<sup>53</sup>.

No poema “Hino à minha terra” (colocámos os grifos para enaltecer a ocorrência de uma língua(gem) híbrida), que se presume que tenha sido escrito entre os anos 1950 e 1964, um dos períodos conturbados da presença portuguesa antes do início da luta armada, Craveirinha faz um percurso meteórico do país enclausurado nas cinzas e no

<sup>46</sup> Cf. O texto na íntegra na publicação de 2008, p. 27-30, edição da Alcance editores.

<sup>47</sup> Topónimos de regiões de Moçambique, tal como Zambézia, Manjacaze, Inhaca e Bilene Macia.

<sup>48</sup> Instrumentos musicais.

<sup>49</sup> Peixe vermelho.

<sup>50</sup> Serpente venenosa. É um dos répteis mais temido do continente africano e, curiosamente, leva o nome da selecção nacional de futebol de Moçambique.

<sup>51</sup> Instrumentos musicais.

<sup>52</sup> *Mavúngua*, *nhantsuma* e *mampsincha* são nomes de frutas tropicais do país.

<sup>53</sup> Curandeiro e *medium* com poderes sobrenaturais.

abismo do colonialismo, daí o uso das metáforas “o sangue dos nomes/ é o sangue dos homens/ [...] amanhece/ sobre as cidades do futuro”, como forma de consciencializar que a terra de que ele fala é a terra dos Homens que tombaram para libertar o país e que em cada esquina jaze uma alma, pelo que cada amanhecer deve significar mudança de mentalidade e ir à luta porque a pátria espera por todos – com o recurso a uma visão apocalíptica *cidades do futuro* – daí a sua saudade fugaz de cantar Moçambique, por meio de uma rebusca na sua reminiscência, de lés-a-lés, encarnando milhares de anseios do povo moçambicano.

Mais ainda, Craveirinha exalta a riqueza toponímica dos lugares como, por exemplo, *Zambézia, Manjacaze, Inhaca e Bilene Macia* e a biodiversidade, nomeadamente animais como *leão, leopardo, serpentes, peixe* e frutas tropicais, como *mavúngua, nhantsuma e mampsincha*, como forma de enaltecer as riquezas do país e também a exaltação da sua identidade multifacetada; híbrida, em linha de conta com a sua escrita que, através do jogo de palavras, que neste caso consistiu no encadeamento do léxico da língua portuguesa e da língua bantu *Xironga*, predominante em Maputo-Cidade, Sul de Moçambique, redimensiona a mensagem tornando-a o espelho de uma nação que jamais voltará a ser o que era, pois a cultura imposta pelos portugueses alicerçou novas formas de coabitação – o Português, por inerência, passa a partilhar o espaço com as demais línguas autóctones – e ele, Craveirinha, produto da miscigenação racial (branco e negro, filho de um português e de uma moçambicana), repulsa a ideia de uma pátria assente apenas na negritude, ou seja, apenas o negro poderia exaltar a *identidade moçambicana*. Com isso, inscreve-se Moçambique como um país multiracial, multiétnico e multicultural, até porque brancos e negros de diversas nacionalidades lutaram lado a lado para libertar Moçambique da dominação colonialista portuguesa.

Por exemplo, o léxico *Manjacaze*, que actualmente é um distrito da província de Gaza, Sul do país, foi empregue de forma “aportuguesada”, pois na língua *Xichangana*, língua predominante na mesma província, escreve-se *Ka Mandlakazi* que, a nosso ver, serviu para demonstrar que ninguém é imune aos efeitos do cruzamento de línguas e culturas. Com isso, Craveirinha dimensionou a força ilocutória das palavras e encerra um discurso performativo<sup>54</sup> no qual subjaz a odisséia, o misticismo e o afrodisíaco que

<sup>54</sup> Para Austin (1990), o discurso performativo não é *a priori* uma verdade absoluta. Todavia, ele carrega o ónus da verdade desde que contenha alguns elementos básicos como, por exemplo, existir um

sempre caracterizam a cultura tropical de Moçambique, as suas gentes e demonstra, por conseguinte, a apropriação da também chamada *língua de Camões* e a sua consequente moçambicanização, até porque Mendes (2010, p. 168) considera que “os nomes próprios referentes a indivíduos e à toponímia são aqueles que se revelam mais significativos em manifestações de identidade no PM”.

Portanto, em Craveirinha vislumbra-se aquilo que Fanon defende no quadro da aversão ao colonialismo ao referir que

A cultura que é afirmada é a cultura africana. O negro, que nunca foi tão negro como depois que foi dominado pelo branco, quando decide provar a sua cultura, fazer obra de cultura, percebe que a história lhe impõe um terreno preciso, que a história lhe indica uma via precisa e que deve manifestar uma cultura negra (FANON, 2005, p. 245).

Para Fanon (*op. cit.*, p. 246), “à afirmação incondicional da cultura europeia sucedeu a afirmação incondicional da cultura africana” e defende que os movimentos pela negritude e pela libertação dos povos africanos não tinham em vista criar uma cultura negra “porque nenhum homem político imagina ter vocação para dar nascimento a repúblicas negras”<sup>55</sup>.

Portanto, do ponto de vista ideológico, a situação de Moçambique no período colonial foi caracterizada por tentativa frustrada de Portugal de apagar as línguas, identidades e culturas do povo moçambicano, através de acções sistematizadas de aculturação. Todavia, tais intentos apenas serviram de ânimo para incendiar o sentimento nacionalista e os assimilados (uma parte deles visto que houve outra que se manteve fiél ao apoio dos portugueses), que a princípio deviam auxiliar a máquina administrativa portuguesa, tornaram-se alicerce e holofote do nacionalismo mais estruturado e que contribuiu para o início da guerra de libertação nacional.

Em suma, a língua portuguesa em Moçambique não só contribuiu para a exploração desenfreada do povo, como também foi um mecanismo poderoso de resgate da dignidade, da consciência individual e colectiva, subvertendo a lógica até então vigente da *falsa consciência*, conceito bourdianiano que consiste na manipulação e instrumentalização dos grupos dominados, e constituiu um marco de uma nova forma de

---

procedimento unanimemente aceite e que apresente um determinado efeito convencional, recorrendo ao uso de palavras para desencadear no alocutário a sensação de verdade, crença. A este filósofo inglês, John Langshaw Austin (1911-1960), deve-se-lhe o mérito de precursor da Filosofia da Linguagem.

<sup>55</sup> Cf. Fanon (2005, p. 269).

cosmovisão do mundo, vingando a união na diversidade linguístico-cultural o que permite construir aquilo que Hamel (2008, p. 46) chama de “pontes de entendimento para transitar a orientações pluriculturais e plurilíngues que permitam o encaminhamento das contradições em um nível qualitativo superior de compreensão e aceitação da diversidade no marco de uma democratização radicalizada”.

### **2.2.2. Período pós-independência (1975 até à actualidade)**

A escolha do Português como língua oficial e de unidade nacional em Moçambique depois da independência resultou da herança de um terreno fértil herdado ainda no decurso da luta armada de libertação nacional, porque a FRELIMO estava ciente da diversidade étnico-linguística e cultural dos seus guerrilheiros e era preciso forjar os alicerces da unidade na diversidade, conforme atesta a passagem retirada de Lopes (2004, p. 21) que cita Machel (1979)<sup>56</sup>: “a necessidade de combatermos o opressor exigia um combate intransigente contra o tribalismo e o regionalismo. Foi esta necessidade de unidade que nos impôs que a única língua comum – a que servia para oprimir – assumisse uma nova dimensão”, consagrando-se assim a herança tácita da política linguística do período colonial e adaptada para o período pós-colonial.

Ao atribuir-se à língua portuguesa um estatuto tão importante; o de língua oficial e de unidade nacional para forjar e consolidar os alicerces basilares do jovem Estado-Nação, criou-se uma impermeabilidade com um limbo rústico: a estratificação hierárquica da diversidade étnico-linguística e cultural na mesma pirâmide onde o cume é a língua portuguesa sustentada na base pelas línguas autóctones. Com este estatuto, o Português reforçou-se como língua de prestígio e de inserção socioprofissional, neutralizando o prestígio sociocultural das línguas autóctones e, com isso, a dissonância ideológica entre a classe dirigente no seio da FRELIMO, uma vez que havia certos círculos de opinião que não viam com bons olhos a crescente subalternização das línguas locais tendo em conta o seu papel importante na sociedade, por exemplo, na ramificação das relações intra-familiares, inter-culturais, inter-étnicas e intra-étnicas, com a necessária salvaguarda do interesse nacional assente na consolidação de um Estado-Nação forte, uno e indivisível.

---

<sup>56</sup> Comunicação apresentada durante o 1º Seminário Nacional sobre o Ensino do Português realizado em Maputo em 1979 por Graça Machel, enquanto Ministra da Educação e Cultura.

A este propósito, Mazula avança que

Em 1982, no contexto de ideias liberais no seio da Frelimo, o IV Congresso [realizado de 26 a 30 de Abril de 1983] reconhece a diversidade cultural como riqueza nacional e abre-se ao início do estudo das línguas moçambicanas. Mas o Congresso omite-se em falar de línguas nacionais, e fala apenas de línguas moçambicanas. Essa diferença é importante: São moçambicanas porque são faladas em território moçambicano, mas, como são incapazes de construir a Nação, não seriam nacionais (MAZULA, 1995, p. 215).

Assim, o poder político reconheceu a necessidade do reconhecimento da importância das línguas autóctones, não obstante a sua incapacidade de unificar todos os moçambicanos. Este reconhecimento foi importante, na medida em que comprovou a ideia de que qualquer língua, por mais minoritária que ela seja, tem a capacidade de estabelecer, no circuito sociocomunicativo, por exemplo, ligações sentimentais e instrumentais, que permitem conjecturar, no tempo e no espaço, as pessoas envolvidas nos processos discursivos, as suas representações e *performances*.

Desta feita, inscreveu-se um novo panorama que reconheceu a importância linguística, cultural e étnica que estas línguas representam para a população e permitiu aclarar o facto de que o país podia fortificar-se e garantir a sua unidade na diversidade. Foi, sem dúvidas, um marco importante que abriu espaço para o estudo formal e sistematizado das línguas autóctones e, por conta disso, da sua relevância como plataformas de apoio à língua portuguesa no panorama geoestratégico e político-ideológico da construção e consolidação do Estado moçambicano.

Apesar de todos os esforços, as línguas autóctones, não obstante o reconhecimento da sua importância no contexto sociocultural e sociolinguístico do país, continuam hibernadas a usos específicos e em determinados contextos sociais. Já o Português continua sendo uma língua minoritária em Moçambique, porém com um crescimento assinalável do número de falantes em decorrência da sua popularização pelo Estado através dos órgãos de comunicação social, sistema de ensino, instituições religiosas, entre outros mecanismos.

A este propósito, o conhecido escritor moçambicano e uma das vozes mais respeitadas no país, Mia Couto, que será retomado no capítulo IV, no seu livro de ensaios *E se Obama fosse africano? e outras interinvenções*, coloca o dedo na ferida ao referir que

Fala-se hoje mais Português em Moçambique que se falava na altura da independência. O governo moçambicano fez mais pela língua portuguesa que os quinhentos anos de colonização. Mas não o fez por causa de um projecto chamado lusofonia. Nem o fez para demonstrar nada aos outros ou para lançar culpas ao antigo colonizador. Fê-lo pelo seu próprio interesse nacional, pela defesa da coesão interna, pela construção da sua própria interioridade (COUTO, 2011, p. 182).

A respeito do posicionamento de Couto, por exemplo, os dados do Recenseamento Geral da População e de Habitação de 1997<sup>57</sup> revelaram que dos 15.278.334 recenseados, 40% afirmaram que sabiam falar a língua portuguesa e destes apenas 6% tinham a *língua de Camões* como materna. Em contrapartida, 93% dos recenseados declararam que tinham as línguas bantu como línguas maternas, o que demonstra que apesar dos esforços governamentais de massificar a língua portuguesa, as línguas bantu têm um grande impacto no panorama sociolinguístico das populações.

A propósito dos dados estatísticos do Censo de 1997, Firmino (2001) constatou que

O conhecimento das línguas bantu como língua materna é notório em todo o território nacional, embora haja mais predominância do conhecimento de línguas bantu como língua materna nas zonas rurais do que nas urbanas. Tanto entre os recenseados rurais, como entre recenseados urbanos, a maioria tem uma língua Bantu como língua materna. Contudo, a maioria dos que indicaram uma língua Bantu como língua materna reside em zonas rurais, enquanto que a maioria dos que indicaram a língua portuguesa se encontra em zonas urbanas. No geral, o índice do conhecimento da língua portuguesa como língua materna é reduzido, principalmente nas zonas rurais onde este conhecimento é praticamente nulo. A maioria de falantes da língua portuguesa como língua materna concentra-se nas zonas urbanas (FIRMINO, 2001, p. 9).

No que toca ao Recenseamento Geral da População e de Habitação de 2007<sup>58</sup>, Censo 2007, o último até ao momento, dos 20.366.795 recenseados, cerca de 50, 4% declararam que sabiam falar Português.

Já para o presente ano de 2014, segundo os dados publicados em “Projeções Anuais da População Total, Urbana e Rural 2007-2040” do Instituto Nacional de Estatística, documento publicado em 2010, as projeções do crescimento da população apontam para 25. 041.922 habitantes e até 2040 para 46.181.058 habitantes.

---

<sup>57</sup> Segundo a publicação do Instituto Nacional de Estatística de Agosto de 1999.

<sup>58</sup> Segundo a publicação do Instituto Nacional de Estatística (INE) de Junho de 2010.

Nas tabelas a seguir sistematizamos alguns dos dados dos Censos de 1980, 1997, 2007.

**Tabela 1 - Línguas maternas**

Ano	População recenseada	Língua bantu	Português
1980	12.130.000	98,8%	1,2%
1997	15.278.334	93,0%	6,0%
2007	20.366.795	89,3%	10,7%

Tabela adaptada pelo autor com base nas publicações do INE.

**Tabela 2 - Falantes da língua**

Ano	População recenseada	Português
1980	12.130.000	24,4%
1997	15.278.334	39%
2007	20.366.795	50,4%

Tabela adaptada pelo autor com base nas publicações do INE.

A *tabela 1* mostra o número de recenseados em cada censo e o número de falantes que têm as línguas bantu ou a língua portuguesa como sua língua materna. Assim, percebe-se que, apesar de não existir uma proporcionalidade directa, à medida que diminui a percentagem de falantes que têm as línguas bantu como línguas maternas, sobe a percentagem de falantes que têm o Português como sua língua materna: 1,2% em 1980; 6% em 1997 e 10,7% em 2007.

O crescimento do número de falantes com o Português como língua materna é uma das consequências das políticas públicas do Estado do fomento da língua portuguesa no país.

Relativamente à *tabela 2*, conjugada à *tabela 1*, podemos constatar que nos três censos há uma tendência para o crescimento da percentagem dos falantes da língua portuguesa, um crescimento, que se diga de passagem encorajador, tendo em conta que no Censo de 1980 apenas 24,4% sabiam falar Português e da população recenseada apenas 1,2% tinha esta língua como materna e que 27 anos depois, ou seja, no Censo de 2007, o último até ao momento, 50,4% do total da população recenseada sabia falar Português e 10,7% tinha esta língua como materna.

Tendo em conta que os dados estatísticos dos Censos de 1980, 1997 e 2007 apontaram que a maioria da população moçambicana residia nas zonas rurais, então, presumimos que o número de falantes da língua portuguesa continuará a crescer significativamente com a abertura de mais escolas nas zonas rurais no quadro das políticas governamentais de descentralização tendo o distrito como o pólo de

desenvolvimento, o que permitirá que mais crianças aprendam esta língua e na sua interação com os familiares estes poderão também aprender o Português.

Apesar deste suposto aumento de falantes que a escola trará para as zonas rurais, acreditamos que a língua portuguesa – de acordo com as políticas linguísticas do Estado que defendem o ensino da norma da gramática do Português Europeu – devido ao défice assinalável de profissionais e de falantes desta norma no contexto sociolinguístico moçambicano (nas zonas urbanas e rurais), nos institutos de formação de professores, nas universidades e até mesmo nos órgãos de comunicação social, continuará a ser nacionalizada em parte pela relevância sociolinguística que as línguas bantu estão a ter nos processos comunicativos, porque nas cidades e, sobretudo, nas zonas rurais existem, com maior abundância relativamente às zonas urbanas, realidades socioculturais não “mensuráveis” na norma europeia e possivelmente não passíveis de hibridação.

Para além das línguas autóctones e do Português, em Moçambique existe um número significativo de falantes de outras línguas, a exemplo do Inglês e do Francês, línguas que fazem parte dos curricula do Sistema Nacional de Educação; o Alemão devido ao protocolo que o país estabeleceu com a extinta República Democrática Alemã (RDA), nos tempos da guerra fria, que consistiu no envio de cidadãos moçambicanos para trabalharem naquele país europeu; o Urdu, o Gujurati, o Indi e o Memane, estas últimas devido à presença da comunidade asiática, principalmente indiana que se estabeleceu no país nos tempos da colonização portuguesa e que nos últimos anos tem crescido acentuadamente. A este conjunto de línguas, juntam-se outras de origem bantu de vários países africanos por causa do processo migratório que leva, por exemplo, alguns cidadãos nigerianos, somalis, burundeses e rhuandeses, a procurarem melhores oportunidades de vida em Moçambique e outras línguas europeias cujo impacto no Português em Moçambique ignoramos por falta de estudos mais aprofundados.

Este intercâmbio faz vingar o preceito de que o ser humano é eminentemente um ser social na visão durkheimiana e ele revigora-se culturalmente no contexto social a partir das interações sociais que estabelece, o que faz com que se torne um ser culturalmente híbrido por natureza.

Este hibridismo cultural não significa alienação cultural, no sentido de perda da sua matriz cultural, pelo contrário, uma etapa metamorfósica necessária, na qual a

pessoa complementa a sua cultura à dos outros, o que lhe permite posicionar-se nos contextos interactivos.

Sobre o processo de interação de culturas num contexto de globalização, situação que caracteriza o mundo em que vivemos actualmente, Pires-Santos e Cavalcanti defendem que

A vertigem causada pela velocidade das mudanças contemporâneas vem acelerando a dispersão das pessoas ao redor do mundo, o que tem provocado a diluição das fronteiras e tornado o mundo mais integrado e conectado. Mas, esses mesmos meios maciços que possibilitam o contato, se concretizam de forma parcial, contribuindo também para a separação, a marginalização, a exclusão. Isso vem causando impactos sem precedentes sobre a humanidade, que não encontra correspondência com a força unificadora, nem ancoragem em mitos como um povo, uma etnia, uma nação, uma língua, uma cultura (PIRES-SANTOS e CAVALCANTI, 2008, p. 429).

Este facto permite-nos perceber que a humanidade caminha para uma visão de uma vida global sem fronteiras tradicionais, ou seja, a construção e delimitação das fronteiras jurídicas – pretensão dos Estados nacionais para a afirmação e firmamento da sua integridade territorial – está aos poucos a ser absorvida pelas mutações sociais, trazendo espaço para o diálogo intercultural e a relevância do relativismo cultural através do reconhecimento da importância das diferenças entre os povos.

Ademais, para Cavalcanti e Bortoni-Ricardo (2007, p. 89) “a cultura não é só pensada, mas também vivida, as significações são continuamente avaliadas e transformadas pela ação humana”, porque segundo Bakhtin (1929) citado por Geraldi (2006)

A atividade mental do nós não é uma atividade de carácter primitivo e gregário: é uma atividade diferenciada. Melhor ainda, a diferenciação ideológica, o crescimento do grau de consciência são diretamente proporcionais à firmeza e à estabilidade da orientação social. Quanto mais forte, mais bem organizada e diferenciada for a coletividade no interior da qual o indivíduo se orienta, mais distinto e complexo será o seu mundo interior (GERALDI, 2006, p. 139).

Portanto, o falante vai costurar o seu discurso tendo em conta a identidade a que pertence ou almeja pertencer de modo a integrar-se na sociedade, pelo que, a sua fala, conforme defendem Gumperz e Cook-Gumperz (1982) citados por Cavalcanti e Bortoni-Ricardo (2007), vai estar em consonância com o sentimento de pertença a determinadas comunidades de fala e, regra geral, da comunidade de acolhimento de

modo a não sofrer a chamada exclusão social, situação que ganha vazão no pensamento de Kleiman e Cavalcanti (2007, p. 257) ao referirem que “são inúmeros os contextos em que [os falantes] se vêem discriminados por falarem ou se comportarem de forma diferenciada” pelo facto de que as sociedades estão formatadas ideologicamente de tal forma que aqueles que não falam ou não partilham os hábitos e costumes socialmente vigentes transforma-se em cidadãos anónimos e são silenciados pela sociedade hegemónica que visa consolidar o mito de homogeneidade linguístico-cultural, relegando para a secundarização a diversidade e um número significativo de pessoas que são colocadas à margem da sociedade e do Estado, a ponto de verem as suas perspectivas de enquadramento socioprofissional e educacional comprometidas.

### **2.3. Breve panorama sociolinguístico de Moçambique**

Entre os pesquisadores que estudam a situação linguística de Moçambique, pelo que constatámos, não existe uma unanimidade na designação das línguas pré-existentes à chegada dos portugueses. Por exemplo, Lopes (1997) defende o uso do termo *bantu* para designar as línguas faladas desde há séculos em Moçambique. O termo *línguas bantu* é usado, também, por Gonçalves (1996a) e Ngunga (2004). Mazula (1995) adjectiva estas línguas para circunscrevê-las num quadro geográfico específico, daí a designação línguas bantu moçambicanas. Por seu turno, Firmino (2006) emprega, com maior regularidade, o termo línguas autóctones, sem deixar, no entanto, de usar igualmente o termo línguas bantu.

Na verdade, o que ocorre é uma questão de opção denominativa, pois quer a designação línguas bantu, quer a denominação línguas autóctones, acabam referindo-se à mesma coisa – as línguas de origem de uma região e que foram “reduzidas” a línguas minoritárias pela força da colonização europeia.

Verificámos, também, que não existe consenso no número de línguas existentes e faladas no país. Por exemplo, Guthrie (1967-1971) avança 23 línguas. Lopes (2004) apresenta 21 línguas. Siteo e Ngunga (2000) apresentam 17 línguas. Por seu turno, Firmino (2006) apresenta 15 línguas autóctones. Porém, o mesmo autor, portanto, Firmino (2001), apresenta 19. Igualmente, constatámos que não existe uma unanimidade na ortografia dos nomes destas línguas, o que de alguma forma cria constrangimentos na pesquisa.

Como se pode constatar, Moçambique é um país linguisticamente heterogéneo e a falta de unanimidade quanto à ortografia dos nomes e o número das línguas faladas entre os pesquisadores, segundo Firmino (2001, p. 8), “tem consequências na concepção de fronteiras linguísticas bem como na designação das diferentes unidades linguísticas, o que conduz a uma indeterminação da distinção entre língua e dialecto e inflação de designações linguísticas”.

A proliferação de nomes e quantidade de línguas fez com que o NELIMO<sup>59</sup> realizasse em Maputo, capital do país, de 23 a 26 de Agosto de 1988, o *Primeiro Seminário Nacional de Padronização da Ortografia das Línguas Moçambicanas* e algumas das decisões tomadas sistematizamos a seguir:

- a) Identificação de 13 línguas autóctones, nomeadamente: kimwani, Shimakonde, Ciyao, Emakhuwa, Cinyanja, Echuwabo, Cinyungwe, Cisena, Cibalke, Cishona, Gitonga, Cicopi e Xitsonga;
- b) Introdução de uma família linguística, Emakhuwa (Macua), da qual Elomwe é um dos dialectos;
- c) Inclusão do Xitshwa (tswa), Xitsonga (Xichangana, Tsonga) e do Xironga na mesma família linguística designada Xitsonga;
- d) Inclusão do Marendje, identificado como uma língua independente no Recenseamento Geral da População em 1980, como um dialecto do Echuwabo (Chuabo);
- e) Inclusão do Cinsenga, identificado como uma língua independente no Recenseamento Geral da População em 1980, como um dialecto do Cinyanja;
- f) Introdução da designação Gitonga, para uma língua que tem sido erradamente chamada Bitonga.

Portanto, o NELIMO tinha como objectivos pesquisar as línguas moçambicanas com vista à sua promoção, valorização, desenvolvimento, elaborar e publicar gramáticas, dicionários e artigos sobre diferentes aspectos das línguas moçambicanas no que toca à sua estrutura, função e utilização na sociedade (SITOE e NGUNGA, 2000, p. 8).

---

<sup>59</sup> Núcleo de Estudo de Línguas Moçambicanas vinculado à Universidade Eduardo Mondlane (UEM).

O NELIMO contribuiu para orientação ortográfica das línguas bantu, ao propor, por exemplo, o seguinte:

– O nome das línguas deve ser escrito observando antes a colocação do prefixo.

Por exemplo, *Emakhuwa* e não *Makhuwa*;

– Priorizar as regras das línguas bantu no lugar das da língua portuguesa. Por exemplo, *Cinyungwe* e não *Nhungue*.

Este núcleo realizou o segundo seminário de 8 a 12 de Março de 1999, na Matola, em Maputo-Província, Sul de Moçambique, e depois foi substituído pelo Centro de Estudos de Línguas Moçambicanas, entidade que deu prosseguimento ao estudo destas línguas e em 2008 realizou o terceiro seminário.

A seguir, apresentamos as principais cidades de Moçambique, as línguas bantu predominantes em cada província e o número da população recenseada no último Censo, em 2007.

**Tabela 3 - : Sistematização das línguas autóctones e zonas de influência**

Região	Província	Capital provincial	Línguas bantu mais predominantes por região	Censo de 2007 (Total: 20.366.795)
Norte	Niassa	Lichinga	Ciyao, Emakhuwa e Cinyanja	1.055.482
	Cabo Delgado	Pemba	kimwani, Shimakonde e Emakhuwa	1.683.681
	Nampula	Nampula	Emakhuwa e Ekoti	3.861.347
Centro	Zambézia	Quelimane	Elomwe, Echuwabo e Cisena	3.880.184
	Tete	Tete	Cinyanja, Cinyungwe e Cisena	1.593.258
	Manica	Chimoio	Cisena, Ciwutewe, Cindau e Cimanika	1.400.415
	Sofala	Beira	Cisena e Cindau	1.715.557
Sul	Inhambane	Inhambane	Xithswa, Txitxopi e Gitonga	1.444.282
	Gaza	Xa-Xai	Xichangana e Txitxopi	1.362.174
	Maputo-Província	Matola	Xironga e Xichangana	1.098.846
	Maputo-Cidade	Maputo	Xironga e Xichangana	1.271.569

Fonte: Adaptada pelo autor com base em Firmino (2001) e nos dados estatísticos do Censo de 2007.

Em Moçambique existem três grupos étnico-linguísticos distribuídos pelas seguintes regiões geográficas: a Norte os *Cheua*, no Centro os *Chona* e no Sul os *Tsonga*.

Os dados da *tabela 3* permitem-nos perceber que as províncias de Nampula e Zambézia são as mais populosas do país, perfazendo juntas aproximadamente 40% do total da população em 2007, um crescimento que se tem verificado de forma constante.

Destes dados ressalta ainda o facto de que a distribuição geográfica destas línguas nos permite perceber a dificuldade de cada uma ser considerada como língua de

unidade nacional, em virtude de todas se fragmentarem num horizonte geográfico específico. Por exemplo, na região Norte predominam os *Macuas* e a língua *Emakhuwa* é a mais falada; no Centro existe o domínio dos *Senas*, *Ndaus* e *Chuabos* com as línguas *Cisena*, *Elomwe* e *Echuwabo* como as mais faladas e no Sul os *Shanganas* constituem a maioria e a língua *Xichangana* é a mais falada.

Esta segmentação linguístico-espacial visualiza as áreas de incidência de cada língua bantu, o que julgamos que serviu de base para que Lopes (2004) e Firmino (2006) defendessem que as línguas que têm a predominância regional fossem difundidas para se tornarem como línguas regionais<sup>60</sup>, visão que subscrevemos parcialmente, tendo em conta que, no contexto do domínio territorial de cada língua bantu é muito difícil a penetração de outra língua bantu, até porque por detrás da afirmação *esta é a minha língua* vegetam sentimentos de não alteridade e, sobretudo, da recusa à permeabilidade de outras línguas, como se sabe, veiculadoras de culturas e de identidades. Com isso, a ideia de línguas regionais pode esbarrar-se na recusa velada por parte dos integrantes de outras formações étnico-linguísticas por sentirem que se dá primazia a uma sobre as demais línguas autóctones.

A admitirmos esta possibilidade de línguas regionais dos autores, então, tais línguas deveriam ser co-oficializadas pelos municípios que estão abrangidos pela influência dessas mesmas línguas e serem usadas como línguas de ensino, sobretudo nas escolas primárias do 1º e 2º graus, à semelhança do que acontece em alguns dos municípios do Brasil que adoptaram algumas línguas indígenas<sup>61</sup> e outras línguas europeias como o Alemão, o Italiano e o Espanhol como línguas que fazem parte do currículo das escolas municipais tendo em conta o seu impacto sociocultural nas respectivas regiões.

#### **2.4. As Políticas Linguísticas de Moçambique: Problemas e perspectivas**

No contexto dos Estados nacionais, cada país adopta as suas políticas linguísticas em função dos objectivos que pretende alcançar, o que faz da política linguística e planificação linguística dois complementos importantes na materialização

---

<sup>60</sup> Proposta com base nos dados estatísticos do Recenseamento Geral da População de 1997, que concluiu que as línguas *Emakhuwa* com 26,3%, *Xichangana* com 11,4%, *Elomwe* com 7,9%, *Cisena* com 7% e *Echuwabo* com 6% são as mais faladas.

<sup>61</sup> Cf. Lei de Directrizes e Base da Educação Nacional de 1996, nos artigos 78º e 79º.

das políticas públicas dos Estados tendo em conta as implicações político-ideológicas a partir das quais se estrutura todo o processo de desenvolvimento.

De acordo com Lopes (2004),

A política linguística consiste num corpo de ideias, leis, regulamentos, regras e práticas que visa materializar a pretendida mudança linguística nessa comunidade. A planificação linguística consiste num conjunto de actividades que visa mudanças linguísticas numa determinada comunidade de falantes, e cuja intenção, ao nível das autoridades competentes, assenta na manutenção da ordem civil, na preservação da identidade cultural e no melhoramento da comunicação. (LOPES, 2004, p. 91)

Tendo em conta estas definições, pode-se constatar que existe uma relação hierárquica entre política linguística e planificação linguística, o que equivale dizer que a planificação linguística subordina-se à política linguística, pois ela materializa as directrizes que a política prescreve.

Em Moçambique, desde cedo, ficou claro que a língua portuguesa seria a língua oficial no período pós-independência, tendência que se generalizou um pouco por todo o continente africano, ou seja, os novos Estados pós-coloniais tomaram as línguas das antigas potências coloniais como suas línguas oficiais.

Esta tendência terá sido motivada por várias razões, das quais destacamos:

- Impossibilidade de unificar a diversidade linguístico-cultural a partir de uma língua autóctone;
- Tentativa de unificar na diversidade, contornando possíveis levantamentos intra- e inter-étnicos de insubordinação e que atentassem contra a soberania dos Estados em caso de escolha de uma língua autóctone como língua oficial;
- Inexistência de línguas autóctones mais representativas;
- Incapacidade de os Estados africanos vencerem a ideologia neocolonialista.

No caso de Moçambique, o contexto político-ideológico da escolha da língua da antiga metrópole é ancorada na seguinte passagem de Ganhão (1979) citado por Lopes (2004):

A decisão de se optar pela língua portuguesa, como língua oficial na República Popular de Moçambique, foi uma decisão política meditada

e ponderada visando atingir um objectivo – a preservação da unidade nacional e integridade do território. A história da apropriação da língua portuguesa, como factor de unidade, nivelador das diferenças veio desde a criação da Frelimo em 1962 (LOPES, 2004, p. 21).

Portanto, como se pode perceber, a escolha da língua portuguesa em Moçambique não teve imperativos meramente linguísticos. Pelo contrário, a sua escolha foi fundamentalmente político-ideológica visando o interesse nacional que tinha em vista a unidade dos diferentes segmentos étnico-linguísticos em torno de um único movimento nacionalista e de um Estado nacional uno e indivisível, segmentação da política de homogeneização implementada no seio da FRELIMO durante a guerra de libertação nacional que visava a neutralização dos sentimentos tribalistas e separatistas e que atentasse contra a unidade nacional, tendo em conta que o objectivo principal da luta armada era a libertação de todo o território à escala nacional impregnada nas palavras de ordem *de Rovuma a Maputo*.

Focalizando ainda o contexto do surgimento dos novos Estados pós-coloniais e as políticas linguísticas que foram adoptadas, Garmadi defende que

Os poderes saídos das lutas de independência vieram a optar por uma política linguística de não-intervenção e permitiram que se perpetuasse a situação anterior. A língua oficial continuava a ser a do antigo colonizador e nenhuma língua local recebia um estatuto especial. Entre os novos governos, houve outros que se limitaram a tomar algumas decisões oficiais, aquando da elaboração das novas constituições. Quando escolhiam uma língua nacional local, eram às vezes levados a redefinir o estatuto da língua do antigo colonizador, língua de que raramente se podia abstrair total e imediatamente (GARMADI, 1983, p.186).

Curiosamente, apesar de a FRELIMO ter escolhido o Português como língua oficial<sup>62</sup> e de unidade nacional, tal estatuto não foi expresso formalmente na primeira Constituição da República Popular de Moçambique de 1975<sup>63</sup>, cuja matriz orientadora foi aprovada por aclamação pelo Comité Central da FRELIMO em Inhambane, na praia do Tofo, Sul de Moçambique, em 20 de Junho de 1975 durante a sessão do órgão que decorreu de 19 a 21 do mesmo mês conforme os dados que constam do Jornal Notícias,

---

<sup>62</sup> Segundo a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) fundada em 16 de Novembro de 1945 com o objectivo de contribuir para a paz e segurança no mundo promovendo a educação, a ciência, a cultura e as comunicações, língua oficial é a língua utilizada no quadro das diversas actividades oficiais, nomeadamente legislativas, executivas e judiciais de um Estado soberano ou território.

<sup>63</sup> Cf. O Boletim da República, n.º 1, I série, publicado em 6 de Julho de 1974 e publicado na revista Tempo, n.º 248 de 6 de Julho de 1974.

ano L, n.º 16.523 publicado no dia 25 de Junho de 1975, data da proclamação da independência nacional. O estatuto acima referido viria a ser expresso na Constituição da República de 1990, portanto, decorridos 15 anos da proclamação da independência, tendo sido formalizado com “clareza equivocada” e mais adiante iremos demonstrar.

A partir deste facto, acreditamos que a língua portuguesa foi elevada de forma tácita como língua oficial e de unidade nacional, em linha de conta com o que Calvet (2002) defende ao referir que muitos dos governos pós-coloniais em África não foram capazes de tomar uma posição clara e sem ambiguidades sobre as suas políticas linguísticas imediatamente às independências nacionais.

A proliferação terminológica para qualificar o estatuto e a função das línguas não é unânime em função do contexto histórico da construção dos Estados. Elas são adjectivadas de línguas oficiais, línguas nacionais, línguas regionais.

A este respeito, Calvet (2007) defende que

Se, para um francês, os adjetivos 'nacional' e 'oficial' aplicados à língua podem parecer sinónimos, na África francófona [esta realidade é praticamente extensiva a todos os países do continente, incluindo Moçambique] eles têm sentidos muito diferentes: a língua 'oficial' é a língua do Estado, geralmente o francês (co-oficial com o inglês em Camarões e com o sango na República Centro-Africana), enquanto as outras línguas 'nacionais' são algumas línguas africanas ou todas as línguas africanas do país (CALVET, 2007, p. 80).

Ainda de acordo com Calvet (*op. cit.*), Senegal tem o Francês como língua oficial e seis das vinte línguas autóctones são qualificadas como línguas nacionais. Já em Camarões, com duas línguas oficiais, nomeadamente o Francês e o Inglês, todas as línguas autóctones do país, mais de duzentas, são tipificadas como línguas nacionais.

O Paraguai é também um dos países com duas línguas oficiais – o Espanhol e o Guaraní, esta última é língua autóctone do país. O mesmo sucede, por exemplo, com Timor-Leste que tem o Português e o Tétum, esta última também uma língua autóctone, o que coloca o país como o único Estado-membro da CPLP com duas línguas oficiais. Contudo, não significa que toda a população desses países seja bilingue.

No caso da França, depois da revisão da Constituição, “desde 1992 o francês é a 'língua da República', sem se determinar se ela é língua oficial ou nacional”<sup>64</sup>. Em

---

<sup>64</sup> Cf. CALVET (2007, p. 81).

Portugal, a Constituição da República de 2005<sup>65</sup>, no artigo 11º, n.º 3, determina que a língua oficial é o Português, o mesmo acontece, por exemplo, em Angola, em cuja Constituição da República de 2010<sup>66</sup>, artigo 19º, n.º 1, vem expresso que a língua oficial é o Português.

Em Moçambique, a actual Constituição da República que foi aprovada em 16 de Novembro de 2004 e entrou em vigor no dia 21 de Janeiro de 2005, nos artigos 9º e 10º, título I, capítulo I, prescreve que “o Estado valoriza as línguas nacionais como património cultural e educacional e promove o seu desenvolvimento e utilização crescente como línguas veiculares da nossa identidade” e “na República de Moçambique a língua portuguesa é a língua oficial”, respectivamente.

Já na Lei 6/92, de 6 de Maio de 1992 que substituiu a Lei 4/83, de 4 de Março de 1983, ambas as leis regulam o funcionamento do Sistema Nacional de Educação em Moçambique, no artigo 4º determina-se o dever de “valorizar e desenvolver as línguas nacionais, promovendo a sua introdução progressiva na educação dos cidadãos”, aclarando-se a preocupação do Estado na preservação dessas línguas.

Assim, o Português é considerado língua oficial e, por conseguinte, meio de uso em fóruns oficiais e as línguas autóctones são consideradas línguas nacionais, património cultural e educacional e o Estado promove o seu desenvolvimento e utilização crescente como línguas veiculares da *identidade moçambicana*, facto que não deixa de ser curioso, pois no texto constitucional não se reconhece à língua portuguesa, de forma explícita, o estatuto de património cultural e educacional, apesar de ser a língua de ensino no país, deixando-se subentender que tal papel é do conhecimento geral, e muito menos como veiculadora da *identidade nacional* em Moçambique, naturalizando-se uma ideia errónea de que apenas é cultura nacional o que provém apenas das línguas nacionais, isto é, autóctones, e escamoteia-se uma realidade presente na sociedade – a existência de muitos moçambicanos cujo repertório sociocultural está intimamente consignado à língua portuguesa e, por conseguinte, a partir desta língua transmitem culturas e identidades também nacionais, logo moçambicanas.

---

<sup>65</sup> Cf. <http://dre.pt/util/pdfs/files/crp.pdf>. Acesso em 27 de Fevereiro de 2013.

<sup>66</sup> Cf. <http://imgs.sapo.pt/jornaldeangola/content/pdf/CONSTITUICAO-APROVADA>. Acesso em 27 de Fevereiro de 2013.

Julgamos importante ressaltar que o cunho “língua de unidade nacional” atribuído ao Português não vem expresso na Constituição da República. Ele é meramente político-ideológico tendo em conta o reconhecimento de que a língua portuguesa, no contexto de diversidade linguística que caracteriza o país, assume um papel de aglutinador para unir a diversidade linguístico-cultural e forjar uma “identidade nacional unificadora”, embora reconheçamos que tal preceito seja uma construção simbólica impositiva dada a impossibilidade de tal facto.

A propósito de língua oficial, Bourdieu destaca que ela

Está enredada com o Estado, tanto em sua gênese como em seus usos sociais. É no processo de constituição do Estado que se criam as condições da constituição de um mercado linguístico unificado e dominado pela língua oficial: obrigatória em ocasiões e espaços oficiais (escolas, entidades públicas, instituições políticas.), esta língua de Estado torna-se uma norma teórica pela qual todas as práticas linguísticas são objetivamente medidas (BOURDIEU, 2008, p. 32).

Ao analisar o processo do “policiamento linguístico” nos Estados, Bourdieu traz-nos um contributo muito importante que nos permite perceber a ambivalência no que é politicamente desejado – a manutenção da norma europeia como um desiderato do bem falar o Português em Moçambique – perdendo-se, por conseguinte, uma oportunidade de valorizar a riqueza linguística que povoa o imaginário do povo moçambicano e que trouxe à língua portuguesa um novo dinamismo sociocomunicativo, o que possibilitaria a sua normatização como uma língua portuguesa, porém, diferente da norma europeia, caminho seguido também pelo Brasil a contragosto de algumas correntes normativistas que defendiam a preservação da dita “pureza linguística lusitana”, pois, conforme assegura Bourdieu, as

Coerções podem, no máximo, impor a aquisição, mas não a utilização generalizada e a reprodução autónoma da língua legítima. Toda a dominação simbólica supõe, por parte daqueles que sofrem seu impacto, uma forma de cumplicidade que não é submissão passiva a uma coerção externa nem livre adesão a valores (BOURDIEU, 2008, p. 37).

Mais ainda, o autor (*op. cit.*, p. 37) assevera que “o reconhecimento da legitimidade da língua oficial não tem nada a ver com uma crença expressamente professada, deliberada e revogável, nem com um ato intencional de aceitação de uma 'norma'”.

Apesar de a engenharia oficial prescrever papéis/ estatutos das línguas em Moçambique, algo curioso não nos passou despercebido.

O Português é considerado língua oficial e leva consigo a áurea de língua de unidade nacional, tornando-se um símbolo nacional, língua de Estado e língua da nacionalidade moçambicana. Porém, a língua portuguesa em Moçambique, um importante meio de comunicação, de *status* social que hierarquiza as pessoas na sociedade e língua veicular dos desígnios da pátria e do Estado não é considerada, oficialmente, uma língua nacional nem sequer língua estrangeira, abrindo-se uma ambivalência sobre a sua tipificação em termos de origem ou de acolhimento, o que não coloca em causa a sua funcionalidade multifacetada e prestígio social, apesar de ser a língua segunda de quase todo o universo populacional do país.

Às línguas autóctones reservou-se o estatuto de línguas nacionais, o que não deixa de ser curioso, pois elas não têm expressividade nacional, ou seja, abrangência nacional e fragmentam-se por alguns territórios localizados, conforme mostrámos ao longo do trabalho na tabela 3.

Ademais, os papéis funcionais que oficialmente são atribuídos às línguas autóctones num contexto em que institucionalmente são minorizadas tendo em conta o seu uso restritivo nas escolas, em dissonância com o que está prescrito no texto constitucional, abrem uma janela de cogitações sobre o alcance político-ideológico subjacente à sua tipificação como línguas nacionais, tendo em conta que elas estão fragmentadas regionalmente e que o próprio Estado não tem políticas claras e sólidas para o seu fomento no contexto sociocultural e educacional do país, e o sonho de um projecto bilingue com o recurso ao Português e uma língua bantu predominante nas regiões continua numa hibernação latente.

Sobre estas ambivalências, Firmino (2006) defende que o próprio Estado protagoniza este cenário em virtude do seu posicionamento oficial equivocado, o que, de alguma forma, constitui um entrave para que as pessoas participem activamente no sistema nacional e tenham vantagens no acesso aos bens e serviços, porque

O Português é a língua oficial e a 'língua de unidade nacional', mas, ironicamente, o discurso oficial não o reconhece de forma inequívoca como língua nacional. Por outro lado, as línguas autóctones são reconhecidas como 'línguas nacionais' ou 'línguas moçambicanas', mas

não têm acesso aos domínios oficiais da vida nacional (FIRMINO, 2006, p. 160).

Por isso, o autor defende que

Esta política linguística oficializou o Português sem o nacionalizar, e nacionalizou as línguas autóctones, sem as oficializar. Como resultado, a actual política linguística não está em conformidade, nem simbólica, nem instrumental com a natureza da diversidade linguística que caracteriza Moçambique (FIRMINO, 2006, p. 182).

Vistas as coisas neste prisma, o Português, sendo a língua de abrangência nacional devia, também, ser denominado como uma língua nacional em razão da sua apropriação linguística, simbólica, cultural e ideológica pelos moçambicanos e porque é suposto que seja falado em todo o país tendo em conta que é a língua de Estado e representativa da nacionalidade moçambicana.

Mais ainda, a sua nacionalização justifica-se pelo facto de o Português de Moçambique ser um constructo sociocultural dos moçambicanos, por conseguinte, é indissociável de toda a história milenar do povo, e os subsídios que resultam da sua apropriação revelarem que se está a construir um símbolo de identidade nacional numa perspectiva político-ideológica, apesar de ser uma língua segunda para a maioria dos falantes, facto que não lhe retira o prestígio sociossimbólico investido pelo Estado e consagrado nas políticas públicas de incorporação do Estado-Nação numa única língua dominante.

Portanto, a escolha de uma política linguística<sup>67</sup> que elevou o Português Europeu ao estatuto de norma-padrão, língua oficial e de unidade nacional resultou da herança de um terreno fértil visto que ele já era a língua de unidade nacional entre os diferentes grupos étnico-linguísticos filiados à FRELIMO que formaram o exército nacional durante a epopeia de libertação nacional (1964-1974), o que criou as bases para a sua posterior adopção no período pós-colonial, pois a classe dirigente estava consciente da diversidade linguística e cultural do país e os problemas que a escolha de uma língua autóctone como língua oficial poderia trazer na consolidação da unidade nacional forjada nos tempos da luta armada.

---

<sup>67</sup> De acordo com CALVET (2007, p. 15, grifo do autor) “as relações entre a política linguística e o planeamento linguístico são relações de subordinação: assim, para Fishman o planeamento é a aplicação de uma política linguística, e as definições posteriores, em sua variedade, não ficarão muito longe dessa visão. Em 1994, por exemplo, Pierre- Etienne Laporte apresentou a política linguística como um quadro jurídico e a organização linguística como um conjunto de ações que tem como objetivo esclarecer e assegurar determinado *status* a uma ou mais línguas”.

Este cenário estabeleceu uma hierarquização entre a língua portuguesa e as demais línguas autóctones de Moçambique, ou seja, numa funcionalidade prática falar Português deixava de ser uma opção para ser um imperativo. Já não se tratava de escolher se fala e aprende a língua do inimigo colonial português, uma vez que houve casos de moçambicanos que resistiram à aprendizagem do Português como mecanismo de recusa da alienação. Pelo contrário, engajar-se na sua aprendizagem e fomento em todo o território nacional, para demonstrar que não apenas se (re)conquistou a terra e libertou-se o Homem, fundamento filosófico da luta armada de libertação nacional, como também se conquistou a liberdade de escolha da língua que já não era apenas dos antigos colonizadores, mas também dos moçambicanos.

Sobre a apropriação do Português pelos moçambicanos, Rosário (1982) enfatiza o seguinte:

Diferentemente de muitos países do continente, a situação da língua portuguesa não é a de uma herança incómoda com carácter provisório enquanto se não encontra uma língua 'genuinamente' africana. [...]. É um projecto que visa anular todas as consequências da arbitrariedade do traçado geográfico do País, dar-lhe uma identidade nacional e uma consciência cultural, através do povo que nele habita (ROSÁRIO, 1982, p. 64-65).

Conforme referimos no decurso deste trabalho, durante a presença colonial portuguesa as línguas autóctones foram linguística e simbolicamente asfixiadas como parte da estratégia de consolidação do aparelho colonial e depois da independência nacional a sua valorização não foi imediata, possivelmente porque a classe dirigente do Estado moçambicano ainda não estava preparada para lidar com a diversidade linguístico-cultural do país por temer que tal pudesse atentar contra a soberania e integridade do Estado tendo como foco catalisador o divisionismo assente no etnocentrismo, o que explica o facto de o Português ser cunhado também como língua de unidade nacional, fora de ser língua oficial e de Estado moçambicano, a partir da qual se deve imaginar o país numa perspectiva político-ideológica.

Este facto ganha a sua sustentação em Mazula (1995) ao referir que somente em 1982, no contexto de ideias liberais no seio da Frelimo e no âmbito do IV Congresso é que se reconheceu a diversidade cultural como riqueza nacional, abrindo-se as portas para o início do estudo das línguas moçambicanas.

Com isso, começou-se a verificar um movimento, ainda que pouco sistematizado, de valorização das línguas autóctones no cenário sociolinguístico e cultural moçambicano e foi consolidando-se com o tempo.

Por exemplo, os altos dignitários do Estado, como os antigos Presidentes da República Samora Moisés Machel e Joaquim Alberto Chissano, e o actual Armando Emílio Guebuza recorrem ao uso das suas línguas bantu em comícios populares com as populações para estar mais próximo delas, tendo em conta que é do domínio oficial que o Português é língua segunda para a maioria da população.

Mais ainda, este facto ocorre, igualmente, nos discursos oficiais de empossamento dos dirigentes do Estado ou na recepção de entidades estrangeiras, em que não raras vezes aparecem expressões de origem bantu em textos escritos em língua portuguesa, o que demonstra a hibridação do Português em Moçambique. Referimo-nos, por exemplo, a expressões como *khanimambo*, que significa obrigado e *hoyo-hoyo*, que significa bem vindo. Estas unidades lexicais pertencem às línguas Xironga, predominante em Maputo-Província e Maputo-Cidade, e Xichangana, predominante na província de Gaza, todas elas localizadas no Sul do país e consolidaram-se no panorama do Português de Moçambique como expressões de âmbito nacional.

Outros sinais também encorajadores aparecem com a publicação de gramáticas e dicionários das línguas bantu.

Verificámos também que alguns dos órgãos de comunicação social do país veiculam alguns dos seus programas em línguas autóctones e exibem também publicidade nestas línguas, especialmente a Rádio Moçambique (RM) e a Televisão de Moçambique (TVM), ambas emissoras públicas; do movimento cada vez mais crescente de escritores que recorrem sistematicamente ao uso de lexemas de origem bantu nas suas obras em língua portuguesa, como são os casos de Mia Couto, Ungulani Ba Ka Khossa e Paulina Chiziane. Num outro segmento, verifica-se a epopeia trazida pelos músicos que não apenas escrevem letras com recurso ao emprego de palavras de origem bantu, intercalando-as com as de origem portuguesa, como também apresentam letras musicais escritas exclusivamente nas línguas bantu, a exemplo de Xidiminguana, António Marcos, Lizha James, MC Roger, Liloca e Anita Macuácuá.

A estes exemplos, junta-se o movimento que pretende retomar alguns topónimos de origem bantu que pela força da colonização portuguesa tinham sido suprimidos ou então aportuguesados. O caso mais evidente aconteceu na capital do país, Maputo, com a mudança da nomenclatura dos distritos municipais. Por exemplo, Maxaquene passou para Ka Maxaquene, Inhaca para Ka Nhaca e Catembe para Ka Tembe. Foi ainda na capital moçambicana que, em 2000, a Assembleia Municipal adoptou o Xironga como uma das línguas de trabalho, a par do Português<sup>68</sup>.

Portanto, estes cenários demonstram que Moçambique vitaliza-se como Estado-Nação no contexto da sua diversidade linguístico-cultural, o que nos traz subsídios para tipificarmos este cenário como de um país plurilingue tendo em conta que os sinais indicam uma convivência pretensamente salutar entre os diferentes grupos étnico-linguísticos e a diversidade é encarada como um elemento enriquecedor de todo um património sociocultural dos moçambicanos. No capítulo III iremos falar sobre o conceito de plurilinguismo e as interfaces que podem ser estabelecidas.

A propósito da preservação das línguas autóctones, o Instituto Internacional da Língua Portuguesa organizou de 12 a 14 de Setembro de 2011 em Maputo um “Colóquio sobre a diversidade linguística nos países da CPLP”<sup>69</sup> e de entre vários pontos que constam da chamada “Carta de Maputo”<sup>70</sup> destacamos os seguintes:

1. O desenvolvimento de legislação linguística que supere a desigualdade de tratamento dispensada às línguas faladas pelas comunidades dos Estados-Membros da CPLP;
2. O tratamento das línguas do espaço da CPLP como línguas de conhecimento e não apenas como objecto de programas de bilinguismo transitório, cuja perspectiva foca as demais línguas apenas como uma passagem para o Português, ou como fase inicial de alfabetização e não como língua de produção permanente de conhecimento;
3. A construção do Atlas das Línguas da CPLP, tanto cooperando para coligir as informações disponíveis sobre as línguas e comunidades linguísticas de cada

---

<sup>68</sup> Cf. O Jornal Notícias de 14 de Novembro de 2000.

<sup>69</sup> CPLP – Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. A CPLP foi criada em 17 de Julho de 1996, tendo como um dos objectivos a salvaguarda da língua portuguesa nos Estados-membro.

<sup>70</sup> Disponível em <http://coloquioslusofonia.blogspot.com.br/2011/12/carta-de-maputo.html>. Acesso em 22 de Maio de 2013.

Estado-Membro, como para definir os aspectos técnicos e financeiros necessários para sua realização.

Portanto, pode-se considerar que a “Carta de Maputo” desafia os governos dos países de expressão oficial portuguesa a valorizarem a diversidade linguística como uma riqueza e património nacionais, através do reconhecimento jurídico, não apenas do ponto de vista formal, como também funcional, o que implicaria uma mudança nas estratégias, práticas e políticas educacionais do uso das línguas autóctones como meios transitórios para a aprendizagem do Português, realidade vigente em algumas escolas moçambicanas que programam o que chamamos de *falso ensino bilingue*, pois o objectivo do ensino bilingue<sup>71</sup>, no caso de Moçambique, não é fundamentalmente ensinar as línguas autóctones, mas servir-se delas para desburocratizar e incrementar as aprendizagens propostas em língua portuguesa.

Sobre o ensino bilingue em Moçambique, Patel (2012, p. 153) defende que apesar de os programas de educação bilingue preconizarem a valorização das línguas e culturas locais, elas acabam por ser apagadas porque se exige que os professores dominem “o português padrão’ para que, por sua vez, os alunos também o dominem porque serão avaliados como os alunos de zonas urbanas que supostamente falam o ‘o português padrão’” e assegura que “em Moçambique ainda não existe um modelo consistente e coerente para a formação contínua de professores em educação bilingue, quer do ponto de vista administrativo e didáctico-pedagógico, quer cultural”.

Mais ainda, podemos considerar que a “Carta de Maputo” denuncia os chamados *Auto- Estados monolíngues*, como é o caso do Brasil<sup>72</sup> que vive um mito de ser um país monolíngue, ou seja, uma única língua, no caso Português, quando na verdade existem centenas de línguas indígenas e que são hibernadas conjuntamente na sociedade, não obstante o seu reconhecimento oficial como património cultural do Estado brasileiro<sup>73</sup> e

---

<sup>71</sup> Cf. Chibutane e Stroud (2012), uma obra que contém várias experiências sobre este modelo de ensino no país.

<sup>72</sup> Não deixa de ser curioso que César e Cavalcanti (2007, p. 51) questionem o seguinte: “afinal, quem irá arriscar-se a negar que somos 200 milhões de falantes de uma genérica língua portuguesa”?

<sup>73</sup> Por exemplo, a Constituição Federal de 1988, para além de assegurar a manutenção dos índios nas suas terras, determina que se respeite e salvasse a identidade cultural destes povos e consagra, no artigo 210, a fixação dos conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar a formação básica comum e o respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais; que o ensino fundamental regular seja ministrado em língua portuguesa, todavia que se assegure que as comunidades indígenas também usem as suas línguas maternas nos processos de aprendizagem.

das políticas públicas para o seu fomento no contexto sociocultural e educacional do país.

A este respeito, César e Cavalcanti<sup>74</sup> defendem que

Quanto à língua portuguesa como língua histórica do Brasil, o que se verifica é a tensão entre os interesses da nação hegemônica e os interesses das sociedades (ou nações) minoritárias, que convivem no mesmo território, sob o manto do Estado brasileiro. O país mantém interna e externamente o mito de nação 'monolíngue', tornando, assim, invisíveis suas 'minorias' lingüísticas e socioculturais. [...]. Nesse contexto é que se instala o prestígio de determinada norma da língua portuguesa e o apagamento das línguas nacionais minoritárias. (CÉSAR e CAVALCANTI, 2007, p. 50)

Ao levantarem estes aspectos, as autoras acabam contribuindo para o questionamento do número de falantes da língua portuguesa em todo o mundo, estimado em cerca de 250 milhões. Destes, com certeza que se imbutiu o número da população do Brasil estimada em um pouco mais de 200 milhões<sup>75</sup>, confundindo-se aqui o número de habitantes do país, com o número que realmente fala a língua portuguesa e, como se sabe, não existe uma implicação directa, ou seja, número de falantes do Português nem sempre é igual ao número de habitantes.

Vistas as coisas desta maneira, significa que Moçambique pode ser considerado, depois do Brasil, o segundo país com maior número de falantes da língua portuguesa, uma vez que tem uma população estimada de 24 milhões, número previsto para 2014, e como já sinalizámos ao longo do trabalho, o Português é língua minoritária no país. Contudo, este é um entendimento, a nosso ver, equivocado, razão pela qual a estimativa de 250 milhões de falantes de língua portuguesa em todo o mundo (captando o número de falantes espalhados noutros países que não têm o Português como língua oficial) pode ser entendida como uma *construção mediática*! Porém, sobre esta questão de números preferimos parar por aqui.

---

<sup>74</sup> Defendem que o Brasil tem mais de 170 línguas nacionais indígenas; cerca de 30 línguas de imigração e a LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais).

<sup>75</sup> De acordo com os novos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) publicados em 2013 (cf. <http://g1.globo.com/brasil/noticia/2013/08/populacao-do-brasil-atingira-maximo-de-2284-milhoes-em-2042-diz-ibge.html>). Acesso em 25 de Março de 2014. Estima-se que a população do Brasil em 2014 seja de 201. 032.714.

A existência de diferentes línguas cria as premissas para a mobilidade das fronteiras linguísticas e culturais, o que faz com que o Português sofra a interferência das línguas autóctones e o inverso também acontece, ou seja, as línguas autóctones também carregam marcas do Português, o que nos leva a concluir que em Moçambique não só se fala o Português padrão europeu, como também várias línguas portuguesas e consignadas ao protótipo nominal de Português de Moçambique. Para além do cruzamento das fronteiras linguísticas e culturais com as línguas autóctones, o Português cruza outras fronteiras linguístico-culturais com outras línguas europeias, como é o caso do Inglês<sup>76</sup>.

Esta convivência entre o Português, as línguas autóctones e as demais línguas que existem no contexto sociocultural moçambicano é tida como uma das fontes que condiciona a sua aprendizagem no contexto escolar, tendo em conta que alguns dos alunos dos diversos sub-sistemas de Educação em Moçambique têm ou construíram toda a sua competência linguística tendo como base a estrutura funcional da sua língua materna bantu, daí a ocorrência de algumas construções linguísticas consideradas atípicas à luz da norma europeia. Por conseguinte, a escola deve desempenhar um papel central para mitigar o sofrimento decorrente da estigmatização que os alunos sofrem na própria escola, bem como na sociedade, até porque, a escola, enquanto microcosmo social tem o papel e o dever de integrar as pessoas no contexto das relações sociais, tendo em conta que, segundo Firmino (2006, p. 73), “a escolarização continua ainda a ser o factor-chave para o acesso a certas formas valorizadas do Português. É o monopólio destas formas que distingue as elites e não o conhecimento da língua portuguesa como tal”.

Portanto, nos casos em que ocorre o cruzamento de línguas diferentes, resultado da elevação de uma língua estrangeira a um estatuto específico no quadro da formação dos Estados-Nação, a língua oficial, no caso de origem europeia, corre o risco de incorporar características socioculturais das línguas autóctones. Por isso, Calvet defende que

Quando um país decide promover uma língua para determinada função, ele pode ter de encarar uma situação de dialeção. Isso significa que essa língua pode ser falada de maneira diferente por toda

---

<sup>76</sup> Para ver as influências que ocorrem entre o Inglês, o Português e as línguas autóctones, conferir Mendes (2010) e Firmino (2006).

a extensão do território, com uma fonologia diferente, um vocabulário e uma sintaxe parcialmente diferentes. (CALVET, 2007, p. 67)

Ao defender esta posição, Calvet faz uma endoscopia do percurso que uma língua pode tomar, e no caso do nosso estudo o Português em Moçambique tomou em consequência da sua exposição a um ambiente de domínio linguístico bantu. Com isso, o Português que se pretendia que fosse padrão e extensivo a todos os falantes, em linha de conta com a norma europeia, algo que nos lembra do socialismo utópico que pretendia criar estereótipos igualitários no seio da população, caminha em direcção contrária e cimenta-se em matizes linguísticas radicalmente moçambicanas.

Este facto não é apenas exclusivo ao Português. Por exemplo, no entendimento de Certeau (2012, p. 124) existem “muitas línguas francesas, e não mais uma única”. Para o autor, esta realidade deve ser transportada para o ensino, por forma a compreender-se as pluralidades que caracterizam a nova conjuntura e cita o caso francês. Segundo o autor,

Na França, cada escola é já o lugar de intercâmbios entre estrangeiros que falam diferentes formas de francês, mas esses intercâmbios não possuem instrumentos técnicos para explicitá-los: o ensino rejeita as diferenças e 'reconhece' apenas um dos falares franceses. Os outros são apenas bastardos, sem posição social e sem legalidade científica. (CERTEAU, 2012, p. 124)

Portanto, a emergência da salvaguarda e do domínio territoriais, da construção do Estado-Nação<sup>77</sup>, do papel do Estado e da materialização das políticas públicas subalternizou a necessidade de um debate linguístico mais profícuo durante muito tempo em Moçambique e arrastou para a simbologia diminuta a relevância cultural das línguas autóctones, o que provocou certa rejeição da sua aprendizagem por alguma parte da geração pós- independência, sobretudo nos centros urbanos e, por conseguinte, criaram-se bases não só para o Português se firmar como língua de prestígio e de inserção social e profissional, como também uma língua de cultura, relegando à secundarização as línguas autóctones, não obstante serem as que constituem línguas maternas para a maioria dos moçambicanos.

---

<sup>77</sup> Bourdieu (2008, p. 34) assegura que “quando surgem usos e funções inéditos motivados pela constituição da nação, entidade inteiramente abstrata e fundada no direito, tornam-se indispensáveis a língua-*padrão*, tão impessoal e anônima com os usos oficiais a que se presta e, ao mesmo tempo, o trabalho de normalização dos produtos de *habitus* lingüísticos”.

Assim, a língua portuguesa transformou-se como um meio de racionalização das culturas, das identidades e da nacionalidade moçambicanas, ou seja, meio através do qual o mundo deve imaginar Moçambique, pois tais atributos configuraram-lhe como uma *língua de Estado* que segundo Barbaud (2001) é diferente de *língua do Estado*. Para o autor, *língua de Estado* é

A língua que serve um Estado soberano em suas relações com outros Estados soberanos. Essencialmente exocêntrica, esta noção faz abstração das disparidades lingüísticas que podem reinar no interior deste Estado. A noção de 'língua do Estado', ao contrário, é mais endocêntrica pelo fato de abranger a definição do texto que faz entrar em linha de conta variedades lingüísticas internas e, por conseguinte, o *status* lingüístico dos sujeitos falantes. (BARBAUD, 2001, p. 256, grifo do autor)

Como podemos constatar, existe alguma ambivalência sobre o que seria ideal para uma política linguística mais inclusiva em Moçambique tendo em conta algumas das ambivalências que já mencionámos ao longo do trabalho, o que julgamos que contribui para a inflamação de posições entre os estudiosos que se dedicam à matéria. Por exemplo, Firmino (2006) descarta as propostas de uma única língua nacional emanadas de Bamgbose (1982) e defende que para o caso do contexto moçambicano seria mais razoável a proposta de Laitin (1992) que defende que o Português em Moçambique devia ser tipificada como uma língua nacional.

Por isso, para Firmino

O processo de nativização que o Português está a sofrer em Moçambique fornece evidências adicionais de que se está a tornar um importante instrumento para veicular o universo cultural do país. Transcendeu já o papel de uma pragmática língua que serve como elo de ligação, escolhida por razões práticas, e está a tornar-se uma língua culturalmente endogenizada. Para mais, torna-se irónico que uma língua considerada pelo discurso oficial e pelo discurso público como símbolo de unidade nacional não seja reconhecida como língua nacional. (FIRMINO, 2006, p. 171)

Para o autor (*op. cit.*, p. 172), as línguas autóctones e o Português deviam ser tipificadas como línguas nacionais, tendo em conta que foram nacionalizadas de formas distintas, porém complementares: “as línguas autóctones, por serem nativas da realidade moçambicana e estarem associadas às tradições africanas; o Português, devido às funções que lhe são atribuídas pelo discurso oficial e por causa da sua apropriação”.

O posicionamento de Firmino baseado nos pressupostos do uso linguístico e simbólico da língua portuguesa e das línguas autóctones como meios de ordenamento da vida social na sociedade moçambicana, mais do que ser uma reivindicação legítima é uma necessidade que se justifica com vista a neutralizar-se a ideia de que o Português pertence a um país, no caso Portugal, pois com a independência nacional não só se libertou a terra e os Homens, como também Moçambique herdou legitimamente a língua portuguesa e todos os seus referenciais simbólicos hibridados na confluência da cultura portuguesa e moçambicana e como tal digno representante desta língua no contexto dos Estados nacionais no mundo tendo em conta que foi nacionalizada e faz parte do património colectivo do Estado e do povo moçambicano.

Desta feita, é lícito afirmarmos que a política linguística de Moçambique é um processo ainda em construção, pelo que existe a necessidade de se desenvolver esforços para que as fissuras que resultaram da imposição de uma língua minoritária sejam finalmente sepultadas e que o país se revigore dentro da sua diversidade linguística e cultural através da (re)padronização da língua portuguesa em Moçambique em virtude do processo de nacionalização trazer subsídios que demonstram que o Português falado pela maioria está em contra-mão com a norma europeia, que é a norma-padrão em vigor, em consequência dos repertórios socioculturais e simbólico-ideológicos subjacentes à ecologia sociolinguística e cultural de Moçambique.

A questão da paternidade do Português e dos sentimentos nacionalistas e afectivos que tal facto encerra podem ser evidenciados neste embate atemporal entre dois dos renomados escritores da lusofonia, nomeadamente Fernando Pessoa e Mia Couto. Fernando Pessoa, poeta incontornável da literatura portuguesa, dizia já nos seus tempos logínquos que “a minha pátria é a língua portuguesa”<sup>78</sup>. Já Mia Couto, escritor incontornável da literatura moçambicana, defende que “a minha língua portuguesa, repito a minha língua portuguesa, é a pátria que estou inventando para mim”<sup>79</sup>, propiciando-se aqui um debate ontológico, dialógico e ideológico de matriz historicista e filosófica.

Assim sendo, percebemos, seja no pensamento de Fernando Pessoa, seja no de Mia Couto, que a língua é cativada na fonte, isto é, o seu uso consubstancia-se aos usos

---

<sup>78</sup> Cf. Pessoa (1982, p. 17).

<sup>79</sup> Cf. Couto (2011, p. 186).

e aos costumes dos falantes e serve de um meio de manifestação do patriotismo, do nacionalismo e da nacionalidade que se entrelaçam na pretensa identidade do país de onde o falante é proveniente, razão pela qual *a priori* espera-se que um cidadão português fale o Português Europeu, o moçambicano fale Português de Moçambique e o brasileiro fale Português do Brasil.

A este respeito, José Saramago, escritor português e o único Prémio Nobel da Literatura em língua portuguesa até ao momento, cujo prémio recebeu em 8 de Outubro de 1998, num pronunciamento proferido no documentário<sup>80</sup> “Línguas – Vidas em Português” dirigido pelo moçambicano Vítor Lopes que reside no Brasil há mais de 25 anos toma um posicionamento discursivo performativo de cariz democrático-filosófico ao defender que “não há uma língua portuguesa, há línguas em português”, evidenciado desta forma o carácter multifacetado subjacente ao conceito de língua e dando voz e legitimidade às diversas e diferentes línguas portuguesas que existem pelo mundo lusófono e não só, e que devido ao discurso ideológico acabam sendo silenciadas e tipificadas como não sendo línguas e cognominadas por dialectos e variedades que atentam contra a pretensa pureza lusitana do Português.

Portanto, José Saramago desmestifica a ideia de uma língua portuguesa hegemónica e rebate a pretensão da paternidade lusitana do Português ao defender a existência de várias línguas em português, democratizando, desta feita, o uso da língua portuguesa e que as especificidades resultantes dos contextos socioculturais dos diferentes quadrantes do mundo em que se fala esta língua autonomizam tais usos linguísticos, simbólicos e ideológicos e consagram-se estas várias línguas em Português (Português Europeu, Português de Moçambique e Português do Brasil) como protótipos metafóricos que simbolizam os diversos falares dessas várias línguas em Português em cada um desses países, o que configura um ambiente de multilinguismo em língua portuguesa nesses contextos.

Em função de todos os aspectos arrolados ao longo do trabalho, um ponto de ordem para a reflexão sobre as políticas linguísticas de Moçambique se impõe, fundada

---

<sup>80</sup> O documentário foi produzido em 2004 sob o patrocínio do Brasil e de Portugal e o vídeo está disponível em [http://www.youtube.com/watch?feature=player\\_embedded&v=Git8MwRqDcE](http://www.youtube.com/watch?feature=player_embedded&v=Git8MwRqDcE). Acesso em 21 de Abril de 2014.

no questionamento, que se diga bem perspicaz, do linguista brasileiro Celso Cunha, no seu livro publicado em 1975<sup>81</sup>:

“Será admissível a hipótese de que Portugal nos cedeu a utilização do idioma e, por isso, dele deve ter para sempre o controle normativo?”.

A nosso ver não, porque uma língua, sendo um constructo social, é pejada, por exemplo, da herança sociocultural, simbólica e ideológica dos contextos em que ela é falada e, como tal, nenhum Estado soberano deve ter o poder sobre uma língua legitimamente falada num outro Estado soberano, razão pela qual julgamos que seja imperioso que em Moçambique se repensem as directrizes orientadoras das políticas linguísticas em vigor tendo em conta as transformações que o Português Europeu está a sofrer no país e reconhecerem-se oficialmente as múltiplas identidades moçambicanas consagradas na língua portuguesa, o que a torna uma língua nacional tendo em conta as funcionalidades de que goza na edificação do Estado-Nação e no provimento das políticas públicas para o desenvolvimento e que por sinal é também meio do exercício da soberania nacional cuja plenitude em termos linguísticos e político-ideológicos seria devidamente consagrada com a adopção do Português de Moçambique como língua de Estado, à semelhança do procedimento seguido pelo Brasil, com vista a sairmos, o quanto antes, deste marasmo – políticas da norma ou normas da política?!

Assim sendo, a situação linguística actual em Moçambique vulgariza os fundamentos da política linguística do país tendo em conta que cresce, de forma vertiginosa, o número de falantes que não falam a norma europeia, colocando-se em causa a vitalidade de um princípio normativo menorizado pelo direito costumeiro, tendo em conta que a legislação determina um modelo de falar e os usos da língua outro modelo, consagrando-se aqui um processo dicotómico entre o ideal perfeito assente na norma como referência inclusiva e não “exclusiva” e o real perfeito assente nas normas comuns do quotidiano.

Portanto, a língua portuguesa em Moçambique está a seguir um rumo próprio que se consubstancia a uma língua híbrida, criando-se assim pressupostos axiológicos que nos permitem asseverar que a mudança linguística em relação à norma europeia é um processo irreversível e que deverá acarretar novos reajustes nas políticas linguísticas

---

<sup>81</sup> Com o seguinte título: *Uma política do idioma*, publicado pela editora Tempo Brasileiro.

do país, pois falar a modelo do Português Europeu, que chancela o bem falar Português em Moçambique, não obstante os esforços da sua replicação através de vectores oficiais e oficiosos continua, volvidos quase 40 anos após a independência nacional, um desiderato por atingir e que se diga em abono da verdade uma meta inatingível.

No capítulo que se segue apresentamos algumas das características sociolinguísticas que decorrem da apropriação da língua portuguesa no contexto moçambicano regido pela norma europeia, uma vez que é considerada a norma-padrão do país.

### CAPÍTULO III

## A NACIONALIZAÇÃO DO PORTUGUÊS EUROPEU EM MOÇAMBIQUE: REFLECTINDO CRITICAMENTE SOBRE ALGUMAS PRÁTICAS

“Não há uma língua portuguesa, há línguas em português”. Saramago (2004)

Neste capítulo abordamos questões como norma-padrão e reflectimos criticamente sobre as implicações daí decorrentes, visto que uma norma preconiza a uniformização dos usos da língua(gem) no território do Estado-Nação para gerar o mito de um ideal linguístico-cultural homogéneo.

Aliado a isso, tendo em conta que a língua(gem) está intimamente ligada, por exemplo, à cultura, então, naturaliza-se a ideia mitológica de que as pessoas que vivem no território do Estado-Nação falam a língua oficial da mesma maneira e possuem a mesma cultura, uma estratégia político-ideológica que visa perseguir um real perfeito tendo em vista a segregação das culturas fragmentadas e grupos étnico-linguísticos para o seu silenciamento, de modo a salientar a ideia de estereótipos igualitários na sociedade.

Com isso, com a norma-padrão não se reconhecem as manifestações linguístico-culturais que diferem da matriz orientadora como manifestações legítimas dos usos da língua(gem), não obstante ela (norma-padrão) ser uma hipóstase socialmente criada e imposta pelos Homens para regular os usos da língua(gem), fazendo-se crer que seja algo natural e que não está descolada da existência da própria língua, o que faz com que seja venerada tendo em conta que algumas pessoas fazem com que a norma se torne, não raras vezes, um mecanismo de hierarquização na sociedade criando barreiras socioprofissionais para os que não se enquadram nos mecanismos do seu funcionamento.

Tendo em conta a diversidade linguístico-cultural de Moçambique caracterizada pela existência de várias línguas e culturas, apresentamos, também, a discussão de alguns conceitos, tais como multilinguismo e plurilinguismo, de modo a percebermos de

que forma é encarada a diversidade no país e quais as conexões que podem ser estabelecidas a partir daí.

Ainda neste capítulo apresentamos algumas das características que caracterizam o Português de Moçambique que decorrem da sua apropriação linguístico-cultural e simbólico-ideológica devido ao cruzamento de diversas línguas e culturas. Mais ainda, estas características circunscrevem-se, também, ao processo de transformação normal de uma língua em uso na sociedade, tendo em conta que algumas das características ocorrem também noutros contextos sociolinguísticos, como é o caso do Brasil, e que as razões para tais modificações não são, rigorosamente, as mesmas com as de Moçambique.

### **3.1 - O Português Europeu como norma-padrão em Moçambique: Reflexão e implicações**

A língua portuguesa em Moçambique, assentada sobre um manto linguístico bantu com o qual estabelece relações de hibridação, é considerada língua de inserção social, visto que é a língua de unidade nacional em função do *handicap* político-ideológico de meio construtor da “identidade nacional e da cultura moçambicana” enraizada nos hábitos e costumes africanos. É também língua de prestígio, porque categoriza socialmente a pessoa, ou seja, quem a fala, em determinados contextos sociais, fica em vantagem relativamente a quem não a fala. Iguamente, é língua de Estado, da nacionalidade moçambicana e o símbolo mais importante no concerto dos símbolos do Estado moçambicano.

Paradoxalmente, a língua portuguesa em Moçambique constitui também meio de exclusão social, cultural, económica, profissional e político-ideológica porque serve de mecanismo de hierarquização das pessoas na sociedade e por não ser falada por todos os moçambicanos acaba por não dar conta dos anseios e aspirações legítimas de outros cidadãos compatriotas, o que configura uma situação de legitimação de existência de pessoas à margem da sociedade hegemónica e de culturas e de identidades marginalizadas.

Importa, porém, referirmos que não basta apenas saber falar Português em Moçambique. É preciso dominar a norma-padrão europeia que é a que regimenta o Português falado no país, realidade que acreditamos que caracteriza um número incipiente de pessoas, não obstante os esforços oficiais e officiosos de replicação da norma europeia na sociedade. O domínio da norma-padrão é um valor acrescentado no estabelecimento das relações e conexões socioprofissionais, na medida em que serve de mecanismo medidor para legitimar quem “sabe falar” e quem “não sabe falar” correctamente a língua portuguesa.

Portanto, uma norma consubstancia-se a uma lei, razão pela qual Bagno (2003) refere que ela (a norma) é um ditame, uma regra compulsória imposta de cima para baixo, decretada por pessoas e instituições que pretendem regular e regulamentar o uso da língua(gem). Por isso, para o autor (*op. cit.*, p. 65) “constitui um artefacto artificial, arbitrário, construído segundo critérios de bom-gosto vinculados a um determinado período histórico e num determinado lugar”.

É neste quadro que surge a norma-padrão, adoptada como um mecanismo para policiar os usos da língua(gem) e neutralizar as manifestações consideradas erróneas na perspectiva da gramática normativa/ prescritiva.

Assim sendo, de acordo com Bagno, a norma-padrão é

Um construto sociocultural (uma hipóstase), que pode até se basear em alguma variedade linguística empiricamente detectável na sociedade, mas, precisamente por ser alvo de um intenso investimento de codificação (estabelecimento de regras gramaticais que muitas vezes não existem em nenhuma das variedades, mas remetem a alguma tradição mais antiga, como no caso do português, à gramática latina), de representação gráfica (legislação sobre a ortografia oficial), de produção lexical (criação de amplo vocabulário técnico-científico, literário, etc., para dar conta de uma 'alta cultura') e de um intenso investimento político- ideológico. (BAGNO, 2011, p. 365)

Deste modo, Bagno (2011) considera a norma-padrão como um constructo sociocultural intrinsecamente ligada à ideologia e à política para assegurar a pretensa homogeneidade linguística e criar uma simbologia do grupo dentro das fronteiras do Estado nacional, razão pela qual, parafraseando o autor<sup>82</sup>, a norma-padrão é objecto de culto, um medidor dos demais usos da língua, é o leito e repositório no qual assentam

---

<sup>82</sup> Cf. Bagno (2011, p. 368).

todas as manifestações reais do uso da língua e, acima de tudo, uma instituição social que goza de um poder simbólico para policiar os chamados “usos incorrectos da língua” na perspectiva prescritivista/ normativista.

Tendo em vista o seu papel e alcance, podemos assegurar que foi neste mesmo quadro que a FRELIMO adoptou, de forma tácita, a norma europeia como padrão em Moçambique para garantir a pretensa unidade nacional e enquadrar todas as sensibilidades étnico-linguísticas no sistema do Estado-Nação. Porém, a cultura linguística que a própria norma veicula assente na união é também a cultura que separa, tendo em conta a impossibilidade do seu domínio pela globalidade dos falantes.

Portanto, a norma-padrão visa legitimar e estimular o “bem falar” uma dada língua e no caso do nosso estudo a língua portuguesa, na medida em que se constitui como um sistema de regras que definem o que deve ser considerado correcto ou incorrecto. É também um mecanismo de exercício da autoridade, visto que através dela se determinam as proibições de usos “erróneos da língua”, o que legitima o seu papel de agente que policia a mente dos falantes no acto da expressão das suas ideias.

Este pensamento ganha a sua sustentação em Mattos e Silva (2000) ao referir que

A fidelidade lingüística conduz à vigilância e ao policiamento para preservar a língua da 'corrupção' a que está exposta, quer seja pelos que não a 'praticam bem', quer seja pelo 'contágio' de outras línguas. Disso decorre a caça aos 'barbarismos', 'estrangeirismos', 'solecismos', 'neologismos' e conduziu, no caso do português, a volta para a perfeição do modelo latino, sem o qual, defendiam e ainda há os que defendem, não se poderia usar bem o português. (MATOS e SILVA, 2000, p. 40)

Segundo Garmadi (1983) o sistema linguístico e o respectivo ordenamento são práticas inerentes às sociedades humanas e a imposição de uma norma, que a considera como uma instituição social, é amplamente independente dos indivíduos tomados isoladamente.

Assim sendo, quando um Estado adopta uma língua como oficial e de unidade nacional, como é o caso de Moçambique com o Português, demarca, claramente, que é um território onde todas as construções das identidades, das culturas e de outros referenciais simbólicos devem espelhar-se no nacionalismo, ou seja, no sentimento de

pertença a esse território. A escolha, geralmente feita pelas elites hegemónicas, é uma questão política e ideológica entroncada na filosofia de que as fronteiras físicas/jurídicas alicerçam esse estatuto se existir a ideia de afirmação de uma *cultura e identidade nacionais* promovidas e disseminadas pelo Estado e que as pessoas individual e colectivamente as assimilam como suas também, afinal o Estado só existe numa correlação de forças e de poder exercido sobre as pessoas.

A subalternização das línguas autóctones em contingência de uma língua oficial e de unidade nacional cristalizou a pirâmide de hierarquia entre as línguas e com isso o Português reforçou-se como língua de prestígio colocando algumas línguas autóctones num estado de vida latente. Assim, a língua portuguesa passou a ter um papel de coesão social, estratificando os sujeitos individuais e colectivos na sociedade moçambicana, o que trouxe uma grande exigência: como falar a mesma língua da mesma maneira sabendo-se das contingências que demandam da diversidade linguística e cultural? Será razoável que uma língua seja imaculada e venerada como se de um objecto de adorno se tratasse? De que forma se pode homogeneizar linguisticamente todas as pessoas a modelo do Português Europeu sabendo-se de que elas são portadoras de inúmeras e complexas identidades?

Estas são perguntas meramente retóricas que nos levam a perceber a elasticidade e a complexidade da problemática em volta do casamento forçado entre o aparato político-ideológico e os aspectos sociolinguísticos nos quais subjaz a língua(gem), a cultura e a identidade, a ponto de Possenti (2000, p. 78) defender que “não só há variação entre formas linguísticas padrões e populares ou regionais, mas há variação também no interior do padrão”<sup>83</sup>, o que nos faz acreditar na impossibilidade da homogeneidade linguística, ideia partilhada na seguinte passagem de Bagno (2011, p. 364) ao referir que “explicar às pessoas que é impossível unificar uma língua, que toda a língua é por sua própria natureza variável, múltipla, heterogênea, e inacabada, se torna uma tarefa quase utópica”. Por isso, existirão, sempre, falares diferentes da mesma língua em virtude de vários factores, dos quais destacamos os sociais e culturais.

---

<sup>83</sup> Apesar de não adoptarmos a perspectiva de variação no nosso trabalho, o pensamento do autor reveste-se de uma importância singular porque traz à tona a complexidade que envolve o fenómeno linguístico ao defender a impossibilidade da pureza de qualquer língua, independentemente da hipóstase de que goza na sociedade.

Na óptica de Preti (1982, p. 48) a norma constitui o ponto de chegada ao processo de uniformização e nivelamento da língua e aponta que se verifica uma grande preocupação em “todos os níveis da comunidade, em sujeitar-se a esse acordo tácito comum, de tal forma que estamos constantemente, em termos de língua, à procura de saber o que é certo ou errado, o que se pode ou não se pode dizer”.

A uma norma-padrão consubstanciam-se várias normas linguísticas costumeiras legitimadas pelo aparato sociocultural e sociocognitivo na sociedade, como é o caso da norma-culta que para Bagno (2003) é o primeiro substracto da norma-padrão que é introduzido no sistema linguístico por falantes mais escolarizados e de cultura urbana, facto que também ocorre em Moçambique com o Português, o que nos traz alguns subsídios para afirmarmos que a norma do Português de Moçambique está em curso no país (vide os excertos no capítulo IV).

Desta feita, pode-se perceber que uma língua nunca está em clausura muito menos enclausurada no dogmatismo dos gramáticos prescritivistas. Pelo contrário, é maleável; multifacetada; um produto social não acabado; o reflexo dos seus falantes relativamente ao seu contexto sociocultural e sociocognitivo; meio de ordenamento da realidade; meio matriz de condicionamento do pensamento e da organização discursiva emoldurada pelo contexto e pelas múltiplas culturas e identidades a contra-gosto dos gramáticos prescritivistas.

A propósito dos gramáticos prescritivistas, Mattos e Silva (2000, p. 40) aponta que “a pretensão autoritária dos gramáticos chega ao ponto de estarem convencidos de que eles podem 'disciplinar' a língua e conseguir evitar a mudança que, nessa concepção, se identifica com decadência e anarquia”.

Este facto faz-nos pensar que os propósitos que se pretende atingir com a norma-padrão, numa perspectiva dos gramáticos prescritivistas, são uma utopia, pois se até mesmo em Portugal, berço da língua portuguesa, com complexidades linguístico-culturais menos complexas a comparar, por exemplo, com as realidades de Moçambique e Brasil, a norma europeia é “vilipendiada”, o que dizer então dos outros países. Neste caso, vale a metáfora de “querer tapar o Sol com a peneira”.

Por isso, ao admitirmos a simbiose siamésica língua e cultura, então os falares não serão necessariamente hegemónicos porque a cultura é uma teia de significados

construídos com base nas interacções sociais e cada cultura nomeia os seus referentes simbólicos de acordo com a sua realidade e por conta disso os falares diferenciados são uma realidade incontornável, pois segundo Back (1987, p.57) “se a língua é um espelho de toda a cultura, ela tem que ser diferente de uma cultura a outra”, facto que abre janelas de cogitações para se perceber que cada língua é património sociocultural dos seus falantes e ela está pejada da herança cultural e identitária de cada sociedade onde se fala Português, vingando o princípio taxionómico de que todos que falam Português acabam sendo directa ou indirectamente multilingues em língua portuguesa.

Perspectivando Possenti (2000, p. 79), do ponto de vista da gramática descritiva, existe a distinção entre diferença linguística e erro linguístico. Ainda de acordo com o autor (*ibidem*), as “diferenças linguísticas não são erros, são apenas construções ou formas que divergem de um certo padrão. São erros aquelas construções que não se enquadram em qualquer das variedades de uma língua”. Por isso, o autor (*ibidem*) enfatiza que “saber uma língua é, entre outras coisas, dispor de um conjunto articulado de hipóteses sobre as regras que a língua segue”.

Ainda de acordo com Possenti (2000, p. 74), “a gramática normativa exclui de sua consideração todos os fatos que divergem da variante padrão”, em virtude de neste tipo de gramática a língua corresponder, segundo o mesmo autor (*op. cit.*, p. 73) “às formas de expressão observadas produzidas por pessoas cultas, de prestígio. Nas sociedades que têm língua escrita, é principalmente esta modalidade que funciona como modelo, acabando por representar a própria língua”.

A propósito da gramática normativa<sup>84</sup>, Gnerre (1998, p. 32) que se inspira em Lo Piparo (1979) refere que ela é um código incompleto, pois abre espaço para um jogo já marcado no qual ganha quem dispõe de instrumentos para ganhar e prevalece a tendência de que tal situação se estenda a “todo um território nacional [...] para criar um conformismo lingüístico nacional unitário [que coloca] o 'individualismo expressivo' num plano mais alto, porque cria um esqueleto mais forte e homogêneo para o organismo lingüístico nacional, do qual cada indivíduo é o reflexo e intérprete”.

---

<sup>84</sup> Sobre os diversos tipos de gramática e suas interfaces, conferir Possenti (2000) e Martelotta (2009).

Como se pode ver, na gramática normativa polícionam-se os usos da língua e condiciona-se a criatividade linguística<sup>85</sup> em virtude de se considerar a língua como algo que esteja superior a todas as contingências sociais e para a perspectiva que usamos, que faz um trânsito híbrido do multilinguismo para o plurilinguismo, este modelo de gramática mostra-se inadequado porque não valoriza as especificidades socioculturais e sociocognitivas dos falantes, separa a língua(gem) da cultura e tende a criar estereótipos igualitários e, com isso, abre espaço para a estigmatização dos que se encontram à margem da sua actuação.

Portanto, a língua(gem) das pessoas nem sempre estará em conformidade com os desígnios da norma-padrão, porque os falantes não são meras caixas de ressonância que podem ser programadas para reproduzir falas de forma uniformizada e inequívoca. Elas são, pelo contrário, portadoras de inúmeras e complexas identidades o que influencia os seus posicionamentos nas práticas discursivas. Porém, nem por isso as suas representações discursivas deixam de ser manifestações legítimas de outros falares consignados a outros contextos sociolinguísticos e culturais legitimados pelos diferentes e complexos circuitos sociais a partir dos quais as pessoas criam e recriam os seus mundos e as formas de estar na sociedade, por meio de processos interactivos que permitem emoldurar novas representações e performatividades.

Sobre o processo de interacção entre falantes, Geraldi (2006, p. 138) defende que “não se pode imaginar que cada sujeito, por constituir-se nos processos internacionais de que participa, tornando intra o que antes fora inter-individual, torna-se por isso mesmo cópia em carbono do(s) outro(s)”.

Por isso, “é lícito” o pensamento de Couto (2011, p. 183) ao olhar para o que é politicamente desejável e o que é humanamente realístico no que diz respeito à situação da língua portuguesa em Moçambique: “parafraseando o português Eduardo Lourenço, a questão não é quanto os moçambicanos falam Português mas quanto os moçambicanos são falados pelo Português. E esse processo de apropriação recíproca está apenas começando” e conclui dizendo que “nesse momento de caos e perda, a língua é permeável a outras razões, deixa-se mestiçar e torna-se mais fecunda. A língua

---

<sup>85</sup> Segundo Firmino (2006, p. 158) “a criatividade surge quando os actores sociais manipulam os recursos na(s) língua(s) que fala(m) para construir e conceber significados relacionados com esta atmosfera social”.

é, só então, viagem viajada, namoradeira de outras vozes e outros tempos”<sup>86</sup>, o que nos permite metaforicamente afirmar que com a vitória na luta pela libertação de Moçambique do jugo colonial, as linhas de força de poder foram invertidas: a terra foi restituída aos moçambicanos e estes “desapropriaram” a língua de Portugal e passaram a ser dignos representantes do Português no contexto dos Estados soberanos.

As reflexões acima permitem-nos constatar que cada língua, no seu “habitat”, é propensa a mutações cíclicas, pois, sendo um fenómeno social fluido que demanda das relações sociais e onde são estabelecidas relações de força, de poder e certas categorias ideológicas, ela (língua) não é imune ao processo hereditário de renovação das gerações na sociedade, o que esclarece, em parte, o facto de o processo de nativização do Português Europeu em Moçambique, que a nosso ver remonta a 1498 aquando da sua chegada com os portugueses ao país, obedecer a muitas etapas ao longo do seu processo de transformação, ou seja, as características da apropriação linguística pelos moçambicanos nunca foram uniformes ao longo de todos os períodos e é alavancado, entenda-se o processo de transformação, por elementos como classe social e família que cumulativamente estabelecem a interface com o ambiente de socialização primária, o aparato sociocultural, sociolinguístico e sociocognitivo dos falantes; a escola, que entanto microcosmo social agrega diferentes grupos sociais tornando-se num pólo por excelência de hibridação linguística e cultural das pessoas; os órgãos de informação (rádio, televisão, jornais, revistas e internet na sua traangulação com as redes sociais) que com a sua preponderância na sociedade acabam por exercer uma grande influência nos falantes, porque o que aparece na imprensa acaba sendo naturalizado como um modelo a ser seguido; a massa intelectual, principalmente a composta pelos escritores e pesquisadores da área da linguagem que acabam trazendo à ribalta aspectos menos conhecidos ou então realidades linguísticas que poucos ousam em retratar e por fim a nova geração, principalmente os músicos e as pessoas que vivem nos grandes centros urbanos constituem amálgamas de todo esse processo que está a contribuir para a renovação da língua portuguesa no país.

Acreditando-se no pressuposto de que uma língua(gem) deve ter um valor simbólico de incluir e não o de excluir, mais do que padronizar o Português de Moçambique é reconhecer que a diversidade na adversidade não poderá perpetuar o

---

<sup>86</sup> Cf. Couto (2011, p. 186).

preconceito de que as línguas das antigas potências coloniais são imaculadas<sup>87</sup>, pois tal crença nega o princípio de que as línguas são constructos socioculturais, como ocorre também com a norma-padrão e, como tal, sujeitas ao dinamismo das sociedades.

### **3.2 - Enfoque epistemológico multilinguismo e plurilinguismo: Estabelecendo algumas diferenças**

Conforme referimos ao longo do trabalho, o contexto da colonização e descolonização do continente africano foi feito de forma desordenada, ou seja, os europeus retalharam o continente na Conferência de Berlim, separando povos e culturas e, por sua vez, os africanos lutaram não para a reconquista das fronteiras “originais” – aquelas que existiam antes da Conferência de Berlim, se bem que tal seria uma utopia dada à inexatidão de algumas fronteiras no continente africano –, mas para a conquista de um território “estranho” e de permanência, situação que favoreceu, em nosso entender, aquilo que Calvet (2002, p. 62) defende: “na época das independências africanas, numerosos países confrontaram-se com uma situação linguística complexa: plurilinguismo, de um lado, e predominância da língua colonial, por outro”.

Calvet (2002, p. 114), ao analisar a questão de multilinguismo e plurilinguismo, defende que é preciso perceber que “todos os falantes, mesmo quando se acreditam monolíngues (que não conhecem 'línguas estrangeiras') são sempre mais ou menos plurilíngues”, isto porque, segundo o autor (*ibidem*) “possuem um leque de competências que se estendem entre formas vernaculares e formas veiculares, mas no quadro de um mesmo conjunto de regras linguísticas”.

Diante do exposto, podemos afirmar que este é o cenário que caracteriza algumas das regiões de Moçambique, sobretudo nas cidades que se transformaram em centros cosmopolitas e também nas regiões de fronteira, o que propicia uma interação constante, pacífica e por vezes tensa porque as fronteiras, segundo Sousa Martins

---

<sup>87</sup> Segundo Geraldi (2000, p. 43) “a forma de fala que foi elevada à categoria de língua nada tem a ver com a qualidade intrínseca dessa forma. Fatos históricos (econômicos e políticos) determinaram a 'eleição' de uma forma como a língua portuguesa. As demais formas de falar, que não correspondem à forma 'eleita', são todas postas num mesmo saco e qualificadas como 'errôneas', 'deselegantes', 'inadequadas para a ocasião”.

(2009), legitimam esses cenários entre as pessoas por serem espaços por excelência multiculturais, o que faz com que, perspectivando Albuquerque (2010, p. 48), “as fronteiras [sejam] vistas como um campo singular de relações sociais entrelaçadas com os atuais processos de globalização e de redefinição do papel dos limites entre os Estados nacionais”.

A respeito de multicultural e multiculturalismo, Hall (2009, p. 50) defende que o primeiro termo é qualificativo e o segundo é substantivo e destaca as seguintes diferenças: o “multicultural descreve as características sociais e os problemas de governabilidade apresentados por qualquer sociedade na qual diferentes comunidades culturais convivem e tentam construir uma vida em comum, ao mesmo tempo em que retêm algo de sua identidade 'original'.” Relativamente ao multiculturalismo, o mesmo autor (*ibidem*) refere que “são estratégias e políticas adoptadas para governar ou administrar problemas de diversidade e multiplicidade gerados pelas sociedades multiculturais”.

De acordo com Hamel (2001)<sup>88</sup>, o multiculturalismo e o multilinguismo diferenciam-se do pluriculturalismo e do plurilinguismo pelas seguintes razões: enquanto no primeiro caso, ou seja, multiculturalismo/ multilinguismo existe uma hierarquia entre as culturas, e apenas dá-se mais primazia às chamadas culturas universais, isto é, ocidentais, e que a diversidade, seja ela linguística, cultural ou étnica é reconhecida como um problema, daí a necessidade de inclusão cultural, já na perspectiva de pluriculturalismo/ plurilinguismo a diversidade é assumida como recurso enriquecedor para toda a sociedade, ou seja, há um reconhecimento de que cada um tem a sua base cultural e que todos os membros da sociedade, sejam eles da classe dominante, sejam povos indígenas<sup>89</sup> reconhecem e assumem as diferenças étnicas e linguísticas como factores de enriquecimento sociocultural da sociedade e que a convivência de diversas culturas no contexto nacional ou internacional reveste-se de capital importância, pois há troca de experiências enriquecedoras pelos envolvidos.

Pela análise que fizemos das diferenças entre o quadro teórico dos dois conceitos, nomeadamente multilinguismo e plurilinguismo, e tendo em conta algum

---

<sup>88</sup> Cf. Hamel (2001, p. 146,147, 148).

<sup>89</sup> A propósito de indígenas, no caso de Moçambique, Mazula (1995, p. 100) refere que “são considerados indígenas nas respectivas províncias os indivíduos de raça negra que, nelas tendo nascido ou vivendo habitualmente, ainda não possuem a cultura e os hábitos individuais e sociais exigidos pela integral aplicação do direito público e privado dos cidadãos portugueses”.

conhecimento que temos da realidade sociolinguística de Moçambique, concluimos que o país é plurilingue, pois a diversidade étnico-linguística é encarada como elemento enriquecedor na sociedade. Mais ainda, pelo facto de constatararmos que a aprendizagem de outras línguas estrangeiras, como o Inglês e o Francês, presentes nos diferentes subsistemas de ensino em Moçambique, permitem que os falantes associem tais experiências linguísticas com as das outras línguas que falam, tal é o caso do Português e outra(s) língua(s) bantu.

### 3.3 - O Português de Moçambique

A designação do “Português que se fala em Moçambique” ainda hoje é objecto de “rixas nominais” entre alguns pesquisadores. Por exemplo, Lopes (1997) utiliza a designação “Português moçambicano”. Por seu turno, Firmino (1988) usou a denominação “Português falado em Moçambique”. Gonçalves, apesar de ter publicado dois livros com títulos que atestam uma nomenclatura dual, ou seja, em 1996 publicou um livro com o título “Português de Moçambique. Uma variedade em formação” e em 1998 o outro, com o título “Mudanças do Português em Moçambique” é uma pesquisadora que usa com regularidade, na sua vasta obra publicada, o termo “Português de Moçambique”, nomenclatura adoptada, também, por Mendes (2010, p. 13) pelas seguintes razões: “primeiro, por acharmos que a língua utilizada em Moçambique é uma variante da língua portuguesa; segundo, por considerar que essa língua é, também, pertença dos moçambicanos”.

Na nossa pesquisa recorreremos, sistematicamente, ao uso da denominação *Português de Moçambique* para enfatizarmos o contexto geográfico e, por conseguinte, aclarar a diferenciação em relação aos “outros português”, como é o caso do Português Europeu, do Brasil, de Angola, de Cabo-Verde, da Guiné-Bissau, de São Tomé e Príncipe e de Timor Leste, antigas colónias de Portugal, considerado o país patriarca da língua portuguesa.

De acordo com Mendes (2010, p. 30) independentemente da designação que se adopta, o facto evidente é que o Português de Moçambique está a tomar características peculiares devido aos seguintes factores: “a contextualização do país; a difusão do Português nos meios rurais e suburbanos; o contacto com outras línguas faladas em Moçambique, tais como línguas Moçambicanas e o Inglês; a evolução tecnológica; a valorização da tradição e da cultura moçambicanas”.

O Português de Moçambique resulta, como já nos referimos ao longo do trabalho, de uma herança comum e decorre do cruzamento de fronteiras entre o Português e as línguas bantu que são faladas no país e de outras línguas europeias, com enfoque para o Inglês. Mais ainda, decorre do processo natural de uma língua em constante transformação, razão pela qual ele é também uma língua histórica.

A partir do cruzamento das diferentes línguas e culturas, criaram-se as premissas para ocorrer a nativização que segundo Kachuru (1982) citado por Firmino (2006) é

Um processo de aculturação através do qual uma LWC [língua da antiga metrópole] se torna próxima do contexto sociocultural de um país pós-colonial. Através da nativização, uma variedade não-nativa é culturalmente integrada na ecologia social da pós-colónia e adquire novas funções sociais. Além disso, ela desenvolve inovações linguísticas que ganham significado comunicativo e social no contexto destas inovações. (FIRMINO, 2006, p. 131)

Portanto, com a nativização o Português Europeu acaba por incorporar e ser incorporado à ecologia sociolinguística, sociocultural e simbólico-ideológica moçambicana, uma vez que ao ser apropriado sofre alterações significativas que se fundam, por exemplo, na inserção de novas características discursivas actualizadas por unidades lexicais, sintácticas, semântico-pragmáticas, léxico-semânticas, léxico-sintaxe e fonético-fonológicas, propiciando uma adequação relativamente aos contextos em presença.

No caso de Moçambique, o Português Europeu tem sido nativizado substancialmente nos domínios do léxico e da sintaxe, áreas que merecerão particular relevância no capítulo IV ao procedermos à análise e interpretação dos dados.

A propósito da nativização do Português Europeu em Moçambique, Firmino (2006, p. 158) refere que “não é manifestada pelas novas formas em si, mas pela

maneira como estas formas são integradas nas práticas interaccionais”. Mais ainda, o autor (*ibidem*) refere que “as peculiaridades estruturais são mínimas e, para além do mais, muitas delas são perfeitamente compreensíveis no âmbito do sistema gramatical da língua”, o que condiz com as informações contidas nos excertos a serem analisados, tendo em conta que, em alguns deles, o padrão sintáctico está mantido. Contudo, a selecção lexical que decorre da captação dos diferentes repertórios socioculturais cria uma dimensão de percepção e cogitação semântico-pragmática para além do padrão europeu, o que torna esta língua no país multifacetada e mais híbrida ainda.

Ao usarmos a língua para nomear uma realidade específica, por exemplo, objectos, implicitamente criamos categorias de funcionalidade e de importância e uso social. Esse uso social da língua estabelece as relações dentro de certa colectividade, por um lado homogeneizando os pontos comuns e, por outro, silenciando as heterogeneidades para debelar o impacto de possíveis tensões culturais e identitárias.

Segundo Back (1987, p. 61) a língua é uma verdadeira democracia, pelo que nem sempre a co-ocorrência de diferentes línguas e culturas constitui foco de tensão, razão pela qual “cada elemento preenche o seu lugar; pode, contudo, sem quebrar a estrutura, mudar de uma classe para a outra superior, quando tiver valor para tanto” e defende que “como varia o conhecimento de um agrupamento humano a outro em grau e extensão, assim também variam os elementos de língua a língua: são em maior ou menor número, ou ainda inexistentes”.

Por isso, segundo Terra (1997, p. 80) “conhecer uma língua é saber usá-la. Conhecer uma língua é saber tirar dela todas as possibilidades para uma comunicação ampla em qualquer situação”, o que se encaixa no pensamento de Bagno (2011, p. 365) ao referir que “a língua escrita (hipostasiada na escrita literária dos grandes clássicos do idioma) permanecerá sempre, no imaginário coletivo, no senso comum, como algo superior, mais sublime e mais digno de veneração do que a língua falada”.

Sabendo-se de que a língua é a principal fonte de conhecimento do outro, por meio da transmissão de valores afectivos, morais, comportamentais, enfim, por meio dela transita-se do objectivo ao subjectivo e vice-versa para se estabelecer pontes de entendimento entre culturas e conexões com identidades diferentes e por vezes perversas, mais do que ser vista como um meio de comunicação entre as pessoas, deve ser vista, também, como geradora de sentimentos e criadora de representações

simbólicas que flexibilizam o sistema comunicativo, tornando-se na vanguarda<sup>90</sup> como meio a partir do qual procede-se à ressignificação de realidades já existentes ou à nomeação e designação de realidades novas cada vez mais presentes nas sociedades modernas impulsionadas pelos avanços tecnológicos e facilidade de mobilidade das pessoas, o que alavanca a troca de experiências e de culturas.

É neste quadro que em Moçambique estão a surgir gramáticas e dicionários do Português de Moçambique, criando-se desta maneira as premissas para que ele seja normatizado e quiçá, futuramente oficializado, tendo em conta que ele já se encontra endoginizado na matriz sociocultural e simbólico-ideológica moçambicanas.

Por exemplo, em 2002, Hildizina Dias lançou o dicionário com o título *Minidicionário de Moçambicanismos* e ainda no mesmo ano, 2002, Armando Jorge Lopes, em parceria com Salvador Siteo e Paulino Nhamuende lançaram outro dicionário com o título *Moçambicanismos. Para um léxico de usos do Português Moçambicano*.

Por isso, procede a posição de que o Português Europeu em Moçambique está sendo moçambicanizado e, por conseguinte, revela traços característicos da ecologia sociocultural subjacente à realidade moçambicana, razão pela qual o reconhecimento formal do Português de Moçambique e a sua nacionalização, mais do que ser um imperativo linguístico é, por excelência, um desígnio que o Estado-Nação deve concretizar, de modo a que o seu papel como língua oficial e de unidade nacional, língua de Estado e da nacionalidade moçambicana e como “amálgma de símbolos do Estado, da cultura e da identidade nacional” mais conhecido no contexto dos símbolos do Estado moçambicano seja mais próximo da realidade sociocultural e com o contexto sociocomunicativo e discursivo do país.

### **3.3.1. Especificidades do Português de Moçambique**

---

<sup>90</sup> Calvet (2007), ao analisar o processo evolutivo das línguas, defende que o mesmo se processa, em cada etapa da história da humanidade, de uma forma natural e que a multiplicidade das línguas no mundo, que oscila entre 4 e 5 mil, com uma média de 30 por cada país, nunca constituiu um empecilho para a comunicação entre os povos.

O Português de Moçambique, ainda que seja considerado como uma variedade para alguns dos pesquisadores, neste trabalho, conforme referimos, não é abordado como uma variedade linguística, mas como outra língua portuguesa legitimada pelos usos e costumes consignados ao aparato sociocultural do país, perspectiva que está em conformidade com César e Cavalcanti (2007) que chamam a atenção para o facto de que os actuais estudos da linguagem devem repensar as tipificações de outras manifestações linguísticas diferentes da norma-padrão (considerada como língua legítima pelos gramáticos normativistas) de variedade e dialecto, pois estas manifestações são, muita das vezes, línguas maternas dos falantes, razão pela qual Makoni e Meinhof (2006) defendem que algumas definições como as de língua, herança, regra geral, eurocêntrica e americana, estão dissociadas das especificidades do continente africano, o que faz com que para os “forasteiros”, aquilo que não é língua, para os africanos, é legitimamente sua língua e não variedade ou dialecto.

Por isso, o Português de Moçambique é visto como outra língua portuguesa, à semelhança, por exemplo, do Português do Brasil que é outra língua portuguesa, pois a dinâmica sociolinguística e o uso linguístico, ideológico e simbólico das línguas legitima a emergência de diferentes línguas da mesma matriz. No caso, várias línguas portuguesas que dão voz a diferentes sensibilidades espalhadas pelo “mundo português”.

Cientes de que em algumas das categorias mencionadas ao longo do trabalho em que se verifica a nacionalização do Português existe um vasto campo por explorar, isto é, inúmeros exemplos e porque não é nosso interesse decalcar todas as características que se consubstanciam a uma nova língua portuguesa em Moçambique que se processa em contra-mão com a norma europeia, as características e os exemplos que mais adiante são apresentados foram selecionados a partir do nosso olhar etnográfico da realidade sociolinguística moçambicana e também com base nos alicerces de alguns dos pesquisadores do país como, por exemplo, Gonçalves (2010), Mendes (2010) e Firmino (2006) para demonstrarmos algumas das características peculiares que a língua portuguesa denuncia em Moçambique, permitindo-nos formular algumas generalizações das mesmas dada a sua sistematicidade.

Portanto, com a nativização, o Português Europeu adquiriu novas características. Tais características, para além de neologismos, que segundo Mendes (2010, p. 69)

podem decorrer de “falantes que demonstram elevada competência linguística (do Português) e que, consciente ou inconscientemente, se apropriam de alguns modelos de formação de unidades lexicais existentes no PE” e outros que provêm de “falantes com fraca competência linguística, ou ainda porque se encontram em processo de formação”, podem, igualmente, deverem-se à analogia que segundo Bagno (2011, p. 188) “é um processo por meio do qual os falantes da língua tendem a regularizar formas irregulares e menos gerais com base em outras formas mais regulares e de emprego mais frequente”.

Por exemplo, no Português de Moçambique predomina a tendência de flexão do género em contra-mão com a norma do Português Europeu, nomeadamente nos seguintes casos: *terminal*, unidade lexical que pode ser flexionada para ambos os géneros (masculino e feminino) quando desempenha o papel de adjectivo. Porém, nos casos em que é um nome, a flexão deve ser para o masculino, como na seguinte frase: *Estou no terminal de passageiros*. Contudo, em Moçambique, é mais recorrente o uso desta unidade lexical como nome e flexionada no género feminino, como no seguinte exemplo: *Estou na terminal de passageiros*.

O mesmo pode-se dizer da palavra *alface* (verdura de folhas verdes que preparada leva o nome de salada e serve como acompanhante nas refeições ou como entrada em alguns casos) é categorizada “erroneamente” com marcas do género masculino – *o alface* em vez de *a alface*, realidade que se sucede também com a unidade lexical *guarda-chuva*, porém o fenómeno é inverso: *a guarda-chuva* no lugar de *o guarda-chuva*, fenómeno que também ocorre em *a tomate* no lugar de *o tomate*.

Outras das características peculiares do Português de Moçambique, derivante denominado PM<sup>91</sup>, que o diferenciam do Português Europeu, que passará, a partir de agora, a ser denominado PE:

- a) Tendência recorrente de substituição ou eliminação de preposições ligadas a um verbo preposicional<sup>92</sup>;

<sup>91</sup> Para mais detalhes das especificidades do PM, conferir Gonçalves (1996a, 1996b, 1998a, 2010), Gonçalves et al. (1998), Mendes (2010) e Firmino (2006).

<sup>92</sup> Sobre os verbos preposicionais do Português Europeu, conferir Ventura e Caseiro (2004).

- b) Recurso ao uso de certos verbos que encerram uma semântica diferente (*ter* no lugar de *haver*, com valor semântico de existência; *completar* no lugar de *fazer*; *vir* no lugar de *ir*);
- c) Omissão do artigo definido em contextos em que co-ocorre com os pronomes possessivos;
- d) Tendência recorrente do uso das formas dativas no lugar de formas acusativas dos pronomes pessoais (o inverso também ocorre);
- e) Alteração da posição básica na colocação dos pronomes clíticos (uso da próclise em situações em que não ocorre nenhum proclisador);<sup>93</sup>
- f) Recurso recorrente a novas unidades lexicais inexistentes no PE (neologismos);
- g) Inserção de uma vogal epêntica em sílabas que começam com consoantes duplas não homorgânicas.

Assim sendo, o PM inscreve as suas próprias características no contexto da construção e vitalização do PE, facto que nos permite concordar com o pensamento de Coseriu (1980, p. 125) segundo o qual “uma língua não é apenas aquilo que já está feito por meio da sua técnica, mas é também aquilo que, mediante esta mesma técnica, se pode fazer; não é somente o passado e presente, mas possui uma dimensão de futuro”, até porque, como muito bem observam Weinreich et al. (2009, p. 95), “o estudo das línguas em contato confirma a idéia de que a coexistência estável de longo prazo é muito freqüentemente uma ilusão, promovida talvez pela existência de um léxico e de uma morfofonêmica relativamente estáveis (ou até dissemelhantes)”.

Em suma, os reflexos linguísticos que se consubstanciam aos aspectos socioculturais, simbólicos e ideológicos que caracterizam o PM demonstram que o PE foi nativizado linguisticamente, simbolicamente, culturalmente e ideologicamente e como resultado disso, esta outra língua portuguesa acaba por incorporar mecanismos funcionais que o fazem diferir da norma europeia, tornando-se num meio a partir do qual se expressa a nacionalidade moçambicana porque encerra o aparato sociocultural e simbólico-ideológico do país.

---

<sup>93</sup> Cf. Gonçalves et al. (1998) e Semedo (1997).

No capítulo que se segue apresentamos a análise e interpretação dos dados. Os dados objecto de análise decorrem de excertos de textos literários, de jornais e de uma revista.

## CAPÍTULO IV

### OS CONTORNOS DA LÍNGUA PORTUGUESA EM MOÇAMBIQUE

“A minha língua portuguesa, repito a minha língua portuguesa, é a pátria que estou inventando para mim”. Mia Couto (2011, p. 186)

Neste capítulo apresentamos a análise e interpretação dos dados e retomamos alguns aspectos procedimentais e teórico-analíticos arrolados anteriormente para um embasamento do processo argumentativo.

Assim sendo, o nosso foco na análise e interpretação dos dados são excertos de textos literários, de jornais e de revista para percebermos a dinâmica em volta da língua portuguesa em Moçambique com recurso a procedimentos<sup>94</sup> como o paradigma interpretativista de Bortoni-Ricardo (2008) que preconiza a impossibilidade de observar o mundo independentemente das práticas sociais e significados vigentes, o que nos permite criar pontes de entendimento e de cogitação para formação de um raciocínio interpretativo; o paradigma indiciário de Ginzburg (1989) através do qual descortinámos as teias linguísticas e metalinguísticas enclausuradas na subjectividade decorrente da criatividade linguística e as múltiplas linguagens presentes nos excertos e a inferência indutiva de Matias-Pereira (2002), a partir da qual estabelecemos as diferenças entre o PM e o PE tendo em vista fazer generalizações, uma vez que, segundo sugere Sousa Santos (1998, p. 52), “a ciência social será sempre uma ciência subjetiva e não objetiva como as ciências naturais” e Moita Lopes (2006) defende que a objectividade na pesquisa não significa neutralidade.

Portanto, na análise e interpretação dos dados buscámos, parafraseando Christians (2006) que se apoia em Denzin (1989), a suficiência interpretativa que consiste em acompanhar vidas que reflectem múltiplas interpretações e entrocadas na complexidade cultural, para estabelecermos uma ponte de intercessão com os fundamentos da performatividade, do posicionamento e da representação com vista a compreendermos as dinâmicas sociolinguísticas e assertivas contidas nos excertos.

---

<sup>94</sup> Para mais informações sobre a dinâmica funcional destes métodos, vide o capítulo I.

A *performatividade*, segundo Pennycook (2006) que se apoia em Butler (1990), é o modo pelo qual desempenhamos actos de identidades com o recurso a uma série contínua de performances sociais e culturais em vez de expressão de uma identidade anterior; o *posicionamento*, segundo Cavalcanti (2006) que se apoia em Davies & Harré (1990), consiste em o sujeito centralizar o seu olhar do mundo em razão das imagens, metáforas, linhas narrativas e conceitos particulares que são tornados relevantes dentro das práticas discursivas nas quais participa e a *representação*, na óptica de Goffman (1975) e Woodward (2000), como sendo as actividades que o indivíduo desenvolve com vista a influenciar os demais nas práticas discursivas e nos sistemas simbólicos de que participa.

Desta feita, esperamos, com o recurso aos procedimentos metodológicos e aos fundamentos da performatividade, do posicionamento e da representação, desatar os elementos linguísticos imbricados nos aspectos sociolinguísticos, ideológicos e simbólico-culturais presentes nos excertos objecto de análise para percebermos os mecanismos da construção dos referenciais subjacentes à nacionalização do PE em Moçambique.

#### **4.1 - Geração dos dados da pesquisa e sua caracterização**

Conforme avançámos anteriormente, a base de dados da pesquisa comporta excertos de textos literários, de jornais e de revista. A escolha destes segmentos justifica-se pelos seguintes motivos: o recurso aos textos literários decorre do facto histórico que a literatura desempenhou no contexto de resistência ao colonialismo português; do papel relevante na edificação dos alicerces da moçambicanidade e da construção do Estado moçambicano; da vanguarda que assumiu na nativização/nacionalização do PE em Moçambique e por ser, por excelência, ao longo de todo o seu processo histórico, entanto que domínio do conhecimento, “espaço” em que a língua é recriada continuamente e transformada em caleidoscópio, porque por meio dela são retratados factos sociais de forma dinâmica e multifacetada e que possivelmente em nenhum outro campo do saber tal possibilidade fluiria.

Assim sendo, o enfoque na literatura incidiu nos excertos de textos de *José Craveirinha* e de *Mia Couto*, ambos “produtos” da miscigenação racial, étnica e linguística, pois têm origem portuguesa em virtude de os pais serem lusos, porém nasceram em Moçambique.

O recurso aos jornais e revista justifica-se pelo facto de que na época colonial, ao lado da literatura, estes vectores de comunicação social terem desempenhado um papel importante na emancipação sociocultural e intelectual dos moçambicanos, para além de terem servido de despertador da ideologia libertadora. Com isso, estes segmentos de informação, com o seu papel dual de informar e formar o cidadão, constituíram e ainda hoje constituem “espaços” de interacção sociocultural que modelam o conhecimento científico e o conhecimento do senso comum, desbaratando os conhecimentos cartesianos encrustados no positivismo e contribuíram e continuam a contribuir como plataformas de colocação das ideias e de ideais individuais e colectivos e onde a língua é apresentada do singular ao multifacetado, espelhando-se a diversidade linguístico-cultural que caracteriza o país e, por conta disso, julgamos que constituem repositórios de uma riqueza sem paralelo para os estudos sociolinguísticos e para a LA.

A propósito do conhecimento científico e o senso comum, Sousa Santos (1998, p. 69-70) defende que a ciência moderna produz conhecimentos e desconhecimentos pelo facto de ser disciplinar e fundamenta a sua posição com base na metáfora do dentista: “se faz do dentista um ignorante especializado, faz do cidadão comum um ignorante generalizado” e defende que na “ciência pós-moderna nenhuma forma de conhecimento é, em si mesma, racional; só a configuração de todas elas é racional” e por conta disso estabelece pontes de diálogo com outras formas de conhecimento das quais “a mais importante de todas é o conhecimento do senso comum, o conhecimento vulgar e prático com que no quotidiano orientamos as nossas ações e damos sentido à nossa vida”.

Ademais, o autor (*ibidem*) defende que todo o conhecimento é local e total e constitui auto-conhecimento e “a ciência moderna construiu-se contra o senso comum que considerou superficial, ilusório e falso. A ciência pós-moderna procura reabilitar o senso comum por reconhecer nesta forma de conhecimento algumas virtualidades para enriquecer a nossa relação com o mundo”.

Todavia, Sousa Santos (*op. cit*) chama a atenção para o facto de que o senso comum não é científico e refere que ele goza do poder de persuasão.

Com efeito, usámos excertos de textos publicados em alguns dos jornais de maior circulação em Moçambique, nomeadamente *Notícias*, *Domingo*, *Savana*, *A verdade* e *Zambeze*. A este leque acrescenta-se a revista *Tempo* por considerarmos que nestes veículos de comunicação encontra-se uma riqueza diversificada de saberes que reflectem, de alguma forma, a realidade sociolinguística e sociocultural dos moçambicanos.

Os jornais *Notícias* e *Domingo* são dos mais antigos no país e próximos ao Estado moçambicano em virtude da participação do Banco de Moçambique, que é o banco central do país, no capital social desses jornais.

A revista *Tempo* é considerada uma das primeiras revistas do país e durante muito tempo foi propriedade do Estado moçambicano e exerceu alguma hegemonia na comunicação social até ao surgimento de outras revistas, o que terá contribuído para que o Estado abrisse o seu capital social para privados para fazer face à concorrência.

Os restantes jornais, nomeadamente *Savana*, *A verdade* e *Zambeze* fazem parte da denominada imprensa independente em Moçambique. São de propriedade privada e o jornal *Savana* é considerado um dos pioneiros da imprensa independente no país. Já o jornal *A verdade* tem a particularidade de ser o único jornal generalista de distribuição gratuita em Moçambique.

Com efeito, nestes excertos pretendemos: verificar as áreas de incidência da influência das línguas autóctones na realização linguística em língua portuguesa; perceber os motivos que impulsionam o uso recorrente do léxico bantu na realização linguística em língua portuguesa; interpretar as simbologias linguísticas, culturais e a sua dinâmica assertiva e descrever os processos de nativização da língua portuguesa do ponto de vista linguístico, ideológico, simbólico e cultural, sem descurar o seu uso social e o impacto no processo comunicativo, com vista à concretização dos objectivos e para responder às questões de pesquisa.

Dentro das nossas possibilidades e capacidades científicas, procuraremos fazer análises que vão para além da componente linguística, pois acreditamos que a nacionalização do PE em Moçambique ultrapassa essa componente. Se nos detivermos

apenas a aspectos meramente linguísticos, corremos o risco de ser reducionistas e não explorar outros domínios que configuram uma apropriação de uma língua, tais como os aspectos socioculturais, político-ideológicos e simbólicos que caracterizam a matriz ecológica dos contextos em que tal apropriação se processa.

É neste quadro que Firmino (2006) chama a atenção para a necessidade de novas visões ao analisar-se os processos de nativização das línguas europeias, de modo a dar cobertura a outros aspectos importantes que permitam uma cosmovisão maior das manifestações linguísticas daí decorrentes.

Segundo o autor,

A maioria das discussões sobre a nativização das línguas ex-coloniais tem subestimado a dimensão sócio-simbólica, principalmente porque o seu enfoque tem sido centrado mais em traços estruturais do que em factos discursivos ou ideológicos. Em geral, as diferenças estruturais das variedades não-nativas são de pouca importância em comparação com as variedades nativas. As variedades não-nativas distinguem-se principalmente na base de novos modelos discursivos, bem como de pressupostos ideológicos que tipificam o contexto social no qual elas são usadas. Estes aspectos só podem ser entendidos focalizando as interações sociais e analisando a manipulação da língua. (FIRMINO 2006, p. 134)

Assim sendo, em cada excerto a ser analisado não pretendemos esgotar todas as questões susceptíveis de serem analisadas, mas seleccionar aquelas que são mais recorrentes na fala das pessoas em função do conhecimento que temos da realidade do país e da profissão de professor de língua portuguesa.

Julgamos oportuno, também, referir que as construções linguísticas presentes nestes excertos poderão não estar em conformidade com a competência linguística dos seus autores, ou seja, pode ser que os autores tenham reproduzido as falas do quotidiano, até porque o texto literário ou jornalístico é sempre uma criação ou recriação e é pejado da herança sociocultural de quem o escreve tendo em vista a reprodução de alguma realidade concreta ou ficcionária recorrendo, para o efeito, para os múltiplos repertórios presentes na sociedade ou no seu ambiente de convivência, o que pode explicar a ideia de Fairclough (2008) segunda a qual

Os processos de produção e interpretação são socialmente restringidos num sentido amplo. Primeiro, pelos recursos disponíveis dos membros, que são estruturas sociais efetivamente interiorizadas,

normas e convenções, como também ordens de discurso e convenções para a produção, a distribuição e o consumo de textos [...]. Segundo pela natureza específica da prática da qual fazem parte, que determina os elementos dos recursos dos membros a que se recorre e como (de maneira normativa, criativa, aquiescente ou opositiva) a eles se recorre. (FAIRCLOUGH, 2008, p. 109)

Portanto, nos excertos estão presentes algumas das manifestações linguísticas que demonstram aspectos de carácter sociocultural, político-ideológico e simbólico de Moçambique, razão pela qual ao evidenciarmos estes aspectos estaremos a contribuir para desatar as inúmeras e complexas metáforas neles presentes, afinal, a partir das múltiplas língua(gens) que decorrem de um processo de selecção, produção e circulação da informação vitaliza-se a cultura e, como tal, procede-se ao dinamismo da própria língua.

#### **4.2 - Texto literário e “texto jornalístico”<sup>95</sup>: Estabelecendo pontes sobre as múltiplas língua(gens) como mecanismo de construção dos significados**

A literatura é tida como a mãe de todas as artes e estabelece uma relação umbilical com a língua, tomando-a como a sua matéria-prima bruta, ou seja, a língua é um meio modelizante primário e a literatura meio modelizante, o que nos permite concordar com Fonseca (2000, p. 37) ao defender que “a língua e a literatura são termos que se associam de um modo quase automático, formando um sintagma sólido e coeso”.

Segundo Voltaire citado por Aguiar e Silva (2005) é literatura todos os objectos que se caracterizam pela beleza, como é o caso de poesia, eloquência e a história bem escrita. Igualmente, perspectivando ainda o mesmo autor, é literatura o sistema de significação e de comunicação.

E porque a literatura de que falamos é materializada por via de textos literários, apresentamos a definição de texto literário segundo Aguiar e Silva como sendo

---

<sup>95</sup> Nem todos os textos dos jornais obedeceram às regras desta tipologia textual, pois parte significativa dos textos objecto de análise foram escritos por leitores. De acordo com Vasconcelos (1999) compreende-se por texto jornalístico aquele que tem por objectivo veicular uma informação para informar as pessoas sobre o que ocorre no país e no mundo.

Uma unidade semântica dotada de uma certa intencionalidade pragmática que um emissor, autor realiza através de uma enunciação regulado por normas e convicções do sistema semiótico literário e que os seus receptores, leitores descodificam, utilizando código apropriado. (AGUIAR e SILVA, 2005, p. 40)

Então, a literatura dá a vida à língua através da recriação linguística, mecanismo que permite a ressignificação da realidade e, por conseguinte, a língua continua um meio na vanguarda por meio do qual nomeamos e renomeamos o quotidiano.

Nos textos analisados, verificámos em “José Craveirinha e Mia Couto” estratégias comunicativas que consistiram em trabalhar a língua portuguesa inculcando-a “a identidade moçambicana” com o recurso a metáforas para pintar o horizonte objectivo tornando-o subjectivo e surreal, o que propicia a nativização do PE reveladora da moçambicanidade e da moçambicanidade literária em que as vozes do além e a realidade das penumbras ressurgem e estabilizam-se como uma constância no imaginário colectivo e na construção do sentimento de cidadão híbrido e portador de inúmeras identidades, culturas e língua(gens) que se cruzam em pontes horizontais e verticais e confinam-se decisivamente numa unidade na diversidade.

A propósito da moçambicanidade literária, Matusse (1998, p. 74), que fez um trabalho sobre a construção da imagem da moçambicanidade em José Craveirinha, Mia Couto e Ungulani Ba Ka Khossa, defende que “dada a circunstância de se tratar de uma literatura gerada no prolongamento da literatura e cultura portuguesas, a construção da imagem de moçambicanidade literária deve ser vista como uma negação da portugalidade”, e por conta disso subjaz um nacionalismo que exalta a moçambicanidade que definimos como sendo todos os referenciais simbólicos, culturais, ideológicos e políticos que constituem amálgma de todo um povo na sua colectividade, factos que são igualmente enaltecidos a seguir por Leite (2013) e Laranjeira (1995).

Desta feita, segundo Leite (2013, p. 253), em Mia Couto existe certa mitologia que se entronca nos relatos de criação da nação e da moçambicanidade e que “os mitos fundadores não surgem, portanto, do desejo de guardar uma memória comum, mas da necessidade de inventar, no sentido etimológico, um passado exemplar, para garantir o presente e confirmar o futuro”.

Parafraseando Laranjeira (1995, p. 314-315), ao olhar para os escritos de Craveirinha, defende que a criatividade verifica-se no léxico, na sintaxe e na exploração das potencialidades estruturais do Português com o recurso sistemático ao uso das línguas bantu, sobretudo Xironga, língua predominante na provincia de Maputo-Cidade, Sul de Moçambique, o que de certa maneira contribui “para o desenvolvimento de uma norma moçambicana” e que “a escrita transforma a realidade e produz uma outra realidade ficcionada pela actividade dupla de 'contar e de inventar’”.

Assim, a língua portuguesa, como qualquer outra língua, é moldada e emoldurada nos textos literários e jornalísticos, o que configura um redimensionamento semântico de algumas unidades lexicais. Mais ainda, esta vitalidade linguística imprime na língua não apenas um dialogismo textualidade e intertextualidade, como também reconfigura os cotextos<sup>96</sup>, contextos, as simbologias do dia-a-dia e, sobretudo, a representação desse imaginário que segundo Goffman (1975) permite com que a pessoa internalize os valores reconhecidos na sociedade em que se encontra. A esse respeito, Woodward (2000) refere que a representação inclui as práticas e os sistemas simbólicos a partir dos quais as pessoas se posicionam.

Este mecanismo funcional colaboracionista entre língua(gem) e literatura levou Wellek e Warren (1981, p. 24) a defenderem a metáfora de que a linguagem é a matéria da literatura, de igual modo que a pedra e o bronze são da escultura e a chamarem a atenção para o facto de que “importa ter presente que a linguagem não é uma matéria meramente inerte como a pedra, mas já em si própria uma criação do homem e, como tal, pejada de herança cultural de um grupo linguístico”.

Tendo em conta que o texto constitui um “espaço” por excelência da recriação da língua(gem), da intersubjetividade e da mesclagem de culturas e de identidades, por meio das teias que são estabelecidas por um conjunto de metáforas e não só, então podemos depreender que ele é também um produto cultural e espelha a identidade, seja ela essencialista ou não essencialista perspectivando Woodward (2000) e Hall (2000) e a perspectiva de identidade que assumimos ao longo da pesquisa é a não essencialista porque estamos a lidar com pessoas e sendo humanas, ao essencializá-las perde-se o que julgamos que há de múltiplo no seu ser: a sua pluralidade numa perspectiva holística; a

---

<sup>96</sup> Estabelece a (re)significação das unidades linguísticas em relação aos enunciados que as precede ou sucede num texto, ou seja, permite fixar a significação das outras formas linguísticas presentes num mesmo texto.

sua capacidade de estabelecer pontes de intercessão na diversidade e a sua habilidade constante de se reinventar e de *ser o outro* em função das contingências emergenciais.

Portanto, o texto literário transforma-se num repositório de várias língua(gens) e constitui um berço onde a semiótica expande a sua soberania através de interligações de vários signos, razão pela qual Silva (1989, p. 20) defende que “os signos, no texto de estrutura artística onde se integra o texto literário, assumem uma dimensão icónica”, o que enraíza no texto literário uma associação semiótica tornando-o num signo total onde radicam três dimensões principais do signo que servem de amuleto para a compreensão das linhas imaginárias sobre as quais se coze o conteúdo textual, nomeadamente: dimensão semântica (tem a ver com a relação entre os signos e aquilo que eles significam); dimensão sintáctica (tem a ver com a relação dos signos entre si, integrados em sequências de signos segundo regras precisas) e dimensão pragmática (tem a ver com a relação entre os signos e os seus utentes, ou seja, o uso específico que cada utente faz de um signo).

Assim sendo, o texto literário não se organiza, mas constitui-se mediante o entrosamento da expressividade, delimitação e estruturalidade, o que nos permite ancorar o pensamento de Coelho (1976, p. 52) segundo o qual “a obra literária para além de ser vista como um pequeno mundo à parte com uma finalidade em si mesma constitui um documento ou mesmo intervenção social, devendo ser estudada em função da história, biografia, a sociologia, a psicologia, a psicanálise”, elementos que possibilitam a desconstrução da complexidade linguístico-semântica que condiciona a construção dos significados pelo leitor.

Esta propriedade característica da obra literária resulta do facto de que ela só assim o é, na visão de Saraiva e Lopes (1979), na medida em que para além do posicionamento lógico, discursivo e abstratamente conceptual, deve adequar-se a problemas científicos, filosóficos e doutrinários que se enraízam decisivamente na componente formativa do leitor e de uma dada vida social.

Contrariamente aos textos literários, nos textos jornalísticos, na sua generalidade, a língua(gem) é menos conotativa e exige-se maior objectividade. Contudo, a objectividade não impede a quem os escreve de tornar a língua(gem) mais dinâmica com recurso a expressões metafóricas e uma associação semiótica para redimensionar a intenção comunicativa e o poder asserivo da mensagem que veicula.

A este propósito, Bagno (2011) refere que

As metáforas estão presentes em qualquer trecho da língua falada ou escrita, mesmo a mais corriqueira, mesmo o que trate do assunto mais árido e menos poético. Abrindo um jornal ou uma revista ao acaso, as metáforas pululam diante de nós. Ou melhor, diante do especialista, porque as metáforas – justamente pelo proceso de gramaticalização – se cristalizam de tal maneira que se tornam elementos banais, que não despertam a atenção de ninguém. (BAGNO, 2011, p. 172)

No caso dos textos dos jornais e de revista verificámos que, na sua generalidade, os autores dos textos revelaram parte significativa dos fenómenos linguísticos que ocorrem de forma significativa na sociedade moçambicana – o recurso recorrente a unidades lexicais inexistentes na norma do PE; o uso de mecanismos morfológicos e morfossintácticos que demonstram a apropriação simbólica, ideológica e linguística da língua portuguesa visualizando-se as características híbridas de uma língua que sofre o cruzamento de fronteiras linguísticas e culturais.

Mais ainda, constatámos a manifestação, através das múltiplas língua(gens) presentes, de personagens e cenários que nos remetem à moçambicanidade linguística, expressão para nos referir ao facto de que na tentativa de se escrever de acordo com a norma do PE, o que muitas das vezes ocorre é que nos próprios textos aparecem línguas e culturas que nos remetem a hibridação, parafraseando Canclini (2011) como sendo processos socioculturais em que as estruturas ou práticas discretas que existem separadamente se combinam para gerar novas estruturas, um trânsito que passa de formas mais heterogéneas para outras mais homogéneas e depois a outras acentuadamente heterogéneas, o que reflecte a dinâmica sociocultural que impacta boa parte dos moçambicanos em parte porque a norma europeia não vingou substancialmente na sociedade como se esperava e porque ninguém quer admitir publicamente que escreve a modelo do PM porque não está normatizado.

Logo, estes órgãos de comunicação social (jornais e revista) que deveriam, em tese, ser veiculadores da norma do PE acabam, também, por fomentar informalmente as diversas línguas portuguesas que vegetam nas memórias individuais e colectivas do povo moçambicano e por conta disso constituem uma plataforma em que a nativização do PE assume uma dimensão nacional porque eles são lidos um pouco por todo o país e neles inúmeras sensibilidades étnico-linguísticas escrevem os seus textos.

Em suma, um texto literário é uma criação artística e como qualquer arte, ele é único e irrepetível e resulta de um momento único de quem o escreve e as experiências que transmite não são configuráveis de pessoa para pessoa como se de um gene se tratasse e nem sempre a sua interpretação é legitimada num consenso alargado, pois quem o cria interpreta o campo semiótico de acordo com a sua visão do mundo e quem o lê o faz em função do seu repertório sociocultural, sociolinguístico e sociocognitivo e estabelece pontes para a apreensão e interpretação conteudístico, o que nos faz subscrever a ideia de Silva (1989, p. 22) de que quem escreve o texto literário cria o seu modelo do mundo e quem o lê também cria o seu próprio modelo, ou seja, “o modelo do mundo organizado por quem escreve não é encarado por quem lê de um modo único e definitivo, mas antes variável, dependendo do próprio texto, da pessoa do texto e das interações texto/ leitor”, potenciando-se desta forma a visão de vários mundos a partir das imagens que os falantes constroem por meio da língua tendo em conta as funcionalidades que eles mobilizam decorrentes das propriedades multifacetadas que transitam do singular ao plural e que estão subjacentes ao facto de ela (língua) ser uma hipóstase, uma construção social, um caleidoscópio na sua essência.

Em todos os excertos sublinhámos algumas palavras ou expressões como sinalização do foco de análise para ilustrar fenómenos mais recorrentes na língua portuguesa em Moçambique, de modo a diferenciar as duas línguas portuguesas, nomeadamente o PE e o PM, até porque, segundo Gonçalves (2010, p. 23), “não estando ainda disponíveis descrições suficientemente rigorosas das diferentes subvariedades do PM, a opção por uma perspectiva prescritiva permite contrastar mais claramente esta variedade do Português com a variedade europeia”, facto que para a autora (*ibidem*) permite “estabelecer com mais rigor as propriedades e regras específicas do PM”.

### **4.3 - Descrição, análise e interpretação dos dados**

#### **4.3.1. Excertos de textos literários**

##### **4.3.1.1 - José Craveirinha: Breve biografia**

José João Craveirinha, mais conhecido por José Craveirinha, nasceu na então cidade de Lourenço Marques, actual Maputo, capital de Moçambique, região Sul, aos 28 de Maio de 1922 e faleceu aos 6 de Fevereiro de 2003, em Maputo. Craveirinha é

considerado herói nacional, razão pela qual os seus restos mortais jazem na cripta dos heróis, monumento que acolhe as mais altas entidades do Estado e dos que pereceram na luta de libertação nacional.

Considerado o maior poeta da história da literatura moçambicana, José Craveirinha é filho de uma cidadã moçambicana com um cidadão português e esta sua origem miscigenada serviu também de inspiração na sua escrita com recurso sistemático ao uso de unidades lexicais de origem bantu com o Português.

Jornalista de profissão, curiosamente não teve ensino superior, no entanto foi um dos homens com uma capacidade intelectual brilhante, a ponto de ser considerado como uma das pessoas que tratava a língua portuguesa por *tu* dada à intimidade que tinha com esta língua que, não raras vezes, associou-a ao Xironga, uma língua bantu predominante em Maputo-Cidade, Sul de Moçambique, para cantar o país de lés-a-lés, a sua alma, as suas gentes, a sua biodiversidade, contribuindo, deste modo, no processo de nativização do português, por exemplo, através da criação de neologismos ou do uso recorrente do léxico de origem bantu.

É considerado um dos ícones do nacionalismo e da construção da “nação moçambicana” devido à sua irreverência contra os males do colonialismo português, e foi colaborador activo em jornais como *O Brado Africano*, *Itinerário* e *Notícias de Lourenço Marques* que nos tempos serviram de porta-vozes da negritude<sup>97</sup>. Como poeta, Craveirinha<sup>98</sup> não tem paralelo na literatura moçambicana e contribuiu na fundação da Associação dos Escritores Moçambicanos (AEMO), tornando-se o seu primeiro presidente em 1982.

A seguir, apresentamos alguns excertos dos textos de Craveirinha.

---

<sup>97</sup> Por exemplo, no jornal *O Brado Africano* publicado em 23 de Janeiro de 1954, com o título “O negro no desporto de Lourenço Marques”, Craveirinha, numa das passagens do texto escreveu: “infeliz lei que suprimiu dos campos de futebol a presença do negro quando não apresente o respectivo atestado de assimilação [...]. Não se compreende que os mesmos homens que podem ombrear nas pistas com elementos de raça europeia não possam também pisar os campos de futebol, esse desporto mais popular entre as raças africanas”.

<sup>98</sup> Para mais detalhes sobre a vida e obra, aceder <http://linhasdeespuma.blogspot.com.br/2011/02/jose-craveirinha-corpus-literario.html>. Acesso em 23 de Julho de 2013.

**Excerto 1:**

Depressa você Madalena vai bichar lenha deixa bicha de carapau.  
 Vóvó fica bichar na comprativa amanhã tem arroz.  
 Titia sai na bicha de capulana vai bichar pão.  
 Toninho com Quiristina vai bichar água.  
Sexta-feira antepassada mamana Júlia dormiu lá mesmo.  
Bichou toda a noite no Jone Uarre mas chegou vez ... nada!  
Aontem tomar chá não tomou ... foi no serviço.  
Aoje não toma vai tomar amanhã.  
 [...]

A gente faz favor quer cascar com unha de dedo grande as tanjarinas d'Inhambane.  
 Olha lá! Você estás cansada da tua terra?  
 Salta arame ... vaiaaaii .... Você não gosta bandeira? Leva documenta ... famba!

Fonte: Saborosas tanjarinas d'Inhambane(Craveirinha, 1993)<sup>99</sup>.

Este excerto resulta de um texto em que o autor não apenas satiriza o poder público e político do país, como também denuncia a letargia e a incapacidade destes poderes para resolverem os inúmeros problemas que aflingem a população.

O custo de vida foi costurado *in extreme* para representar a realidade que obrigava os moçambicanos a emigrarem para o exterior à busca de novas oportunidades na chamada terra do *rand* – a África do Sul – e cuja saída é metaforizada na seguinte passagem: “salta arame...” numa clara alusão à emigração clandestina para aquele país que faz fronteira com Moçambique, a Sul, separado por arame farpado e que devido ao aumento vertiginoso da clandestinidade, o antigo governo sul-africano no regime do *apartheid* decidiu electrificar esta barreira fronteiriça, o que ceifou muitas vidas.

A unidade lexical *salta* referencia o acto de atravessar ilegalmente a barreira fronteiriça e era uma palavra comumente usada para adjectivar este acto no PM.

Ao recorrer a esta metáfora, o autor faz um recorte imaginário no quotidiano dos moçambicanos, visto que o acto de *saltar* poderia significar correr o risco de morrer electrocutado ou também mudança do estatuto social, ou seja, dar um salto em direcção a uma nova vida melhor económica e financeiramente, uma vez que a África do Sul, durante muitos anos, foi vista como modelo de bem social por parte de alguns moçambicanos.

<sup>99</sup> Craveirinha, José. Saborosas tanjarinas d' Inhambane. Em: MENDONÇA, Fátima e SAÚTE, Nelson. (Orgs.). *Antologia da nova poesia moçambicana*. Maputo: AEMO, 1993. p. 215-221.

Neste excerto existem também algumas das manifestações linguísticas típicas do PM no domínio fonético-fonológico, tais como: tanjarinas, no lugar de *tangerinas* que é nome de uma fruta tropical e muito abundante na província de Inhambane, Sul do país. O mesmo sucede-se em Quiristina no lugar de *Cristina*, comprativa no lugar de *cooperativa*, aontem no lugar de *ontem* e aoje no lugar de *hoje*, influências fonético-fonológicas recorrentes no PM, sobretudo em pessoas de baixa escolaridade.

A unidade lexical famba, léxico de origem bantu, presente na passagem “Leva documento... famba!” equivale a dizer *vai*.

Temos também o caso da palavra *bichar* usada na seguinte passagem textual “vóvó fica bichar na comprativa amanhã tem arroz”, equivalente a formar fila no PE. Esta palavra provém do processo de verbalização do substantivo *bicha*, com recurso a adição do sufixo – *ar*. A palavra *bichar*, antes considerada um neologismo morfológico, pois resulta da sobregeneralização de processos morfológicos existentes na norma europeia, actualmente faz parte do repertório lexical do PE segundo Mendes (2010, p. 130)<sup>100</sup>. Porém, em Moçambique *formar fila* é praticamente uma palavra estranha, o que pode justificar o pouco uso da mesma na sociedade.

Por isso, ao usar a palavra *bichar* o autor retém na fonte as marcas linguísticas e culturais que pretende transmitir por meio de um processo de socialização contextual, ou seja, *bichar* retrata o acto de sofrimento na sua maior crueldade uma vez que as pessoas tinham de acordar de madrugada ou até dormiam fora de casa para se perfilarem e receber as senhas para comprar bens alimentares. Caso contrário, perdiam a oportunidade de receber ou comprar os produtos de que tanto necessitavam.

Em “depressa você Madalena vai bichar lenha deixa bicha de carapau”, o autor retrata o sofrimento da população que tinha de percorrer alguns quilómetros para comprar os bens da primeira necessidade que escassejavam um pouco por toda a parte. A unidade lexical *depressa*, que morfológicamente é um advérbio, não raras vezes é usada no PM, através de um processo de verbalização, como um verbo – *depressar*, verbo inexistente no PE.

A mesma palavra foi usada para imprimir a velocidade, a pressa, pois a concorrência era do mesmo tamanho que as necessidades. Por isso, deambular de um

---

<sup>100</sup> Segundo a autora, esta palavra aparece no Dicionário Português da Academia.

lugar para o outro exigia esforço físico e mental, daí a razão *depressa ... bichar lenha... bichar carapau*.

Sobre o mecanismo através do qual *depressa* (advérbio de modo) transformou-se em *depressar* (verbo), inexistente no PE, Gonçalves (2010, p. 27) refere-se a este processo como *conversão*, pois “foi alterada a categoria sintáctica da palavra”.

A palavra *casçar* usada em “a gente faz favor quer casçar com unha de dedo” remete a uma “confusão semântica”, uma vez que no PE tal procedimento, o de tirar a casca, é denominado *descascar*. Tal metáfora resultou, a nosso ver, do facto de que a fruta tem casca e o tirar a casca seria *casçar*.

A expressão *mamana* em “sexta-feira antepassada mamana Júlia dormiu lá mesmo” equivale a *mamã* ou *mãe*, termos muito comuns no PM e no PE.

Ao recorrer aos empréstimos de outras línguas ou então designando determinadas realidades com o recurso ao uso de unidades lexicais inexistentes ou que tenham outro enquadramento semântico no PE, o autor retrata o hibridismo linguístico e cultural que caracteriza o Português no país. Mais do que isso, acreditamos que seja uma tentativa de mostrar aquilo que se encaixa no pensamento de Couto (2011, p. 186) ao referir que: “a minha língua portuguesa, repito a minha língua portuguesa, é a pátria que estou inventando para mim. Essa língua nómada não a quero perder, não quero ficar exilado desse tempo em que não havia tempo”, numa clara alusão à convergência de línguas e culturas hibridadas dentro do mesmo Estado.

A propósito da expressão *antepassada* presente na passagem “sexta-feira antepassada” impõem-se algumas considerações: no PM é comum dizer-se *semana antepassada* e *antes de ontem*. No entanto, no PE estas expressões são estranhas e o seu equivalente é *semana antes da passada* e *anteontem*, respectivamente.

Como se pode constatar nas expressões anteriores, o autor retrata as diversas identidades imbricadas nas representações por meio das quais se renomeia uma realidade já existente a qual são acrescentadas algumas especificidades linguísticas comumente usadas, pois o uso da língua vai para além do simples decalque das regras existentes. É mais do que isso! É, pois, a representação social que vai determinar a protrusão na própria língua com determinadas realidades já naturalizadas para que corresponda às demandas sociolinguísticas e socioculturais dos contextos em presença.

Nas passagens “foi no serviço”, “você estás cansada” e “você não gosta bandeira? Leva documento”, o autor faz uma endoscopia dos falantes e constata-se algumas das peculiaridades do PM, nomeadamente a selecção preposicional e concordância verbal.

Em “foi no serviço”, a forma verbal *foi*, conjugada no pretérito perfeito, modo indicativo, representa o verbo *ir* que selecciona a preposição *a* e não *em* (*em + o = no*), pelo que no PE esta construção ficaria *foi ao (a + o = ao) serviço*. Relativamente à passagem “você estás cansada” e “você não gosta bandeira? Leva documento” verificámos que existem problemas de concordância verbal, nomeadamente: o pronome pessoal *você* categoriza uma forma verbal que deva, no PE, ser conjugada também na 3ª pessoa do singular e ficaria *você está*. No caso da passagem textual “você não gosta bandeira? Leva documento”, a forma verbal *leva* expressa o imperativo e dado que deriva de um verbo de tema em *a* (*levar*), para fazer valer a regra de concordância verbal à luz do PE é necessário que esteja em conformidade com o pronome pessoal. No caso, ficaria: *você ... leve o ...*, ou então *tu... leva o ...*

A tendência de naturalizar novas características na selecção preposicional e na concordância verbal demonstra a performatividade que os sujeitos participantes nos processos discursivos activam em parte em função dos contextos sociolinguísticos e culturais em que participam.

### Excerto 2:

E eis que num espasmo  
de harmonia como todas as coisas  
palavras rongas e algarvias ganguissam  
neste satanhoco papel  
e recombina o poema.

Fonte: *A fraternidade da palavra* (Craveirinha, 1995)<sup>101</sup>.

Neste excerto descurtinámos a harmonia do hibridismo linguístico-cultural, marca característica dos escritos de Craveirinha. Por exemplo, em “palavras rongas e algarvias ganguissam”, o autor não só invoca as suas origens, pois ele é filho de mãe moçambicana, de etnia ronga, Sul de Moçambique, e de pai português de origem algarvia, ou seja, do Algarve, região Sul de Portugal, como também enaltece os vínculos

<sup>101</sup> Craveirinha, José. *Karingana wa karingana*. 3ª ed. Maputo: INLD, 1995. p. 151.

das culturas moçambicana e portuguesa a partir dos quais tessitura o seu texto e raciocínio.

*Ganguissam* é um neologismo verbal de origem bantu e provém do verbo *ku ganguissa* que significa *conquistar* no PE e no PM. No sentido em que esta unidade lexical foi empregada é para dar vazão ao diálogo das duas línguas e culturas, numa alusão à harmonia das palavras. Por isso, “palavras rongas e algarvias ganguissam”, pode ser entendido como a união perfeita das coisas, sejam materiais ou não, ou seja, entrosamento.

Por isso, concordamos com Couto (2011, p. 186) ao referir que “nesse momento de caos e perda, a língua é permeável a outras razões, deixa-se mestiçar e torna-se mais fecunda. A língua é, só então, viagem viajada, namoradeira de outras vozes e outros tempos”.

Em “neste satanhoco papel” ocorre um empréstimo lexical bantu. A unidade lexical *satanhoco* é uma palavra obscena e no caso pode ser entendida como o grito de revolta de quem escreve, pois o acto de escrever nem sempre obedece ao tempo disponível de quem escreve, razão pela qual Ungulani Ba Ka Khossa defende que *escrever é um acto de rebeldia*, ou seja, a pessoa rebela-se contra si mesma quando escreve, na medida em que perscruta vozes internas que ecoam no seu imaginário e personifica inúmeras identidades.

#### **4.3.1.2. Mia Couto: Breve biografia**

Com o nome do registo de nascimento de António Emílio Leite Couto, Mia Couto nasceu em Moçambique, na cidade da Beira, província de Sofala, centro do país, ainda sob a dominação colonial portuguesa, aos 5 de Julho de 1955 e tem raízes portuguesas, pois o pai é português.

A escrita, desde cedo, esteve presente na sua vida. Aos 14 anos começou a escrever para o jornal “Notícias da Beira”, prática de amor à escrita que o acompanha até hoje. Foi jornalista e trabalhou em vários órgãos de comunicação social em

Moçambique, tendo inclusive desempenhado cargos de direcção, nomeadamente na Agência de Informação de Moçambique (AIM), na revista “Tempo” e no jornal “Notícias”.

Mia Couto<sup>102</sup> é formado em Biologia, depois de cursar o curso de Medicina sem concluir. É considerado o maior embaixador da actualidade da literatura moçambicana, com vários prémios nacionais e internacionais e uma das vozes mais respeitadas do país. É também activista ambiental e goza da popularidade de ser um escritor que “brinca com as palavras”, cria neologismos e personagens e coloca nelas as falas mais representativas do mosaico linguístico-cultural do país.

Em Mia Couto analisámos excertos de textos que constam das obras *Terra Sonâmbula* e o *O Último Voo do Flamingo*.

### Excerto 1:

– Preciso esquecer muito-muito são coisas que assisti na administração. Eu apanhei porrada que me matou as pernas.  
[...]  
E conclui: [...] Os chefes aqui andam de ombros tão elevados que já não escutam o bater do coração. Eu já lhes conheço: nunca lhes vi em nenhuma bicha, sempre se abastecem de esquemas, porta dos cavalo.

Fonte: *O regresso a matimati* (Couto, 2007)<sup>103</sup>.

No excerto acima ocorrem vários fenómenos linguísticos que caracterizam o PM, tais como a substituição das formas dativas por formas acusativas dos pronomes pessoais na passagem “nunca lhes vi”. Já no PE, a gramática determina a pronominalização do paciente por um pronome pessoal acusativo, o que significa que a opção seria: *nunca os vi*.

Outro mecanismo de vitalização linguística que nos chamou atenção tem a ver com as estratégias de ênfase, tal é o caso do advérbio *muito* que se transformou em “muito-muito”, mecanismo atípico no PE. O “muito-muito” equivale a *principalmente* no PE. Igualmente, constatámos o uso da expressão “ombros tão elevados”, um recurso metafórico para denunciar casos de pessoas que gozam de poder e protecção em função

<sup>102</sup> Para mais detalhes sobre vida e obra aceder <http://pathosliterario.wordpress.com/2013/01/27/mia-couto-bibliografia/>. Acesso em 23 de Julho de 2013.

<sup>103</sup> COUTO, Mia. *Terra Sonâmbula*. São Paulo: Mercado de letras, 2007. p. 110-114.

do círculo de amigos que têm, daí a ocorrência da palavra “esquemas” para metaforizar as influências e a expressão “porta dos cavalos”, uma referência às facilidades que as pessoas com influência tramitam os seus interesses com maior rapidez.

Desta feita, Mia Couto pontifica as representações do quotidiano sociocultural e integra tais representações no imaginário individual e colectivo dos sujeitos discursivos, ressaltando o seu posicionamento no contexto da hibridação da língua portuguesa.

### Excerto 2:

Estava presa no dinheiro, sem poder soltar-se durante horas.  
 – Conheço esse xicuembo, não pode ser de alguém daqui. Foste tu que encomendaste. Mas eu não fico em obscurantismos: isto é acção política, obra do inimigo, abuso dos símbolos da nação.

Fonte: *Lembranças de Quintino* (Couto, 2007)<sup>104</sup>.

A palavra “xicuembo”, que também pode ter a grafia *xikwembo*, é equivalente a espíritos, que podem ser bons ou maus. Regra geral são tipificados como maus e rezam as lendas das tradições moçambicanas que tal situação ocorre quando a alma de um morto ressurgue na vida dos vivos para reclamar de alguma coisa ou então para transmitir uma mensagem ou proteger a família.

Ainda de acordo com a tradição, os *xicuembos* também encarnam pessoas para reivindicá-las para o exercício da medicina tradicional, vulgo curandeirismo, o que julgamos que contribui para a existência de um pensamento naturalizado na sociedade de que eles (os *xicuembos*) estão ligados a casos de feitiçaria e/ou magia negra e por conta disso acabam por ser responsabilizados por vidas perdidas e desgraças em muitas famílias.

Assim sendo, no excerto pode discurtinar-se a representação do quotidiano sociocultural que decorre de crenças subjacentes ao dia-a-dia das pessoas tendo em conta que os sucessos e os azares fazem parte da vida quotidiana do ser humano.

<sup>104</sup> COUTO, Mia. *Terra Sonâmbula*. São Paulo: Mercado de letras, 2007. p. 142.

**Excerto 3:**

Seguimos a mulher até uma barraca onde se amontoavam sacos e caixas.  
 – É aqui que guardam as xicalamidades.  
 Dentro não se via um palmo. O espaço era estreitinho, nem sequer nos podíamos deitar completos.

Fonte: *No campo da morte* (Couto, 2007)<sup>105</sup>.

No excerto acima destacámos a palavra *xicalamidade*. A mesma metaforiza a roupa usada e os demais acessórios afins que durante o período da guerra civil que assolou o país, os chamados “países amigos” enviavam como donativo para Moçambique para suprir as necessidades das populações.

Tal designação poderá derivar do facto de que por ser um donativo, no caso uma oferta de algo já usado, acaba por ser um amparo para quem tanto precisa, uma vez que não raras vezes as pessoas perdiam tudo na guerra e, como se sabe, a guerra é também tipificada como uma calamidade, o que fez com que por analogia, os moçambicanos cunhassem esses donativos como *xicalamidade*.

No contexto sociolinguístico moçambicano, sobretudo nos órgãos de comunicação e quando algumas pessoas falam em Português, verifica-se também o contrário, ou seja, a tendência de “aportuguesar” a unidade lexical *xicalamidade* em contextos em que se referencia a roupa usada passando para *calamidade*, designação também atribuída aos acidentes naturais, como são os casos de cheias decorrentes de chuvas intensas e tempestades tropicais.

Actualmente, a *xicalamidade*, para além de ser distribuída pelos mais necessitados, transformou-se num negócio próspero para muitas famílias que se dedicam à importação dos fardos de roupa e derivados para a venda nos mercados formais e, sobretudo, nos informais, também denominados *dumba-nengue*. *Dumba-nengue* (local de venda informal de produtos de vária ordem) foi cunhado com esta denominação porque os vendedores se recusavam a pagar o imposto diário e sempre que as autoridades policiais ou camarárias se faziam ao local, os vendedores fugiam para não ser presos ou então perder as suas mercadorias. Por isso, *dumba-nengue* equivale literalmente a confiar no pé (*dumba* = confiar; *nengue* = pé).

<sup>105</sup> COUTO, Mia. *Terra Sonâmbula*. São Paulo: Mercado de letras, 2007. p. 187.

**Excerto 4:**

– Não vale a pena queixar. Culpa é sua. Não é você que quer procurar seus pais?  
 [...]  
 – Desconsigo de entender.

Fonte: *A estrada morta* (Couto, 2007)<sup>106</sup>.

Sobre a elisão do clítico reflexivo não argumental, também denominado clítico inerente em *queixar* em vez de *queixar-se* no excerto 4, Gonçalves (1996b, p. 318) refere que “de uma maneira geral, parece legítimo considerar que a supressão deste tipo de clíticos no PM decorre do facto de eles estarem claramente associados a um papel sintáctico ou semântico”.

Ainda de acordo com Gonçalves (*op. cit.*, p.137, grifo da autora) “no PM, os clíticos **argumentais**, isto é, aqueles que ocorrem com verbos transitivos (como, por exemplo, [*lavar*' SN] / '*lavar-se*'), são usados em geral de acordo com a norma europeia”, e aponta que “quanto aos clíticos **não argumentais**, isto é, *aqueles que não estão associados a uma posição argumental vazia, subcategorizada pelo verbo* (como é o caso de '*arrepender-se*' ou '*estragar-se*'), parece processar-se uma reanálise dos critérios da sua utilização”.

Na passagem textual “– desconsigo de entender” ocorre um neologismo morfológico que decorre do princípio no PE de formação de uma ideia contrária usando o prefixo des– (des + consigo = desconsigo).

Esta unidade lexical *desconsigo* não existe no PE e o seu equivalente seria *não consigo*. Todavia, o recurso à unidade lexical *desconsigo* para indicar uma acção contrária a *conseguir* povoa o imaginário linguístico de muitos falantes do PM, possivelmente por um recurso mecânico analógico usado em situações similares como em *mentir/ desmentir; fazer/ desfazer*.

A propósito de neologismo morfológico, Mendes (2010, p, 111) diz que se refere ao “processo que dá origem ao neologismo de forma ou formal”. Sobre os neologismos de forma, Gonçalves (2010, p. 27) defende que “incluem casos que mostram a aplicação

<sup>106</sup> COUTO, Mia. *Terra Sonâmbula*. São Paulo: Mercado de letras, 2007. p. 10-12.

produtiva de afixos existentes no PE a diferentes palavras-base, revelando que os informantes conhecem as regras morfológicas, mas não as restrições ou os contextos da sua aplicação”. Ainda de acordo com Gonçalves (*ibidem*), neologismos de forma são “palavras não registadas em dicionários do Português Europeu”.

Estas constatações permitem-nos perceber que não existem línguas puras e imunes ao processo de hibridação que decorre da sua apropriação pelos falantes, razão pela qual concordamos com Couto (2011) ao defender que

Vivemos dominados por uma percepção redutora e utilitária que converte os idiomas num assunto técnico da competência dos linguístas. Contudo, as línguas que sabemos- mesmo as que não sabemos que sabíamos- são múltiplas e nem sempre capturáveis pela lógica racionalista que domina o nosso consciente. Existe algo que escapa à norma e aos códigos. [...]. O que me move é a dimensão divina da palavra, que não apenas nomeia mas que inventa e produz encantamento. (COUTO, 2011, p. 14)

A denúncia desta percepção redutora a que o autor se refere reveste-se de particular importância na medida em que devido a determinados paradigmas teóricos estabeleceu-se uma hierarquia do que deve ser considerado língua e o que não é língua, logo tipificado como variedade ou dialecto, instituindo-se desta forma uma hierarquização no seio dos falantes: os da primeira, os falantes da norma europeia e os da segunda categoria, estes últimos, falantes das adjectivadas “variedades da norma-padrão”, o que contribuiu para cristalizar uma relação piramidal de estigmatização para aqueles que efectivamente falam outra língua portuguesa diferente do PE.

Assim sendo, a existência de outras línguas em Português, postilando José Saramago, ressalta a interligação intrínseca língua e cultura, razão pela qual Couto (2011, p. 15-16) defende que “as línguas salvam-se se a cultura em que se inserem se mantiver dinâmica” e acrescenta que “as culturas sobrevivem enquanto se mantiverem produtivas, enquanto forem sujeito de mudança e elas próprias dialogarem e se mestiçarem com outras culturas”.

Por isso, segundo Couto (*ibidem*), “as línguas e as culturas fazem como as criaturas: trocam genes e inventam simbioses como resposta aos desafios do tempo e do ambiente”, o que nos permite conjecturar que a língua seja um produto sociocultural que demanda dos processos sociointeractivos e sociocognitivos e que se constitui, por meio

dos falantes, como meio de comunicação, de intercessão de culturas, amálgma e repositório dos diversos repertórios culturais, do exercício da violação simbólica, perspectivando Bourdieu (2007), como um pano de fundo a partir do qual fluem os factos sociais na óptica de Durkheim (1980) e estabelecem-se as interações sociais e culturais e como uma teia colorida por meio da qual se funde todo o universo, o que permite encerrar várias realidades partindo-se do singular para o multifacetado cuja tessitura se estabelece por meio do caleidoscópio, metáfora de César e Cavalcanti (2007) sobre o conceito de língua, para demonstrar a impossibilidade da universalização de falas na mesma língua porque as pessoas, na sua essência, são híbridas por natureza.

#### 4.3.2. Excertos de textos de jornais

##### Excerto 1:

##### **Condutores de “txovas” devem ser disciplinados**

Contudo, um dos grandes constrangimentos é a convivência com os “txovas”, as tais carrinhas movidas pela força humana que também aumentaram na capital do país. Os “condutores” dos “txovas” são uns aventureiros que desafiam os automobilistas, não querem saber de nada, o que pretendem é fazer a travessia e chegar onde pretendem sem interferências de ninguém.

**Fonte: Jornal Notícias, formato online, de 23 de Setembro de 2013.**

No excerto ocorre uma unidade lexical de natureza bantu, no caso “txova”, que também pode ser escrita *tchova*. Deste empréstimo lexical bantu *tchova* (empurra no PE) surgiu uma nova categoria gramatical – o verbo *tchovar*, proveniente de *ku – tchova* e equivalente a *empurrar* no PE, cujo mecanismo de verbalização obedeceu ao princípio na língua portuguesa do acréscimo do sufixo – *ar* para formar verbos.

A palavra *tchova* está intimamente ligada a um meio de transporte designado *tchova xitaduma*, numa clara alusão ao emprego da força humana para empurrá-lo. Composto por dois pneus, os mesmos que são usados nos veículos automóveis e uma pequena carroçaria e movida por força humana, *tchova xitaduma* constitui um dos emblemas da batalha da população carente pela sobrevivência. O *tchova xitaduma* pode transportar produtos alimentares, animais, materiais de construção civil e pessoas.

A metáfora *tchova xitaduma* é analogia a um veículo automóvel com problemas no motor de arranque e que, empurrado, o motor começa a funcionar. No entanto, para o caso do *tchova xitaduma* tal situação não acontece, uma vez que não tem motor, por isso nunca vai “pegar”, ou seja, funcionar. Porém, a analogia ao acto de funcionamento de um motor, *duma* de *ku-duma* (acto que simboliza o funcionamento do motor) é para legitimar e motivar a pessoa para percorrer a distância pretendida pelo cliente/ usuário deste meio de transporte que não raras vezes protagonizam acidentes nas estradas, o que legitima algumas correntes de opinião que defendem que os *tchovas*, ou seja, os seus “condutores” devem ingressar nas escolas de condução para aprender as regras básicas de trânsito.

### Excerto 2:

**Ecos do aumento da tarifa dos transportes: *Chapeiros* satisfeitos com os novos preços**

A nova tabela de preços dos chapas foi aprovada na semana passada pela Assembleia Municipal de Maputo passando de 5 para 7 meticais (cerca de 18 cêntimos de euro) para uma viagem de autocarro público, e de 7,5 para 9 meticais no transporte público de operadores privados, vulgo “chapas”.

Fonte: *Jornal Savana* de 2 de Novembro de 2012, p. 18.

A palavra *chapa* existe no quadro lexical do PE. No entanto, no excerto acima, ela foi conjecturada para outra semântica, daí o seu enquadramento como sendo um neologismo semântico em virtude de a mesma não significar, por exemplo, a conhecida chapa usada para a cobertura de casas e outras utilidades similares.

De acordo com Mendes (2010, p. 111), neologismo semântico refere-se ao “processo pelo qual uma forma já existente adquire um novo significado, dando origem ao neologismo de sentido ou semântico”. Ainda sobre neologismos semânticos, Gonçalves (2010, p. 27) refere que resultam de palavras existentes no PE “às quais foi atribuído um novo sentido”.

No caso em análise, *chapa* é a designação dos transportes semi-colectivos de passageiros. Tal designação remonta a década de 1980 quando o governo decidiu pela liberalização do sector de transporte para pequenos transportadores em resposta à

informalidade que tinha tomado conta deste segmento da economia de Moçambique dada a incapacidade do poder público de fazer face à carência do transporte.

A unidade lexical *chapa*, geralmente, é usada com o segmento lexical do preço inicial do custo da passagem, que outrora era de 100,00 meticais e que, com o decorrer do tempo, o valor foi ficando inflacionado, daí os aumentos sucessivos. Por isso, é comum dizer-se *chapa-cem*, nomenclatura que deriva da combinação das palavras *chapa* (meio de transporte) com *cem* (o valor inicial da tarifa) e os seus condutores são vulgarmente conhecidos por *chapeiros*, conforme atesta o título da notícia.

Portanto, com estes recursos metafóricos verifica-se a ressignificação das palavras para designar uma nova realidade que povoa o imaginário da população, o que se encaixa no pensamento de Couto (2011, p. 16) segundo o qual “em Moçambique vivemos um período em que encontros e desencontros se estão estreitando num caldeirão de efervescência. Nem sempre as palavras servem de ponte na tradução desses mundos diversos”, porque ocorre aquilo que Gnerre (1998) chama de “amnésia de genesis”, em parte devido ao facto de que uma língua histórica, segundo Coseriu (1980, p. 113), “não pode ser descrita estrutural e funcionalmente como um sistema lingüístico, como uma estrutura unitária e homogênea, simplesmente porque não o é; ao contrário contém, em geral, sistemas lingüísticos bastante diferenciados”.

### Excerto 3:

#### **Município de Maputo “ameaça” hipotecar bens dos mutuários**

O Conselho Municipal de Maputo (CMM) está a considerar a possibilidade de recorrer à hipoteca de bens dos mutuários como uma das medidas para garantir o reembolso dos fundos de Desenvolvimento Distrital (FDD), vulgo “sete milhões de meticais”, desembolsado para apoiar no desenvolvimento de pequenos projectos nos distritos municipais de Ka Tembe e Ka Nhaca.

Fonte: *Jornal Savana* de 2 de Novembro de 2012, última página.

No excerto 3 ocorrem duas palavras de origem bantu, nomeadamente *Ka Tembe* e *Ka Nhaca* e as mesmas encerram um simbolismo político-ideológico, o que nos

permite perceber que a língua(gem) é um dos mecanismos de exercício de poder e de soberania.

Por exemplo, no período da vigência do colonialismo português mais palavras foram “aportuguesadas”. Por isso, *Ka Tembe* tornou-se *Catembe* e *Ka Nhaca* tornou-se *Inhaca*. Este facto remete-nos a outros casos tais como *Ka Mavota* para *Mavotas*, *Ka Maxaquene* para *Maxaquene*, nomes de distritos municipais da capital moçambicana e que recentemente a Assembleia Municipal da Cidade de Maputo aprovou uma lei que determina a retomada dos nomes pré-existentes à chegada portuguesa em Moçambique, ou seja, a retomada das denominações de origem bantu, o que gerou alguma controvérsia não apenas na capital, como um pouco por todo o país, uma vez que algumas cidades pretendiam seguir o mesmo exemplo. Porém, valeu a força da lei que impôs a nomenclatura de origem bantu.

No domínio familiar as consequências do “aportuguesamento” dos nomes foram mais graves ainda pelo facto de terem transformado pessoas da mesma família com apelidos diferentes pela força da ideologia colonial e que mesmo depois da independência nacional o poder público jamais conseguiu reparar os estragos. Para sermos mais esclarecedores: o pai tinha um apelido de origem e escrita bantu e ao fazer o registo dos filhos nos cartórios, o apelido do pai era manipulado para se adequar à grafia do Português. São casos de apelidos como Mandlate que se transformou em Manjate, Mondlane em Monjane, Matsolo em Matola.

Um caso similar é o que aparece no excerto seguinte em que se aclara ainda mais a questão das denominações em função do contexto político-ideológico vigente.

#### **Excerto 4:**

##### **Porquê o nome Ngolhosa? “Nem é Ngolhosa como dizem muitos, é KaNghodloza”**

O nome Ngolhosa é registo oficial de Ka Nghodloza, numa situação que lembra as operações de razão linguística de Ka Mandlhakazi para Manjacaze e Ka Ntxaintxai para Xai-Xai, foram só exemplos. O nome Ka Nghodloza, segundo o conselheiro das estruturas do bairro [...] surgiu da divisão de Mukhatine. Assim este é um lado de Mukhatine que passa a ser Ka Nghodloza, nome que nos registos é manobrado para Ngolhosa, por causa da influência da língua oficial portuguesa.

**Fonte: Jornal A Verdade de 9 de Novembro de 2012, p. 7.**

**Excerto 5:**

**Os nossos leitores nomearam os Xiconhocas da semana:  
Televisão de Moçambique**

E a pública escandalosa mais uma vez a dar o seu espectáculo. Que escândalo...!

Depois de tanto publicitar com uma dose de euforia o jogo entre Barcelona e o Benfica a contar para a Liga dos Campeões, a Xiconhoca Televisão uma vez mais burlou o público.

**Fonte: Jornal A Verdade de 14 de Dezembro de 2012, p. 3.**

A palavra *Xiconhoca* resulta da combinação de duas unidades lexicais: *Xico*, que é geralmente nome de pessoas e *nhoca* que em Xichangana e Xironga significa cobra, ou seja, serpente.

A mesma surgiu num contexto histórico-ideológico imediatamente à independência nacional e visava satirizar as pessoas que obstruíam os esforços da revolução socialista com vista à consolidação de uma República Popular em Moçambique. Eram os chamados inimigos da pátria. Por isso, eram considerados *xiconhocas* do povo. Destes, o destaque era para os que comungavam ideais políticos capitalistas; comerciantes que inflacionavam os preços dos produtos alimentares e outros bens de primeira necessidade; bêbados que nada tinham a fazer e deambulavam pelas ruas.

A actividade especulativa e contrária aos desígnios do Estado configurou parte deste grupo social (sobretudo os que se dedicavam ao comércio de bens e serviços) a outra tipificação – *candongeiros*, uma unidade lexical da língua bantu de Angola chamada quimbundo<sup>107</sup>. *Candongeiro* resulta de *candongá*, léxico para designar uma actividade ilegal.

Portanto, o recurso ao epíteto *xiconhoca* é uma representação que visa suscitar no alucutário o sentimento de revolta e de desagrado face à falta do cumprimento do compromisso assumido publicamente pela emissora pública de televisão.

<sup>107</sup> Segundo Mendes (2010, p. 223).

Com esta vitalização lexical, o PM reproduz aquilo que Cunha e Cintra (1990, p. 115) chamam de unidades híbridas que são palavras “que se formam de elementos tirados de línguas diferentes”.

**Excerto 6:**

**Estrada Circular de Maputo volta ao barulho:  
População revoltada com o governo**

Quanto à destruição das habitações e machambas das populações pelo empreiteiro sem a devida compensação, a vereadora referiu que a construtora não tem nenhum aval das autoridades municipais para invadir residências das pessoas.

**Fonte: Jornal Savana de 9 de Novembro de 2012, p. 4.**

A palavra “*machambas*” equivale a campos agrícolas ou campos de cultivo no PE, termos raramente usados em Moçambique, o que nos permite perceber que a apropriação linguística permite configurar uma realidade designando-a de outra maneira. Os que trabalham nas *machambas* são denominados *machambeiros*, equivalente a agricultores no PE.

O repertório sociocultural subjacente às especificidades dos contextos em presença faz-nos perceber as “ambiguidades” que resultam da tendência de tomar a língua como um código, algo acabado e pronto para ser usado e imune a intelegibilidades contextuais e socioculturais, facto que não procede em virtude de que em cada sociedade existem realidades específicas e como tal, os falantes procedem à nomeação dessas realidades tornando-as “menos estranhas” no contexto das suas performances sociolinguísticas e culturais em conexão com as suas identidades, o que nos faz concordar com Couto (2011) ao defender que em Moçambique

Conceitos que nos parecem universais como Natureza, Cultura, Sociedade são de difícil correspondência. Muitas vezes não existem palavras nas línguas locais para exprimir esses conceitos. Outras vezes é o inverso: não existem nas línguas europeias expressões que traduzam valores e categorias das culturas moçambicanas. (COUTO, 2011, p. 16)

O pensamento de Couto reveste-se de uma importância ímpar, tendo em conta que algumas das palavras que vão surgindo na língua portuguesa como consequência de um processo de transformação de uma língua não encontram a sua cobertura no repertório lexical da norma europeia, o que faz com que sejam declaradas como neologismos, facto que por vezes constitui um empecilho para as pesquisas, pois se antigamente eram neologismos, devido ao seu uso recorrente estas palavras passam a fazer parte do repertório lexical da língua a partir do momento em que aparecem nos verbetes dos dicionários.

No entanto, o seu uso ou reconhecimento nem sempre é automático, pois podem existir casos de incompatibilidade que decorre da ineligibilidade das situações. Ademais, nem sempre a “dicionarização” de uma palavra implica, *a priori*, a sua aceitação pelos falantes tendo em conta que a denominação de algumas das situações do quotidiano tem a ver com os contextos socioculturais específicos e que por vezes apenas são exclusivos a determinadas regiões/ sociedades, isto é, há realidades socioculturais típicas de Moçambique que fizeram gerar palavras inexistentes no PE. Porém, não deixa, por isso, de ser um léxico que deva ser reconhecido e fazer parte daquela língua portuguesa, pois foi legitimada pelo uso social e cultural da língua(gem).

#### Excerto 7:

##### **Ausência de Dhlakama preocupa ao Governo**

Fonte: *Jornal Notícias*, formato *online*, de 25 de Outubro de 2013.

#### Excerto 8:

##### **Tribunal solta violador de menor em Nacala**

Aliás, no seu pronunciamento, dirigindo-se à população de Nacala-Porto, a primeira-dama, desencorajou aos pais a permitirem casamentos prematuros de menores, porque no seu entender estas ainda não estão preparadas para encarar as vicissitudes da vida.

Fonte: *Jornal Notícias*, formato *online*, de 24 de Outubro de 2013.

No excerto 7 ocorre uma das particularidades do PM que consiste na alteração do tipo de preposição do verbo. Já no excerto 8 verifica-se outra particularidade do PM

que consiste na alteração do padrão sintáctico do verbo, ou seja, verifica-se a conversão do verbo não preposicional para preposicional.

Por exemplo, no excerto 7, o verbo *preocupar*, apesar de ser preposicional como no caso de *preocupar-se com alguma coisa* ou então *preocupar-se em alguma coisa ou fazer algo*, no enquadramento semântico em que está inserido não pode ser preposicional. Assim sendo, o verbo *preocupar* (*preocupa alguém*) categoriza imediatamente um sintagma nominal [V SN] e não um sintagma preposicional [V SP]. Por isso, tendo em conta a gramática do PE seria: *Ausência de Dhlakama preocupa o governo*.

No excerto 8, o verbo *desencorajar* (*desencorajar alguém de*) preconiza uma estrutura argumental de natureza sintagma nominal [V SN] e não de natureza preposicional [V SP]. Assim sendo, e tendo em conta a norma europeia seria: *desencorajou os pais de permitirem ....*

Esta é uma prática muito recorrente no PM, o que fez Gonçalves (1996b, p. 314, grifo da autora) defender que “no PM parece possível estabelecer como traço comum a grande parte dos casos a tendência para a **transitivização** dos verbos”. Sobre a transitivização, a autora (*ibidem*) afirma que o “termo pretende dar conta da possibilidade de funcionarem como transitivos a generalidade dos verbos do PM, isto é, de estes definirem uma estrutura argumental que contém pelo menos um complemento nominal”.

Ainda de acordo com Gonçalves (*ibidem*), “em consequência deste processo de transitivização dos verbos, verifica-se que no discurso em PM ocorrem construções excluídas pela gramática lexical do PE, que não são mais do que efeitos sintácticos dessa modificação lexical, da estrutura argumental dos verbos”.

Segundo Gonçalves (1996b, p. 315) “em aparente contradição com a tendência para a transitivização dos verbos, observa-se no PM a inserção da preposição 'a' junto de argumentos [+ HUM] com a função sintáctica de OI em PE”.

Para ilustrar esse facto, a autora (*ibidem*) analisou o fenómeno com os verbos *amar* (*amar ao em vez de amar o*); e *dominar* (*dominar ao no lugar de dominar a*) e defende que

Pode admitir-se que o uso da preposição 'a' [para o nosso caso vide o excerto 8 em *desencorajou aos (a+os) pais* em vez de *desencorajar os pais*, dado que se trata de um verbo transitivo directo] junto dos complementos OD [+ HUM] é consequência da associação estabelecida pelos falantes moçambicanos entre este tipo de argumentos e os argumentos OI do PE, que são tipicamente [+ HUM] e regidos pela preposição 'a'. (GONÇALVES, 1996b, p. 315)

Tendo em conta algumas das peculiaridades que podem ser observadas no PM, cuja ocorrência nos excertos em análise afigura-se uma constância, Gonçalves (2010) assevera que

Numa breve síntese sobre os 'erros' incluídos na área da 'sintaxe', pode dizer-se que é já possível formular algumas generalizações fiáveis sobre alguns fenómenos, destacando-se as alterações relativamente aos padrões de ordem dos pronomes pessoais átonos [também denominados pronomes clíticos], às orações relativas e às condições de utilização dos artigos definidos. (GONÇALVES, 2010, p. 35)

#### Excerto 9:

##### **Inroga no Chókwè para se inteirar da produção**

Inroga, que está neste momento a visitar a futura unidade de processamento e conservação de hortícolas na cidade do Chókwè, irá manter dentro de instantes um encontro com a classe empresarial naquela urbe.

Fonte: *Jornal Notícias*, formato *online*, de 28 de Outubro de 2013.

No excerto 9 constatámos uma prática também enraizada no panorama sociolinguístico em Moçambique; o da contracção da preposição com um “suposto artigo” (*em + o = no; de + o = do*). Por exemplo, na passagem “na cidade do Chókwè”, verifica-se esta contracção preposicional, um fenómeno que resulta da aplicação das regras da gramática normativa do PE. Porém, tal procedimento não procede para este tipo de casos em virtude de que os substantivos próprios nas línguas bantu não devem ser antecidos por um artigo, conforme ocorre na norma da gramática do PE em casos similares.

Assim, tendo em conta a norma europeia a opção seria: *Inroga em Chókwè para se inteirar da produção; na cidade de Chókwè*.

Estes factos demonstram que o PM está a construir os seus próprios padrões sintácticos, consagrando-se assim as premissas de uma norma.

#### Excerto 10:

##### **Independência total!**

Do Rovuma ao Maputo nove milhões de moçambicanos erguem bem alto os seus braços e os seus corações há tantos séculos oprimidos.

Fonte: Revista *Tempo* de 6 de Julho de 1975, p. 1, nº. 248.

“Do Rovuma ao Maputo” foi uma das expressões de ordem político-ideológica galvanizadoras durante a luta armada de libertação de Moçambique (1964-1974) para demarcar a visão nacionalista da FRELIMO que conduziu a luta de libertação nacional em Moçambique e das fronteiras a partir das quais se fundaria o Estado nacional.

A análise desta expressão permite-nos constatar o seguinte: *Do*, que resulta da contracção da preposição *de* com um “suposto artigo” definido *o* (de + o = do) que deveria ocorrer a anteceder a palavra *Rovuma*, situação que ocorre em *ao* que resulta, igualmente, da contracção da preposição *a* com o artigo definido *o* (a + o = ao).

Em função do princípio de que os substantivos em línguas bantu não são antecidos por artigo, por exemplo, não se pode dizer, tendo em conta a norma do PE, *estou no* (*em + o = no*) *Maputo*, mas *estou em Maputo*, o mesmo sucede-se, em termos de elisão do artigo definido em *Rovuma*, o que nos faz crer que tal situação ocorre devido à importação das peculiaridades da gramática normativa do PE que determina que o substantivo deva ser antecido de um artigo. Por isso, a nossa percepção é que tal construção, à luz do PE, seria: *De Rovuma a Maputo*.

Esta é mais uma das virtudes criativas consignada ao PM.

#### Excerto 11:

##### **MONTE BINGA- Geografia da música moçambicana**

Quem já viajou pelo país de lés a lés claro que percebe que as músicas que em gíria própria batem, no sul, não são as mesmas que batem

no norte e as que batem no norte não são as mesmas que batem no centro e sul, e vice-versa.

Quer dizer, no meu entender e sem polemizar o assunto, os amantes da música no centro não têm escolha rígida, recorrendo apenas a ritmos que em cada momento estão a bater. Onde isto procura sublinhar-se é na Zambézia, uma das quatro províncias do país com a maior produção e diversificação musical, cobrindo grande parte do repertório musical nacional.

Fonte: Jornal *Notícias*, formato *online*, de 28 de Outubro de 2013.

No excerto 11 temos a palavra *bater* que sofreu uma extensão semântica para configurar outros significados. No caso em análise, *bater* não significa violentar fisicamente outra pessoa, objecto ou algo similar. Pelo contrário, significa sucesso, ou seja, *esta música está a bater* equivale a *esta música é/faz sucesso*.

A palavra *bater* pode, igualmente, no PM, encerrar outras perspectivas semânticas, tais como *roubar*. A partir do verbo *bater* surgiu outra categoria gramatical (substantivo) que é *batedor(es)* que significa *ladrão/ ladrões*. A palavra *batedor(es)* no PE encerra uma semântica bem diferente como, por exemplo, *escolta policial*.

O verbo *bater*, no contexto moçambicano, é comum perder as suas características categoriais prescritas na norma europeia. Por exemplo, *bater* em pessoa (*bate no Manuel*, mas no PM é usual dizer-se *bate o Manuel*) e *bater* a porta (*bate a porta*, mas no PM é comum dizer-se *bate na porta*).

O verbo *bater*, de acordo com a norma do PE é preposicional quando se trata de seres humanos – *bater em* [V SP], e não preposicional quando se trata de objectos – [V SN]

## Excerto 12:

### Importância das eleições no país

Os eleitores saberão discernir sobre as atitudes daqueles que querem que as eleições não se realizem, pelo facto de sentirem que os resultados destas os penalizará e, provavelmente, o seu peso no xadrez político baixará, serão catapultados para fora do segundo lugar na hierarquia partidária do país, concretizando a máxima: “É preferível a falta de comparência, que ser derrotado em pleno jogo”.

Fonte: Jornal *Notícias*, formato *online*, de 31 de Outubro de 2013.

A parte destacada nestes excerto revela muito bem o que acontece com o verbo *preferir*. Rotineiramente, no PM diz-se *prefiro X do que Y*, quando a norma do PE determina que o elemento intercalador deve ser a preposição *a*, o que seria *prefiro X a Y*, numa clara situação de exclusão da segunda opção.

Por isso, tendo em conta a norma da gramática do PE a opção seria: *É preferível a falta de comparência a ser derrotado em pleno jogo*.

### Excerto 13:

#### Renamo está equivocada

Estamos a assistir esta Renamo a atacar com armas em punho alvos civis e assassinar cidadãos indefesos, criando um clima de insegurança para as pessoas e bens na zona centro do país, e quando tem algum interesse a defender, fá-lo em nome do povo moçambicano como se este mesmo povo fosse propriedade sua.

Fonte: *Jornal Notícias*, formato *online*, de 31 de Outubro de 2013.

Neste excerto verifica-se a elisão da preposição *a*, isto é, o verbo *assistir* selecciona uma preposição nos termos da norma do PE (*assistir a*) e para o caso em concreto trata-se de presenciar algum acontecimento, pelo que a opção seria: *Estamos a assistir a esta Renamo ....*

A tendência de “mutilar” o verbo *assistir* [V SP] em [V SN] é uma constância no PM, o que faz com que para a maioria dos falantes ele se torne num verbo transitivo directo e não indirecto como é a sua característica na gramática do PE. A este fenómeno, Bagno (2011) designa de economia linguística.

### Excerto 14:

#### MAHUNGU- Posição de Dhlakama

Há uma, duas ou três RENAMO's? Eis o debate que com o exacerbar das posições unilaterais tomadas pelo Dhlakama desde o impedimento da posse dos seus deputados na Assembleia da República, o

seu abandono da capital do país para Nampula e depois para Santungira, alimenta as conversas sobre a actualidade política nacional, confirmando-se paulatinamente a divisão daquele movimento partidário, sendo um na capital do país, que com discursos inflamatórios instiga seu líder para comandar a violência, e outro nas florestas com dedo no gatilho obedecendo apenas a voz do comando do seu chefe militar.

Fonte: *Jornal Notícias*, formato *online*, de 30 de Outubro de 2013.

No excerto 14 ocorrem os seguintes aspectos: o uso de um empréstimo lexical bantu, *mahungo*, que significa *notícias, novidades* e a supressão da preposição no verbo *obedecer* que na gramática do PE é um verbo preposicional [V SP] regido pela preposição *a*.

Por isso, a opção seria *obedecendo apenas à (a + a = à) voz do comando do seu chefe militar*.

#### Excerto 15:

##### Escassez de água em Lumbo gera conflitos entre casais

As mulheres madrugam e percorrem longas distâncias à procura do precioso líquido para satisfazer as necessidades básicas domésticas e assegurar a higiene nas famílias. Contudo, os homens alegam que as suas companheiras demoram nos poços, onde formam bichas enormes e só regressam ao meio dia, porque se amantizam.

Fonte: *Jornal A Verdade* de 16 de Novembro de 2012, p. 6.

Neste excerto ocorre a palavra *bicha*, um substantivo que equivale a *fila* no PE. A denominação de *bicha* a uma *fila* transformou-se numa prática costumeira em Moçambique, pelo que *fila* para designar aquela realidade no contexto sociolinguístico local é uma raridade.

Antes tida como neologismo, *bicha* já consta dos verbetes de alguns dicionários de língua portuguesa mais recentes com o significado equivalente a *fila*, segundo Mendes (2010, p. 130).

Em Moçambique, o uso da palavra *fila* constitui uma raridade. No PM, o substantivo *bicha* foi verbalizado e resultou no verbo *bichar* que equivale a *formar fila*. Porém, este verbo não existente no padrão do PE<sup>108</sup>.

A unidade lexical *bicha* lembra-nos da palavra *mata-bicho*. *Mata-bicho* no PM equivale no PE a pequeno-almoço.

A partir do substantivo *mata-bicho*, surgiu uma nova categoria gramatical – o verbo *matabichar*, verbo atípico no padrão do PE.

Segundo Mendes (2010, p. 120) *mata-bicho* já deixou de ser neologismo, pois consta dos verbetes de alguns dicionários, como é o caso do Dicionário da Língua Portuguesa<sup>109</sup>.

Apesar de ser uma palavra que consta dos dicionários, o seu emprego é restritivo no contexto sociolinguístico de Portugal, sobretudo o de padrão do PE, o que não nos causa estranheza, pois o facto de uma palavra constar dos dicionários não significa automaticamente que ela seja considerada como um léxico que deva ser usado no contexto da norma europeia, razão pela qual existem muitas palavras similares nos dicionários que não conseguiram vingar em Portugal e em outros quadrantes lusófonos, à excepção, por exemplo, de Moçambique e estas duas (*bicha* e *mata-bicho*) constituem exemplos bem evidentes.

Como se pode perceber, com base no recurso a alguns mecanismos morfológicos prescritos na gramática do PE, no PM vitaliza-se a língua portuguesa criando-se novas categorias gramaticais que não procedem na norma europeia, mas que têm uma relevância fundamental no ordenamento das relações socioculturais em Moçambique e pode-se, em tese, especular que a realidade sociolinguística de Moçambique e de outros quadrantes também contribui para a entrada de novas unidades lexicais nos dicionários do PE.

#### Excerto 16:

**Mamparra of the week**

<sup>108</sup> Cf. Firmino (2006, p. 149).

<sup>109</sup> Editado pela Porto Editora em 1982.

O Mamparra desta semana é atribuído, novamente, e a solo, a [...], que numa interessante entrevista ao diário “O País”, revelou que não se vai recandidatar por uma multiplicidade de factores, pelos quais nunca se devia ter candidatado para aquele poleiro. As mamparrices proferidas nessa entrevista são a revelação do seu fracasso, em frente do destino dos munícipes.

Fonte: *Jornal A Verdade* de 16 de Novembro de 2012, p. 9.

No excerto constatámos a presença de duas unidades lexicais de origem bantu, nomeadamente *mamparra* e *mamparisses*, unidades lexicais que encerram uma semântica pejorativa no contexto sociocultural de Moçambique. É a tomada do posicionamento no texto do autor para enaltecer as aparentes incapacidades do visado da notícia durante o seu mandato como autarca.

Ao recorrer ao uso destas palavras, isto é, ao recurso ao empréstimo lexical de origem bantu, cremos que o autor do texto quis dimensionar ainda mais a força assertiva contida na mensagem tendo em conta os equívocos que são invocados no excerto. Assim, a palavra *mamparra* significa *idiota* e *mamparisses* *idiotices*, numa clara estratégia comunicativa de descredibilizar a personalidade em questão em função dos seus equívocos.

No título do excerto aparece uma língua(gem) híbrida que decorre do uso do léxico bantu (*mamparra*) e do Inglês (*of the week*). Literalmente, *Mamparra of the week* equivale a *O idiota da semana* no PE.

Estas estratégias retóricas são comuns no PM, até porque Moçambique é rodeado por países de língua oficial inglesa e o Inglês interfere bastante nas línguas portuguesa e bantu.

Por exemplo, a tipificação de *madjermanes*, aos moçambicanos que trabalharam na extinta RDA decorre desse processo e resulta da analogia ao nome do país Alemanha, que em Inglês é *German*. O mesmo sucede-se com *madjonidjoni*, porém para referir aos trabalhadores moçambicanos na África do Sul. *Madjonidjoni* provém de *Jhon*, epíteto para se referir à África do Sul.

Tanto os chamados *madjermanes*, quanto os tipificados *madjonidjoni* foram trabalhar nesses países, respectivamente RDA e África do Sul, no quadro dos acordos bilaterais que o Estado moçambicano estabeleceu com estes países para o envio de mão-

de-obra. No caso da RDA, o acordo foi extinto depois da reunificação das duas alemanhas que tinham sido separadas depois da primeira guerra mundial (1914- 1918), surgindo a RDA e a RFA, e o acordo com a África do Sul continua, uma herança que já vem do período colonial quando Portugal estabeleceu os primeiros acordos de “exportação de mão-de-obra” para aquele país.

### Excerto 17:

#### **Crise no transporte continua**

A organização em fila deixa os “carteiristas” sem emprego porque os passageiros são o seu alvo principal, eles engrossam o número de pessoas nas paragens só para se aproveitarem do facto de as pessoas se movimentarem de um lado para o outro para alcançarem o “chapa”. Com esta situação os marginais vão ter de estudar outras formas de retirar bens alheios.

Fonte: *Jornal Notícias*, formato *online*, de 2 de Novembro de 2013.

A palavra *carteirinha* é diminutivo de uma palavra existente no PE, *carteira*, que pode significar, por exemplo, o mobiliário onde se sentam os estudantes nas escolas. Mais ainda, pode significar a pequena pasta para se guardar documentos pessoais. É a partir desta última utilidade que no PM surgiu uma nova categoria para designar os ladrões que se dedicam “exclusivamente” ao roubo de carteiras – *os carteiristas*, conforme atesta a passagem textual no excerto.

No PE a palavra *carteirista* também existe e ignoramos se tem ou não esta conotação depreciativa. O facto é que no PE se emprega esta palavra para designar pessoas que se dedicam à distribuição de correspondências, ou seja, os que trabalham nos correios com a missão específica de entregar as cartas/ encomendas dos usuários dos serviços.

Desta feita, está-se diante de mais uma representação que permitiu a criação de um estereótipo captado a partir do lexema *carteira* para tipificar os ladrões das carteiras, os chamados *carteiristas*, uma performance sociolinguística que ecoa na matriz ecológica da cultura moçambicana.

**Excerto 18:****Contrabando lesa economia**

Os residentes das zonas fronteiriças começaram gradualmente a ser usados como trampolins pelos grandes tubarões e contrabandistas poderosos que com dinheiro ostentado foram desgastando a imagem real das populações fronteiriças, que com os seus poucos negócios jamais causariam o rombo que se está a assistir na actividade de fiscalização do tráfego internacional de mercadorias.

Fonte: *Jornal Notícias*, formato *online*, de 1 de Novembro de 2013.

Neste excerto temos a palavra *tubarões*, um dos maiores predadores dos mares. No contexto consuetudinário do PM, esta unidade lexical também configura questões de ilicitude, isto é, serve para metaforizar pessoas de alto escalão no mundo do crime nas suas diversificadas modalidades e que gozam de protecção de pessoas com grande influência na sociedade.

A partir do substantivo *contrabando* surgiu uma nova categoria gramatical *contrabandista*, léxico que existe no PE. De algum tempo para cá, este quadro lexical deu origem a outra paralela a si no contexto sociolinguístico moçambicano – *mukheristas* que, como os *contrabandistas*, adquirem ou “importam” diversos produtos e mercadorias de forma “ilícita” para os colocar à venda a preços mais baixos asfixiando aqueles que cumprem com todas as regras que regulam a actividade de comércio.

*Mukheristas* provém de *mukhero* que significa aquisição de produtos para a revenda em espaços fronteiriços.

Em Moçambique existe uma associação denominada *mukhero* que se dedica de entre outras actividades, à formalização dos que praticam a importação de produtos e mercadorias de forma ilegal e à moralização da opinião pública de que nem todos os *mukheristas* desenvolvem as suas actividades de forma ilegal e perversa ao quadro jurídico-legal vigente no país.

**Excerto 19:****Acidente provoca dois mortos na EN4**

UMA mulher e uma criança, que se presume sejam mãe e

filho, morreram na noite de domingo quando o triciclo ou “*txopela*” em que viajavam foi colhido por uma viatura de marca Toyota Land-Cruiser.

Fonte: *Jornal Notícias*, formato *online*, de 5 de Novembro de 2013.

Neste excerto temos a palavra bantu *txopela* que designa o acto que as crianças praticam sempre que avistam um camião a passar pelas ruas e correm atrás para se apegarem numa das partes da plataforma e seguir viagem, acto que em muitos dos casos termina em acidentes e até em mortes. Actualmente também serve para designar um meio de transporte que começou a circular na cidade de Maputo em meados de 2009, importado da Índia, e que depois se espalhou pelas principais cidades de Moçambique.

Acredita-se que tenha esta designação por ser um motociclo de 3 rodas e uma pequena cabine, com capacidade para transportar 3 pessoas, incluindo o motorista. É *txopela* porque se supõe que os passageiros vão a “reboque” do motociclista e é usado como taxi por muitas pessoas dada a rapidez no trânsito e ao preço relativamente acessível.

#### Excerto 20:

##### **Nessas coisas de amor é preciso olhar com olho de ver**

É preciso olhar com olho de ver, é preciso prestar atenção nos dias do *xitique*, há mulheres com coração bandido, que mudam do disco pretendendo outras intenções, neste caso chantagear o lar alheio.

Fonte: *Jornal Zambeze* de 7 de Junho de 2012, p. 11.

Neste excerto ocorre a palavra de origem bantu *xitique*, comumente usada para designar a cerimónia de convívio entre um grupo de pessoas com algumas afinidades e que se unem para criar um fundo de apoio mútuo no qual a pessoa contribui valores monetários durante um certo período de tempo e quando chega à vez de receber a sua parte que lhe cabe, o valor vem acrescido do montante dos outros contribuintes. É equivalente a “caixa de mutuários”.

Actualmente, *xitique*, pela força que vem ganhando em Moçambique como plataforma de apoio financeiro para o incremento de negócios, construção de casas e compra de tudo conexo a uma residência, transformou-se num banco informal e serve

de capitalização para muitas pessoas, sobretudo os que se dedicam ao comércio nos mercados formais e informais, vulgarmente conhecidos por *dumba-nengue*. *Xitique* é também uma realidade presente em muitas famílias que aproveitam a oportunidade de contribuição para inter-ajuda e consolidar os laços afectivos.

**Excerto 21:**

**2M Txôti. É só girar!**

Beber uma cerveja fresca, leve e que fica gelada até ao fim nunca foi tão fácil. Com a nova abertura rápida da 2M *txôti*, é só girar a carga para poder refrescar os bons momentos com um *shot* de frescura.

Fonte: *Jornal Notícias* de 19 de Novembro de 2013, p. 9.

A palavra *txôti* deriva da palavra inglesa *shot*, que significa *baixo*, e no excerto remete a *pequeno* como forma de designar o tamanho de uma garrafa de uma marca de cerveja comercializada no país e as suas marcas fonético-fonológicas originaram uma nova grafia (*txôti*), uma palavra usada com alguma regularidade em contextos comunicativos informais no PM para metaforizar *pessoas baixinhas*, comumente chamadas de *txôti man* (homem baixinho) ou *txôti girl* (mulher baixinha).

No caso deste excerto verificámos que se tratou de uma estratégia comunicativa para estimular a adesão ao novo produto que foi lançado no mercado, o que de alguma forma permite a comodidade no consumo e o seu transporte pelos consumidores pelo facto de ser *txôti*, ou seja, uma garrafa pequena que basta girar, analogia ao acto de abrir a tampa da garrafa, para se deliciar da cerveja.

**Excerto 22:**

**Marianni suspenso**

Num comunicado recebido ontem na nossa Redacção, o CDLMF faz saber que para além da pena disciplinar, Marianni terá que pagar uma multa de dez mil meticais.

Fonte: *Jornal Notícias* de 14 de Novembro de 2013, p. 43.

Como se pode perceber no excerto, a essência da informação tem a ver com a punição imposta a uma pessoa e que, em virtude da pena proferida, ela tem a obrigatoriedade de fazer um pagamento monetário no valor estipulado no excerto. No entanto, no PM é comum que actos que exprimem uma obrigação sejam compreendidos como uma opção conforme deixa a entender a passagem “terá que pagar” em virtude da não explicitação da marca da obrigatoriedade que o verbo *ter* deve espelhar.

Nestes casos, segundo Cunha e Cintra (2006, p. 278), o infinitivo do verbo principal deve ser antecedido da preposição *de* “para exprimir, respectivamente, a obrigatoriedade ou o firme propósito de realizar o facto”.

Assim, em conformidade com a obrigatoriedade que se expressa no excerto e em função das regras do PE, a obrigatoriedade deveria ser expressa da seguinte maneira: *Marianni terá de pagar uma multa de dez mil meticais, ou seja, substitui-se o *que* por *de*.*

### **Excerto 23:**

Vivenda aluga-se, boa para embaixadas, flat tipo 3, com suíte, na Polana, 1º andar.

Fonte: *Jornal Notícias* de 25 de Novembro de 2013, p. 49.

O excerto proporciona-nos outra das peculiaridades do PM: o emprego do verbo *alugar* para designar o acto de cedência, a título oneroso, a uma segunda pessoa ou entidade, de um imóvel. Porém, na gramática do PE o emprego do verbo *alugar* só procede quando se trata de bens móveis, por exemplo, automóvel comumente chamado de carro em Moçambique. Para os bens imóveis, a gramática do PE determina o emprego do verbo *arrendar*. Por isso, na norma do PE *aluga-se um carro* ou *arrenda-se uma vivenda*.

E porque a palavra *alugar* ganhou mais popularidade, as pessoas acabam optando pelo seu uso em detrimento de *arrendar* e julgamos que tal escolha se justifica com a necessidade de aclarar a intenção comunicativa em presença, o que pode justificar o facto de, no contexto moçambicano, *arrendar* ser menos usual.

Portanto, no excerto constata-se um posicionamento assente na assimilação dos usos da lingua(gem) com o recurso a um léxico que se consubstancia a uma realidade sociolinguística e cultural específica, cativando-se na fonte os diversos repertórios consuetudinários e identitários para enaltecer o poder asserivo da mensagem que se veicula tomando em consideração o contexto sociocultural do seu alcance.

#### Excerto 24:

##### **Vítima nega ter pago aos raptores**

Este é o terceiro caso julgado em que a vítima nega ter sido liberta a troco de valores monetários e com dificuldades de reconhecer os sequestradores.

Fonte: *Jornal Notícias*, formato *online*, de 14 de Novembro de 2013.

Neste excerto verifica-se algo também comum no PM quando ocorre uma forma verbal complexa sendo que um deles é o verbo *ter* no infinitivo. Quando isso acontece, a norma do PE determina que o verbo principal deva ser conjugado no particípio passado, pelo que a opção seria *Vítima nega ter pagado aos raptores*. No entanto, no PM, este tipo de construção linguística é menos usual.

#### Excerto 25:

Foi para explorar o nosso suor que o administrador colonial nos prendia e nos levava para o chibalo.

Fonte: *Revista Tempo* de 6 de Julho de 1975, p. 1, n.º 248.

A palavra sublinhada no excerto, *chibalo*, também não raras vezes escrita *xibalo*, configura a denominação do trabalho forçado e desumano a que parte dos moçambicanos foram submetidos no período colonial.

Como pudemos verificar, a grafia da palavra em questão pode ser escrita em duas formas distintas, nomeadamente *chibalo* e *xibalo*, situação que também ocorre, por exemplo, no *tchova* e *txova*. Ao que tudo indica, as pretensas disparidades nas grafias poderão dever-se ao facto da não normatização e padronização do PM, por um lado e,

por outro, devido às ambivalências nas grafias de algumas línguas bantu e à falta de um Atlas linguístico no país, não obstante o crescimento assinalável de estudiosos que se dedicam à preservação e sistematização das estruturas linguísticas das línguas bantu, o que a nosso ver propicia um campo fértil para a inflação das grafias de alguns lexemas de origem bantu.

Em função das reflexões feitas, pudemos constatar que, de um modo geral, as áreas do léxico e da sintaxe são as que fornecem detalhes mais caracterizadores do PM, e que o processo de apropriação do PE ultrapassa a componente linguística em virtude de que o que estimula a nacionalização vai para além do domínio linguístico e se entrosa noutros domínios socioculturais, político-ideológicos e simbólicos que se fundem na história milenar de um povo com os seus hábitos e costumes e que legitimamente inventa o seu quotidiano manipulando a língua portuguesa para adequá-la aos seus propósitos sociocomunicativos, da afirmação das diversas identidades, da sua cultura de forma multifacetada, fazendo com que o Português Europeu tenha “marcas marcadamente moçambicanas”.

São esses usos do Português em Moçambique que fazem com que esta língua assente na ecologia moçambicana caracterizada por um ambiente híbrido que decorre do cruzamento de várias línguas e culturas, e também do processo natural de transformação de uma língua em virtude de ser uma língua histórica.

Em suma, a análise destes excertos permitiu-nos aferir que a língua portuguesa em Moçambique está sendo nacionalizada do ponto de vista sociolinguístico, cultural, simbólico e político-ideológico, o que faz com que aquilo que pode constituir “erro” numa perspectiva da gramática prescritiva/ normativa do PE pode, também, ser entendido como uma manifestação legítima da apropriação da língua importada da antiga metrópole e, acima de tudo, de outra língua portuguesa endoginizada na matriz sociológica e cultural de Moçambique daí o facto de diferir do PE que é a norma-padrão e que os pressupostos axiológicos para a compreensão das dinâmicas assertivas subjacentes a toda a produção linguística devem ser compreendidas em função da ecologia sociocultural, sociolinguística e simbólico-ideológica vigentes do país.

## CONCLUSÃO

A situação sociolinguística que serviu de pano de fundo para esta pesquisa teve como palco Moçambique, país que alcançou a sua independência nacional em 25 de Junho de 1975, depois de uma luta armada iniciada em 1964 pela FRELIMO e que terminou dez anos depois, isto é, em 1974 com a assinatura do Acordo de Lusaka, capital da Zâmbia, a 7 de Setembro, entre a FRELIMO e Portugal, e Samora Machel tornou-se o primeiro Presidente do país.

Neste trabalho tínhamos como objectivos:

– Analisar as políticas linguísticas e a situação sociolinguística e sociocultural em Moçambique decorrente da confluência de várias línguas e culturas para compreender os processos de nativização/ nacionalização da língua portuguesa no país.

Tendo em vista a proceçssão destes objectivos escolhemos as seguintes questões de pesquisa:

1. Como as políticas linguísticas foram construídas tendo em conta as demandas sociolinguísticas e socioculturais em Moçambique?
2. De que forma o cruzamento de várias línguas e culturas contribui para a hibridação da língua portuguesa no contexto moçambicano?
3. Como se processsa a nativização/ nacionalização da língua portuguesa em Moçambique?

Relativamente à primeira questão, concluímos que as políticas linguísticas que Moçambique adoptou depois da independência nacional sequenciaram as políticas linguísticas do governo colonial português na vertente massificação da língua portuguesa, porém com algumas adaptações tendo em conta os papéis multifuncionais que oficialmente foram atribuídos ao Português, como são os casos de língua oficial e de unidade nacional e língua de instrução e da construção do Estado-Nação, o que fez com que por algum tempo as próprias línguas bantu fossem silenciadas, não obstante o reconhecimento formal do papel que desempenham no contexto da estruturação sociocultural no país, facto que mais tarde foi revertido com algumas ambiguidades.

Com isso, o Português reforçou-se como língua de prestígio e de inserção sociocultural e socioprofissional e, estranhamente, não foi qualificado como língua oficial em 1975, ano da independência e da publicação da primeira Constituição da República, facto que apenas veio a ocorrer pela primeira vez na Constituição da República de 1990 e replicado na de 2004, o que não dissipou, a nosso ver, as lacunas nas políticas linguísticas do Estado, uma vez que à língua portuguesa não se consignou o estatuto de língua nacional tendo em conta que leva a áurea ideológica de língua de unidade nacional e supostamente subentende-se que deva ser falada em todo o território nacional, aliado ao facto das novas características que decorrem da sua apropriação pelos moçambicanos.

Paradoxalmente, na lei constitucional as línguas autóctones são tipificadas como línguas nacionais e, como demonstrámos, elas fragmentam-se por diversos espaços geográficos do país. Por conseguinte, não têm uma capacidade de extensão nacional. Ademais, oficialmente, estas línguas são tidas como veiculadoras da cultura moçambicana como se apenas elas fossem as únicas línguas com essa propriedade. Convém não nos esquecermos de que existem muitos moçambicanos que ao longo desses anos construíram todo o seu repertório sociocultural com base na língua portuguesa e, por conseguinte, são embaixadores legítimos da cultura moçambicana porque as suas práticas culturais e os usos simbólicos do Português incorporam as especificidades das culturas do país.

Desta feita, percebe-se que a política linguística de Moçambique ao oficializar o Português sem o nacionalizar e nacionalizar as línguas autóctones sem as oficializar demonstra perturbações que criam ambivalências. Mais ainda, os dados arrolados na pesquisa demonstram que o poder público teima em manter a norma Europeia como padrão no país, ignorando inúmeros estudos científicos que apontam para a necessidade de se padronizar as diversas línguas portuguesas faladas em Moçambique e serem consignadas ao protótipo terminológico de Português de Moçambique, caminho que foi seguido também pelo Brasil.

Para o efeito, e tendo em conta que existem moçambicanos bilingues em Português, acreditamos que se devia, também, elevar a norma culta do Português de Moçambique, aquela que, ainda que timidamente e não de forma assumida aparece nos órgãos de comunicação social e também em algumas pesquisas de pessoas mais

escolarizadas, no sentido mais erudito do termo que tipifica as pessoas com um grau assinalável de competência linguística e académico, uma vez que ninguém reconhece que na tentativa de escrever com base nos postulados da norma europeia pode, também, estar a incorrer no estabelecimento de um padrão normativo para o Português de Moçambique, visto que o domínio da norma-padrão, apesar de ser um meio de consumo e de desejo para muitos em função das demandas ideológicas decorrentes do facto de ser uma hipóstase, um constructo social e ideologicamente impositivo e por conta disso conferir um *status quo* de prestígio na sociedade e meio de inserção socioprofissional, é um privilégio para poucos, razão pela qual a norma que, em tese, devia unir, também é um meio de exclusão e, por conseguinte, a cultura que une é também a cultura que separa.

Quanto à segunda questão, inferimos que o Português que se pretendia que fosse marcadamente lusitano e enclausurado na norma europeia, que serve de padrão em Moçambique, está sendo moçambicanizado em decorrência do cruzamento de diferentes línguas, sobretudo as da origem bantu e o Inglês, em função da localização geográfica do país que é ladeado por Estados de expressão oficial inglesa e, como se sabe, as línguas são também veículos de cultura e a partir desta funcionalidade, percebemos a impossibilidade de vingar o princípio ideológico da construção do Estado nacional em Moçambique com base na homogeneização das pessoas tendo como suporte o tripé uma língua, tida como de unidade nacional, um povo e uma cultura, pois as pessoas, por natureza, são portadoras de inúmeras identidades, e como tal pejudicadas de complexidades que inviabilizam a sua essencialização.

A diversidade linguístico-cultural de Moçambique ainda carece de um estudo mais aprofundado para amenizar a pluriferação de números díspares de línguas existentes e a sua denominação. Mais ainda, percebemos que não existe um Atlas linguístico que, em tese, poderia permitir que as línguas autóctones fossem estudadas com maior proficuidade, o que permitiria percebermos as teias e os mosaicos étnico-linguísticos e culturais subjacentes às especificidades de cada uma das línguas.

Por fim, quanto à terceira questão constatámos que a nativização/ nacionalização do Português Europeu processa-se por meio da apropriação sociolinguística, sociocultural, político-ideológica e simbólico-cultural, com a introdução de unidades lexicais e construções semântico-pragmáticas que legitimam o Português de

Moçambique como resultado da diversidade linguístico-cultural do país que permite fomentar novos posicionamentos e novas representações.

A partir destes factos, a língua portuguesa fica endoginizada na arquitectura ecológica da moçambicanidade e torna-se numa matriz a partir da qual se pode afirmar a nacionalidade moçambicana e um meio que diferencia Moçambique dos demais Estados do “mundo lusófono”, pois a apropriação da língua portuguesa implicou a racionalização das diversas culturas e identidades que povoam o imaginário do povo moçambicano.

Em suma, em função dos dados que arrolámos ao longo do trabalho que nos permitiram responder às questões de pesquisa, podemos afirmar que os nossos objectivos foram alcançados tendo em conta que as políticas linguísticas no período colonial em Moçambique e no Moçambique pós-independência encerram algumas semelhanças, pois tinham em vista elevar uma língua, considerada como única aliada para os propósitos da governabilidade do território.

Com isso, se para o poder colonial a língua portuguesa servia como mecanismo de violação simbólica e aculturação sistemática do povo para torná-lo mais submisso e vingarem os estereótipos hierarquizados tendo como base o grau de incorporação das matrizes da cultura portuguesa e incutir a chamada falsa consciência (assimilados e os não assimilados), no período pós-independência, o Português, herdado pela FRELIMO como meio homogeneizador das múltiplas sensibilidades étnico-linguísticas no seio do grupo guerrilheiro que mais tarde, em 1975, libertou o país, transformou-se como meio de unidade nacional e de segmentação do nacionalismo, da *identidade nacional* e da nacionalidade moçambicana, língua de Estado, racionalizando os pressupostos a partir dos quais se deve pensar Moçambique e os moçambicanos, as suas múltiplas culturas e identidades que se fundem, de forma afunilada, na essencialização visto como o pressuposto político-ideológico de reconhecer as heterogeneidades, silenciá-las e cristalizar a homogeneização, um ideal perseguido pelo Estado-Nação.

## MINI - GLOSSÁRIO

*Bater* – Pode também significar roubar, fazer sucesso.

*Batedor* – Ladrão.

*Bichar* – Formar fila.

*Carteiristas* – Ladrões que se dedicam ao roubo de carteiras de bolso.

*Chapas* – Meio de transporte semi-colectivo de passageiros.

*Chango e Impala* – Instrumentos musicais.

*Chibalo/ Xibalo* – Significa trabalho forçado.

*Dumba-nengue* – Local de venda informal de produtos de vária ordem.

*Famba* – Vai.

*Ganguissar* – Conquistar.

*Mamana* – Mamã/ Mãe.

*Mavúngua, nhantsuma e mampsincha* – São nomes de frutas tropicais do país.

*Machambas* – Campos de cultivo/ campos agrícolas.

*Machambeiros* – Agricultores.

*Mahungo* – Significa notícias, novidades.

*Mata-bicho* – Pequeno almoço.

*Mamparra* – Idiota.

*Mamparisses* – Idiotices.

*Mamparra of the week* – Equivale a o idiota da semana.

*Madjermanes* – Moçambicanos que trabalharam na extinta RDA.

*Madjonidjoni* – Trabalhadores moçambicanos na África do Sul.

*Mukhero* – Significa aquisição de produtos para a revenda em espaços fronteiriços.

*Mukheristas* – Pessoas que se dedicam ao comércio em contexto de fronteiras. Regra geral, importam mercadorias da África do Sul e da Swazilândia.

*Nengué-wa-Suna* – Curandeiro e medium com poderes sobrenaturais.

*Satanhoco* – Expressão obscena.

*Tchova/ Txova* – Empurrar.

*Tchova xitaduma* – Meio de transporte movido pela força humana.

*Tubarões* – Pessoas de alto escalão no mundo do crime.

*Txopela* – Motociclo que transporta pessoas.

*Txôti* deriva da palavra inglesa *shot* – Significa baixo.

*Xicuembo/ Xikwembo* – Espíritos (podem ser bons ou maus).

*Xicalamidade* – Roupa usada.

*Xiconhoca* – Equivale a inimigo do povo.

*Xitique* – É equivalente a “caixa de mutuários”.

*Xidana-kata* – Peixe vermelho.

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

AGUIAR e Silva, Vítor Manuel. *Teoria da literatura*. 8ª ed. Coimbra: Almedina, 2005.

ALBUQUERQUE, José Lindomar C. *A dinâmica das fronteiras: os brasiguaios na fronteira entre o Brasil e o Paraguai*. São Paulo: Annablume, 2010.

ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas*. São Paulo: Companhia das letras, 2008.

ASSIS-PETERSON, Ana Antônia de. Híppie ou hype? – Para refletir sobre o binômio erro-correção no ensino de língua. In: MOTA, Kátia; SCHEYERL, Denise (Orgs.). *Espaços linguísticos: resistências e expansões*. Salvador: UFBA, 2006. p. 147-178.

AUSTIN, John L. *Quando dizer é fazer*. Porto Alegre: Artes médicas, 1990.

BACK, Eurico. *Fracasso do ensino de Português: proposta de solução*. Petrópolis: Vozes, 1987.

BAGNO, Marcos. *Gramática pedagógica do português brasileiro*. São Paulo: Parábola Editorial, 2011.

\_\_\_\_\_. O que é uma língua? Imaginário, ciência e Hipóstase. In: LAGARES, Xoán C. ; BAGNO, Marcos (Orgs.). *Políticas da norma e conflitos linguísticos*. São Paulo: Parábola Editorial, 2011. p. 355-387.

\_\_\_\_\_. *A norma oculta: língua e poder na sociedade brasileira*. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.

\_\_\_\_\_. Norma linguística e outras normas. In: BAGNO, Marcos. *Norma linguística humanística*. São Paulo: Edições Loyola, 2001. p. 9-21.

\_\_\_\_\_. *Preconceito linguístico. O que é, como se faz*. São Paulo: Edições Loyola: 1999.

BARBAUD, Philippe. A língua do Estado – o estado da língua. In: BAGNO, Marcos. *Norma linguística humanística*. São Paulo: Edições Loyola, 2001. p. 255-278.

BAUER, Otto. A nação. cap. IV. In: BALAKRISHNAN, Gopal (Org.). *Um mapa da questão nacional*. Rio de Janeiro: Contraponto Editora, 1996.

BAKHTIN, Mikhail (Volochinov). *Marxismo e filosofia da linguagem*. 8ª ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1997.

BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.

BLOOMFIELD, Leonard. *Language*. New Work: Rinehart and Winston, 1933.

BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas linguísticas*. 2ª ed. São Paulo: EDUSP, 2008.

\_\_\_\_\_. *O poder simbólico*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 2007.

\_\_\_\_\_. *Coisas ditas*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

BOUDON, Raymond. *A ideologia ou a origem das idéias recebidas*. São Paulo: Editora Ática, 1989.

BORTONI-RICARDO, Stella M. *O professor pesquisador: introdução à pesquisa qualitativa*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

CALVET, Louis-Jean. *As políticas linguísticas*. São Paulo: IPOL/Parábola, 2007.

\_\_\_\_\_. *Sociolinguística: uma introdução crítica*. São Paulo: Parábola Editorial, 2002.

CANCLINI, Néstor G. *Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. 4ª ed. 5ª reimp. São Paulo: EDUSP, 2011.

\_\_\_\_\_. *Diferentes, desiguais e desconectados*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009.

CASTIANO, José P.; NGOENHA, Severino E.; BERTHOUD, Gerald. *A longa marcha duma "Educação para Todos" em Moçambique*. 2ª ed. Maputo: Imprensa Universitária, 2006.

CAVALCANTI, Marilda do Couto; BORTONI-RICARDO, Stella M. (Orgs.). *Transculturalidade, linguagem e educação*. São Paulo: Mercado de Letras, 2007.

\_\_\_\_\_. Um olhar metateórico e metametodológico em pesquisa em Linguística Aplicada: implicações éticas e políticas. In: MOITA LOPES, Luís Paulo da. (Org.). *Por uma linguística aplicada indisciplinar*. São Paulo: Parábola Editorial, 2006. p. 233-252.

CERTEAU, Michel de. *A cultura no plural*. 7ª ed. Campinas: Papirus Editora, 2012.

\_\_\_\_\_. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

CÉSAR, América. L.; CAVALCANTI, Marilda do Couto. Do singular para o multifacetado: o conceito de língua como caleidoscópio. In: *Transculturalidade, linguagem e educação*. Campinas: Mercado de Letras, 2007. p. 45-66.

CHRISTIANS, Clifford G. A ética e a política na pesquisa qualitativa. In: DENZIN, Norman K. ; LINCOLN, Yvonna S. (Orgs.). *O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens*. 2ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2006. p. 141-162.

CHOMSKY, Naom. *O conhecimento da língua*. Sua natureza, origem e uso. Lisboa: Caminho, 1994.

COELHO, Jacinto do Prado. *Como ensinar literatura. Em ao contrário da penélope*. Amadora: Bertrand, 1976.

COSERIU, Eugénio. *Lições de linguística geral*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1980.

COUTO, Mia. *E se Obama fosse africano? e outras interinvenções*. 2ª reimp. São Paulo: Companhia das letras, 2011.

\_\_\_\_\_. *Terra sonâmbula*. 5ª reimp. São Paulo: Companhia das letras, 2007.

\_\_\_\_\_. *O último voo do flamingo*. 10ª reimp. São Paulo: Companhia das letras, 2005.

CRAVEIRINHA, José. *Xigubo*. Maputo: Alcance Editores, 2008.

\_\_\_\_\_. *Karingana wa karingana*. 3ª ed. Maputo: INLD, [1974] 1995.

\_\_\_\_\_. Saborosas tanjarinas d' Inhambane. In: MENDONÇA, Fátima e SAÚTE, Nelson (Orgs.). *Antologia da nova poesia moçambicana*. Maputo: AEMO, 1993.

CUCHE, Dennys. *A noção de cultura nas ciências sociais*. 2ª ed. Bauru: EDUSC, 2002.

CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. *Breve gramática do Português contemporâneo*. 18ª ed. Lisboa: Edições João Sá da Costa, 2006.

\_\_\_\_\_. *Nova gramática do Português contemporâneo*. 7ª ed. Lisboa: Edições João Sá da Costa, 1990.

CUNHA, Celso. *Uma política do idioma*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1975.

DENZIN, Norman K. ; LINCOLN, Yvonna S. O sétimo momento: deixando o passado para trás. In: DENZIN, Norman K. ; LINCOLN, Yvonna S. (Orgs.). *O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens*. 2ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2006. p. 389-405.

DIAS, Hildizina N. *Saberes docentes e formação de professores na diversidade cultural*. Maputo: Livraria Universitaria/UEM, 2008.

\_\_\_\_\_. *Minidicionário de moçambicanismos*. Maputo: Imprensa Universitária/ UEM, 2002.

DUMONT, Louis. *O individualismo: uma perspectiva da ideologia moderna*. Rio de Janeiro: Rocco, 1995.

DURKHEIM, Émile. *As regras do método sociológico*. Lisboa: Presença, 1980.

EAGLETON, Terry. *Ideologia*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista/ Editora Boitempo, 1997.

ELIAS, Norbert. *Uma digressão sobre o nacionalismo*. Os alemães: a luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.

FABRÍCIO, Branca F. Linguística aplicada como espaço de “desaprendizagem”. Redescrições em curso. In: MOITA LOPES, Luís Paulo da. (Org.). *Por uma linguística aplicada indisciplinar*. São Paulo: Parábola Editorial, 2006. p. 45-65.

FAIRCLOUGH, Norman. *Discurso e mudança social*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2008.

FANON, Frantz. *Os condenados da terra*. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2005.

FARACO, Carlos A. *Norma culta brasileira: desatando alguns nós*. 2ª ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

FARACO, Carlos A. “*A questão da língua: revisitando Alencar, Machado de Assis e cercanias*”. Línguas e instrumentos linguísticos. Campinas: Unicamp/ Editora Pontes, 2002.

FIRMINO, Gregório. *A “Questão linguística” na África pós-colonial: o caso do Português e das línguas autóctones em Moçambique*. Maputo: Texto Editores, 2006.

\_\_\_\_\_. *Situação linguística de Moçambique*. Dados do II recenseamento geral da população e habitação de 1997. Maputo: INE, 2001.

\_\_\_\_\_. “Desvios à norma no Português falado em Moçambique.” *Actas do IV Encontro da Associação Portuguesa de Linguística*. Lisboa: Associação Portuguesa de Linguística, 1988.

FIORIN, José L. (Org.). *Introdução à linguística geral: objetos teóricos*. 5ª ed. São Paulo: Contexto, 2006.

FONSECA, Fernanda I. *Da inseparabilidade entre o ensino da língua e o ensino da literatura*. Coimbra: Almedina, 2000.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Edições Paz e Terra, 2006.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A interdisciplinaridade como necessidade e como problema nas ciências sociais. In: *Revista Ideação*. v. 10. n.º. 1, p. 41-62, jan./jun. Cascavel: EDUNIOESTE, 2008.

FRITZEN, Maristela Pereira de. Ich spreche Anders, aber das ist auch deutsch: línguas em conflito em uma escola rural localizada em zona de imigração no sul do Brasil. *Trabalhos em Linguística Aplicada*. Campinas, 47(2), p. 341-356, jul./dez. 2008.

GARMADI, Juliette. *Introdução à sociolinguística*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1983.

GERALDI, João W. *Linguagem e ensino: exercícios de militância e divulgação*. 6ª ed. São Paulo: Mercado de letras, 2006.

\_\_\_\_\_. (Org.). *O texto na sala de aula*. São Paulo: Editora Ática, 2000.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC Editora, 1989.

\_\_\_\_\_. *O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa*. 10ª ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

GELLNER, Ernest. O advento do nacionalismo e sua interpretação: os mitos da nação e da classe. In: BALAKRISHNAN, Gopal (Org.). *Um mapa da questão nacional*. Rio de Janeiro: Contraponto Editora, 1996.

GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história*. São Paulo: Cia das letras, 1989.

GNERRE, Maurizio. *Linguagem, escrita e poder*. 4ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

\_\_\_\_\_. *Linguagem, escrita e poder*. São Paulo: Martins Fontes, 1985.

GOFFMAN, Erving. *A representação do eu na vida cotidiana*. Petrópolis: Vozes, 1975.

GONÇALVES, Perpétua (Org.). *O Português escrito por estudantes universitários: descrição linguística e estratégias didáticas*. Maputo: Texto Editores, 2010.

\_\_\_\_\_. (Org.). *Mudanças do Português em Moçambique*. Maputo: Livraria Universitária/ Universidade Eduardo Mondlane, 1998.

\_\_\_\_\_ et al. Estruturas gramaticais do Português: problemas e exercícios. In: GONÇALVES, Perpétua; STROUD, Christopher (Orgs.). *Panorama do português oral de Maputo*. v. 3. Maputo: INDE, 1998. p. 35-163.

\_\_\_\_\_. *Português de Moçambique: uma variedade em formação*. Maputo: Livraria universitária e Faculdade de Letras da UEM, 1996a.

\_\_\_\_\_. Aspectos da sintaxe do Português de Moçambique. In: FARIA, Isabel Hub et al. *Introdução à linguística geral portuguesa*. Lisboa: Caminho, 1996b. p. 313-321.

GUTHRIE, Malcom. *Comparative bantu: an introduction to the comparative linguistics and prehistory of the bantu languages*. Hants: Gregg international publishers, [1967] 1971.

HABERMANS, Jürgen. *A ética da discussão e a questão da verdade*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

HALL, Stuart. *Da diáspora. Identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

\_\_\_\_\_. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 11ª ed. Rio de Janeiro: DP & A Editora, 2006.

\_\_\_\_\_. Quem precisa da identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu da. (Org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 103-133.

HALLIDAY, Michael A. K. *Language as social semiotic. The social interpretation of language and meaning*. London: Edward Arnold, 1978.

HAMEL, Rainer E. La globalización de las lenguas en el siglo XXI: entre la hegemonía del inglés y la diversidad lingüística. In: DA HORA, Dermeval; LUCENA, Rubens Marques de. (Org.). *Política lingüística na América Latina*. João Pessoa: Ideia-Editora Universitária, 2008.

\_\_\_\_\_. Políticas del lenguaje y educación indígena en México: orientaciones culturales y estrategias pedagógicas en una época de globalización. Em: BEIN, Roberto; BORN, Joachin (Org.). *Políticas lingüísticas. Norma e identidade: estudos de casos y aspectos teóricos en torno al galego, el español y lenguas minoritarias*. Buenos Aires: Universidade de Buenos Aires-UBA, 2001.

HAUGEN, Einar. Dialeto, língua, nação. In: BAGNO, Marcos. *Norma lingüística humanística*. São Paulo: Edições Loyola, 2001. p. 97-114.

HOBBSAWN, Eric. (1984). Introdução e a produção em massa de tradições. In: HOBBSAWN, Eric; RANGER, Terence. *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

\_\_\_\_\_. *Nações e nacionalismo desde 1780*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

JACINTO, Conceição; LANÇA, Gabriel. *Fernando Pessoa e heterónimos*. Porto: Porto Editora, 1999.

JURT, Joseph. O Brasil: um Estado-nação a ser construído. O papel dos símbolos nacionais, do Império à República. In: *Mana – Estudos da antropologia social*. v. 18, n.º 3. Rio de Janeiro: Contracapa, 1997. p. 471-509.

KLEIMAN, Angela B.; CAVALCANTI, Marilda do Couto (Orgs.). *Linguística aplicada: suas faces e interfaces*. São Paulo: Mercado de letras, 2007.

KUPER, Adam. *Cultura. A visão dos antropólogos*. Bauru/ São Paulo: EDUSC, 2002.

KUMARAVADIVELU, B. A linguística aplicada na era da globalização. In: MOITA LOPES, Luís Paulo da. (Org.). *Por uma linguística aplicada indisciplinar*. São Paulo: Parábola Editorial, 2006. p. 129-147.

LARANJEIRA, Pires. *Literaturas africanas de expressão portuguesa*. Lisboa: Universidade Aberta, 1995.

LEITE, Ana Mafalda. *Ensaio sobre literaturas africanas*. Maputo: Alcance Editores, 2013.

LÉVI-STRAUSS, Claude. *Raça e história*. Lisboa: Editorial Presença, 2000.

LOMINITZ, Claudio. O nacionalismo como sistema prático: a teoria de Benedict Anderson da perspectiva da América Hispânica. In: *Novos Estudos Cebrap*, nº. 59, 2001.

LOPES, Armando J. *A batalha das línguas: perspectivas sobre linguística aplicada em Moçambique*. Maputo: Imprensa Universitária, 2004.

\_\_\_\_\_; SITO, Salvador J.; NHAMUENDE, Paulino J. *Moçambicanismos. Para um léxico de usos de Português de Moçambicano*. Maputo: Livraria Universitária, 2002.

\_\_\_\_\_. *Política linguística: princípios e problemas*. Maputo: Livraria Universitária, 1997.

MACHEL, Samora. Consolidemos aquilo que nos une. Reunião da direção do Partido e do Estado com os representantes das confissões religiosas. 14 a 17 de Dezembro, 1982. *Coleção Unidade Nacional*. Maputo: Instituto Nacional do Livro e do Disco, 1983.

MAKONI, Sifre; MEINHOF, Ulrike. Linguística aplicada na África: desconstruindo a noção de “língua”. In: MOITA LOPES, Luiz Paulo da. (Org.). *Por uma linguística aplicada indisciplinar*. São Paulo: Parábola Editorial, 2006. p. 191-213.

MARTELOTTA, Mário E. Conceitos de gramática. In: MARTELOTTA, Mário Eduardo (Org.). *Manual de linguística*. São Paulo: Contexto, 2009. p. 44-70.

MARCUSCHI, Luiz A. *Produção textual, análise de gêneros e compreensão*. 5ª reimp. São Paulo: Parábola Editorial, 2012.

MATUSSE, Gilberto. *A construção da imagem de moçambicanidade em José Craveirinha, Mia Couto e Ungulani Ba Ka Khosa*. Maputo: Livraria Universitária / U.E.M, 1998.

MATIAS-PEREIRA, José. *Manual de metodologia de pesquisa científica*. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2012.

MATTOS e SILVA, Rosa V. *Contradições no ensino de Português*. Uma língua, diversos falares. O papel da escola diante da norma. Norma padrão e normas sociais. São Paulo: Editora Contexto, 2000.

MAZULA, Brazão. *Educação, cultura e ideologia em Moçambique*. Maputo: Edições Afrontamento e Fundo Bibliográfico da Língua Portuguesa, 1995.

MENDES, Irene. *Da neologia ao dicionário: o caso do Português de Moçambique*. Maputo: Texto Editores, 2010.

MELIÀ, Bartomeu. *El Paraguay inventado*. Asunción: CEPAG, 1997.

MOITA LOPES, Luiz Paulo da. Linguística aplicada e vida contemporânea: problematização dos construtos que têm orientado a pesquisa. In: MOITA LOPES, Luiz Paulo da. (Org.). *Por uma linguística aplicada indisciplinar*. São Paulo: Parábola Editorial, 2006. p. 85-107.

NÚCLEO DE ESTUDO DE LÍNGUAS MOÇAMBICANAS (NELIMO). *1º Seminário sobre a padronização de línguas moçambicanas*. Maputo: Instituto Nacional do Desenvolvimento da Educação/ Universidade Eduardo Mondlane, Faculdade de Letras/ NELIMO, 1989.

NGUNGA, Armindo. *Introdução à linguística bantu*. Maputo: Imprensa Universitária, 2004.

ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional*. 3ª ed. São Paulo: Editora Brasilense, 1985.

PATEL, Samima. Algumas reflexões sobre a educação e a formação de professores em Moçambique. In: CHIMBUTANE, Feliciano; STROUD, Christopher. *Educação bilingue em Moçambique: reflectindo criticamente sobre políticas e práticas*. Maputo: Texto Editores, 2012. p. 152-168.

PESSOA, Fernando. *Livro do desassossego*. Lisboa: Ática, 1982.

PENNYCOOK, Alastair. Uma linguística aplicada transgressiva. In: MOITA LOPES, Luiz Paulo da (Org.). *Por uma linguística aplicada indisciplinar*. São Paulo: Parábola Editorial, 2006. p. 67-84.

PIRES-SANTOS, Maria Elena; CAVALCANTI, Marilda do Couto. Identidades híbridas, língua(gens) provisórias – alunos “brasiguaios” em foco. *Trabalhos em Linguística Aplicada*. Campinas, 47(2), p. 429-446, jul/dez. 2008.

\_\_\_\_\_. *O cenário multilíngüe/multidialeto/multicultural de fronteira e o processo identitário “brasiguai” na escola e no entorno social*. Tese de doutoramento (inédita). Campinas: IEL, Unicamp, 2004.

POMBO, Olga. Epistemologia da interdisciplinaridade. In: *Revista Ideação*. v. 10. n.º. 1, p. 9-40, jan./jun. Cascavel: EDUNIOESTE, 2008.

POSSENTI, Sírio. *Por que (não) ensinar a gramática na escola*. 6ª reimp. São Paulo: Mercado de letras, 2000.

POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. Raça, etnia, nação. cap. 2. In: POUTIGNAT, Philippe. *Teorias da etnicidade*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

PRETI, Dino. *Sociolinguística*. Os níveis de fala. São Paulo: Companhia editor nacional, 1982.

RAJAGOPALAN, Kanavillil. *Por uma linguística crítica: linguagem, identidade e a questão ética*. 4ª reimp. São Paulo: Parábola Editorial, 2013.

RAJAGOPALAN, Kanavillil. O conceito de Identidade em linguística: é chegada a hora de uma consideração radical? In: SIGNORINI, Inês (Org.). *Língua(gem) e identidade: elementos para uma discussão no campo aplicada*. São Paulo: Mercado de Letras, 1998. p. 21-45.

RENAN, Ernest. *O que é uma nação? Plural; Sociologia*. 1º sem. São Paulo: USP, 1997.

REYNAUT, Claude; ZONONI, Magda. Reflexões sobre princípios de uma prática interdisciplinar na pesquisa e no ensino superior. In: PHILIPPI Jr; SILVA NETO, Arlindo ; J. Antônio. *Interdisciplinaridade em ciência, tecnologia e inovação*. Barueri: Manole, 2011. p. 143-207.

ROSÁRIO, Lourenço. Língua Portuguesa e cultura moçambicana: de instrumento de consciência e unidade nacional a veículo e expressão de identidade cultural. In: *Cadernos de Literatura*. Coimbra: Centro de Literatura Portuguesa da Universidade de Coimbra, 1982.

ROJO, Roxane. *Letramentos múltiplos, escola e inclusão social*. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

RUSHDIE, Salman. *Cruze esta linha*. Ensaios e artigos. São Paulo: Cia das Letras, 2007.

SARAIVA, José; LOPES, Óscar. *História da literatura portuguesa*. 15ª ed. Porto: Porto Editora, 1979.

SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de lingüística geral*. São Paulo: Editora Cultrix, 1970.

SANTOS, António R. dos. *Metodologia científica: a construção do conhecimento*. 3ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

SARUP, Madan. *Identify*. Culture and the postmoder world. Endiburg: University Press, 1996.

SEMEDO, Manuel B. *A colocação dos clíticos no Português em Maputo*. Maputo: INDE, 1997.

SILVA, Lino Moreira. *Do texto à literatura: metodologia da abordagem textual*. Porto: Porto Editora, 1989.

SILVA, Tomaz Tadeu da. *Identidade e diferenças: a perspectiva dos Estudos Culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000.

SITOE, Bento; NGUNGA, Armindo. *Relatório do IIº Seminário sobre a Padronização da Ortografia de Línguas Moçambicanas*. Maputo: NELIMO, Universidade Eduardo Mondlane, 2000.

SOUSA SANTOS, Boaventura de. *Do pós-moderno ao pós-colonial. E para além de um e outro*. Coimbra: Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, 2004.

\_\_\_\_\_. Um discurso sobre as ciências na transição para uma ciência pós-moderna. *Estudos Avançados*. vol. 2. nº. 2. São Paulo: maio/ago, 1998.

SOUSA MARTINS, José de. *Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano*. São Paulo: Contexto, 2009.

STROUD, Christopher. Fundamentos sociopolíticos e educacionais para o ensino da gramática. In: GONÇALVES, Perpétua; STROUD, Christopher (Orgs.). *Panorama do Português oral de Maputo*. Estruturas gramaticais: problemas e exercícios. v. 3. nº. 27. Maputo: INDE, 1998.

\_\_\_\_\_; GONÇALVES, Perpétua (Orgs.). *Panorama do português oral de Maputo*. A construção de um banco de “erros”. v. 2. Maputo: INDE, 1997.

TRAVAGLIA, Luiz C. *Gramática e interação: uma proposta para o ensino de gramática no 1º e 2º graus*. São Paulo: Cortez, 1997.

TAYLOR, Charles. *Multiculturalismo*. Lisboa: Instituto Piaget, 1998.

TERRA, Ernani. *Linguagem, língua e fala*. São Paulo: Editora Scipione, 1997.

VASCONCELOS, Sílvia I. C.C de. (Org.). *Os discursos jornalísticos: manchete, reportagem, classificados e artigo*. Itajaí: Editora da Univali, 1999.

VENTURA, Helena; CASEIRO, Manuela. *Guia prático de verbos com preposições*. 2ª ed. Lisboa: Lidel, 2004.

VYGOTSKY, Lev S. *A formação social da mente*. São Paulo: Martins Fontes, 1984.

WEBER, Max. *Economia e sociedade*. Fundamentos da sociologia compreensiva. v. 1. São Paulo: Editora UnB, 2004.

\_\_\_\_\_. *Comunidade política*. Economia e sociedade. 3ª ed. Brasília: Editora da UnB, 1994.

WEINREICH, Uriel; LABOV, William; HERZOG, Marvin. *Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística*. 2ª ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

WELLEK, René; WARREN, Austin. *Teoria da Literatura*. 4ª ed. Lisboa: Publicações Europa-América, 1981.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. *Identidade e diferenças: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 7-72.

### OUTRAS FONTES BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Congresso Nacional. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Ministério da Educação, 1988.

BRASIL. *Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional de 1996*.

MOÇAMBIQUE. Boletim da República, n.º 1, I série publicado em 6 de Julho de 1974.

\_\_\_\_\_. Assembleia Popular. *Constituição da República de Moçambique de 1975*. Maputo, 1975.

\_\_\_\_\_. Assembleia da República. *Constituição da República de Moçambique de 1990*. Maputo, 1990.

\_\_\_\_\_. Assembleia da República. *Constituição da República de Moçambique de 2004*. Maputo, 2004.

\_\_\_\_\_. *Lei das Nacionalizações de 24 de Julho de 1975*.

\_\_\_\_\_. *Decreto- Lei 5/76 de 5 de Fevereiro de 1976* que regulamenta a Lei da nacionalizações.

\_\_\_\_\_. *Lei 6/92 de 6 de Maio de 1992* que substituiu a Lei 4/83 de 4 de Março de 1983, ambas leis que regulam o funcionamento do Sistema Nacional de Educação.

\_\_\_\_\_. Instituto Nacional de Estatística. *I Recenseamento Geral da População 1980*. Maputo: INE, 1983.

\_\_\_\_\_. Instituto Nacional de Estatística. *II Recenseamento Geral da População e Habitação 1997*. Maputo: INE, 1999.

\_\_\_\_\_. Instituto Nacional de Estatística. *III Recenseamento Geral da População e Habitação 2007*. Maputo: INE, 2010.

\_\_\_\_\_. Instituto Nacional de Estatística. *Projecções Anuais da População Total, Urbana e Rural 2007-2040*. Maputo: INE, 2010.

PORTUGAL. *Decreto n.º 18 570 de 8 de Julho de 1930* que aprovou o Acto Colonial.

Jornal *O Brado Africano* publicado em 23 de Janeiro de 1954, com o título “O negro no desporto de Lourenço Marques”.

Jornal *Notícias*, ano L, n.º 16.523 publicado no dia 25 de Junho de 1975 que traz na íntegra a Constituição da República Popular de Moçambique de 1975.

Jornal *Notícias* de 14 de Novembro de 2000.

Jornal *Notícias* de 25 de Novembro de 2013.

Jornal *Notícias* de 19 de Novembro de 2013.

Jornal *Notícias* de 14 de Novembro de 2013.

Jornal *Notícias*, formato *online*, de 5 de Novembro de 2013. Acesso em: 5 de Novembro de 2013.

Jornal *Notícias*, formato *online*, de 2 de Novembro de 2013. Acesso em: 2 de Novembro de 2013.

Jornal *Notícias*, formato *online*, de 1 de Novembro de 2013. Acesso em: 1 de Novembro de 2013.

Jornal *Notícias*, formato *online*, de 25 de Outubro de 2013. Acesso em: 25 de Outubro de 2013.

Jornal *Notícias*, formato *online*, de 24 de Outubro de 2013. Acesso em: 24 de Outubro de 2013.

Jornal *Notícias*, formato *online*, de 28 de Outubro de 2013. Acesso em: 28 de Outubro de 2013.

Jornal *Notícias*, formato *online*, de 31 de Outubro de 2013. Acesso em: 31 de Outubro de 2013.

Jornal *Notícias*, formato *online*, de 23 de Setembro de 2013. Acesso em: 23 de Setembro de 2013.

Jornal *Savana* de 9 de Novembro de 2012.

Jornal *Savana* de 2 de Novembro de 2012.

Jornal *A Verdade* de 14 de Dezembro de 2012.

Jornal *A Verdade* de 16 de Novembro de 2012.

Jornal *A Verdade* de 9 de Novembro de 2012.

Jornal *Zambeze* de 7 de Junho de 2012.

Revista *Tempo* de 06 de Julho de 1975.

Revista *Tempo*, n.º 248 de 6 de Julho de 1974 que traz na íntegra a Constituição da República Popular de Moçambique de 1975.

## **FONTES ELECTRÓNICAS**

[http://www.portaldogoverno.gov.mz/Mozambique/mapa\\_mocambique.jpg](http://www.portaldogoverno.gov.mz/Mozambique/mapa_mocambique.jpg). Acesso em: 13 de Dezembro de 2012.

<http://dre.pt/util/pdfs/files/crp.pdf>. Acesso em 27 de Fevereiro de 2013.

<http://imgs.sapo.pt/jornaldeangola/content/pdf/CONSTITUICAO-APROVADA>. Acesso em: 27 de Fevereiro de 2013.

<http://www.mundomitologia.xpg.com.br/AFROBRAS/candonble/bantu/linguistica.html>. Acesso em 2 de Março de 2013.

<http://colocioslusofonia.blogspot.com.br/2011/12/carta-de-maputo.html>. Acesso em: 22 de Maio de 2013.

<http://colocioslusofonia.blogspot.com.br/2011/12/carta-de-maputo.html>. Acesso em: 22 de Maio de 2013.

<http://linhasdeespuma.blogspot.com.br/2011/02/jose-craveirinha-corpus-literario.html>.

Acesso em: 23 de Julho de 2013.

<http://g1.globo.com/brasil/noticia/2013/08/populacao-do-brasil-atingira-maximo-de-2284-milhoes-em-2042-diz-ibge.html>. Acesso em: 25 de Março de 2014.

[http://www.youtube.com/watch?feature=player\\_embedded&v=Git8MwRqDcE](http://www.youtube.com/watch?feature=player_embedded&v=Git8MwRqDcE). Acesso em: 21 de Abril de 2014.

[http://www.youtube.com/watch?feature=player\\_embedded&v=Git8MwRqDcE](http://www.youtube.com/watch?feature=player_embedded&v=Git8MwRqDcE) . Acesso em: 21 de Abril de 2014.